

MÉTODOS QUALITATIVOS APLICADOS EM ECONOMIA CRIATIVA

MAGNUS LUIZ EMMENDOERFER
JORGE LEAL DA SILVA
ALESSANDRO CARLOS DA SILVA JR.
ORGANIZADORES

editora
motres



Creative Economy
& Public Policies

UFV

Métodos Qualitativos Aplicados em Economia Criativa

Organizadores

Magnus Luiz Emmendoerfer, Jorge Leal da Silva e Alessandro Carlos da Silva Junior

Realização: Editora Motres

Editor: Daniel Rebouças

Revisão Linguística: José Alexandre Fonseca

Diagramação e capa: Agência Design do Livro

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(BENITEZ Catalogação Ass. Editorial, MS, Brasil)

E45m Emmendoerfer, Magnus Luiz
1.ed. Métodos qualitativos aplicados em economia criativa / organização: Magnus Luiz Emmendoerfer, Jorge Leal da Silva e Alessandro Carlos da Silva Junior. – 1. ed. – Salvador, BA: Motres, 2025. 228 p. ; 14 x 21 cm.
Publicação eletrônica; PDF.
Inclui bibliografia.
ISBN 978-65-5513-157-4
1. Ciências sociais. 2. Políticas públicas. 3. Métodos. I. Silva, Jorge Leal da. II. Silva Junior, Alessandro Carlos da. III. Título.

09-2025/15

CDD 320.6

Índice para catálogo sistemático: 1. Políticas públicas : Métodos 303.42

Aline Grazielle Benitez – Bibliotecária - CRB-1/3129

Copyright © 2025 by Magnus Luiz Emmendoerfer, Jorge Leal da Silva e Alessandro Carlos da Silva Junior. Todos os direitos reservados. A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610). O conteúdo expresso neste material é de responsabilidade exclusiva dos autores dos capítulos e fontes de dados. As normas de citações e referências seguiram diferentes padrões nacionais ou internacionais, a critério de seus respectivos autores.



Este material eletrônico é aderente a licença Creative Commons 4.0

INFORMAÇÕES E CONTATO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
Programa de Pós-graduação em Administração (PPGAdm)
Área de Concentração: **Administração Pública**
Departamento de Administração e Contabilidade (DAD)
Av. P.H. Rolfs, s/n, Campus UFV
36570-000 - Viçosa, MG - Brasil
Telefone: (31) 3612 - 7008
Homepage: <http://www.posadministracao.ufv.br>



Creative Economy
& Public Policies

Conselho Editorial e Científico

Alexandre Santos Serra	Universidade de Coimbra, Portugal
Alexandre Schimer Kieling	Universidade Católica de Brasília - UCB, Brasil
Alissandra Nazareth de Carvalho	Universidade Federal de Ouro Preto- UFOP, Brasil
Anielson Barbosa Silva	Universidade Federal da Paraíba - UFPB, Brasil
Antônio Vagner Almeida Olavo	Universidade Federal do Amazonas – UFAM, Brasil
Armindo dos Santos de Sousa Teodósio	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas, Brasil
Beatriz Gondim Matos	Universidade Federal do Cariri - UFCA, Brasil
Bianca Araújo	University of Melbourne, Austrália
Caio César de Medeiros Costa	Universidade de Brasília - UnB, Brasil
Carla Borba	Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Brasil
Carolina Lescura de Carvalho Castro Volta	Universidade Federal de Ouro Preto- UFOP, Brasil
Celiane Camargo-Borges	Breda University of Applied Sciences, Países Baixos
Cledinaldo Aparecido Dias	Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES, Brasil
Cristiano Max Pereira Pinheiro	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS, Brasil
Debora Regina Schneider Locatelli	Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS, Brasil
Eduardo Paes Barreto Davel	Universidade Federal da Bahia - UFBA, Brasil
Elias José Mediotte	Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES, Brasil
Estela Najberg	Universidade Federal de Goiás - UFG, Brasil
Fabia Trentin	Universidade Federal Fluminense - UFF, Brasil
Gerardo Francisco Vergara Cañumir	Universidad Tecnológica Metropolitana - UTEM, Chile
Gonzalo Pardo Beneyto	Universitat de València, Espanha
Greg Richards	Tilburg University, Países Baixos
Gustavo Melo Silva	Universidade Federal de São João Del Rey - UFSJ, Brasil
Henrique Muzzio	Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Brasil
João Luiz de Figueiredo Silva	ESPM Rio, Brasil
Lénia Marques	Erasmus University Rotterdam, Países Baixos
Leonardo Secchi	Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC, Brasil
Lia Calabre	Cátedra Unesco de Políticas Culturais e Gestão - FCRB, Brasil
Luciana Lima Guilherme	ESPM Rio, Brasil
Luís Miguel Lopes Teixeira	Universidade Católica Portuguesa - UCP, Portugal
Magnus Luiz Emmendoerfer	Universidade Federal de Viçosa - UFV, Brasil
Marcos Eduardo Carvalho Gonçalves Knupp	Universidade Federal de Ouro Preto- UFOP, Brasil
Mario Vasconcellos Sobrinho	Universidade do Amazonas - UNAMA, Brasil
Mary Sandra Guerra Ashton	Universidade FEEVALE, Brasil
Nancy Duxbury	Universidade de Coimbra, Portugal
Pablo Peron de Paula	Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES, Brasil
Thiago Duarte Pimentel	Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF, Brasil

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem ao fomento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Brasil - CNPq, e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, bem como aos pesquisadores e membros da rede da *UNESCO Chair in Creative Economy & Public Policies*, sediada no Grupo de Pesquisa em Gestão e Desenvolvimento de Territórios Criativos (GDTeC) do Núcleo de Administração e Políticas Públicas (NAP2) no Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Viçosa (UFV), Brasil.

Adicionalmente agradecemos à Universidade Estadual do Tocantins pelo apoio financeiro (chamada interna, edital N° 01/2025) necessário para a divulgação deste livro em novembro de 2025, na Conferência internacional “TMS ALGARVE 2025: *Technology and Sustainability Challenges in Tourism, Hospitality, and Management*”.

SUMÁRIO

PREFÁCIO	7
UNESCO Chair in Creative Economy & Public Policies	
INTRODUÇÃO	8
Magnus Luiz Emmendoerfer Eduardo Paes Barreto Davel Jorge Leal da Silva	
CAPÍTULO 1	16
Pesquisa documental com abordagem qualitativa: aportes teóricos e propostas de desenhos de pesquisa em Economia Criativa	
Débora Fernandes Pessoa Madeira Luciene Rinaldi Colli	
CAPÍTULO 2	37
O Poder das Imagens: métodos e aplicações dos dados visuais em pesquisas qualitativas	
Guilherme Pinto Ferreira Lucas Olivera Fontes	
CAPÍTULO 3	52
Estudo de Caso na Economia Criativa	
Daniela Lacerda da Silva Leonôr de Carvalho Soares	
CAPÍTULO 4	66
A encruzilhada da Economia Criativa: resistência cultural ou armadilha capitalista?	
Alice Albano Coelho Marques Silva Thaisy Alves Amorim	
CAPÍTULO 5	88
Metodologia em Foco: a Relevância da Observação Participante na Pesquisa Qualitativa	
Letícia Gomes Almeida Paulo Aguiar de Andrade Lima Neto Nanci Fernandes de Paula	

CAPÍTULO 6 Process Tracing e Economia Criativa Ludmila Vieira Coelho Gomes Ludimila Rayana Silva de Jesus Alan Ferreira de Freitas	102
CAPÍTULO 7 Pesquisa-Ação: definições e possibilidades de aplicação Liana do Vale Reis Lobato	111
CAPÍTULO 8 Método Etnográfico: explorando conexões com a Economia Criativa Adrielle Gonçalves Santos Danielly Roberta Silva Sant'Ana	125
CAPÍTULO 9 Investigando memórias: o método da História Oral na autogestão, cultura e trabalho Cainã Cindra Castro Juliana Paula Gonçalves	138
CAPÍTULO 10 Grupos Focais e Economia Criativa: aplicações em pesquisas sobre Atividades Econômicas de base Religiosa, Indústria Audiovisual e Empreendedorismo Feminino Carmen Lorena Marengo Luna Davi Gomes Milagres	151
CAPÍTULO 11 Análise de Conteúdo aplicada à Economia Criativa Gianini Scarllat Coelho da Cruz Karolina Correia de Oliveira	165
CAPÍTULO 12 Análise do Discurso: conceitos, método e suas aplicações no âmbito da Economia Criativa Fabio Jaderson Miguel Reis Valkíria Müller Coelho	178
CAPÍTULO 13 Estudos Críticos Discursivos em Economia Criativa Jorge Leal da Silva Anthony Alves da Rocha Thuner	195
POSFÁCIO Luciana Lima Guilherme	218

PREFÁCIO

UNESCO Chair in Creative Economy & Public Policies

Este livro reflete os esforços e resultados de uma entidade coletiva e em rede de nível global. Neste sentido, entendemos que seria justo que a autoria desse texto preliminar fosse em nome de tod@s. Logo, optamos pela assinatura institucional que nos representa no caso: *UNESCO Chair in Creative Economy & Public Policies* (CEPP).

Esta Cátedra Unesco foi institucionalmente reconhecida em maio de 2022 com sede na Universidade Federal de Viçosa (UFV). É uma rede que congrega mais de 20 Instituições de Ensino Superior em todas as cinco regiões do Brasil, além de universidades estrangeiras, sociedades científicas e organizações não acadêmicas.

Apoiando-se em uma abordagem interdisciplinar, esta Cátedra atua como um centro de excelência voltado à produção e disseminação de conhecimento sobre Economia Criativa e Políticas Públicas. Seus eixos de atuação incluem o incentivo à pesquisa acadêmica, a formação de profissionais e pesquisadores, a articulação de redes colaborativas e o fomento à implementação de políticas públicas informadas por evidências. Dentre seus objetivos estratégicos, destacam-se: a criação de uma biblioteca virtual de acesso aberto via plataforma Zenodo; o desenvolvimento de programas de capacitação para diferentes públicos; a promoção de eventos que favoreçam o intercâmbio de saberes; e a ampliação do diálogo entre academia, governo, sociedade civil e setores criativos.

Como uma entrega desse movimento da Cátedra, esta obra está inserida num contexto de valorização do conhecimento como instrumento de transformação social. Ao reunir pessoas pesquisadoras comprometidas com metodologias científicas com enfoque qualitativo, aplicadas à complexidade da Economia Criativa, o livro contribui para o fortalecimento de uma agenda pública inovadora, democrática e conectada às realidades locais e globais. Espera-se que esta publicação inspire novas investigações, colaborações e ações concretas em prol de uma economia mais criativa, inclusiva e sustentável. Boa leitura e faça bom uso desse conhecimento!

INTRODUÇÃO

Magnus Luiz Emmendoerfer

Eduardo Paes Barreto Davel

Jorge Leal da Silva

Este livro busca contribuir com a realização de pesquisas e geração de conhecimento no campo da Economia Criativa. Antes de adentrarmos nos métodos, vamos entender alguns contextos e pontos de partida: o que significa Economia Criativa (EC)? EC constitui um campo de produção de conhecimento? Qual é o papel dos métodos qualitativos nesse contexto? O que este livro pode oferecer por meio de seus diversos capítulos? Nesta introdução, conheceremos o propósito deste livro, ao tratarmos dessas questões.

■ SIGNIFICÂNCIAS DA ECONOMIA CRIATIVA

Economia Criativa (EC), juntamente com termos como “economia da cultura” e “indústrias criativas”, representa uma realidade que congrega formas originais e derivadas de pensamento, produção, gestão e compartilhamento de bens materiais e simbólicos. A EC surge da intersecção entre desenvolvimento, economia, cultura e sustentabilidade, onde o desenvolvimento ganha novas diretrizes para além do economicismo, e a cultura revela sua importante dimensão socioambiental, econômica e política. Logo, EC pode significar pelo menos três sentidos não excludentes, coadunando com os capítulos da coletânea “Por um Brasil Criativo: Significados, Desafios e Perspectivas da Economia Criativa Brasileira” (Leitão; Machado, 2016) que podem compor um campo de conhecimento pluralista de práticas pautadas em múltiplas:

1. **Relações** - EC pode ser vista a priori como uma mediação entre cultura e desenvolvimento. Historicamente, ela surge das políticas econômicas e culturais das últimas décadas, reconhecendo a crescente demanda por bens culturais e o potencial da cultura para gerar riqueza e inovação. Inclusive a EC se expande por meio das relações pautadas nas afinidades e nas diversidades;

2. **Definições:** O debate entre “indústrias culturais” e “indústrias criativas” reflete diferentes visões sobre o papel da cultura na economia ao longo de décadas em diferentes territórios, ao mesmo tempo a EC revela a necessidade de equilibrar perspectivas economicistas com abordagens mais amplas que considerem múltiplas dimensões como a social, tecnológica, ambiental e políticas. Além disso, a economia criativa também contempla outras economias como a (circular, solidária, popular, digital, biocultural etc.) ao se revelar em suas práticas ou na intersecção delas por meio de inovações, novas ocupações, novos produtos e serviços nos territórios;
3. **Expressões produtivas e organizacionais:** a EC expande o núcleo das atividades culturais mais tradicionais e artesanais, incorporando indústrias de copyright (como audiovisual, música, inovações) e as indústrias parcialmente de copyright (como a da moda, têxtil e calçadista). As expressões e atividades produtivas da EC podem compor territórios criativos, com arranjos e aglomerações como o turismo cultural, o gastronômico, e até a recuperação de áreas urbanas degradadas. A abrangência também se reflete na multiplicidade de formatos dos empreendimentos criativos. Eles podem ser individuais ou em grupo, com ou sem fins lucrativos, formais ou informais, e atuar em escalas que vão do local ao global. Além disso, o desenvolvimento da EC requer organizações e prestação de serviços de gestão e financiamento especializados e atentos às peculiaridades desse campo diversificado e multifacetado.

■ PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM EC

A produção de conhecimento em economia criativa caracteriza-se por uma dinâmica complexa e rica de articulação entre movimentos prático e acadêmico, configurando um modelo de geração de saberes que transcende as fronteiras tradicionais entre teoria e aplicação. Esta articulação, longe de ser meramente instrumental, constitui uma característica estrutural do campo, refletindo a própria natureza da economia criativa como fenômeno que combina dimensões econômicas, culturais, sociais e tecnológicas.

O **movimento prático**, desenvolvido por agentes públicos, empreendedores criativos, consultores e organizações especializadas, contribui com conhecimentos orientados para a aplicação, a experimentação e a inovação. Estes conhecimentos, gerados através de pesquisas profissionais, técnicas

e tecnológicas, caracterizam-se pela relevância prática e pela capacidade de resposta a demandas concretas do campo.

O **movimento acadêmico**, desenvolvido em universidades e centros especializados de pesquisa, contribui com conhecimentos orientados para a compreensão teórica, a sistematização conceitual e o avanço científico. Estes conhecimentos, gerados através de pesquisas científicas rigorosas, caracterizam-se pela profundidade analítica e pela contribuição para o corpus teórico da área.

As interconexões entre estes movimentos, manifestadas através de pesquisas aplicadas, parcerias institucionais, transferência de conhecimento, formação integrada e redes colaborativas, constituem o elemento mais distintivo da produção de conhecimento em economia criativa. Estas interconexões criam um ecossistema dinâmico de geração, validação e aplicação de conhecimentos que potencializa as capacidades de ambos os movimentos e contribui para o desenvolvimento sustentável do campo.

MÉTODOS QUALITATIVOS COMO DESAFIO PARA O AVANÇO DO CONHECIMENTO EM ECONOMIA CRIATIVA

As oportunidades oferecidas pelas tecnologias de informação e comunicação (TICs) e pelas metodologias científicas, neste caso, por meio de métodos qualitativos apontam para possibilidades de aprofundamento desta articulação, com potencial para gerar conhecimentos ainda mais relevantes e aplicáveis, não apenas para o desenvolvimento da economia criativa, mas também para a reflexão sobre novas formas de produção de conhecimento em outros campos de conhecimento e prática.

A consolidação e o aprofundamento desta articulação dependem do reconhecimento de sua importância por parte dos diferentes atores envolvidos, do desenvolvimento de mecanismos institucionais adequados e do investimento em capacidades de pesquisa e aplicação. Neste sentido, a produção de conhecimento em economia criativa constitui não apenas um objeto de estudo, mas também um laboratório de experimentação de novas formas de articulação entre conhecimento e prática, com potencial para contribuir para o desenvolvimento de modelos mais integrados e efetivos de produção de saberes.

A pesquisa em EC está carente de referências metodológicas que lhe ajude a investigar considerando especificidades e singularidades deste campo de conhecimento e de práticas. Um esforço contemporâneo nesse sentido foi realizado por Wesner (2025) em seu livro originalmente publicado na língua inglesa sobre “Pesquisando as Indústrias Criativas e Culturais” (tradução

nossa), que apresenta com detalhes vários métodos qualitativos possíveis de serem aplicados no contexto da Economia Criativa, o que é algo importante para aproximar a ciência desse campo de conhecimento e de práticas. Todavia, essa obra não se aprofunda em apresentar e discutir evidências de aplicações desses métodos para além de suas potencialidades. Algo que o presente livro sobre Métodos Qualitativos Aplicados em Economia Criativa busca avançar!

■ CONTRIBUIÇÕES DOS CAPÍTULOS DESTA OBRA

Os treze capítulos do livro fornecem caminhos para usar métodos em EC, mas não representam uma sequência fixa ou predeterminada. Podem ser combinados e utilizados conforme as necessidades e tipos de investigação. Por assim compreender, a obra *“Métodos Qualitativos Aplicados em Economia Criativa”*, como campo de investigação contemporâneo e multifacetado, mobiliza todo um arsenal metodológico sofisticado e ao mesmo tempo, exemplificativo com ilustrações ao final de cada capítulo. Caro leitor(a), os capítulos são um conjunto de partes a formar um todo, entretanto, três são os agrupamentos possíveis entre eles que encontramos para melhor compreensão: o das (i) técnicas de coleta de dados, o das (ii) abordagens metodológicas e (iii) o das estratégias analíticas que permitem uma compreensão aprofundada de suas dinâmicas intrínsecas e extrínsecas.

No primeiro agrupamento (capítulos 1, 2, 5 e 10), a versar sobre técnicas metodológicas, há algumas observações. A acuidade da investigação em Economia Criativa reside na capacidade de empregar técnicas de coleta que permitam a apreensão de dados ricos e contextualmente densos. O primeiro emprego de técnica está no capítulo 1, que estabelece o fundamento epistemológico da pesquisa documental qualitativa, delineando arcabouços teóricos para a construção de desenhos de pesquisa que permitam a análise sistemática de fontes textuais e não textuais, provendo insights diacrônicos e sincrônicos sobre a evolução e as manifestações da Economia Criativa. No capítulo 2 especial convite é feito a compreender a iconografia como fonte primária de dados, explorando metodologias para a coleta, organização e análise de dados visuais. Discute-se ainda o potencial heurístico das imagens para a desvelação de dimensões simbólicas, estéticas e sociais intrínsecas aos fenômenos da Economia Criativa. O capítulo 5 enfoca a observação participante como dispositivo etnográfico, ressaltando sua capacidade de imersão no campo, permitindo ao pesquisador compreender as práticas sociais e interações contextuais que delineiam os ambientes da Economia Criativa, acessando camadas de significado inacessíveis por outros métodos. E por

fim, o capítulo 10 que explora a técnica de grupo focal como instrumento para elicitare percepções, atitudes e representações sociais. O capítulo demonstra sua aplicação multifacetada em domínios específicos da Economia Criativa, como atividades de base religiosa, o setor audiovisual e as iniciativas de empreendedorismo feminino, evidenciando sua aptidão para captar dinâmicas coletivas e consensos emergentes.

No segundo agrupamento (capítulos 3, 4, 6, 7, 8 e 9), explora-se, em essência, abordagens metodológicas. E isto porque para transcender a mera descrição e alcançar a explicitação de causalidades e processos complexos na Economia Criativa, faz-se imperativo o emprego de abordagens metodológicas robustas. O capítulo 3 examina, nesta configuração, a metodologia de estudo de caso como estratégia de investigação intensiva, apta a prover uma compreensão holística de fenômenos contemporâneos em seu contexto real. Detalha a seleção de casos, a triangulação de dados e a inferência analítica para a generalização teórica a partir de unidades de análise circunscritas na Economia Criativa. O capítulo 4 propõe uma abordagem investigativa crítica, que transcende a descrição para questionar implicações sociais, políticas e econômicas. Posiciona-se no cerne do debate sobre sua natureza como espaço de resistência cultural ou de instrumentalização sob a lógica capitalista, exigindo uma postura analítica e reflexiva. E isto sob o prisma do método biográfico. O capítulo 6 introduz o *process tracing* como método para desvendar as cadeias causais e mecanismos subjacentes que levam a resultados específicos da realidade. Sua aplicação na Economia Criativa permite reconstruir trajetórias e elucidar as sequências de eventos que conectam causas a efeitos em fenômenos criativos e econômicos. No capítulo 7 aborda-se a pesquisa-ação como paradigma de investigação-intervenção, no qual o conhecimento é construído em colaboração com os atores do campo, visando não apenas à compreensão, mas também à transformação das realidades na Economia Criativa por meio de ciclos reflexivos e participativos. Já no capítulo 8 o método etnográfico é lido como abordagem imersiva e holística para a compreensão cultural de grupos e práticas inseridos na Economia Criativa. Enfatiza-se a densidade descritiva e a análise interpretativa das lógicas internas que orientam a produção e o consumo cultural. E por fim, no capítulo 9, os autores tratam da história oral como método para a construção de narrativas históricas a partir de experiências vividas. Sua relevância na Economia Criativa reside na capacidade de recuperar memórias sobre autogestão, práticas culturais e transformações no mundo do trabalho, oferecendo perspectivas subjetivas e enriquecedoras.

No terceiro e último agrupamento (capítulos 11, 12 e 13), o leitor encontrará capítulos com abordagens **analíticas** cujo objetivo comum é a construção

de sentidos, e das subjetividades, a partir dos dados. Compreende-se que a inferência e a interpretação dos dados em pesquisa qualitativa demandam abordagens analíticas rigorosas, capazes de desvelar padrões, significados e ideologias subjacentes justamente por se ver, mesmo após o positivismo, críticas aos critérios de escolha de textos para se analisar em profundidade. Por essa razão, o capítulo 11 apresenta a análise de conteúdo como método sistemático para a objetivação e quantificação/categorização de mensagens e significados em dados textuais e midiáticos. Sua aplicação na Economia Criativa permite identificar tendências, temas recorrentes e categorias analíticas em um volume substancial de informações. O capítulo 12 complementa ao aprofundar a análise do discurso como metodologia que transcende o “o que é dito” para investigar “como é dito” e “por que é dito”. Explora as construções de sentido, relações de poder e ideologias que permeiam os discursos sobre a Economia Criativa. Por fim, e para finalizar o livro, o capítulo 13 leva a análise do discurso a um patamar crítico, examinando as interconexões entre linguagem, poder e sociedade. Neste capítulo, a Economia Criativa é investigada como um domínio discursivamente construído, revelando as disputas hegemônicas e as possibilidades de agência em sua conformação. As aplicações são coladas no sentido de que a análise de discurso pode ser sempre mais verticalizada.

REFERÊNCIAS

- BANDEIRA, M. G. Políticas criativas para um novo ecossistema cultural. In: BANDEIRA, M. G.; COSTA, L. C. (Eds.). **Dimensões Criativas da Economia da Cultura**: Primeiras Observações. Salvador: EDUFBA, 2015.
- BENHAMOU, F. **A economia da cultura**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2007.
- BERNARD, M. d.; COMUNIAN, R.; GROSS, J. Cultural and creative ecosystems: a review of theories and methods, towards a new research agenda. **Cultural Trends**, v. 31, n. 4, p. 332-353, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1080/09548963.2021.2004073>.
- BERTINI, A. **Economia da Cultura**: A indústria do entretenimento e o audiovisual no Brasil. São Paulo: Editora Saraiva, 2008.
- BOLANO, C.; GOLIN, C.; BRITTOS, V. (Eds.). **Economia da arte e da cultura**. São Paulo: Itaú Cultural, 2010.
- BUETTGEN, J. J.; FREDER, S. M. (Eds.). **Economia criativa**: inovação, cultura, tecnologia e desenvolvimento. Curitiba: Jurua Editora, 2015.
- CANEDO, D.; DANTAS, M. Da economia da cultura à economia criativa: considerações sobre a dualidade entre cultura e economia. In: VLADI, N. (Ed.). **Olhares interdisciplinares**: fundamentos em cultura, linguagens e tecnologias aplicadas. Cruz das Almas: Editora UFRB, 2016.
- CAVES, R. **Creative industries**: contracts between art and commerce. Cambridge: Harvard University Press, 2000.
- DAVIS, R.; SIGTHORSSON, G. **Introducing the creative industries**: From theory to practice. London: Sage Publications, 2013.
- DU GAY, P.; PRYKE, M. **Cultural economy**: cultural analysis and commercial life. London: Sage Publications, 2002.
- GINSBURGH, V. A.; THROSBY, D. (Eds.). **Handbook of the Economics of Art and Culture**. Oxford: North-Holland, 2013.
- GREFFE, X. **Arte e mercado**. São Paulo: Iluminuras, Itaú Cultural, 2013.
- HARTLEY, J. (Ed.). **Creative industries**. Oxford: Blackwell Publishing, 2005.
- HARTLEY, J.; WEN, W.; LI, H. S. **Creative Economy and Culture**: Challenges, Changes and Futures for the Creative Industries. Los Angeles: Sage Publications, 2015.
- HESMONDHALGH, D. **The Cultural Industries**. Los Angeles: Sage Publications, 2007.
- JONES, C.; LORENZEN, M.; SAPSED, J. (Eds.). **The Oxford Handbook of Creative Industries**. Oxford: Oxford University Press, 2015.
- KHAIRE, M. **Culture and Commerce**: the Value of Entrepreneurship in Creative Industries. Stanford: Stanford University Press, 2017.
- KOIVUNEN, N.; REHN, A. (Eds.). **Creativity and the contemporary economy**. Copenhagen: Copenhagen Business School Press, 2009.
- KON, A. On the creative economy chain in Brazil: potential and challenges. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 36, n. 1, p. 168-189, 2016.
- LEITÃO, C. S.; MACHADO, A. F. (Eds.). **Por um Brasil Criativo**: significados, desafios e perspectivas da economia criativa brasileira. Belo Horizonte: Código, 2016. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1h7tz6ZP5rbeus6IP0zc1cEyhD4q0WN2/view?usp=drive_link. Acesso em: 10 jul. 2025.

- MENGER, P.-M. **The Economics of Creativity: Art and Achievement under Uncertainty**. Cambridge: Harvard University Press, 2014.
- MIGUEZ, P. Os estudos da economia da cultura e indústrias criativas. In: WOOD JR., T. et al. (Eds.). **Indústrias Criativas no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2009.
- MOULD, O. **Urban Subversion and the Creative City**. London: Routledge, 2016.
- PECHLANER, H.; INNERHOFER, E.; BORIN, E. (Eds.). **Entrepreneurship in Culture and Creative Industries**. Cham: Springer, 2018.
- PRATT, A. C.; JEFFCUTT, P. (Eds.). **Creativity, Innovation and the Cultural Economy**. London: Routledge, 2009.
- STANKEVIČIENĖ, J. et al. Creative ecologies: developing and managing new concepts of creative economy. **Business, Management and Education**, v. 9, n. 2, p. 277-294, 2011.
- THROSBY, D. **The economics of cultural policy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- TOWNLEY, B.; ROSCOE, P.; SEARLE, N. **Creating Economy: Enterprise, Intellectual Property, and the Valuation of Goods**. Oxford: Oxford University Press, 2019.
- VALIATI, L.; FIALHO, A. L. d. N. (Eds.). **Atlas econômico da cultura brasileira: metodologia I**. v. 1. Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2017.
- VALIATI, L.; FIALHO, A. L. d. N. (Eds.). **Atlas econômico da cultura brasileira: metodologia II**. v. 2. Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2017.
- WESNER, S. **Researching the creative and cultural industries: a guide to qualitative research**. New York: Routledge, 2025.

CAPÍTULO 1

Pesquisa documental com abordagem qualitativa: aportes teóricos e propostas de desenhos de pesquisa em Economia Criativa

Débora Fernandes Pessoa Madeira

Luciene Rinaldi Colli

■ INTRODUÇÃO

Este capítulo trata da pesquisa documental em busca de delimitar o conceito de documento, bem como definir este tipo de pesquisa e suas aplicações no desenvolvimento de pesquisas qualitativas no campo das ciências sociais e, especialmente, no campo da economia criativa. A partir dos estudos realizados, a pesquisa se valeu de um referencial bibliográfico sobre pesquisa documental, que a referendou. Além disso, foram selecionados no Portal de Periódicos Capes, pelo acesso CAFE, artigos construídos a partir da pesquisa com documentos tratada metodologicamente. Foram usados os descritores “pesquisa documental”, “documento”, “análise documental” e os resultados foram refinados para selecionar textos do campo de investigação em ciências sociais e humanas. Realizou-se a busca dos termos “economia criativa” e “pesquisa documental” para o desenvolvimento de aplicações da pesquisa documental no campo da economia criativa. Trata-se, portanto, de uma pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa.

A partir da compreensão de que a pesquisa documental tem por objetivo representar o que o documento informa e da premissa de que a análise dos documentos objetiva reelaborar ou criar novas formas de compreender os fenômenos, tem-se que este método de pesquisa é utilizado quando se pode contextualizar, nos fatos históricos e nos momentos em que eles se deram, a elaboração do documento pesquisado. E, porquanto seja a pesquisa documental uma forma de representar o conteúdo do documento, “facilitando sua consulta e referência” (Bardin, 2011, p. 45), considera-se que “os documentos não existem isoladamente, mas precisam ser situados em uma estrutura teórica

para que o seu conteúdo seja entendido” (May 2004, *apud* Sá-Silva, 2009, p.10). Portanto, se o documento não puder ser situado em uma estrutura, a pesquisa documental não poderá ser realizada. E essa é uma das vantagens que aponta Cellard (2012) quando, sobre o tema, destaca que “trata-se de um método de coleta de dados que elimina, ao menos em parte, a eventualidade de qualquer influência [...] eliminando a possibilidade de reação do sujeito à operação de medida” (Cellard, 2012, p.295).

Este capítulo foi dividido em duas partes centrais de modo que, na primeira parte, tratou-se do conceito, das metodologias e das técnicas de pesquisa que caracterizam a pesquisa documental. Na segunda parte foram apresentadas aplicações da pesquisa documental no campo da economia criativa, que se encontra em desenvolvimento no Brasil e no mundo.

■ TEORIAS, CONCEITOS E APORTES METODOLÓGICOS

O uso da pesquisa documental e a compreensão de sua indicação, alcance, restrições e limitações nas ciências sociais aplicadas demandam a análise da palavra *documento* para demonstrar a sua utilidade na pesquisa científica. No dicionário Michaelis *on line* é atribuído o seguinte significado à palavra:

Qualquer escrito ou impresso que fornece uma informação ou prova, usado para esclarecimento de algo. 2 por ext. Qualquer elemento com valor documental (fotos, filmes, papéis, peças, fitas de gravações, construções, objetos de arte etc.) capaz de provar, elucidar, instruir um processo, comprovar a veracidade ou evidência científica de algum fato, acontecimento, teoria, declaração etc. 3 por ext. Escrito ou impresso que fornece informação ou prova; atestado, comprovante. 4 Cada um dos escritos oficiais que se referem à vida de um indivíduo (certidão de nascimento, de casamento; carteira de identidade, diploma, título, certificados de cursos etc.), a um objeto (certidões ou certificados de carros, joias etc., escritura de propriedades, documentação de créditos bancários etc.) ou a uma instituição (abertura de firmas, atestados ou reconhecimentos escolares, autorizações de clubes, informações contábeis etc.). 5 por ext. Escrito ou registro oficial que identifica o portador. 6 por ext. Qualquer registro escrito. 7 Jur Instrumento escrito que, por direito, faz fé daquilo que atesta, podendo legalmente instruir ou esclarecer algum processo judicial; título, contrato, escritura, declaração, atestado, testemunho. 8 Hist. Qualquer objeto, prova, testemunho etc. que possa servir de confirmação

para conferir autenticidade a um fato histórico qualquer.⁹ obsol. Aquilo que ensina, que serve de recomendação, aviso ou exemplo. Documentos sm pl vulg Partes que compõem o órgão sexual masculino. EXPRESSÕES Documento autêntico, Jur: aquele lavrado de acordo com as exigências legais e cuja assinatura, particular ou pública, é verdadeira; em geral é exarado de um oficial público ou com a intervenção deste. Documento particular, Jur: aquele lavrado e firmado de particular para particular, sem a intervenção de órgão ou oficial público. Documento público, Jur: aquele que é lavrado por um oficial público ou é emitido por uma autoridade pública. (Michaelis, *on line*)

De seus possíveis usos e significações, depreende-se que ao documento se atribui o sentido de prova, enquanto elemento material capaz de comprovar um fato, um acontecimento. E, enquanto tal, poderá se apresentar em diversos formatos como papel escrito, fotografia, filme, construção e inclusive falas e avisos que, materialmente, possibilitam a produção probatória que se pretende. Há, portanto, uma estreita relação, neste conceito, entre documento e prova. Esta concepção conceitual de documento é fruto de uma visão positivista, a partir da qual o documento é concebido como objeto de prova escrita, capaz de demonstrar a ocorrência de um determinado fato. Sá-Silva *et al* (2009) mencionam, a esse respeito, que:

A palavra documento como sentido de prova jurídica é (sic) representação que se mantém até a atualidade, já era usada pelos romanos, tendo sido retomada na Europa Ocidental do séc. XVII. Assim, os historiadores positivistas, ao se apropriarem do termo, conservam seu sentido de prova, agora não mais jurídica, e sim com *status* científico (Sá-Silva, *et al*, 2009, p. 7).

No entanto, como um material profícuo para ser utilizado nas pesquisas em ciências sociais aplicadas, esta definição é restrita e não alcança o real sentido do documento. O questionamento desta visão restrita de documento enquanto um registro capaz de provar algo foi protagonizado pela Escola de Annales, quando então os documentos, em ciências sociais aplicadas, passam a ser concebidos como registros das atividades humanas desenvolvidas em um determinado tempo e contexto histórico (Cellard, 2012). Para Montão e Cruz:

as produções dos Annales e dos materialistas históricos possibilitaram uma renovação na pesquisa histórica, pois o fato histórico passou a ser compreendido como uma cons-

trução do historiador a partir da relação entre elementos do presente e do passado (Montão; Cruz, 2021, p. 730).

Assim, os documentos representam mais do que provas, são eles objeto da construção social (Silva, *et al*, 2009). Assim, tudo que nos remonta ao passado é documento ou fonte de pesquisa para apuração da realidade social. Um documento pode ser classificado como público quando for lavrado por um oficial público ou emitido por uma autoridade pública, quando figura arquivo oficial; ou privado, produzidos em organizações privadas ou por pessoas humanas (Cellard, 2012), sem a intervenção de órgão ou oficial público.

Concebida a definição de documento como sendo a materialização de um fato que já passou, enquanto tal ele não se restringe a um formato. Em razão disso, o documento pode se materializar de diversas formas, podendo ser classificado como documento original, como cópia, minuta rascunho e, quanto ao seu formato, ele pode ter sido confeccionado em cadernos, cartazes, dispositivos, *e-books*, folhas, livros, mapas, rolos de filme, dentre outros (Silva *et al*, 2009).

Na pesquisa documental, o objeto de análise é o conjunto de documentos que foram coletados para a produção científica, devendo ser classificados para que possam ser analisados. Na descrição da metodologia, a pesquisa de documentos por vezes é concebida como procedimento de pesquisa, estratégia de pesquisa, delineamento e metodologia de pesquisa documental e ainda método documental, técnica documental. Mas afinal de contas, o termo pesquisa documental é o mais adequado?

A resposta a esta pergunta se estrutura nas referências bibliográficas consultadas para a elaboração deste capítulo, onde se compreende que o uso de documentos é em si uma pesquisa científica, e não um procedimento, estratégia ou técnica documental. Sá-Silva, *et al* (2009) esclarecem que a pesquisa é caracterizada por uma investigação em algum campo da ciência e “quando um pesquisador utiliza documentos objetivando extrair deles informações, ele o faz investigando, examinando, usando técnicas apropriadas para o seu manuseio e análise” (Sá-Silva, *et al*, 2009, p. 4). Beltrão e Nogueira (2011), no mesmo sentido, compreendem a pesquisa com documentos, um tipo de pesquisa, que pode ser produzida com o uso de diversos métodos e técnicas de pesquisa, como se verá adiante. Esclarecidos os apontamentos preliminares, se faz possível analisar quando, por quê e para quê se produz uma pesquisa documental.

■ PARA QUE ESTE MÉTODO É INDICADO?

A pesquisa documental é um tipo de pesquisa que pode ser produzida por diversos métodos ou técnicas de pesquisa. Beltrão e Nogueira (2011) ensinam que a utilização de documentos na pesquisa pode ser classificada como de centro, quando a pergunta de pesquisa será respondida a partir dos dados que serão coletados no documento e, também, quando a coleta destes dados é o ponto-chave para alcançar o objetivo geral da pesquisa. A pesquisa documental pode ser apenas uma parte da pesquisa, quando é aplicada para o alcance de um dos objetivos específicos da pesquisa, por exemplo, e, neste caso, o trabalho de pesquisa se vale de diversas técnicas e, dentre elas, a coleta e análise de documentos. Ainda, a pesquisa documental pode ser realizada como um complemento, quando a pesquisa não se funda na documentação, mas apenas informa os documentos que podem subsidiar a análise realizada (Beltrão; Nogueira, 2011).

Neste capítulo, a pesquisa documental é tratada como pesquisa de centro, com abordagem qualitativa e o que se pretende é subsidiar a construção de um bom modelo de análise. Ela se justifica quando, no objeto de análise, for identificada a necessidade de reconstrução de um fato do passado, ou quando se pretende construir a investigação sob uma perspectiva sociohistórica (Silva *et al*, 2011):

A riqueza de informações que deles podemos extrair e resgatar justifica o seu uso em várias áreas das Ciências Humanas e sociais porque possibilita ampliar o entendimento de objetos cuja compreensão necessita de contextualização histórica e sociocultural (Sá-Silva *et al*, 2009, p. 2).

A investigação ou pesquisa documental permite que seja acrescida a dimensão tempo à compreensão do social (Sá-Silva, *et al*, 2009). Isto quer dizer que, quando se investiga um fato social a partir do que se observa nos documentos coletados, se faz relevante compreender o tempo em que o documento foi produzido, as práticas sociais daquele contexto e identificar, a partir daí a evolução “de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades e práticas” (Sá-Silva, *et al*, 2009, p. 2). E o pesquisador precisa definir o que pretende encontrar nos dados que serão analisados.

A pesquisa documental é, portanto, um tipo de investigação que permite analisar como as práticas sociais ocorrem em um determinado contexto temporal e social. A dimensão sociohistórica, própria dos estudos no campo

das ciências sociais, é uma justificativa importante para a escolha deste tipo de investigação. Afinal, a pesquisa documental acrescentará o tempo à compreensão do social.

■ COMO ESTE MÉTODO FUNCIONA?

A coleta de documentos deve ser precedida pela construção do modelo de análise, de uma pergunta de pesquisa e de objetivos de pesquisa que possam ser alcançados por meio da coleta e análise de documentos. Para Silva *et al* (2009), a primeira etapa da pesquisa documental é a preparação do material, o que se dá pelo reconhecimento das potenciais fontes de informações, a elaboração de critérios de busca e classificação dos documentos, a localização dos textos¹¹ que guardam relação com os objetivos da pesquisa e a avaliação da credibilidade e representatividade dos textos.

Preparado o material, Cellard (2012) propõe a realização de uma avaliação crítica do documento, em cinco dimensões. Uma vez coletados os documentos que serão objeto da análise, o pesquisador deve se preocupar com o contexto. Se o documento é a materialização de um fato social que ocorreu em um tempo pretérito, a sua análise deve perpassar pela compreensão do contexto social, político e cultural em que o documento está inserido. É relevante que o pesquisador compreenda que “um documento não é neutro, que sempre carrega consigo a concepção da pessoa ou do órgão que o escreveu, faz parte da construção da pesquisa histórica” (Grazziotin, *et al*, 2022, p. 11). Entende-se, neste capítulo, que a avaliação crítica alcança profundidade a partir da observação das dimensões propostas por Cellard (2012).

¹ A expressão “textos”, aqui, está sendo empregada no sentido de conteúdo presente no documento, o que se pode ler da documentação a ser analisada.

Quadro 1: síntese das dimensões/etapas da avaliação crítica documental

Dimensões da avaliação crítica do documento (Cellard, 2012)		
Dimensão	Descrição	O que se deve analisar na prática
Primeira dimensão: o contexto	Trata-se de um exame social global em que o. ou os documentos foram produzidos.	O contexto social, político e econômico em que os documentos foram produzidos.
Segunda dimensão: o, ou os autores	Trata-se da elucidação da identidade do autor do documento.	O gênero do autor, o cargo que ocupava no contexto, sua idade são exemplos de dados da identidade, mas os dados da identidade que serão relevados dependem dos objetivos da pesquisa.
Terceira dimensão: autenticidade e confiabilidade do documento	Trata-se da descrição da forma de coleta dos dados documentais.	Informar o caminho como foi alcançado o acesso ao documento.
Quarta dimensão: natureza do texto	Trata-se da classificação do documento, dimensão que decorre da anterior.	Deixar claro se o documento é original, se é uma cópia, se ele é físico ou digital, se é filme, escrito, fotografia, etc.
Quinta dimensão: conceitos-chave e lógica interna	O pesquisador deve assegurar se consegue compreender satisfatoriamente o sentido empregado pelo autor do documento.	Consiste em atribuir significados ao texto (ao conteúdo do documento), em conformidade com o contexto, com a autoria e o tipo de documento que está sendo analisado.

Fonte: quadro elaborado pelas autoras a partir de Cellard (2012)

A partir das dimensões propostas, observa-se que a pesquisa documental possibilita e, a depender do modelo de análise, também demanda, que a investigação científica se apoie em referenciais bibliográficos, e em técnicas de pesquisa como entrevistas, questionários e observações (Beltrão; Nogueira, 2011). Uma vez organizada a documentação e compreendidas as suas dimensões de análise, é necessário analisar os dados coletados. Dada a sua natureza qualitativa, a análise dos dados deve se dar à luz da pergunta de pesquisa, relacionando os dados documentais com todos os demais obtidos na pesquisa, para relatar o percurso histórico e metodológico levado a efeito e informar os resultados.

QUAIS RECURSOS PODEM SER EMPREGADOS COM ESTE MÉTODO?

Concebida a pesquisa documental como “um procedimento que se utiliza de métodos e técnicas para a apreensão, compreensão e análise de documentos dos mais variados tipos” (Sá-Silva *et al*, 2011, p.5), o primeiro passo a ser dado é a escolha da abordagem de pesquisa. A pesquisa documental é desenvolvida em grande parte com o uso da abordagem qualitativa, sobretudo quando se pretende analisar em profundidade a realidade social retratada nos documentos. Apesar da prevalência, é possível que seja desenvolvida uma pesquisa documental com abordagem quantitativa, como por exemplo quando o estudo comporta a análise quantitativa de um banco de dados de grandes proporções. Por fim, a abordagem da pesquisa documental ainda pode ser mista, quando, por exemplo, se pretende analisar um banco de dados de menor proporção (Salge, *et al*, 2021).

Dentre os recursos que podem ser empregados em uma pesquisa documental com abordagem qualitativa, destaca-se a revisão de literatura, que permitirá uma melhor condução da pesquisa, conferindo ao/à pesquisador/a uma visão prévia acerca do contexto social em que houve a confecção do documento, das possíveis fontes de acesso à documentação. A seleção dos referenciais bibliográficos permite uma análise mais rigorosa da documentação e, por efeito, a construção de análises capazes de permitir novas descobertas no campo das ciências sociais (Salge, *et al*, 2021).

Quanto aos recursos que podem ser empregados para a coleta de dados e sua análise, é importante saber quais as fontes de dados documentais, sua natureza, e este conhecimento advirá da revisão de literatura e da elaboração de um projeto de pesquisa. Kripka, Scheller e Bonotto (2015), em alusão a Scott, destacam a importância da pré definição dos elementos do projeto, sugerindo quatro critérios: autenticidade, credibilidade ou exatidão, representatividade e significação quando da formulação da pergunta ao documento investigado, de forma a conferir-lhe sentido:

É importante lembrar que as perguntas que o pesquisador formula ao documento são tão importantes quanto o próprio documento, conferindo-lhes sentido. Além disso, para realizar a seleção de documentos Scott (1990 citado por Flick, 2009) sugere quatro critérios: autenticidade (é genuíno e de origem inquestionável? É primário ou secundário?); credibilidade ou exatidão (não contém erros e distorções?); representatividade (é típico do seu tipo? Se não for, qual a extensão dessa não tipicidade?) e sig-

nificação (é claro e compreensível?) (Kripka; Scheller; Bonotto, 2015, p. 61).

Se o pesquisador, por exemplo, for analisar o banco de dados de uma determinada instituição, muito provavelmente, tratar-se-á de um acervo documental escrito, armazenado em um determinado local. Diante disso, o pesquisador precisará de autorização para acessar os documentos, se os documentos disserem respeito a dados pessoais de pessoas humanas, será necessária autorização do conselho de ética, além de ser necessário recursos financeiros para o deslocamento do pesquisador, equipamentos que permitam fotografar ou digitalizar os documentos, para posterior análise dos mesmos, dentre tantas outras possíveis providências necessárias para viabilizar a coleta dos dados da pesquisa.

Se, de modo distinto, o acesso ao acervo puder ser feito virtualmente, é importante que seja descrito como se deu o acesso e, neste caso, o pesquisador precisará de computador, acesso à *internet* e também precisará pensar na forma de armazenamento dos dados. Na pesquisa de Guimarães (2020) por exemplo, a pesquisadora analisou os significados atribuídos ao longo do tempo às palavras “cuidador” e “cuidadora” no jornal de grande circulação Folha de São Paulo, cujo acervo documental desde a data de 1875 estava disponível gratuitamente para *download* em um endereço eletrônico explicitado pela pesquisadora. O que se depreende disso, é que o pesquisador precisa saber a fonte de acesso ao documento que é importante para a construção da pesquisa, onde podem ser localizados na busca de dados (Grazziotin; Klaus; Pereira, 2021).

Após a coleta dos dados da pesquisa documental, será necessária a realização de uma categorização, da organização dos dados, de modo a permitir fazer inferências e descobertas científicas que decorrem do que os documentos coletados podem dizer acerca do fato social que está sendo investigado. Sá-Silva (*et al*, 2009) mencionam que a categorização consiste na elaboração das categorias de análise, a partir da organização do conteúdo presente no documento coletado. A categorização é um processo de criação, ordenamento, organização e síntese” (Moraes & Galiazzi, 2011, *apud* Kripka; Scheller; Bonotto, 2015, p. 63).

Grazziotin, Klaus e Pereira (2022) propõe algumas perguntas iniciais que podem ser úteis ao pesquisador no momento de realizar essa categorização:

a) As condições de produção do documento: Quem o escreveu? Para quem? Com que finalidade? Em que época? Quais são as relações de poder contidas no documento?

b) Os procedimentos internos: Quais aspectos da escrita do texto contribuem para seu significado? c) As condições de circulação do documento: Em que lugar foi localizado, para onde foi enviado? d) As materialidades do documento: Qual o material utilizado? O que diz ou deixa de dizer? O que é possível perceber ao analisar o material? e) A preservação: Existem marcas no texto do documento que remetem a outras leituras? Que possibilidades, ao analisar o documento, permitem perceber os usos que dele foram feitos? Em que local estava guardado? Por quem foi preservado? Por quais motivos? (Grazziotin; Klaus; Pereira, 2022, p. 8).

Estas são perguntas investigativas, próprias do momento da análise dos documentos e elas podem servir de norte para a pesquisa que usa do método dedutivo quanto indutivo. Se dedutivo, a análise dos documentos deve ser feita a partir da construção de hipóteses de pesquisa e, se indutivo o método, é a partir da análise dos documentos é que as hipóteses serão desenvolvidas. A forma como o pesquisador lidará com estes documentos, considerando o contexto em que foram produzidos é explicada por Kripka, Scheller e Bonotto:

No caso do Método Dedutivo, as categorias são construídas antes de se proceder à análise do “Corpus” da pesquisa, ou seja, do texto produzido. São chamadas de categorias “a priori”, sendo deduzidas de teorias explícitas já existentes, que servem como fundamento para a pesquisa realizada. No Método Indutivo as categorias são criadas a partir das unidades de análise, por meio de comparações e de organização de ideias, visando partir de ideias particulares em direção à ideia geral, que emergem da análise do pesquisador, considerando seus conhecimentos tácitos ou de teorias implícitas, que influenciam de modo único suas percepções e interpretações. Nesse caso as categorias são chamadas de emergentes (Kripka; Scheller; Bonotto, 2015, p. 63).

A categorização pode ser feita por meio de apoio de *softwares* e o pesquisador deve analisar, na instituição em que realiza a pesquisa, quais são os softwares disponíveis para uso, se há *softwares* de apoio com acesso livre na internet. Se o documento, todavia, é um escrito arcaico, cuja análise se dará a partir da impressão da imagem, Sá-Silva (*et al*, 2009) afirma que há pesquisadores que preferem fazer anotações no próprio documento e a partir disso realizar a análise em profundidade.

■ QUANDO NÃO USAR A PESQUISA DOCUMENTAL?

Há diversas críticas e limitações associadas à realização de pesquisas documentais. Guba e Lincoln (1981 *apud* Kripka; Klaus; Pereira, 2021) apontam que os documentos nem sempre representam adequadamente os fenômenos estudados, que pode haver falta de objetividade e validade, pois os documentos, são produtos de contextos humanos e sociais e podem não oferecer dados confiáveis. Apontam também que os documentos refletem escolhas arbitrárias sobre quais aspectos ou temáticas enfatizar. Cellard (2012) destaca que a procedência do documento é imprescindível, assim como a observância da relação entre o autor e o que ele escreve. Isto porque o documento é algo que o pesquisador não domina, apenas o pesquisa e o analisa.

Flick (2009 *apud* Kripka; Klaus; Pereira, 2021) destaca outras dificuldades, como limitações de recursos que podem obrigar o pesquisador a selecionar apenas parte do material disponível. Além disso, problemas como documentos ilegíveis por estarem manuscritos ou danificados dificultam sua utilização. Ele também ressalta a importância de analisar quem produziu os documentos e com qual finalidade, considerando a possibilidade de omissões, erros ou distorções que comprometam a credibilidade das informações. Daí resulta que a pesquisa documental poderá ser realizada se for possível aferir a relação do documento com o seu autor e as influências- sociais, econômicas, políticas, dentre outras - que permearam sua elaboração.

Na análise documental ao pesquisador cabe aferir a qualidade da informação que o documento transmite, a sua procedência. Assim, o percurso metodológico na pesquisa documental deve se voltar à identificação e caracterização dos documentos confiáveis e não confiáveis (o que poderá ser aferido nas fontes documentais pesquisadas). Em alusão aos estudos de Cellard, dado o viés interpretativo da pesquisa documental, as interpretações precisam se teoricamente situadas, devendo se “alinhar com o *corpus* construído durante a pesquisa e com a busca por referências bibliográficas para fundamentar afirmações” (Silva *et al*, 2014, p.25). Não sendo situadas, não há como identificá-las no *locus* espacial, temporal, cultural, político e social em que os documentos foram construídos.

Por isso e, não sem razão, Silva *et al* (2014) afirmam que, para que a pesquisa documental seja levada a efeito, será necessário o rigor científico e em virtude disso a pesquisa documental é alvo de constante aperfeiçoamento ou questionamento, dado o necessário rigor em seus procedimentos. Sem o rigor científico, que é indispensável, e sem a necessária identificação do percurso metodológico utilizado na pesquisa, a possibilitar a identificação e

caracterização da confiabilidade dos documentos analisados e pesquisados, a pesquisa documental não poderá ser realizada.

O QUE DEVE SER FEITO EM SITUAÇÕES DE IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DE ALGUMA FASE/PRINCÍPIO/ PRESSUPOSTO DO MÉTODO?

O documento, objeto da análise e da pesquisa, deverá ser confiável e ter credibilidade. A ausência destes critérios fará com que a pesquisa, da mesma forma, não seja confiável e, portanto, não se preste aos fins a que se destina, não externando confiabilidade e solidez às explicações por ela alcançadas. Em situações em que a pesquisa pretende inferir conclusões a partir dos dados documentais, apenas, é desejável que outras fontes de pesquisa sejam articuladas, que seja feita a triangulação, pois por meio dela é possível fugir dessa possível fragilidade (Beltrão; Nogueira, 2011).

Em uma das dimensões que envolvem a pesquisa documental, Cellard (2012) aponta que o pesquisador deve assegurar-se que consegue compreender satisfatoriamente o sentido empregado pelo autor do documento. Assim, o fato de o pesquisador não dominar o documento poderá limitar a análise de significados dos conteúdos presentes no documento coletado. A validade das conclusões alcançadas por meio da pesquisa documental está condicionada à observância de um modelo de análise que permita ao pesquisador demonstrar que seus resultados são confiáveis e que não são fruto de uma interpretação pessoal e, sim, fruto do emprego de uma metodologia capaz de auxiliar na obtenção do resultado apresentado.

O pesquisador, após coletar os dados documentais, terá um *corpus* de análise, quando então Kripka, Klaus e Pereira (2021) elaboram quatro características que são desejáveis para a pesquisa: exaustividade, sem omitir informações; representatividade, quando a amostra deve ser representativa do que é investigado; homogeneidade tanto dos documentos quanto das técnicas de coleta; e pertinência, quando então os documentos devem ser fontes de informações adequadas para a pesquisa.

Na impossibilidade de se utilizar a pesquisa documental pela impossibilidade de aferir as condições mínimas do documento - confiabilidade, credibilidade e pertinência e a não interferência do pesquisador no documento analisado, o método não se mostrará adequado, cabendo ao pesquisador buscar outros meios para alcançar os objetivos pretendidos na pesquisa que pretende empreender.

QUAIS OS PRINCIPAIS MÉTODOS QUE SÃO ARTICULÁVEIS COM O MÉTODO DE PESQUISA DOCUMENTAL?

A pesquisa documental, quando de centro, pode apresentar maior fragilidade, sobretudo quando o objeto da pesquisa for a investigação dos documentos a serem coletados. Beltrão e Nogueira (2011) apontam que, quando os documentos são a única fonte de dados de pesquisa, o pesquisador deverá refletir sobre a possibilidade de associar a pesquisa documental com outras fontes de informação acerca do fato social estudado, como a pesquisa bibliográfica e a coleta de dados secundários de fontes como IBGE, Justiça em Números ou outro banco de dados semelhante.

A primeira articulação possível é com a pesquisa bibliográfica. Cavalcante e Oliveira (2020) mencionam que as revisões bibliográficas consistem no exame e interpretação de materiais de cunho científico e se apoia em fontes secundárias, ou seja, nas ideias e argumentos já desenvolvidos por outros pesquisadores sobre o tema abordado. Por meio da revisão de literatura é possível desenvolver as hipóteses de pesquisa, identificar as possíveis fontes de documento e coletar informações que permitirão ao pesquisador compreender o contexto do documento, do seu autor ou autores, dentre outras dimensões sugeridas por Cellard (2012).

A pesquisa documental não se confunde com a bibliográfica, porque a primeira acessa documentos que são materializações de fatos sociais da realidade empírica (Oliveira, 2007 *apud* Sá-Silva, 2009), documentos que ainda não receberam nenhum tratamento científico. Por isso, o conceito de documento extrapola o conceito de bibliografia, mesmo que nas referências bibliográficas constem os documentos pesquisados.

Na operacionalização da pesquisa documental, ensina Cellard (2012), o pesquisador deverá identificar os elementos da problemática de sua pesquisa e, para melhor identificá-los, deverá se valer da técnica de análise de conteúdo. É o que possibilitará analisar o documento fragmentando-o, para nele identificar o que o que ele verdadeiramente expressa. A análise de conteúdo, então, operacionalizará a pesquisa documental.

Para Bardin (2011), a análise de conteúdo tem o propósito de desvendar, de forma crítica, o conteúdo intrínseco dos documentos, a partir das palavras e dos significados que elas traduzem. Esse método pode ser aplicado à pesquisa documental para dar tratamento à informação nos documentos acumulados, com o objetivo de “dar forma conveniente e representar de outro modo essa informação, por intermédio de procedimentos de transformação” (Bardin, 2011, p. 45). Portanto, a análise de conteúdo representa um importante recurso

de que se vale o método documental para alcançar o seu objetivo, tratando a informação e dando significado ao conteúdo do documento. Dos estudos que Bardin dá ao uso da técnica da análise de conteúdo para operacionalizar a pesquisa documental, seu objetivo é representar o que ele informa, para consulta e armazenagem, evidenciando os indicadores que permitam inferir sobre uma outra realidade, além daquela contida no documento. É o que se denomina “manipulação de mensagens” enquanto expressão desse conteúdo (Bardin, 2011, p. 46). A pesquisa documental ainda pode ser articulada com entrevistas, questionários e observações. Para Beltrão e Nogueira (2011), o uso desta pesquisa se dá articulada em grande parte das vezes, apontando que a triangulação de dados diversificados pode ampliar a confiabilidade da pesquisa.

QUAIS SÃO AS ADVERTÊNCIAS E RISCOS ÉTICOS DA UTILIZAÇÃO DESTE MÉTODO?

Os documentos são o que são e não o que o pesquisador gostaria que fossem. Silva, *et al* (2014) apontam a subjetividade como uma fragilidade da pesquisa documental para a interpretação dos documentos e dos artigos que subsidiam a discussão. Cellard (2012) ensina, a esse respeito, que não pode o pesquisador alterar o documento, é necessário aceitá-lo como ele se apresenta.

Assim, é preciso reconhecer a presença de documentos falsos, alterados, sem validade, que não sejam confiáveis, documentos reproduzidos. Certificar-se da validade histórica do documento para que ele possa representar ou dar valor a um fato ou a uma circunstância histórica, passada.

Silva *et al* (2014) apontam ainda que o não esclarecimento do percurso metodológico, a não descrição dos documentos e da forma que se deu o acesso aos documentos, a falta de clareza sobre a construção do *corpus* de análise documental e a falta de preparo do pesquisador para lidar com os dados e interpretá-los são fragilidades da pesquisa documental. A qualidade da informação a ser produzida pela pesquisa documental depende do preparo do material e do pesquisador, porquanto há um quantitativo de dados importante e o pesquisador, desprovido de um percurso metodológico, pode se perder, comprometendo a qualidade da própria pesquisa.

■ APLICAÇÕES E ILUSTRAÇÕES

Aplicação I

Pretende-se, neste primeiro tópico, apresentar uma proposta de aplicação do método de pesquisa documental na análise das propostas legislativas sobre economia criativa no Brasil. Lelis e Brasil (2018) conceituam economia criativa:

A economia criativa é uma forma de organização da atividade econômica que tem como objetivo aliar o conhecimento humano, a diversidade cultural e a tecnologia para criar bens e serviços comercializáveis de conteúdo intangível e protegidos pelas leis de propriedade intelectual e autoral” (Lelis, Brasil, 2018, p. 47).

Algumas palavras dão corpo a este conceito, dentre elas, *bens e serviços protegidos pela legislação de propriedade intelectual*. E, neste contexto, a economia criativa vem ganhando destaque tanto no cenário global quanto no nacional, especialmente devido à sua dinâmica operacional e ao impacto que gera na sociedade.

Considerando a diversidade e a complexidade de suas atividades, é essencial que o campo jurídico intensifique seus esforços para compreender e abordar suas particularidades e se adapte para prevenir e resolver os conflitos que podem surgir com a ampliação desse modelo econômico em diferentes setores (Lelis; Brasil, 2018). A pesquisa jurídica documental pode auxiliar a análise da necessidade de atualização do ordenamento jurídico, para que seja possível sanar os conflitos advindos das práticas diversificadas de economia criativa. É de Lelis e Brasil (2018) o conceito de economia criativa associado com o conceito de propriedade intelectual.

A expressão economia criativa é utilizada como referência ao conjunto de atividades econômicas que usam o conhecimento intelectual, as atividades artísticas, o turismo cultural, a tecnologia e a criatividade humana como matéria-prima para o desenvolvimento de bens, produtos e serviços cujo conteúdo é intangível, tornando-os únicos (Lelis; Brasil, 2018, p. 47).

Aqui, caracterizam os autores a economia criativa como um conjunto de “matéria-prima” para o desenvolvimento de bens e serviços autorais. Portanto, há proximidade da economia criativa com os conceitos de propriedade intelectual, já juridicamente regulamentados no Brasil. Menezes (2016) também

trata da economia criativa em interface com o Direito e aponta que a economia criativa tem por foco “o potencial individual ou coletivo de produzir bens e serviços criativos” e representam “uma nova forma de produção de riqueza” (Menezes, 2016, p.66). Rosensvald e Netto conceituam propriedade intelectual como “obras do espírito”, incorpórea, imaterial, como a criação e a criatividade humana, asseverando que “essa ideia será exteriorizada em um produto, suscetível de materialidade e apreensão física” (Farias; Rosensvald; Netto, 2024, p.1003). No Brasil, a propriedade intelectual é regulada na Constituição da República (CR/88), em seu art. 5º, XXIX e pela lei nº 9.609/1998, que regula os direitos autorais e a Lei nº 9.279/1996, que regula a propriedade industrial.

No contexto da previsão constitucional, a proteção da propriedade imaterial é endereçada ao sujeito que, individualmente, cria uma obra ou desenvolve e se apropria da propriedade industrial. Todavia, a economia criativa apresenta-se como uma criação mais complexa, porquanto a economia criativa pode ser produzida de maneira individual, mas que em grande parte das vezes, ela será fruto de uma ação coletiva. No Brasil, em 2011, foi criada a Secretaria de Economia Criativa, vinculada ao Ministério da Cultura (New Found, *on line*), com o intuito de desenvolver políticas públicas relacionadas à economia criativa, lá conceituada:

A Economia Criativa contempla as dinâmicas culturais, sociais e econômicas construídas a partir do ciclo de criação, produção, distribuição/circulação/difusão e consumo/fruição de bens e serviços oriundos dos setores criativos são aqueles cujas atividades produtivas têm como processo principal um ato criativo gerador de um produto, bem ou serviço, cuja dimensão simbólica é determinante do seu valor, resultando em produção de riqueza cultural, econômica e social (Ministério da Cultura, 2011).

Criada a Secretaria, ainda não existe uma legislação específica que subsidie a política. A Secretaria de Economia Criativa reconhece que a ausência de um marco regulatório para a economia criativa é um dos problemas e desafios para implementação de uma política pública no Brasil. Os elementos que são sugeridos para serem regulados são de ordem econômica, como a valorização do empreendedor criativo, a redução de impostos, a criação de um selo de economia criativa, dentre outros. Não há menção à regulação da propriedade intelectual ou industrial que advier de uma atividade, fruto de economia criativa.

E, dentre as propostas de regulação da economia criativa, não consta a atualização da legislação que regula a propriedade intelectual. Daí surge a pergunta de pesquisa: a legislação de propriedade intelectual possui um conjunto de regras capaz de proporcionar soluções para a complexidade das obras e invenções advindas da economia criativa? E os projetos de lei em andamento no Congresso Nacional, o que pretendem regular sobre economia criativa?

Assim, entende-se que o desenvolvimento de uma pesquisa documental que se proponha analisar as Leis nº 9.608/98 e nº 9.279/96 e os projetos de lei em andamento no Congresso Nacional alcançará uma resposta para a questão de pesquisa aqui elaborada. A pesquisa nesse sentido pode ser precedida de uma pesquisa bibliográfica sobre a propriedade intelectual no campo da economia criativa.

A pesquisa documental verificará se as regras sobre a propriedade intelectual são aplicáveis às criações advindas da Economia Criativa e analisará como a jurisprudência tem solucionado casos em que há discussões sobre a propriedade intelectual e economia criativa. Isto será feito mediante a pesquisa documental da Lei 9.609/98 e 9.279/96 com o uso do método dedutivo.

Considerando que o Brasil tem um potencial importante para o desenvolvimento de empreendimentos no campo da Economia Criativa e, ao mesmo tempo, desafios sociais que colocam em risco a sua capacidade de expansão (New Found, *on line*), é muito relevante compreender os cenários que estão sendo pensados em uma possível regulação, frente às possíveis lacunas da regulação de já temos acerca de propriedade intelectual.

Aplicação II

Menezes (2016) trata da economia criativa identificando o cenário contemporâneo de seu surgimento, marcado por transformações dos setores econômicos pela nova realidade tecnológica e, somado a isso, por transformações da política econômica. Para o autor, “a economia criativa tem por foco o potencial individual ou coletivo de produzir bens e serviços criativos”, razão pela qual concluir que esta economia caracteriza “uma nova forma de produção de riqueza” (Menezes 2016, p.66).

Nesta pesquisa foi feita a análise de documentos, especialmente da legislação que, mesmo não regulando de modo específico a economia criativa, regulamenta as atividades culturais e outros setores que podem ser desenvolvidos de modo criativo, embora não tenha esclarecido de forma suficiente a metodologia utilizada para selecionar, classificar, e codificar os documentos analisados, o que decerto fragiliza os resultados alcançados.

O artigo cita a lei 12.343/10, no âmbito internacional, a Convenção sobre a proteção e promoção da Diversidade das Expressões Culturais de 2005, a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência de 2007, o Decreto nº 6.949/09, Convenção de Berna para a Proteção das Obras Literárias e Artísticas de 1971, o Decreto nº 75.699/75, a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial de 2003, o Decreto 5.753/06 e a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural.

No âmbito interno, considera a Lei do Audiovisual, nº 8.685, de 1993, a Lei do Vale-Cultura, nº 12.761/2012, a Lei da Comunicação Audiovisual de acesso condicionado, nº 12.485/11, a Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei Rouanet), nº 8.313/91, a Lei nº 10.098/2000, conhecida como a Lei Brasileira de Inclusão, que visa garantir o direito de acesso de pessoas com deficiência a todos os espaços públicos e privados, incluindo transporte, edificações, comunicação e serviços, dentre diversas outras legislações.

O intuito foi compreender se a legislação brasileira regula suficientemente a Economia Criativa. O autor conclui que “o Brasil, igualmente ocorrendo na América Latina, não possui uma legislação capaz de organizar o setor da Economia Criativa, direcionando-a para o crescimento e desenvolvimento econômico do país” (Menezes, 2016, p. 76). Restou esclarecido que a regulação jurídica da economia criativa é uma demanda ainda não atingida, sendo um profícuo campo de análise.

Aplicação III

Na pesquisa desenvolvida por Aguiar, Lima e Lui (2022), intitulada “Políticas municipais de economia criativa: desenho e promoção de desenvolvimento”, o método de pesquisa documental foi aplicado para analisar políticas públicas voltadas à economia criativa em três municípios: Porto Alegre (RS), São José dos Campos (SP) e Ananindeua (PA). A pesquisa utilizou dados de documentos oficiais (como leis, decretos e planos), bem como fontes secundárias, como artigos acadêmicos, abrangendo o período de 2003 a 2018.

Esses documentos foram submetidos a uma análise de conteúdo sistemática em três etapas, como propõe Bardin (2011) no método análise de conteúdo. Na pré-análise, os autores fizeram a organização do *corpus* documental e leitura flutuante para selecionar materiais relevantes. Após, fizeram a etapa de exploração do material, quando foi feita a identificação de palavras-chave como “desenvolvimento”, “participação”, “normatividade” e “transparência”, a partir de critérios como representatividade, exaustividade, homogeneidade e pertinência, como citado por Kripka, Klaus e Pereira (2021), seguido de categorização de conteúdos similares. Na etapa de tratamento dos resultados,

foi feita a classificação dos documentos, considerando aspectos como data, nível de desenvolvimento das políticas públicas e impacto sobre a criatividade local. Os resultados do estudo foram apresentados com muitas imagens e por meio de quadros que auxiliaram bastante na percepção de cada uma das etapas da pesquisa documental.

Os dados foram cruzados para identificar padrões estruturantes das políticas públicas e relacionar suas características ao desenvolvimento endógeno. Isso permitiu compreender em que medida essas políticas refletem desafios contemporâneos nos municípios pesquisados, como geração de renda e redução da desigualdade social, além de explorar como se adaptam às particularidades locais.

São José dos Campos demonstrou maior heterogeneidade de atores envolvidos, enquanto Porto Alegre apresentou um nível médio de normatividade, e Ananindeua exibiu baixa organização institucional voltada ao tema. Para os autores desta pesquisa, essa falta de integração e transparência dificulta a participação social e o avanço de políticas eficazes (Aguiar; Lima; Lui, 2022). O estudo concluiu que iniciativas de políticas públicas em economia criativa refletem de forma insuficiente as características locais e promovem uma abordagem centrada na dimensão econômica, comprometendo o desenvolvimento multidimensional; ainda, apontou que há carência de diretrizes institucionais para a formulação e implementação de políticas de economia criativa no Brasil, mesmo com a existência de um plano federal.

A pesquisa destacou a baixa normatividade, transparência e participação da sociedade, com as decisões majoritariamente concentradas no Estado (Aguiar; Lima; Lui, 2022). As ações são pouco difundidas localmente, revelando um entrave na transferência de métodos entre diferentes contextos. A pesquisa reforça a necessidade de políticas públicas robustas, alinhadas às peculiaridades locais, que considerem o desenvolvimento multidimensional e a participação de diversos atores. Também destaca a importância de ampliar estudos sobre a economia criativa no Brasil e de fornecer informações sistematizadas para gestores para melhorar o planejamento e a operacionalização dessas políticas. As limitações da pesquisa incluem a base teórica limitada a experiências de países com desenvolvimento tardio e categorias analíticas que podem ser mais abrangentes do que os objetivos específicos do estudo.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Rafael Barbosa de; LIMA, Luciana Leite; LUI, Lizandro. Políticas municipais de economia criativa: desenho e promoção de desenvolvimento. **Brazilian Creative Industries Journal**, Novo Hamburgo, v. 2, n. 2, jul./dez. 2022. Disponível em: <https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/braziliancreativeindustries/article/view/3014/3108>. Acesso em: 10 dez. 2024.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Ed. rev e ampl. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. **Decreto Lei nº 3689 de 03 de outubro de 1941**. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10678934/do-decreto-lei-n-3689-de-03-de-outubrode-1941>. Acesso em: 29 nov. 2024.

BRAVO, R. Sierra. **Técnicas de investigación social: teoría y ejercicios**. Novena edición. Madrid: Paraninfo, 1994.

CAVALCANTE, Livia Teixeira Canuto; OLIVEIRA, Adélia Augusta Souto de. Métodos de revisão bibliográfica nos estudos científicos. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 83-102, abr. 2020.

GONÇALVES, Bruna Beza da Silva. **Softwares de apoio à pesquisa científica: levantamento e análise de características. Trabalho de conclusão de curso**. Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/165459/SOFTWARES%20DE%20APOIO%20%C3%80%20PESQUISA%20CIENT%3%8DFICA.pdf?sequence=1>. Acesso em: 07 dez. 2024.

GRAZZIOTIN, Luciane Sgarbi; KLAUS, Viviane; PEREIRA, Ana Paula Marques. Pesquisa documental histórica e pesquisa bibliográfica: focos de estudo e percursos metodológicos.

Pro-Posições, Campinas, SP, V. 33, 2022, p. 1-21. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pp/a/GJCbBcY4rdVdvQY56T9qLRQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 nov. 2024.

GUIMARÃES, Nadya Araújo. A emergência do cuidado: nomear, reconhecer, obscurecer. In: GUIMARÃES, Nadya Araújo; HIRATA, Helena Sumiko. **O gênero do cuidado: desigualdades, significações e identidades**. Cotia (SP): Ateliê Editorial, 2020, p. 53-90.

KRIPKA, Rosana Maria Luvezute; SCHELLER, Morgana; BONOTTO, Danusa de Lara. Pesquisa documental na pesquisa qualitativa: conceitos e caracterização. **Revista de investigaciones UNAD** Bogotá - Colombia, n. 14, julio-diciembre, 2015, p. 55-73.

LELIS, Henrique Rodrigues; BRASIL, Deilton Ribeiro. Economia criativa: uma análise dos marcos conceituais para o Direito. **Direito em debate**, 27(49), 2018, 45–67.

MENEZES, Daniel Francisco Nagao. Regulação da economia criativa no Brasil. **Ius Gentium**. Curitiba, vol. 7, n. 2, p. 65-77, jul./dez. 2016.

MICHAELIS. Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/documento/>. Acesso em: 11 dez. 2024.

MINISTÉRIO DA CULTURA. Secretaria da Economia Criativa. Disponível em: https://www.senado.gov.br/comissoes/CE/AP/20120611_ClaudiaSousa.pdf. Acesso em 27. nov. 2024.

MONTÃO, Luana Costa Viana; CRUZ, Paula Lorena C. Albano da. O uso da pesquisa documental em estudos de cunho histórico sobre educação e saúde. **Anais do VII Conedu**, 2021, p. 725-742. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/ebooks/conedu/2021/ebook3/TRABALHO_EV150_MD7_SA100_ID8085_14102021190247.pdf. Acesso em: 03 dez. 2024.

NEW FOUND. **A economia criativa brasileira: Análise da Situação e Avaliação do Programa de Empreendedorismo Social e Criativo Financiado pelo Newton Fund**. Disponível em: https://www.britishcouncil.org.br/sites/default/files/brasil_economia_criativa_online2-fg.pdf. Acesso em: 09 dez. 2024.

SALGE, Eliana Helena Corrêa Neves; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; SILVA, Lorrane Stéfane. Saberes para a construção da pesquisa documental. **Revista Prisma**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, 2021, p. 123-139. Disponível em: <https://revistaprisma.emnuvens.com.br/prisma/article/view/47/39>. Acesso em: 08 dez. 2024.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D. de; GUINDANI, J. F.. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, [S. l.], v. 1, n. 1, 2009. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10351>. Acesso em: 5 dez. 2024.

SILVA, J. L. da; EMMENDOERFER, M. L.; CUNHA, N. R. da S. Análise Documental Ilustrada em Administração Pública: uma Proposta Operacional (Re)Aplicável. Teoria e Prática em Administração, [S. l.], v. 10, n. 2, p. 23–41, 2020. DOI: 10.21714/2238-104X2020v10i2-51394. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/tpa/article/view/51394>. Acesso em: 5 dez. 2024.

CAPÍTULO 2

O Poder das Imagens: métodos e aplicações dos dados visuais em pesquisas qualitativas

Guilherme Pinto Ferreira

Lucas Olivera Fontes

■ INTRODUÇÃO

A pesquisa qualitativa tem se expandido ao incorporar abordagens inovadoras que respondem às demandas de um mundo em constante transformação. Mudanças sociais, culturais, econômicas, tecnológicas e ambientais influenciam profundamente as formas de viver, interagir e produzir conhecimento, criando novos contextos e desafios. Tais transformações exigem a adaptação contínua de teorias e métodos de investigação para que seja possível compreendê-las de maneira mais aprofundada e eficaz (Minayo, 2016 apud Rodrigues, Souza e Costa, 2017). Nesse cenário, a combinação entre abordagens qualitativas e quantitativas — os chamados *mixed methods* — tem ganhado relevância, ao evidenciar a necessidade de metodologias mais integradas para lidar com a complexidade contemporânea (Neri de Souza e Costa, 2016).

É nesse contexto que os dados visuais emergem como alternativa metodológica complementar à investigação qualitativa, suprindo limitações inerentes às análises puramente textuais ou numéricas. Tal abordagem consolidou-se no campo denominado “métodos de investigação visual” (MIV), ou “visual research methods” (Rose, 2016). A compreensão da relevância dos dados visuais na pesquisa está diretamente relacionada ao papel central da visão na percepção humana. Por meio das células fotorreceptoras, os olhos convertem a luz em impulsos nervosos transmitidos ao cérebro (Perkins e Davson, 2024), permitindo não apenas o registro de imagens, mas também a interpretação do mundo e a construção simbólica da realidade.

As imagens, portanto, transcendem o caráter meramente representativo, carregando também significados culturais, simbólicos e históricos. A própria etimologia do termo “imagem” reflete essa complexidade: do grego *ikon* (“figura” ou “representação”), passando por *eidos* (“forma” ou “aparência ideal”), até o latim *imago*, que remete a “retrato” ou “representação”. Ao longo do tempo, o conceito evoluiu para abranger não apenas representações visuais, mas também interpretações subjetivas e abstratas da realidade.

Joly (2012) argumenta que imagens são representações do real que compõem narrativas visuais, enquanto Gastal (2005) amplia essa definição ao reconhecer tais elementos em fotografias, filmes, desenhos, diagramas, tabelas, gráficos, entre outros. Esses recursos não apenas complementam outras formas de análise, como também revelam dimensões específicas dos fenômenos estudados, muitas vezes inacessíveis por meio de dados textuais ou estatísticos.

Banks (2009) destaca dois fatores centrais que justificam a crescente importância dos dados visuais na pesquisa qualitativa. O primeiro é a onipresença das imagens na sociedade contemporânea, tornando o exame de representações visuais fundamental para os estudos sociais, à medida que essas imagens refletem e moldam crenças, ideologias e práticas culturais. O segundo é o potencial da análise visual para captar aspectos não verbais e simbólicos que frequentemente escapam a outros métodos. Adicionalmente, o uso de dados visuais pode fomentar maior engajamento dos participantes, sobretudo em contextos dinâmicos e criativos.

Nesse sentido, a economia criativa configura-se como um campo particularmente promissor para a aplicação dos métodos visuais. Baseada na valorização da criatividade, da inovação e do capital intelectual como motores do desenvolvimento econômico e social, essa economia abrange setores como as artes, o design, a moda, a tecnologia e o entretenimento. Howkins (2007) observa que a economia criativa não apenas transforma criatividade em resultados econômicos, como também reconfigura as relações sociais e comunitárias. Como a produção e o consumo de bens e serviços criativos são amplamente mediados por elementos visuais, compreender essas imagens em suas múltiplas dimensões torna-se essencial. Os métodos de investigação visual oferecem instrumentos analíticos potentes para examinar os processos simbólicos e culturais que atravessam tais atividades, permitindo uma leitura mais abrangente das interações entre estética, mercado e sociedade.

Diante de seu potencial analítico, este capítulo tem como objetivo explorar a metodologia de dados visuais, apresentando suas características, aplicações e limitações. A abordagem incluirá uma descrição teórica detalhada do méto-

do, suas etapas e os recursos disponíveis, bem como as precauções éticas que sua implementação requer. Também será discutida sua articulação com outras estratégias qualitativas, de modo a ampliar seu alcance e efetividade.

O capítulo está estruturado em duas partes principais. A primeira apresenta uma fundamentação teórica abrangente, respondendo às seguintes questões: em quais contextos o método é mais indicado? Como se dá sua operacionalização? Quais ferramentas podem ser utilizadas? E quais são seus limites e implicações éticas? Serão discutidas, ainda, estratégias para superar obstáculos metodológicos e identificar abordagens complementares. Essas reflexões são fundamentais para assegurar o uso responsável e eficaz dos métodos visuais.

Na segunda parte, o foco recai sobre a aplicação prática da metodologia no contexto da economia criativa. Três exemplos concretos serão apresentados, demonstrando como os dados visuais contribuem para a construção de análises metodológicas e para a produção de resultados em projetos dessa natureza. Cada caso ilustrará a funcionalidade do método e seu potencial explicativo diante das dinâmicas inovadoras da economia contemporânea.

■ TEORIAS, CONCEITOS E APORTES METODOLÓGICOS

PARA QUE ESTE MÉTODO É INDICADO?

Conhecer a história dos dados visuais na pesquisa social é essencial para compreender sua aplicação contemporânea. Desde o século XIX, métodos visuais têm sido utilizados para analisar fenômenos sociais, culturais e estéticos, oferecendo percepções sobre elementos simbólicos e não verbais que muitas vezes escapam às abordagens tradicionais. A fotografia e, posteriormente, o filme desempenharam papéis cruciais nesse desenvolvimento, permitindo o registro e a análise de costumes, comportamentos e expressões humanas de maneira única.

No início, a fotografia foi amplamente empregada na antropologia e psicologia, sendo vista como uma ferramenta capaz de registrar e documentar a realidade. Exemplos incluem a fotografia antropométrica, usada para categorizar características étnicas e físicas, e os estudos de Cesare Lombroso, sobre fisionomia criminal no século XIX (Lombroso, 1887). Com o avanço da tecnologia, a cinematografia trouxe novas possibilidades, registrando não apenas momentos estáticos, mas também ações e dinâmicas sociais em movimento, como evidenciado nas filmagens de A. C. Haddon em 1898 (Banks, 2009).

Atualmente, os métodos de investigação visual são amplamente indicados para estudos que analisam elementos visuais, como símbolos, imagens, vídeos e gráficos, especialmente em contextos onde a comunicação não verbal e os significados simbólicos desempenham um papel central. Segundo Gonçalves et al. (2021), métodos e dados visuais permitem acessar dimensões intangíveis da experiência humana e podem enriquecer a compreensão em diferentes contextos de pesquisa. As principais ideias defendidas pelos autores de referência incluem:

i. **Visualizar dimensões intangíveis:** Métodos visuais ajudam a capturar aspectos não verbais da atividade humana, como emoções, gestos e expressões simbólicas (Whincup, 2004). Por exemplo, em pesquisas etnográficas sobre rituais religiosos, vídeos podem registrar gestos e expressões faciais que revelam aspectos intangíveis como devoção e comunhão espiritual;

ii. **Encorajar criatividade:** A inclusão de dados visuais incentiva a participação criativa dos sujeitos pesquisados (Seale, 2004). Por exemplo, em estudos sobre moda sustentável, designers podem registrar visualmente seus processos criativos, como escolha de materiais reciclados e confecção de peças, ampliando as perspectivas de análise;

iii. **Expressar entendimentos complexos:** As imagens ajudam os participantes a comunicar experiências e ideias que poderiam ser difíceis de expressar verbalmente, complementando e validando dados textuais (Harper, 2002). Um exemplo é o uso da foto-elicitação, onde imagens estimulam discussões mais profundas durante entrevistas;

iv. **Complementar dados textuais:** Dados visuais devem ser integrados a métodos textuais, como entrevistas, para enriquecer a análise e proporcionar uma visão mais holística dos fenômenos (Frith et al., 2005; Samuels, 2007).

Assim, os métodos visuais são indispensáveis para pesquisas que buscam explorar práticas culturais, identidades sociais e representações simbólicas. Eles ampliam as possibilidades analíticas, permitindo que os pesquisadores capturem nuances e significados que transcendem as palavras.

COMO ESTE MÉTODO FUNCIONA?

O elemento visual na pesquisa qualitativa pode ser utilizado de duas formas principais (Banks, 2009). A primeira é a utilização de métodos visuais

como *técnicas de recolha de informação*, nas quais as imagens são empregadas como estímulos para extrair dados relevantes dos participantes. Essa abordagem está intimamente conectada às interações dos participantes com as imagens. Exemplos incluem a entrevista com Foto-Elicitação, o Ensaio Fotográfico e a Fotografia Reflexiva, que facilitam a obtenção de opiniões, percepções e ideias. Além de promover respostas mais espontâneas, essas técnicas frequentemente colocam os participantes mais à vontade, enriquecendo o processo de coleta de dados.

A segunda corrente envolve a utilização do elemento visual *como corpus do material empírico*, ou seja, as imagens constituem o próprio fenômeno a ser analisado. Nessa abordagem, os dados visuais são as unidades centrais de análise, frequentemente complementados por dados textuais. Técnicas como a análise de conteúdo são comumente empregadas nesse contexto. Além disso, existem *softwares* de apoio à análise de dados qualitativos, que serão abordados no próximo tópico, para facilitar o tratamento de informações visuais.

De modo geral, o uso de imagens em pesquisas sociais pode ser compreendido a partir de dois eixos principais: o primeiro considera as imagens como ferramentas para investigar fenômenos sociais, funcionando como meio de acesso à realidade empírica, enquanto o segundo trata da análise sociológica das próprias imagens, com ênfase em sua construção, interpretação e impacto cultural.

Esses dois eixos, como observam Rodrigues et al. (2017), não são mutuamente excludentes, nem esgotam todas as possibilidades dos métodos visuais nas ciências sociais. Pelo contrário, muitas pesquisas combinam diferentes estratégias, ampliando o alcance analítico e a riqueza interpretativa dos estudos.

Nesse sentido, Pink (2004) destaca que os dados visuais podem ser incorporados à pesquisa de distintas maneiras, incluindo:

- a) a análise de materiais visuais, como fotografias, vídeos e cartazes;
- b) o uso de imagens como estímulo para discussões e entrevistas;
- c) a produção de dados visuais como parte do estudo, realizada pelo próprio pesquisador ou pelos participantes.

QUAIS RECURSOS PODEM SER EMPREGADOS COM ESTE MÉTODO?

A aplicação de métodos visuais pode ser potencializada por uma variedade de ferramentas, técnicas e abordagens interdisciplinares que aprofundam a exploração e interpretação dos dados visuais. Entre as técnicas para coleta de dados, destaca-se a foto-elicitação (Harper, 2002), que utiliza fotografias como

estímulos em entrevistas, sendo uma prática pioneira introduzida por Collier (1967). As imagens podem ser produzidas ou reunidas tanto pelo pesquisador quanto pelo participante, buscando evocar memórias e reflexões conectadas a experiências vividas (Matteucci, 2013). Outra técnica relevante é o ensaio fotográfico, em que as imagens são analisadas e discutidas em conjunto por pesquisadores e participantes. Essa abordagem se baseia no potencial das imagens de gerar sentimentos e interpretações, proporcionando dados ricos e inéditos. Por fim, a fotografia reflexiva permite ao próprio participante capturar aspectos significativos de sua vida e contexto, promovendo uma reflexão pessoal mais profunda e alinhada à sua perspectiva subjetiva.

No que se refere à análise de dados, duas abordagens destacam-se: a análise de conteúdo e a análise semiótica. A análise de conteúdo possibilita quantificar elementos observados em imagens, categorizando, por exemplo, aspectos como gênero, idade ou localização geográfica (Rose, 2016; Stepchenkova; Zhan, 2013). Essa técnica também permite explorar perspectivas temporais e geográficas das imagens, embora se concentre mais na composição visual do que em uma análise cultural e contextual. Já a semiótica foca nos significados dos signos e nos múltiplos sentidos que podem emergir do processo comunicativo, explorando interpretações subjetivas e implícitas (Joly, 2012). Ao contrário da análise textual, a semiótica visual valoriza a polissemia das imagens, reconhecendo que o criador da imagem nem sempre domina todas as suas possíveis significações.

Adicionalmente, o uso de softwares de análise visual, como o webQDA, oferece suporte para trabalhar com dados de texto, áudio, vídeo e imagem (Souza; Costa; Moreira, 2016). Ferramentas como o Google Maps e sistemas de informação geográfica (GIS) também são úteis em estudos que envolvem imagens geográficas ou urbanas. Esses recursos tecnológicos, aliados às técnicas analíticas, contribuem para uma abordagem mais rica e integrada, permitindo a exploração de dados visuais em contextos diversos.

QUANDO NÃO USAR O MÉTODO DE DADOS VISUAIS?

O dado visual é uma ferramenta à disposição do pesquisador que pode agregar profundamente ao seu trabalho. Porém, visto que livros de gravura não atingem os padrões de excelência exigidos por uma pesquisa qualitativa, os dados visuais jamais poderiam ser usados sozinhos. O que de um lado é, porém, uma limitação, é por outro uma virtude. Em decorrência de sua natureza complementar, há pouquíssimas restrições reais ao uso de dados visuais em uma pesquisa. Neste trecho discutir-se-á se momentos pontuais

em que seu uso seja desencorajado, visto que não há tipos de pesquisa onde seu uso seja estritamente proibido.

Como mencionado acima, os dados visuais possuem natureza complementar, assim, não devem dominar o trabalho. O embasamento teórico e metodológico deve ser atingido pela via escrita, cuja compreensão do leitor será apenas acrescida pelo uso de ferramentas ilustrativas. O trabalho deve ser coerente, isto é, seus elementos devem harmonizar bem entre si. Assim, dados visuais que destoam do resto do trabalho, seja por trazer uma complexidade desnecessária, hiper simplificações tolas, ou simplesmente não agregarem valor àquilo que está sendo discutido devem ser evitados. O trabalho também deve ser claro e coeso, de forma que, recursos imagéticos confusos, ambíguos, ou que simplesmente dificultem a interpretação do leitor também devem ser evitados. Dados visuais distorcidos, que apresentam informações incompletas, enviesadas ou mal coletadas atentam contra a integridade da pesquisa e devem ser evitados a qualquer custo. O uso de dados imagéticos é desencorajado caso requeira recursos indisponíveis para a pesquisa em questão, como se não houver um software apropriado para a sua visualização, por exemplo. Por fim, destaca-se a necessidade de que os recursos visuais sejam inclusivos, especialmente em pesquisas de amplo destaque a públicos com deficiências visuais. Neste caso, não se trata de uma inadequação propriamente, porém seu uso desacompanhado das ferramentas necessárias para a compreensão de pessoas com deficiência visual é desencorajado.

O QUE DEVE SER FEITO EM SITUAÇÕES DE IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DE ALGUMA FASE/PRINCÍPIO/PRESSUPOSTO DO MÉTODO?

Como discutido no trecho anterior, os dados visuais possuem caráter complementar e secundário na pesquisa. Isso significa que, via de regra, circunstâncias que impossibilitem seu uso são mais facilmente contornáveis. Se a coleta de dados visuais não for viável devido às limitações práticas, financeiras ou contextuais, o pesquisador pode reavaliar a necessidade de dados na pesquisa, optando por recorrer a dados textuais ou dados quantitativos. Caso a limitação seja oriunda de uma dificuldade de se coletar os dados por conta própria, uma alternativa é usar dados secundários, como imagens disponíveis em bancos de dados, fontes de mídia pública ou registros históricos. Caso o pesquisador tenha dificuldades para realizar a análise dos dados visuais (por falta de experiência ou recursos), ele pode buscar apoio de especialistas (como

consultores em análise de imagens ou vídeos), ou pode buscar formação adicional em métodos de análise visual. (Manthey et. al, 2023).

QUAIS OS PRINCIPAIS MÉTODOS QUE SÃO ARTICULÁVEIS COM O MÉTODO DE DADOS VISUAIS?

Visto não haver restrições absolutas ao uso de dados visuais na pesquisa, e se tratando de um método cuja natureza é secundária e complementar, seu uso em combinação a outros métodos de pesquisa é aceitável e via de regra até recomendado. Assim, discutiu-se alguns métodos cuja articulação com os dados visuais é ideal, íntegra e fluida; não se tratam, porém, dos únicos cujo uso integrado é recomendado. De acordo com Lopez (1999) o método etnográfico articula bem com o uso de fotografias e de dados visuais como um todo. Pode-se considerar que isso se dá porque os pesquisadores podem usar a fotografia e o vídeo para documentar práticas culturais específicas, como cerimônias, festividades, rotinas diárias ou interações sociais. Outro método que se pode destacar é a observação participante, onde o pesquisador pode, durante a observação, utilizar dados visuais (fotografias, vídeos) para registrar comportamentos, interações e aspectos do ambiente que complementam suas anotações e observações.

QUAIS SÃO AS ADVERTÊNCIAS E RISCOS ÉTICOS NA UTILIZAÇÃO DESTE MÉTODO?

Os dados visuais trazem elementos importantes a pesquisa qualitativa, dispondo ao pesquisador substancial poderio ótico e visual. Visto isso, é importante que se maneje tal poder com responsabilidade e atenção a alguns princípios éticos básicos, dentre os quais se destaca a seguir. Adquirir o consentimento informado dos participantes é de suma importância, estes devem ter anuência não apenas da captura em si das imagens, mas também de seu uso futuro. Autores como Diniz (2008) e Salvagni e Silveira (2013), salientam a necessidade de obter a devida autorização do participante para a publicação de fotografias ou materiais audiovisuais. Isso é feito por meio da assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido, que garante o caráter voluntário e não remunerado da participação na pesquisa.

Uma questão delicada e de difícil manejo em qualquer método é a impressão de vieses pessoais e narrativas na pesquisa. O pesquisador, como qualquer ser humano, possui crenças, convicções, valores e princípios que afetam todos os aspectos de sua vida, inclusive a pesquisa. Isso não significa,

porém, que este não deva se atentar para este fato, é de suma importância que o pesquisador, ao imprimir recursos imagéticos em seu trabalho, busque a maior objetividade possível, e evite selecionar tendenciosamente dados que lhe convenham para conceber uma narrativa específica.

Por fim, um conjunto de fatores que não devem fugir da atenção do pesquisador são as atitudes e percepções da academia acerca da pesquisa e dos métodos nela empregados. De acordo com Heisly (2001), há ainda uma relutância e resistência à adoção do elemento visual na investigação qualitativa, apontando várias razões que serão discutidas a seguir. Primeiro de tudo, os dados visuais ainda são considerados como elementos menos “sérios” dentro da pesquisa por uma ala da academia. Além de que, o entendimento visual é acessível a todos, permitindo ao observador múltiplas interpretações, esta “perda de controle” pode ser desconfortável e ameaçador para o investigador, que muitas vezes prefere manter um “aperto firme” sobre a narrativa. Muitos investigadores também não estão inteiramente familiarizados com o uso do “vídeo” como fonte de dados, e podem encontrar resistência ao tentar utilizá-lo. Em decorrência destes fatores discutidos, deve-se prosseguir cautelosamente com o uso de dados visuais, em especial quando se lidando com alas mais ortodoxas da academia, aonde está resistência possa ser um fator limitante.

■ APLICAÇÕES E ILUSTRAÇÕES

The Effectiveness of Visual Research in Enhancing the Cultural Knowledge and Practices in Creative Industry (A Eficácia da Pesquisa Visual na Melhoria do Conhecimento e das Práticas Culturais na Indústria Criativa)

O artigo de Maying *et al.* (2019) teve como **objetivo demonstrar a eficácia da pesquisa visual na investigação de objetos culturais, como forma de aprimorar o conhecimento e as práticas culturais na indústria criativa**. Para isso, foram conduzidos três estudos de caso relacionados à herança cultural de:

1. Parang Bajau em Kampung Siasai, Kota Belud, Sabah;
2. Ring Ladies da Comunidade Embhan, em Padawan, Sarawak;
3. Culturas Megalíticas das Kelabit Highlands, em Bario, Miri.

No primeiro estudo de caso, os Bajau, uma das comunidades de Sabah, são conhecidos por suas habilidades na produção do “parang”. O foco principal foi documentar o processo de fabricação e o valor estético desse objeto cultural.

O pesquisador realizou vídeos experimentais ao se envolver diretamente com os fabricantes para registrar detalhadamente os procedimentos.

O segundo estudo ocorreu em Padawan, Sarawak, com as Ring Ladies da Comunidade Embhan, uma subetnia dos Bidayuh. Essas mulheres são conhecidas pelos anéis de bronze usados nos braços e panturrilhas desde a infância. O pesquisador capturou fotos artísticas dessas mulheres em seus trajes tradicionais e realizou entrevistas para contextualizar e descrever os ornamentos.

O terceiro estudo abordou as Culturas Megalíticas das Kelabit Highlands, em Bario, Miri. Esta cultura, praticada por sociedades antigas dos Kelabits, envolve o uso de grandes pedras para gravações ou construção de monumentos. O pesquisador utilizou ferramentas tecnológicas para registrar visualmente as formas físicas das pedras de diferentes perspectivas. Especial destaque foi dado ao Batuh Ritung, de estrutura mais imponente, e às pedras Batuh Narit Arur Bilit, cujas marcas esculpidas foram cuidadosamente registradas em tamanho real, documentando detalhes dos desenhos, atribuídos aos caçadores de cabeças da sociedade.

Nos três estudos de caso, a experiência visual do pesquisador foi essencial para compreender as práticas culturais e suas dimensões reais. A observação crítica aliada à criatividade possibilitou a produção de uma documentação visual que combina valores artísticos com a representação cultural, contribuindo para a preservação e valorização desses objetos e práticas culturais. Com base em três estudos de caso, o pesquisador identificou que a pesquisa visual pode ser aprimorada por meio de influências identificadas no processo, organizadas no modelo ICE (Interno, Contexto e Externo). Interno: Relaciona-se ao conhecimento prévio do pesquisador sobre a cultura estudada, obtido por meio de revisão teórica ou comunicação inicial. Isso orienta a definição do problema e direciona as fases seguintes da pesquisa. Externo: Diz respeito às técnicas, ferramentas e métodos escolhidos para capturar e documentar os dados visuais, influenciando a qualidade dos resultados obtidos. Contexto: Refere-se ao ambiente físico e às circunstâncias do estudo, que impactam diretamente a coleta e a apresentação dos dados visuais, servindo como ponte entre a experiência e o público.

O modelo ICE é cíclico e flexível, permitindo adaptações conforme as necessidades do pesquisador e reforçando a documentação visual crítica, especialmente em estudos culturais.

A EMERGÊNCIA DO EMPREENDEDORISMO EDUCATIVO-CULTURAL: O PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO JOVEM ARTESÃO

O artigo de De Souza, De Paiva Júnior e Xavier Filho (2015) foi **analisar como o empreendedorismo se manifesta em atividades educativo-culturais, especialmente em museus, e como esses espaços podem desempenhar um papel transformador na sociedade.** Além da função social dos museus, destaca-se como a cultura influencia o desenvolvimento econômico e social, especialmente em contextos de desigualdades e desequilíbrios. Explora-se, a relação entre a sociedade em rede, que favorece a criação de bens simbólicos e o reconhecimento de novas formas de geração de conhecimento e renda. Enfatiza-se também a importância de uma abordagem multidimensional do empreendedorismo, que inclui a interação entre o empreendedor, a empresa e o ambiente, com foco na transformação social. O estudo, portanto, busca entender como o empreendedorismo pode ser identificado e aplicado no campo das atividades museológicas e culturais, visando não apenas a preservação da memória, mas também a promoção de inclusão social e a geração de oportunidades econômicas para populações desfavorecidas.

O empreendedorismo emergiu, no início dos anos 1990, sob uma abordagem unidimensional, oferecendo apenas soluções para a empregabilidade e o desenvolvimento regional. No artigo, porém, essa visão é ampliada para uma abordagem multidimensional, que considera aspectos sociais, culturais e coletivos. A ideia de que o empreendedor é um ator social que contribui para a sociedade, e que sua ação é influenciada por questões emocionais e experiências vividas. O empreendedorismo cultural, que é o foco do estudo, segue essa abordagem multidimensional. Ele envolve a criação de produtos culturais que atendem a aspectos simbólicos, sociais e econômicos, como visto no caso do “Programa de Formação do Jovem Artesão”. O estudo destaca como a metodologia do programa é construída em torno de três eixos principais: arte e artesanato, o produto e o indivíduo. Esses eixos visam promover o desenvolvimento artístico, a qualidade dos produtos e o crescimento pessoal e profissional dos participantes.

O método do programa incorpora a reflexão crítica, que é um dos pilares da pedagogia de Paulo Freire, além de enfatizar a importância da competência de relacionamento, facilitando a interação entre os jovens artesãos, educadores e outros atores culturais. A ação empreendedora no contexto cultural é apresentada como uma forma de promover o desenvolvimento social e a geração de renda, integrando a arte com as técnicas contemporâneas,

resultando em produtos artesanais inovadores que têm o potencial de gerar negócios sustentáveis. O programa tem obtido sucesso em Pernambuco, transformando a vida dos jovens ao oferecer uma alternativa econômica por meio do artesanato. Porém ainda enfrenta desafios em expandir para outras regiões mais populares.

O artigo contou com a coleta e análise de documentações imagéticas em seus procedimentos metodológicos, demonstrando a importância dos dados visuais na pesquisa qualitativa e trazendo uma nova perspectiva do programa de Formação do Jovem Artesão. Desta forma, o estudo reforça os aspectos positivos de transformação social propiciados pelo empreendedorismo no setor cultural, quando aliado à ação coletiva. Demonstrando seu potencial de gerar benefícios sociais significativos, além de promover a emancipação dos jovens, oferecendo não apenas formação profissional, mas também ferramentas para enfrentamento das adversidades socioeconômicas.

ECONOMIA CRIATIVA, SIMBOLISMO E CULTURA ORGANIZACIONAL EM UMA COMUNIDADE DE NEGÓCIOS: O BECO DA POEIRA EM FORTALEZA – CEARÁ (DE SOUZA; SARAIVA, 2016).

O artigo de De Souza e Saraiva (2016) teve **como objetivo analisar a compreensão dos consumidores e permissionários do Beco da Poeira sobre a economia criativa, o simbolismo e a cultura organizacional dessa comunidade de negócios**. O Beco da Poeira é uma das comunidades de negócios mais populares de Fortaleza/CE, com grande importância histórica e econômica para a cidade, além de uma significativa dimensão cultural, simbólica e criativa.

Inicialmente, a comunidade comercial era composta por pequenos grupos que vendiam produtos no chão ou em cima de plásticos na Praça José de Alencar (no centro da cidade), sem qualquer estrutura física. Com o crescimento do número de comerciantes, surgiu a necessidade de realocá-los para um local adequado, mas ainda próximo da praça onde suas atividades começaram. Com o apoio político, em 1991, foi criado o Centro Comercial de Pequenos Negócios – Beco da Poeira.

Os principais aspectos organizacionais dessa comunidade de negócios são a economia criativa e o simbolismo cultural, associados aos preços acessíveis. Entre os produtos mais procurados, destacam-se os modelos de roupas, que são criativamente inspirados em personagens ou celebridades da mídia televisiva. No entanto, o Beco da Poeira precisou ser transferido devido à construção

de uma estação do metrô de Fortaleza, que seria instalada no local onde a comunidade funcionava. A realocação ocorreu em 2010, para um espaço maior a 800 metros do Beco original, sendo denominado popularmente de “Novo Beco”. Com isso, o artigo propôs uma análise da economia criativa, simbolismo e cultura organizacional do local, utilizando uma abordagem etnográfica.

Utilizando o método etnográfico, que abrange diversas técnicas de coleta de dados primários durante o período de imersão do pesquisador no campo empírico, os autores usaram gravadores de voz, câmeras fotográficas e cadernos de anotações para registrar dados visuais, narrativos e performáticos. A coleta de dados ocorreu entre março e julho de 2019, e incluiu 35 entrevistas semiestruturadas: 15 com proprietários de boxes do Beco da Poeira e 20 com consumidores. Além disso, foram revisitadas 15 entrevistas de um estudo anterior de Saraiva (2011 apud Souza e Saraiva, 2016), que tratava de rituais e vendas no Beco da Poeira, funcionando como dados secundários.

Os principais resultados revelaram quatro características na disposição dos objetos negociáveis, que refletem aspectos visíveis da economia criativa, simbolismo e cultura organizacional do Beco da Poeira: o “impindurar”; o uso de “banheiro, boxe e meio da rua como vestiários”; a fala imprescindível; e a moda prática e de celebridade. A análise dessas categorias mostra que a economia criativa está profundamente entrelaçada à cultura organizacional do lugar, expressando-se no corpo como instrumento de propaganda. Quanto aos clientes, foram observados dois hábitos culturais: o “guajarinar” (quando os consumidores experimentam as peças ou objetos, mas não compram) e o “vestir por cima”.

Na pesquisa de De Souza e Saraiva (2016), os dados visuais foram utilizados como uma técnica complementar na coleta de informações, em conjunto com a etnografia, que foi a abordagem principal. Fotos e vídeos registraram aspectos performáticos e simbólicos do Beco da Poeira, permitindo uma compreensão mais detalhada da cultura organizacional e da economia criativa do local. Esses dados visuais, junto às entrevistas semiestruturadas e observações, enriqueceram a análise etnográfica, oferecendo uma visão mais completa e concreta das dinâmicas e práticas dos comerciantes e consumidores da comunidade.

REFERÊNCIAS

- BANKS, M. **Dados visuais para pesquisa qualitativa**: Coleção Pesquisa Qualitativa. Bookman Editora, 2009.
- COLLIER, J. **Visual anthropology: Photography as a research method**. New York: Holt, Rinehart, & Winston. 1967.
- DE SOUSA, C. K. S.; SARAIVA, V. M. L. L. Economia Criativa, Simbolismo e Cultura Organizacional em uma Comunidade de Negócios: O Beco da Poeira em Fortaleza– Ceará.
- DE SOUSA, J. L.; DE PAIVA JÚNIOR, F. G.; XAVIER FILHO, J. L. J. A emergência do empreendedorismo educativo-cultural: o Programa de Formação do Jovem Artesão. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 7, n. 1, p. 45-52, 2015.
- DINIZ, D. Ética na pesquisa em ciências humanas: novos desafios. **Ciência & saúde coletiva**, v. 13, p. 417-426, 2008.
- FRITH, H. et al. **Qualitative Research in Psychology**. Editorial, 2 (3), p. 187-198, 2005.
- GASTAL, S. Turismo, imagens e imaginários. **São Paulo: Aleph**, p. 147-160, 2005.
- HARPER, D. Talking about pictures: A case for photo elicitation. **Visual Studies**, 17,p. 13-26, 2002.
- HEISLEY, D. D. Visual research: Current bias and future direction. **Advances in Consumer Research**, v. 28, n. 1, 2001.
- HOWKINS, J. **The Creative Economy – How People Make Money from Ideas**. Londres: Penguin Books, 2007.
- JOLY, M. **Introdução à análise da imagem**. M. Appenzeller, Trad. Campinas, SP: Papyrus, 14ª ed., 2012.
- LOMBROSO, C. L **'homme Criminel**. Paris: F. Alcan, 1887.
- LÓPEZ, G. O método etnográfico como um paradigma científico e sua aplicação na pesquisa. **TEXTURA-Revista de Educação e Letras**, v. 1, n. 1, 1999.
- MANTHEY B. N., CANCELLIER E. L. P. L., ROSSETTO C. R. Uso de dados visuais na pesquisa fenomenográfica discursiva: um guia para pesquisadores. **SemeAD 2023**, 2023.
- MATTEUCCI, X. (2013). Photo elicitation: Exploring tourist experiences with researcher-found images. **Tourism Management**, 35, 190-197. <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2012.07.002>.
- MAYING, Doris et al. THE EFFECTIVENESS OF VISUAL RESEARCH IN ENHANCING THE CULTURAL KNOWLEDGE AND PRACTICES IN CREATIVE INDUSTRY. **International Journal of Business & Society**, v. 20, n. 2, 2019.
- MINAYO, M.C.S. Fundamentos, Percalços e Expansão das Abordagens Qualitativas. In: COSTA, A.P., NERI DE SOUSA, F.; NERI DE SOUSA, D. (Eds). **Investigação Qualitativa: Inovação, Dilemas e Desafios**. Vol.3. Oliveira de Azeméis: Ludomedia, 2016. p. 17-48.
- NERI DE SOUZA, F.; COSTA, A. P. Qual o Papel da Investigação Qualitativa no Contexto dos Métodos Mistos? **Revista Pesquisa Qualitativa**, São Paulo, v. 4, n. 5,p. iv-viii, ago. 2016.
- PERKINS, E. S; DAVSON, H. Human eye. Encyclopedia Britannica. Anatomy of the visual apparatus. 2024. Disponível em: <https://www.britannica.com/science/human-eye>. Acesso em: 15 dez. 2024.

- PINK, S. Visual Methods. Teoksessa C. Seale, G. Gobo, JF Gubrium & D. Silverman (eds.) **Qualitative Research Practice**. 2004.
- RODRIGUES, A.; SOUZA, F.; COSTA, A. Análise de dados visuais: desafios e oportunidades à investigação qualitativa. **Rev. Pesqui. Qual**, v. 5, n. 8, p. 4-15, 2017.
- ROSE, G. **Visual methodologies**: An introduction to researching with visual materials. London: Sage Publications, 2016.
- SALVAGNI, J.; SILVEIRA, M. A. N. da. Discursos Imagéticos: a fotografia como método da pesquisa social. **Anais Eletrônicos do II Encontro História, Imagem e Cultura Visual**, p. 1-8, 2013.
- SAMUELS, J. When words are not enough: Eliciting children's experiences of Buddhist monastic life through photographs. **Visual research methods: Image, society, and representation**, p. 197-224, 2007.
- SEALE, C. **Researching society and culture**. London: Sage, 2004.
- SOUZA, FN de; COSTA, A. P.; MOREIRA, A. webQDA. Aveiro: Micro IO [em linha]. 2016.
- STEPCHENKOVA, S.; ZHAN, F. Visual destination images of Peru: Comparative content analysis of DMO and user-generated photography. **Tourism management**,v. 36, p. 590-601, 2013.
- WHINCUP, T. Imaging the intangible. **Picturing the social landscape: Visual methods and the sociological imagination**, p. 79-92, 2004.

CAPÍTULO 3

Estudo de Caso na Economia Criativa

Daniela Lacerda da Silva

Leonôr de Carvalho Soares

■ INTRODUÇÃO

A pesquisa qualitativa, segundo Oliveira et al. (2020), é uma abordagem utilizada quando o pesquisador busca identificar, analisar e interpretar percepções e entendimentos variados sobre questões complexas que vão além de uma análise estatística descritiva. Para a realização de uma pesquisa científica, é fundamental, primeiramente, identificar de forma clara o problema e dominar conceitos-chave, como a definição do público-alvo e os objetivos de investigação, de modo a selecionar o método mais adequado para alcançar os resultados esperados.

O estudo de caso, conforme Yin (2005, p.19), é “apenas uma das muitas maneiras de se fazer pesquisa em ciências sociais” e possui características que o diferenciam. Uma de suas vantagens é a utilização de múltiplas fontes de evidência para investigar questões que enfatizam o “como” e o “porquê”. Essa abordagem se destaca por sua aplicação em fenômenos contemporâneos, especialmente quando o pesquisador não possui controle sobre os eventos observados. Assim, o estudo de caso se apresenta como uma metodologia qualitativa eficaz para a construção de uma teoria indutiva, fundamentada na análise empírica de um ou mais casos. Ele permite a exploração detalhada de contextos específicos e a incorporação de múltiplas perspectivas, sendo amplamente versátil devido à sua diversidade tipológica e aplicabilidade em diferentes cenários.

Nesse contexto, este capítulo tem como objetivo oferecer uma compreensão abrangente sobre o método de estudo de caso, explorando suas aplicações, limitações e especificidades. Ele busca responder a questões como: **para quais situações o método é indicado, como funciona na prática, quais recursos são necessários para sua aplicação e em que circunstâncias seu uso pode ser inadequado.** Além disso, discute estratégias para enfren-

tar desafios decorrentes da impossibilidade de aplicação de alguma fase, princípio ou pressuposto do método. O capítulo também aborda métodos complementares que podem ser integrados ao estudo de caso, ampliando sua robustez e eficácia.

Por fim, são destacadas advertências e riscos éticos associados à sua utilização, bem como exemplos e ilustrações práticas que contextualizam o uso do estudo de caso em diversas áreas do conhecimento, contribuindo para um entendimento mais aprofundado e aplicado da metodologia.

■ TEORIAS, CONCEITOS E APORTES METODOLÓGICOS

PARA QUE ESTE MÉTODO É INDICADO?

A condução de uma pesquisa científica exige, primeiramente, a identificação clara do problema, o domínio de conceitos-chave, a definição do público-alvo e a compreensão do que se deseja investigar, a fim de selecionar o método mais adequado para atingir os objetivos propostos (Oliveira et al., 2020). Nesse contexto, o estudo de caso se apresenta como uma metodologia de pesquisa qualitativa especialmente útil para investigar fenômenos complexos com múltiplas dimensões, analisar práticas reais em profundidade e compreender contextos específicos essenciais para o entendimento do fenômeno. Essa abordagem busca construir teorias indutivas com base em estudos empíricos de um único caso ou de múltiplos casos.

Segundo Yin (2002), o estudo de caso é indicado para investigar fenômenos contemporâneos inseridos em seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não são claros e o pesquisador não exerce controle sobre ambos. Essa metodologia se destaca pela capacidade de responder a perguntas do tipo “como” e “por que”, utilizando múltiplas fontes de evidência, triangulação de dados e proposições teóricas que orientam a coleta e análise das informações. Além disso, Yin classifica os estudos de caso em três tipos principais: exploratório, descritivo e explicativo. Cada tipo é adequado para resolver diferentes questões de pesquisa, desde a exploração de temas pouco conhecidos até a explicação de causas.

Por outro lado, Stake (1995) adota uma perspectiva mais interpretativa, considerando o caso como um “sistema limitado” e integrando fenômeno e contexto de maneira holística. Ele argumenta que o método é mais adequado para estudar programas, pessoas e sistemas integrados, destacando quatro características principais: a abordagem holística, a ênfase empírica, a interpretação baseada na interação entre pesquisador e objeto e a perspectiva

sistêmica, que reflete as experiências dos sujeitos. Já Merriam (1998) amplia o conceito de caso, definindo-o como qualquer fenômeno com limites claros e enfatizando sua natureza descritiva, particular e rica em detalhes, características que aumentam a compreensão do leitor sobre o tema estudado.

Portanto, o estudo de caso é indicado para situações que requerem uma análise aprofundada de fenômenos complexos em seus contextos reais, sendo uma escolha metodológica robusta e flexível. Ele oferece ao pesquisador ferramentas para construir conhecimento a partir de múltiplas perspectivas e, ao mesmo tempo, proporciona uma compreensão detalhada e rica do fenômeno em estudo, contribuindo significativamente para o avanço do conhecimento científico em diversas áreas.

COMO ESTE MÉTODO FUNCIONA?

De acordo com Gil (2002), não há consenso entre os autores sobre a forma exata ou a ordenação das etapas a serem seguidas em um estudo de caso. Contudo, com base nos trabalhos de Yin e Stake, é possível delinear um conjunto de etapas amplamente aplicáveis a pesquisas que utilizam esse método. As etapas propostas incluem: formulação do problema, definição da unidade-caso, determinação do número de casos, elaboração do protocolo, coleta de dados, avaliação e análise dos dados, e, finalmente, a preparação do relatório.

A primeira etapa, a formulação do problema, é comum a outros métodos de pesquisa. Entretanto, para o estudo de caso, Gil (2002) alerta que é necessário formular um problema que seja compatível com as características desse método. A partir daí, segue-se para a definição da unidade-caso, momento em que se escolhe o tipo de estudo de caso a ser realizado, como intrínseco, instrumental ou coletivo (Stake, 1995), ou caso único e casos múltiplos (Yin, 2001). Essa etapa pode ser desafiadora, pois implica delimitar um objeto de estudo cujos limites nem sempre são concretos (Gil, 2002).

A próxima etapa é a determinação do número de casos, na qual se decide entre o estudo de um caso único ou de múltiplos casos. Essa escolha depende do contexto da pesquisa. Opta-se por um caso único quando o objeto apresenta características únicas ou quando há dificuldade de acesso a outros casos. Já os casos múltiplos são indicados para verificar evidências em diferentes contextos. É importante destacar que o número de casos pode ser ampliado progressivamente até atingir a saturação teórica (Gil, 2002).

Em seguida, ocorre a elaboração do protocolo, que é um documento essencial para organizar a coleta de dados e detalhar os procedimentos a serem

seguidos. Segundo Gil (2002), essa etapa contribui para a confiabilidade do estudo. Yin (2001) propõe que o protocolo seja dividido em quatro seções: visão geral do projeto, procedimentos de campo, questões específicas e guia para elaboração do relatório. Após o protocolo, inicia-se a coleta de dados, uma etapa complexa devido ao uso de múltiplas técnicas de coleta. Para assegurar a qualidade dos dados, Yin (2001) sugere a realização de um estudo de caso piloto, que ajuda o pesquisador a verificar a aplicabilidade dos métodos no contexto pretendido. A etapa subsequente é a análise dos dados, que, segundo Yin (2001), ainda carece de uma sistematização definitiva. Devido à diversidade das fontes de dados, diversos modelos analíticos podem ser empregados, sendo a abordagem predominantemente qualitativa (Gil, 2002).

Finalmente, chega-se à escrita do relatório, etapa em que o pesquisador organiza os resultados e discute a pesquisa. Por ser mais flexível, o estudo de caso permite um grau menor de formalidade e não exige uma estrutura rígida. É importante destacar que, embora as etapas descritas sejam apresentadas de forma linear, o estudo de caso frequentemente ocorre de forma interativa. O pesquisador pode revisitar e ajustar etapas durante o processo, sem a necessidade de seguir uma sequência estritamente cronológica (Yin, 2001). Essa flexibilidade e a possibilidade de integrar diferentes abordagens tornam o estudo de caso uma metodologia poderosa para investigar fenômenos complexos em contextos diversos.

QUAIS RECURSOS PODEM SER EMPREGADOS COM ESTE MÉTODO?

O método de estudo de caso é altamente flexível e pode empregar uma variedade de recursos para a coleta, análise e apresentação de dados, adaptando-se ao foco e à abordagem pretendida. Entre as principais fontes de dados, estão documentos, como relatórios, leis, regulamentos, registros históricos e correspondências. Essas fontes oferecem uma base sólida para compreender aspectos formais e históricos do caso.

A observação direta é outro recurso valioso, pois permite que o pesquisador acompanhe presencialmente atividades, interações ou fenômenos relacionados ao caso em estudo. Yin (2005) enfatiza que, em estudos não puramente históricos, visitar o local já oferece uma oportunidade de observação direta, útil para captar acontecimentos em tempo real e analisar o contexto do evento. Apesar de suas vantagens, como a captura de eventos em seu ambiente natural, essa abordagem pode demandar muito tempo e recursos e está sujeita à reflexibilidade, ou seja, a possibilidade de os fenômenos observados se alterarem pela presença do pesquisador. Já na observação participante, o

pesquisador adota um papel mais ativo, inserindo-se no ambiente ou na comunidade estudada. Isso permite compreender a realidade do ponto de vista interno, mas também exige maior preparação e cuidado ético.

As entrevistas são outra ferramenta fundamental no estudo de caso, permitindo captar histórias e experiências individuais que enriquecem a compreensão da realidade estudada. Creswell (1997) destaca que as entrevistas podem ser conduzidas com roteiros não estruturados ou semiestruturados, registrando informações por meio de anotações, gravações ou transcrições. Stake (1995) complementa que o sucesso da entrevista está relacionado à capacidade do pesquisador de ouvir o entrevistado, extraindo informações significativas que revelam nuances do fenômeno em estudo.

Artefatos físicos também desempenham um papel importante, incluindo itens culturais, objetos de rituais, obras de arte, mensagens ou registros técnicos. Esses materiais ajudam a compreender o caso por meio de seus aspectos culturais e operacionais. Yin (2005) observa que artefatos físicos são úteis para explorar operações técnicas ou contextos culturais, embora dependam de sua seletividade e disponibilidade. O método também se beneficia de ferramentas tecnológicas: *softwares* como NVivo, ATLAS.ti e MAXQDA auxiliam na organização e análise de dados textuais e multimodais. Para análises espaciais ou ambientais, sistemas de geoprocessamento (GIS) são valiosos, enquanto sensores, drones e equipamentos técnicos oferecem suporte na coleta de dados ambientais ou técnicos. Além disso, plataformas de pesquisa online facilitam entrevistas e questionários à distância, ampliando as possibilidades de coleta de dados.

Por fim, o uso de materiais audiovisuais, como fotografias e vídeos, agrega uma dimensão visual ao estudo. Creswell (1997) reforça a importância desses materiais, que podem capturar elementos simbólicos e contextuais, alinhando-se à classificação de evidências proposta por Yin (2005). Esses recursos, quando combinados de maneira estratégica, contribuem para uma análise aprofundada e integrada do caso, oferecendo uma compreensão abrangente e robusta do fenômeno investigado.

QUANDO NÃO USAR O MÉTODO ESCOLHIDO POR VOCÊ?

Um equívoco comum sobre o estudo de caso é a percepção de que ele seria um método mais simples para lidar com poucas unidades de análise. Autores como Bogdan e Biklen (1994) sugerem que pesquisadores iniciantes adotem essa abordagem por sua aparente facilidade. No entanto, essa visão

ignora a complexidade e os desafios envolvidos, uma vez que o estudo de caso exige rigor metodológico e um envolvimento aprofundado com o objeto de estudo.

De acordo com Yin (2001), o estudo de caso é especialmente indicado em três situações: quando o caso é crítico para testar uma hipótese ou teoria previamente formulada; quando o caso é extremo ou único, envolvendo situações raras que demandam análise detalhada, como em padrões incomuns de comportamento na Psicologia Clínica; e quando o caso é revelador, oferecendo ao pesquisador acesso a fenômenos anteriormente inacessíveis, como dinâmicas sociais em contextos sensíveis. Além disso, o estudo de caso pode ser exploratório, sendo utilizado para investigações preliminares de fenômenos pouco conhecidos ou como guia para estudos mais amplos. Nesse sentido, ele se apresenta como uma ferramenta valiosa para o desenvolvimento de hipóteses e categorias de análise. Comparando as tipologias de Yin e Stake, os estudos de caso crítico e exploratório aproximam-se do tipo instrumental descrito por Stake, enquanto os casos extremos e reveladores alinham-se ao tipo intrínseco, que enfatiza o caráter singular e contextual da análise.

Apesar de suas vantagens, o estudo de caso apresenta limitações importantes. Ele não é adequado para pesquisas que demandam generalizações amplas, grandes amostras ou análises quantitativas maiores. Além disso, a subjetividade inerente à interação entre o pesquisador e o objeto de estudo pode introduzir vieses, dificultando a validação independente dos resultados. Questões éticas também representam um desafio, especialmente em situações sensíveis onde a confidencialidade e a distinção entre informações públicas e privadas são cruciais.

De fato, as generalizações são usualmente baseadas em um conjunto de experimentos replicando o mesmo esquema em diferentes condições. Para Yin (1985), o mesmo raciocínio pode ser usado para os estudos de casos múltiplos e, nesse sentido, a lógica que rege o desenho da pesquisa não é a da amostragem, mas a da replicação. Assim, cada caso deve ser selecionado de acordo com uma das seguintes previsões: ou se espera encontrar resultados semelhantes nas diversas unidades investigadas, replicação propriamente dita, ou se espera resultados diferentes em razão de fatores previamente antecipados pelo pesquisador, “replicação teórica”. Tal como os experimentos, os estudos de caso, portanto, não representam “amostra” cujos resultados seriam generalizáveis para uma população, o pesquisador não procura casos representativos de uma população para a qual pretende generalizar os resultados, mas a partir de um conjunto particular de resultados, ele pode

gerar proposições teóricas que seriam aplicáveis a outros contextos. A isto Yin (1984, p.39) denomina “generalização analítica”.

O método demanda ainda tempo e recursos significativos, o que pode ser um obstáculo em projetos com prazos curtos ou orçamentos reduzidos. A falta de planejamento sistemático pode comprometer a qualidade dos resultados, confundindo o rigor metodológico. Além disso, a crítica mais frequente ao estudo de caso é sua limitada capacidade de generalização, o que, para alguns, restringe sua contribuição a avanços teóricos mais abrangentes. Portanto, a escolha por esse método deve ser feita com critério, avaliando sua adequação ao problema de pesquisa, suas vantagens e limitações, e o contexto em que será aplicado. Quando bem planejado e executado, o estudo de caso se mostra uma ferramenta essencial para a compreensão aprofundada de questões específicas.

O QUE DEVE SER FEITO EM SITUAÇÕES DE IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DE ALGUMA FASE/PRINCÍPIO/PRESSUPOSTO DO MÉTODO?

Yin (2001) afirma que, para produzir um estudo de caso que possua confiabilidade e validade, é preciso que o pesquisador seja experiente e que consiga seguir rigorosamente e sistematicamente todas as etapas – formulação do problema, definição da unidade-caso, determinação do número de casos, elaboração do protocolo, coleta de dados, avaliação e análise dos dados, e preparação do relatório. Para o autor, o estudo de caso é um método flexível que é linear, mas também, interativo. Assim, o pesquisador no decorrer da pesquisa pode revisitar, remodelar e ajustar as etapas.

Além disso, Yin (2001) também orienta que, antes de optar por utilizar um estudo de caso, é importante avaliar cuidadosamente para evitar utilizar o estudo de caso em situações nas quais ele não é aplicável. Essa avaliação é feita por meio da análise da pergunta de pesquisa, pois um estudo de caso se aplica quando decide-se investigar “como” ou “por que”, ao realizá-la e julgar que o estudo de caso é o método adequado, o pesquisador com o intuito de confirmar que é possível aplicá-lo pode criar um estudo de caso piloto.

A execução de um estudo de caso piloto permite ao pesquisador confirmar se alcançará os resultados desejados, e se será possível aplicar todas as etapas exigidas pelo método. Caso alguma fase não seja aplicável no estudo de caso piloto, o pesquisador deverá reavaliar sua pesquisa, pois isso mostra que também não será aplicável no estudo de caso “real”. De posse dessa avaliação, deve-se reestruturar e reavaliar a escolha do método de pesquisa.

A partir do que foi mencionado por Yin (2001), pode-se concluir que, para a execução de um estudo de caso, é preciso seguir todas etapas, no entanto, ele é interativo, e em alguns momentos o pesquisador pode revisitar e remodelar as etapas. Nessa perspectiva, Eisenhardt (1989) afirma que o estudo de caso é interativo e permite ao pesquisador se concentrar em uma parte por vez, em um processo que envolve interação constante de ir e vir. Além disso, a autora define que para a execução do estudo de caso é preciso seguir os processos: definição da questão de pesquisa; seleção dos casos; instrumentos de criação e protocolo; coleta e análise de dados sobrepostos; análise de dados dentro do caso; formulação de hipóteses; envolvimento de literatura.

Assim, pode-se concluir que um estudo de caso precisa ser bem planejado e executado, cumprindo com rigor científico, mas por sua característica interativa e flexível que permite ao pesquisador revisitar todos os processos, torna possível a realização de mudanças e ajustes pelo pesquisador se em algum momento alguma fase/pressuposto/princípio não for passível de aplicação. Porém, o pesquisador precisa ficar atento para não ser seduzido pela flexibilidade e realizar mudanças que possam alterar propósitos ou objetivos de estudos. Se, por algum motivo, ocorram essas alterações, será necessário refazer todo o projeto de pesquisa (Yin, 2001).

QUAIS OS PRINCIPAIS MÉTODOS QUE SÃO ARTICULÁVEIS COM O MÉTODO ESTUDO DE CASO?

Yin (2001) cita que em algumas situações todas as estratégias de pesquisa podem ser relevantes. Em outras, pode-se considerar duas, e também podemos usar mais de uma estratégia em qualquer estudo dado, como por exemplo, utilizar um levantamento em um estudo de caso ou vice-versa. Essa afirmação demonstra que em determinadas situações pode-se utilizar uma ou mais estratégias de pesquisa em um mesmo estudo.

Devido ao fato de o estudo de caso ir além da coleta de dados e ser um método que abrange um planejamento que incorpora abordagens específicas à coleta e análise de dados (Yin, 2001), é possível articulá-lo com outros métodos em determinados momentos da pesquisa. Assim, para a coleta de evidências, é possível articulá-lo com observação participante e pesquisa documental, visto que a coleta de dados no referido método pode se basear em muitas fontes de evidências, como documentos, registros em arquivo, entrevistas, observação participante, observação direta, e artefatos físicos (Yin, 2001).

Outro aspecto importante em um estudo de caso é o desenvolvimento da teoria que para Yin (2001) deve fazer parte da fase projeto. A teoria precisa

ser desenvolvida antes de iniciar a coleta de dados. Em consonância com o autor, Eisenhardt (1989) define que um dos passos no desenvolvimento do estudo de caso é envolver literatura. Para desenvolver ou envolver literatura, pode-se utilizar a revisão de literatura por meio do método bibliográfico.

Embora muitos utilizem o estudo de caso como pesquisa qualitativa, ele não pode ser considerado como tal, pois a pesquisa de estudo de caso pode ser com abordagem qualitativa, quantitativa ou ambas (Yin, 2001). Para Eisenhardt (1989), a combinação de dados qualitativos e quantitativos auxiliam o pesquisador na redução de impressões expressivas, mas falsas, como também colocam em evidência relações que podem parecer insignificantes. Já para Yin (2001), utilizar dados quantitativos por meio da análise de estatística auxilia na compreensão das evidências e dados qualitativos.

QUAIS SÃO AS ADVERTÊNCIAS E RISCOS ÉTICOS DA UTILIZAÇÃO DESTE MÉTODO?

O ser humano é por natureza um ser social, ou seja, vive e se relaciona em grupos. Para que essa convivência ocorra de maneira organizada e com o intuito de reduzir tensões e conflitos, passou-se a utilizar os conceitos de ética e moral. Apesar de em algumas situações serem vistos como sinônimos, esses termos possuem significados e aplicações distintos. A moral está vinculada às regras sociais de convivência, muitas vezes formalizadas em leis, enquanto a ética é um conceito mais subjetivo, relacionado à reflexão sobre as ações e à percepção individual do que é correto. Essa diferença pode gerar conflitos em determinadas situações, devido a perspectivas divergentes sobre o certo e o errado (Santos, 2020).

Portanto, por sua natureza subjetiva, e relacionada com a forma que cada um considera adequado ou não, a ética pode apresentar contradições entre a visão do pesquisador e do pesquisado. Nessa perspectiva, toda pesquisa que envolve seres humanos possui riscos éticos a todos os envolvidos, pois pode causar constrangimentos ou mal entendidos (Lima, 2020), como também exposição intencional ou não dos participantes e vazamento de dados.

Como tudo na sociedade é regulamentado para reduzir os conflitos sociais, com o que se entende por ética na pesquisa não foi diferente: foram criadas resoluções regulamentadoras para garantir que as pesquisas ocorram respeitando os princípios éticos. A partir desse ponto, o que se considera ético não depende somente da visão de cada um, pois considera-se ético na pesquisa tudo que está descrito nas resoluções. Vale ressaltar que as primeiras reso-

luções foram destinadas à área da saúde, e atualmente são adaptadas para atender às demais áreas de pesquisa.

A Resolução nº 510, de 2016, do Conselho Nacional de Saúde inclui as Ciências Sociais, e passa a normatizar as questões éticas da área. Nela, deixa claro que o pesquisador precisa estar atento aos riscos que a pesquisa ou seus métodos podem causar, como também tomar medidas de precaução ou proteção para evitar ou minimizar os danos. Assim, ao se observar a possibilidade de dano, deverão ser discutidas com os participantes as medidas a serem tomadas, uma delas pode ser o encerramento da pesquisa, e informar o sistema Comitê de Ética em Pesquisa/Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CEP/CONEP).

Além disso, para garantir que a pesquisa atenda aos requisitos éticos, o pesquisador deverá apresentar o protocolo ao comitê de ética; produzir os termos de consentimento e de assentimento livre e esclarecido; apresentar dados solicitados pelo Comitê de Ética em Pesquisa e manter os dados da pesquisa por um período de cinco anos.

■ APLICAÇÕES E ILUSTRAÇÕES

Aplicação I

Intercâmbio cultural na economia criativa: laços fracos e fortes em feira agroecológica

O estudo foi realizado sobre as feiras agroecológicas da Várzea, no Rio de Janeiro, e evidenciou como a economia criativa foi utilizada para fortalecer essas feiras, promover a geração de renda e resistir às pressões do agonegício. A pesquisa utilizou o método de estudo de caso, considerando que o objeto de estudo estava inserido em um contexto social real, e teve como objetivo descrever as interações existentes entre esses vínculos e suas possíveis relações no contexto da economia criativa local.

O método adotado foi o de estudo de caso simples, com caráter exploratório-descritivo, direcionado a um único caso. Estudos desse tipo buscam responder questões como “o quê”, “quem” e “onde”, bem como suas variantes “quantos” e “quanto”, com o objetivo de formular hipóteses e proposições ou descrever a incidência e predominância de um fenômeno, conforme a metodologia de Yin (2001). Embora o autor não tenha explicitamente definido o caso como único, a investigação de uma situação peculiar permite classificá-lo dessa forma.

O caso analisado foi a feira agroecológica da Várzea-RJ. Para a coleta de dados, foram utilizadas três fontes secundárias: documentários produzidos pelo Espaço Agroecológico da Várzea (EAV), imagens do perfil do Instagram e textos descritivos que evidenciaram as narrativas dos participantes. A análise dos dados foi conduzida com abordagem qualitativa, utilizando o *software* Atlas.ti, que possibilitou categorizar informações, identificar padrões e realizar comparações, permitindo uma compreensão mais profunda das nuances e particularidades do fenômeno.

Os resultados demonstraram que o “intercâmbio urbano-rural” estabelecido pela feira fortalece tanto os laços fortes como os laços fracos. Os laços fortes, caracterizados por interações frequentes e relações de confiança entre os envolvidos, foram fortalecidos pelo intercâmbio entre produtores e consumidores. A participação em atividades como visitas a sítios agroecológicos, oficinas e rodas de conversa promoveu proximidade, engajamento e compromisso com a agroecologia. Esses laços facilitaram a fidelização dos consumidores, a troca de saberes e o fortalecimento da identidade comunitária. Além disso, o estudo mostrou que os laços fortes contribuem para a sustentabilidade da feira agroecológica, garantindo apoio mútuo entre os participantes e consolidando a rede de produtores.

Por outro lado, os laços fracos também foram fundamentais para a expansão da economia criativa. Eles se manifestaram nas conexões eventuais entre consumidores e produtores, nas interações durante a compra e venda na feira e na disseminação das práticas agroecológicas por meio das redes sociais. Esses laços possibilitaram o acesso a novas oportunidades e recursos, ampliaram a visibilidade da feira e incentivaram a chegada de novos consumidores e parceiros. Além disso, os laços fracos foram essenciais para a introdução de novas ideias e inovações, conectando a feira agroecológica com outros movimentos sociais e iniciativas sustentáveis.

Dessa forma, a economia criativa da Feira Agroecológica da Várzea depende da coexistência e do equilíbrio entre laços fortes e fracos. Enquanto os laços fortes garantem a coesão e a confiança entre os membros da comunidade, os laços fracos são responsáveis por expandir a rede e atrair novas oportunidades. Dessa forma, o intercâmbio urbano-rural contribui tanto para a consolidação das relações já estabelecidas quanto para a ampliação da economia criativa, fortalecendo a agroecologia e promovendo um modelo sustentável de produção e consumo.

O estudo conclui que a economia criativa desempenha um papel essencial na reconstrução de sistemas alimentares sustentáveis, especialmente no contexto pós-pandemia. A Feira Agroecológica da Várzea e suas iniciativas

de intercâmbio urbano-rural mostram como é possível criar conexões significativas entre produtores e consumidores, fortalecendo tanto laços sociais quanto econômicos. Assim, a agroecologia surge como uma alternativa viável ao modelo convencional de produção agrícola, promovendo um sistema alimentar mais justo e sustentável, baseado na valorização do conhecimento local e na participação ativa da comunidade.

Aplicação II

Economia criativa e vantagem competitiva: um estudo de caso da Villô Ateliê

O artigo apresenta uma pesquisa realizada com uma empresa de pequeno porte situada em Salvador-BA, dedicada à produção de roupas de crochê, uma atividade inserida no contexto da economia criativa. O objetivo do estudo foi mapear as influências da criatividade como fator de diferenciação e vantagem competitiva. Para isso, foi realizado um estudo de caso único, com a coleta de dados a partir de duas fontes principais. A primeira consistiu na coleta de dados secundários por meio de pesquisa bibliográfica. Já a segunda utilizou dados primários obtidos por meio de entrevistas semiestruturadas.

A análise dos dados foi realizada com base na metodologia de análise de conteúdo de Bardin, estruturando os temas em categorias com características comuns. Ao analisar os dados gerados pelas entrevistas, a autora os agrupou seguindo os preceitos que determinam a participação no setor na economia criativa, como criatividade, propriedade intelectual, diversidade cultural, inovação e recursos intangíveis. Além disso, para determinar os fatores que influenciam diretamente na criatividade, ela utilizou doze categorias, que são: ambiente físico; comunicação; desafios; estrutura organizacional; liberdade de autonomia; participação; recursos tecnológicos e materiais; salários e benefícios; suporte da chefia; suporte do grupo de trabalho; suporte organizacional; treinamento

Os resultados confirmaram que a empresa de pequeno porte Villô Ateliê se enquadra na economia criativa, pertencendo aos setores de moda e artesanato, ambos integrantes desse segmento. A empresa se destaca por ser inovadora, promover a inclusão social e possuir uma estrutura organizacional que favorece a criatividade. Além disso, adota estratégias de diferenciação de design, suporte e qualidade que tornam seus produtos únicos.

Outro aspecto relevante identificado no estudo é o compromisso da empresa com a sustentabilidade, a consciência ambiental e a valorização social.

Entre as ações promovidas, destacam-se o reaproveitamento de sobras de linhas para a produção de novos itens, o uso de embalagens reutilizáveis no cotidiano, a reinserção no mercado de trabalho de mulheres que estavam fora dele e a valorização da população local por meio do uso de modelos da periferia. Esses fatores reforçam a relevância da Villô Ateliê como um exemplo de empreendimento criativo e sustentável.

Aplicação III

Estratégia de Significado para Economia Criativa: estudo de caso de Portomídia

O estudo apresenta um caso único incorporado, ou seja, um caso único que inclui diversas subunidades de análise. A pesquisa teve como objeto o Centro de Empreendedorismo e Tecnologias da Economia Criativa – Portomídia, localizado em Recife-PE, com o objetivo de compreender os objetivos, processos e perspectivas do Portomídia sob a ótica do *Design-driven Innovation* (DDI) e da estratégia de significado.

A coleta de dados utilizou fontes primárias, com entrevistas semiestruturadas. A seleção do objeto de estudo considerou como critério de inclusão/exclusão que ele estivesse inserido no escopo da Economia Criativa. Após a definição do caso principal, as subunidades foram identificadas por meio de pesquisa de campo exploratória, observações assistenciais e diálogos com membros do Núcleo de Gestão do Porto Digital (NGPD). A análise dos dados foi realizada com base na metodologia de análise de conteúdo de Bardin, utilizando a técnica de categorização, com ênfase na categorização semântica.

Os resultados principais revelaram duas perspectivas distintas sobre o papel do Portomídia: uma o considera como um equipamento de suporte ao mercado, enquanto a outra o enxerga como um agente indutor. Adicionalmente, foi constatado que a cultura não está entre os princípios norteadores do Portomídia, destacando uma lacuna em sua orientação estratégica.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, T. A. B. de. **Estratégia de Significado para Economia Criativa: estudo de caso do Portomídia**. Universidade Federal de Pernambuco: Recife (Pernambuco) 2014.
- BRASIL, Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 510 de 07 de abril de 2016**. Brasília - DF, 2016.
- BOGDAN, R.; BIKLEN, S. Investigação qualitativa em educação. **Porto**: Porto Editora, 1994.
- CRESWELL, J. W. Qualitative inquiry and research design: choosing among five traditions. Thousand Oaks, CA: Sage, 1998.
- EISENHARDT, K. M. Building Theories from case study research. In: HUBERMAN, A. M.; MILES, M. B. The qualitative researcher's companion. Thousand Oaks: Sage Publications: 2002. pp. 5-34.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas 2002.
- LIMA, J. P. R. de. **Estudo de Caso**. Universidade de São Paulo (USP): 2020.
- OLIVEIRA, E. R. de. JÚNIOR, F. G. de P., BARROSO, H. C. M. de P. **Intercâmbio cultural na economia criativa: laços fracos e fortes em feira agroecológica**. ESPM-Rio: Diálogo com a Economia Criativa, Rio de Janeiro, v.8, n. 24, p. 124-143, set/dez.2023.
- MERRIAM, S. B. Qualitative research and case study applications in education. San Francisco: Jossey-Bass, 1998.
- REIS, A.J.S. **Economia Criativa e vantagem competitiva: um estudo de caso da Villô Ateliê**. Revista Formadores: Vivências e Estudos, Cachoeira (Bahia), v.13, n. 3, p. 6-44, dez. 2020.
- SANTOS, A. C. dos. **Variações conceituais entre a ética e a moral. Filosofia Unisinos**. Aracaju-SE, 2020.
- STAKE, R. **The art of case study research**. Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 1995.
- OLIVEIRA, G. S. CUNHA, A. M. O.; CORDEIRO, E. M.; SAAD, N. S. Grupo Focal: uma técnica de coleta de dados numa investigação qualitativa?. In: Cadernos da Fucamp, UNI FUCAMP, v.19, n.41, p.1-13, Monte Carmelo, MG, 2020.
- YIN, R. K **Estudo de Caso Planejamento e método**. Trad. Daniel Grassi – 2ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.
- YIN, R. K. Case study research: design and methods. London: Sage, 1984.

CAPÍTULO 4

A encruzilhada da Economia Criativa: resistência cultural ou armadilha capitalista?

Alice Albano Coelho Marques Silva

Thaisy Alves Amorim

■ INTRODUÇÃO

A interação entre os saberes tradicionais e a indústria criativa representa um dos mais intrigantes fenômenos socioeconômicos do capitalismo moderno. Esta relação, marcada por tensões e possibilidades, será desenvolvida na presente seção. Inicialmente, é fundamental compreender que os conhecimentos tradicionais, construídos e transmitidos através de gerações, constituem um patrimônio cultural inestimável (Oliveira *et al.*, 2017). Estes saberes, que abrangem desde técnicas artesanais até conhecimentos medicinais ancestrais, representam não apenas práticas produtivas, mas também identidades culturais e visões de mundo específicas. Por sua vez, a chamada indústria criativa emerge como um setor econômico que busca incorporar elementos culturais, emocionais e afetivos em produtos e serviços comercializáveis.

Neste processo, os saberes tradicionais tornam-se fonte de inspiração e matéria prima para as demandas mercadológicas. No âmbito das oportunidades, destaca-se a possibilidade de valorização econômica dos conhecimentos tradicionais, gerando renda para comunidades materialmente marginalizadas. A incorporação desses saberes no mercado pode contribuir para sua preservação, através da criação de demanda por produtos autênticos e da valorização das práticas culturais associadas.

A Economia Criativa reflete uma mudança fundamental na maneira como a geração de valor, riqueza e desenvolvimento socioeconômico são compreendidos no século XXI (Nyko e Zendron, 2018). Uma vez que este modelo econômico tem seu valor agregado por meio de elementos como a criatividade, o conhecimento e o capital intelectual, colocando-os no centro do crescimento e da geração do capital (Oliveira *et al.*, 2017). No entanto, contextualizar esse

conceito no âmbito das dinâmicas do capitalismo contemporâneo, considera que a instrumentalização da cultura e da criatividade geram um tensionamento, evidenciado por meio da reconfiguração produtiva do capitalismo neoliberal, mascarando desigualdades estruturais (Mould, 2020).

No Brasil, a evolução da discussão sobre economia criativa é indissociável de eventos como a XI Conferência da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, realizada em São Paulo em 2004, e a ratificação, em 2007, da “Convenção para a Proteção e Promoção da Diversidade de Expressões Culturais” pela UNESCO. A consolidação desse conceito no país ampliou o vocabulário político e cultural, promovendo a transição das indústrias culturais para uma economia voltada para a inovação, inclusão e sustentabilidade (Machado, 2009). Contudo, é pertinente uma reflexão sobre os possíveis conflitos entre esses ideais e as práticas das forças de mercado que dominam o cenário globalizado.

A Economia Criativa rompe com os modelos econômicos tradicionais ao priorizar bens intangíveis e experiências, destacando setores como design, tecnologia e cultura. Entretanto, como apontado por Mould (2020), o capitalismo neoliberal adaptou o discurso da criatividade como uma forma de perpetuar o *status quo*. Essa apropriação ocorre quando os processos de criação, em vez de promoverem a autonomia social, são direcionados para gerar capital, consolidando estruturas de desigualdade. O “imperativo de ser criativo” se transforma em um fardo, colocando indivíduos sob um ciclo exaustivo de produtividade e competição (Mould, 2020).

Esse fenômeno também é observado em práticas que mascaram as contradições sistêmicas. A título de exemplo, os trabalhadores do National Health Service (NHS) no Reino Unido ilustram um contraste entre a criatividade útil para o bem público e a apropriação dessa mesma criatividade pelo mercado (Mould, 2020). De forma semelhante, no Brasil, é vital questionar como a criatividade pode ser descolada dessas dinâmicas mercadológicas para alavancar projetos centrados na coletividade e na promoção da justiça social.

Historicamente, a Economia Criativa também herda os conflitos provenientes da noção de “indústria cultural” da Escola de Frankfurt. Enquanto Adorno e Horkheimer criticavam a mercantilização da cultura e a massificação do consumo, o conceito contemporâneo de criatividade tenta agregar valor às práticas culturais, mas muitas vezes o faz de maneira excludente, subordinando as expressões regionais às lógicas globais de mercado (Machado, 2009). O fortalecimento das identidades locais e a promoção de uma diversidade cultural genuína, destacada pela UNESCO (2005), frequentemente encontram

barreiras frente ao poder de corporações globais que lucram com a criação cultural sem respeitar suas origens.

Além disso, como Mould (2020) argumenta, a contradição entre os “gênios criativos” exaltados pelo capitalismo e os trabalhadores que viabilizam suas produções revela uma hierarquia mundial nas cadeias de produção. A exclusão de comunidades marginalizadas do processo criativo global é um reflexo de estruturas que negam oportunidades equitativas, reforçando formas de dominação.

Neste cenário, a Economia Criativa apresenta-se como um emplastro para as expressões da questão social. A incorporação de valores como sustentabilidade, equidade e inclusão pode reformular a relação entre cultura, sociedade e economia enquanto uma atividade mediadora, e não somente, com um fim em si mesma. Iniciativas locais como as tradições técnicas manuais de artesanato têm mostrado como a criatividade pode ser um veículo poderoso para desenvolvimento humano e coletivo, resistindo à lógica predatória do mercado (Oliveira *et al.*, 2017).

Ademais, resgatar o papel da criatividade como um instrumento de transformação comunitária, e não apenas de lucro, é essencial. A ideia de associativismo proposta por Mould (2020) é especialmente relevante nesse contexto, pois enfatiza a importância de práticas criativas focadas no bem comum e não na acumulação privada (Mould, 2020). A Economia Criativa, com toda sua pluralidade e potencial emancipatório, enfrenta desafios substanciais ao navegar pelas contradições do capitalismo neoliberal. Enquanto celebra o poder criativo humano, é imprescindível que esse modelo também reconheça e enfrente as dinâmicas de apropriação que sacrificam a diversidade e o bem-estar coletivo

Os desafios são igualmente significativos. A mercantilização dos saberes tradicionais pode resultar em sua descaracterização, quando adaptados às exigências do mercado, levantando questões relacionadas à propriedade intelectual e à distribuição justa dos benefícios econômicos, também se apresentam como pontos críticos nesta relação (Machado, 2009). A economia criativa, ao incorporar elementos tradicionais, pode promover um diálogo interessante entre o “antigo” e o “novo”. Inovações baseadas em conhecimentos ancestrais têm demonstrado potencial para criar produtos culturalmente relevantes e economicamente viáveis (Sebrae, 2023).

Com isso este capítulo utilizou os caminhos e procedimentos metodológicos de revisão e análise bibliográfica (Gil, 2002), possibilitando explorar as dimensões da economia criativa, tendo como objetivos: i) campo de estudo, isto sobressai aos discursos economicistas, tratando como área de contri-

buição para o desenvolvimento do ser social associado ao método biográfico de pesquisa nas ciências sociais. Como também se pretendeu ii) associar o espaço privilegiado de debate da economia criativa enquanto arena de defesa das identidades e subjetividades de mulheres artesãs, trancistas e bordadeiras, que para além da renda, produzem memórias e ancestralidade.

■ TEORIAS, CONCEITOS E APORTES METODOLÓGICOS

A ECONOMIA CRIATIVA PARA ALÉM DA NECESSIDADE DE ECONOMIA

Pensar a Economia Criativa, enquanto campo de estudo, tem ganhado crescente relevância no cenário acadêmico e econômico contemporâneo. Sua natureza interdisciplinar desde a antropologia, psicologia, filosofia, história e literatura (Rouleau, 2015; Cunha et al., 2017; Atkinson, 2012) abrange setores como artes, cultura, design, mídia e tecnologia, demanda abordagens metodológicas que sejam capazes de capturar a complexidade e a singularidade dos processos criativos.

Nesse contexto, o método biográfico emerge como uma ferramenta compatível, permitindo uma análise profunda das trajetórias individuais e coletivas que constituem o tecido da realidade social mediadas pelas dinâmicas da Economia Criativa. Este ensaio propõe uma reflexão sobre a aplicação do método biográfico na pesquisa de Economia Criativa, buscando compreender como as narrativas individuais se entrelaçam com as estruturas sociais e econômicas mais amplas. Esta consonância é reafirmada por Fantasia e Leite, p. 1155, 2014:

A utilização das metodologias sócio biográficas permite recentrar a produção dos saberes nos indivíduos como produtores das suas próprias experiências, e permitir o exercício de construção dos sentidos do social solidário. Se o exercício de biografização, a produção individual de sentidos, é um momento experiencial, potencialmente libertador pela verbalização ou pelo ato performativo; o desafio essencial das metodologias biográficas decorre no processo da formação da consciência do individual como parte do social.

Devido a sua aplicação transcender disciplinas, essa associação é particularmente relevante em campos onde a subjetividade e a narrativa individual desempenham papéis fundamentais no contexto coletivo para compreender

como são os modos de vida de uma mesma sociabilidade. Este ensaio busca explorar as aplicações do método biográfico nesse contexto, bem como refletir sobre os desafios éticos e metodológicos que permeiam sua utilização. Para tanto, apoia-se em autores como Merrill e West (2009), Roberts (2002), Alberti (2000), Guelman (2024), Weber (2019) e Rodrigues (2013), que oferecem bases teóricas e práticas para essa discussão.

Essa diversidade disciplinar legitima o uso do termo “métodos biográficos” no plural, reconhecendo a multiplicidade teórica e metodológica que o caracteriza. A História de Vida, por exemplo, originada nos estudos sociológicos da Escola de Chicago, busca interpretar significados sociais e culturais por meio das vivências de indivíduos comuns, privilegiando interações sociais e a diversidade cultural em ambientes urbanos (Merrill e West, 2009; Roberts, 2002). Já a Biografia e Autobiografia Literárias enfocam a dimensão subjetiva de forma mais isolada, destacando as especificidades do sujeito em detrimento do contexto social mais amplo (Lozano, 2009). Por sua vez, a Biografia e Autobiografia Sociológicas exploram a interconexão entre dimensões sociais e individuais, reconhecendo as narrativas como produtos culturais que refletem e moldam processos sociais (Roberts, 2002).

PARA QUE ESTE MÉTODO É INDICADO?

A indicação do método se dá pela aplicação da História Oral, impulsionada pelo avanço tecnológico na década de 1940, e que consolida-se como um método crucial ao dar voz a grupos marginalizados e criar “contra-histórias” que desestabilizam narrativas hegemônicas (Alberti, 2000). Esses métodos giram em torno de premissas centrais, sendo indicados quando há priorização das subjetividades e a oralidade como ferramentas interpretativas. Relatos de experiências individuais permitem análises complexas de acontecimentos históricos, estruturas sociais e fenômenos culturais, configurando-se como uma abordagem insubstituível para investigar fenômenos em profundidade (Fontes, 2020).

Com base nas análises de Capriati (2017) sobre o método biográfico para estudar as contradições sociais, quando aplicado com rigor, pode revelar tensões presentes na economia criativa, evidenciando como a mercantilização da cultura impacta a vida dos trabalhadores dessa área. Para que isso não ocorra, é necessário um rigor metodológico e um compromisso ético, assegurando que as narrativas sejam analisadas de forma crítica, e que os sujeitos pesquisados sejam devidamente reconhecidos, evitando abordagens que idealizam ou individualizam os desafios estruturais enfrentados nesse campo.

COMO ESTE MÉTODO FUNCIONA?

O funcionamento do método biográfico se dá pela integração. Weber (2019) argumenta que as narrativas biográficas podem desvendar as relações entre criatividade, identidade e contexto social, oferecendo uma visão mais holística dos processos criativos. Rodrigues (2013), por sua vez, enfatiza a importância de integrar as experiências individuais às dinâmicas culturais e econômicas, destacando como as narrativas biográficas podem informar políticas públicas e estratégias de desenvolvimento. Essas narrativas não apenas iluminam as trajetórias individuais, mas também revelam padrões estruturais que influenciam o desenvolvimento da economia como um todo. Outro exemplo encontra-se na valorização de narrativas de comunidades locais. Programas que utilizam biografias de artesãs bordadeiras de Minas, não apenas documentam as heranças culturais, mas oferecem soluções colaborativas para a proteção desses recursos, muitas vezes colocando a criatividade como instrumento de renda básica e espaço de convivência.

QUAIS RECURSOS PODEM SER EMPREGADOS COM ESTE MÉTODO?

O uso do método biográfico é *per se* ferramenta transdisciplinar a oferecer a oportunidade de explorar a relação entre subjetividade e sociedade de modo rico e dinâmico. Ele permite não apenas registrar histórias, mas compreender as interações entre narrativas pessoais e os contextos econômicos, culturais e históricos que as moldam continuamente. A economia criativa, caracterizada pela valorização de bens e serviços intangíveis, como arte, cultura, design e tecnologia, é um campo fértil para a aplicação do método biográfico. Nesse contexto, as trajetórias oferecem informações valiosas sobre processos criativos, dinâmicas de mercado, necessidades reais para políticas públicas e impactos socioculturais. Guelman (2024) destaca que o método biográfico permite mapear as trajetórias de agentes criativos, identificando padrões e singularidades que contribuem para a compreensão do ecossistema da economia criativa. Nesse sentido, os principais recursos são: materiais audiovisuais, documentos institucionais, softwares de análise de dados (NVivo, Atlas.ti etc).

QUANDO NÃO USAR O MÉTODO ESCOLHIDO POR VOCÊ?

A utilização do método biográfico na pesquisa de economia criativa traz consigo desafios éticos e metodológicos que exigem atenção cuidadosa. Em primeiro lugar, a priorização da subjetividade e da oralidade implica uma re-

lação de confiança entre pesquisador e participante. É fundamental garantir o consentimento informado, a confidencialidade e o respeito às narrativas individuais, evitando distorções ou interpretações enviesadas. Alberti (2000) alerta para o risco de instrumentalização das narrativas biográficas, especialmente quando se trata de grupos marginalizados. O pesquisador deve estar atento ao poder que detém na construção e interpretação das narrativas, buscando uma abordagem colaborativa e empática. Roberts (2002) reforça a importância de reconhecer as narrativas como produtos culturais, evitando a simplificação ou a generalização excessiva. Quando esses critérios não puderem ser atendidos, recomenda-se não escolher o método biográfico.

O QUE DEVE SER FEITO EM SITUAÇÕES DE IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DE ALGUMA FASE/PRINCÍPIO/PRESSUPOSTO DO MÉTODO?

Os problemas de aplicação do método são: fontes de dados escassas e restritas a uma única fonte; limite de acesso ou imprecisão dos fatos. Nesse sentido, outro desafio (e também risco) metodológico é a integração das narrativas individuais às dinâmicas culturais e econômicas mais amplas. Como destacam Merrill e West (2009), o método biográfico deve ser complementado por análises contextuais que situem as experiências individuais em estruturas sociais e históricas mais amplas. Isso requer uma abordagem interdisciplinar, que combine métodos qualitativos e quantitativos para uma compreensão mais abrangente dos fenômenos estudados. Particularmente no contexto do capitalismo, a ética na pesquisa tem um papel ainda mais central. É necessário garantir que os benefícios derivados das narrativas — sejam eles econômicos, sociais ou culturais. Isso inclui reconhecer o valor intrínseco das histórias individuais e evitar sua apropriação para fins unicamente comerciais, especialmente em setores criativos onde a exploração pode ser mais sutil, mas igualmente problemática.

QUAIS OS PRINCIPAIS MÉTODOS QUE SÃO ARTICULÁVEIS COM O MÉTODO BIOGRÁFICO

A utilização do método biográfico pode ser pensada com métodos narrativos porque este primeiro carece de extrema atenção e sensibilidade em face de as “narrativas de sucesso” amplamente divulgada destacarem casos excepcionais, criando uma percepção distorcida da realidade empreendedora, aconselhando sua utilização para destacar desafios de modo a fomentar es-

estratégias de enfrentamento futuras. Um estudo do Sebrae (2023) aponta que os MEIs têm a maior taxa de mortalidade entre os Pequenos Negócios, 29% fecham após 5 anos de atividade, mas esse dado raramente recebe destaque midiático. Além disso, frequentemente se ignora o papel do privilégio de raça, gênero e classe social, como também o capital inicial na construção dessas “histórias de sucesso”. Essa característica é atribuída às faces do empreendedorismo atual, consequência da reestruturação produtiva, refere-se à sua apropriação ideológica como instrumento de precarização e flexibilização do trabalho, frequentemente mascara uma realidade de desproteção trabalhista e transferência de riscos do empregador para o trabalhador (Antunes, 2020). Neste contexto, muitos indivíduos são forçados a se tornarem “empreendedores” não por escolha, mas por necessidade, enfrentando jornadas extensas, ausência de benefícios sociais e instabilidade financeira (Sebrae, 2023).

Como apontado por Nascimento (2018) o fenômeno do afroempreendedorismo no Brasil representa uma importante interseção entre questões socioeconômicas e raciais, destacando-se como uma estratégia histórica de sobrevivência e resistência da população negra. Historicamente, a população negra brasileira tem utilizado o empreendedorismo como forma de subsistência há mais de três séculos, muito antes da formalização do Microempreendedor Individual (MEI) em 2008 (Nascimento, 2018). Este fato evidencia uma tradição de autonomia econômica que surge como resposta às limitações impostas pelo racismo estrutural no mercado de trabalho formal e a ausência do estado.

De acordo com Nascimento (2018), institucionalização do MEI trouxe benefícios significativos para os empreendedores negros, oferecendo um caminho para a formalização e acesso a direitos básicos. No entanto, é fundamental reconhecer que esta política pública possui aspectos contraditórios. Se por um lado facilita a regularização de negócios informais, por outro pode mascarar relações trabalhistas precárias e transferir violentamente as responsabilidades sociais do Estado para o sujeito, excluindo a dinâmica social e o contexto capitalista estrutural (Nascimento, 2018).

O crescimento do afroempreendedorismo na contemporaneidade e as transformações macroeconômicas do país. É crucial observar que as motivações que levam grupos sociais específicos a determinadas atividades econômicas estão intrinsecamente ligadas a fatores estruturais. De acordo com Nascimento (2018) no caso da população negra, o empreendedorismo frequentemente surge como alternativa à discriminação no mercado de trabalho formal e às limitações de acesso a oportunidades de emprego.

A análise sociológica de Nascimento (2018) revela que o afroempreendedorismo transcende a simples atividade comercial, configurando-se como

uma forma de resistência e afirmação identitária. Os negócios geridos por empreendedores negros frequentemente incorporam elementos culturais e valores étnicos-comunitários, contribuindo para as redes de apoio e colaboração no fortalecimento da identidade negra no Brasil. É essencial manter um olhar crítico e analítico sobre o afroempreendedorismo, reconhecendo sua importância histórica e atual, mas também identificando os desafios estruturais que ainda precisam ser superados. Isso inclui a necessidade de políticas públicas mais efetivas, estratégias fiscais e de recursos para combater o racismo institucional, fruto do racismo estrutural. Isto não se limita a estratégias superficiais impostas pela atividade empreendedora.

A relação entre o método biográfico e a economia criativa é especialmente complexa, uma vez que pode utilizar as histórias de vida para legitimar discursos sobre empreendedorismo e inovação cultural, contudo há o perigo de cooptá-las para reforçar práticas neoliberais. Isso ocorre quando relatos de superação individual mascaram as desigualdades estruturais e a precarização do trabalho criativo. Como apontam González Ríó e San Miguel del Hoyo (2020), um dos maiores desafios do método biográfico é garantir que as experiências pessoais sejam vistas como parte de um contexto coletivo, e não apenas exemplos pessoais.

A abordagem de Hooks (1992) sobre consumo e alteridade, também é relevante nesse contexto. A apropriação de narrativas de grupos marginalizados em redistribuição dos benefícios econômicos pode ocorrer quando histórias de vida são exploradas para fins institucionais sem que os sujeitos tenham o controle sobre sua representação, transparência e compromisso social. A autora acrescenta que a cultura hegemônica consome a diferença de forma superficial, absorvendo símbolos do “Outro”, sem, contudo, modificar as estruturas de poder que mantêm essa alteridade em uma posição subalterna. Essa questão é particularmente importante na economia criativa, onde o reconhecimento da diversidade é muitas vezes utilizado para atribuir valor a produtos e projetos sociais sem necessariamente gerar melhorias concretas para os grupos representados. Ao tratar do conceito de “empatia midiaticizada”, Borsani (2020), alerta que o consumo de histórias pode gerar uma solidariedade superficial, não alcançando mudanças estruturais concretas, complementando o pensamento de Hooks (1992).

Assim, no contexto do uso das narrativas biográficas na economia criativa, a valorização das experiências de artistas e empreendedores pode gerar visibilidade e mobilização, porém, isso não é suficiente para melhorar e promover melhores condições de trabalho e de políticas públicas, esse processo pode reforçar a lógica da mercantilização da diversidade, onde as trajetórias

servem mais para legitimar o sistema do que para questioná-lo, ou seja, sem o compromisso real com essas histórias de vida, o uso dessas narrativas, no contexto da economia criativa, podem não ser eficazes para combater as desigualdades, tornando apenas uma estratégia de mascarar a exclusão, sem efetivamente combatê-la.

QUAIS SÃO AS ADVERTÊNCIAS E RISCOS ÉTICOS DA UTILIZAÇÃO DESTE MÉTODO?

O método biográfico é uma ferramenta com um grande potencial para compreender os processos sociais, pois permite uma análise profunda das trajetórias individuais dentro de estruturas mais amplas. No entanto, seu uso nos estudos, sobretudo da economia criativa apresenta questões éticas que exigem reflexão crítica. González Río e San Miguel del Hoyo (2020), apontam que a subjetividade inerente às narrativas biográficas se não forem adequadamente contextualizadas, pode levar a riscos de distorção interpretativa e de reforço de estereótipos sociais. Da mesma forma, Capriati (2017) alerta para a “utopia biográfica”, o perigo de atribuir um caráter absoluto às narrativas individuais, ou seja, o perigo de atribuir um caráter absoluto às narrativas individuais sem considerar os condicionantes estruturais que moldam essas experiências.

■ APLICAÇÕES E ILUSTRAÇÕES

Aplicação I - Possibilidades e contradições: exemplos Aplicados Em Economia Criativa

Como dito anteriormente, a economia criativa representa um modelo econômico que integra aspectos culturais, sociais e econômicos, estabelecendo pontes entre a tradição, cultura e inovação. Este segmento tem se mostrado particularmente relevante no contexto brasileiro, onde a riqueza cultural se manifesta de diversas formas. Nesse sentido, a interseção entre economia criativa e vulnerabilidade social evidencia como determinadas práticas culturais funcionam tanto como uma forma de geração de renda quanto como forma de resistência e preservação identitária. González Río e San Miguel del Hoyo (2020), ressaltam que as expressões artísticas populares, como o artesanato e a música, não apenas viabilizam a subsistência de grupos historicamente marginalizados, mas também fortalecem laços comunitários e reafirmam identidades culturais diante de contextos adversos. Dessa maneira, o envolvimento em atividades criativas possibilita tanto a valorização de

saberes tradicionais quanto a geração de renda, contudo necessita de mais investimentos em políticas públicas para que possam promover de fato uma inclusão socioeconômica.

No âmbito do artesanato e sustentabilidade, observamos que a ancestralidade desempenha papel fundamental no contexto cultural da economia criativa, manifestando-se, por exemplo, através dos griôs, os guardiões da memória oral africana, como no Carnaval Cultural do Museu da História e Cultura-Afro-Brasileira (MUHCAB) que recebeu o projeto “Griôs da Pequena África”, no pré-carnaval do Rio de Janeiro em 2025 (Santana, 2025). Também das festas tradicionais como o Bumba meu boi e as Congadas fortalecidas por meio de projetos como os “Mestres do Brasil”, que busca por meio de uma programação de rodas de prosas, oficinas e apresentações musicais, ressaltar propostas para o avanço de políticas públicas para continuidade do patrimônio cultural brasileiro (Correio Braziliense, 2025).

Estas manifestações culturais, junto a outras ações da mesma intencionalidade, preservam conhecimentos passados entre gerações, constituindo um patrimônio imaterial inestimável. O aspecto cooperativo fortalece estas iniciativas através de organizações como cooperativas de artesãos e bancos comunitários. As moedas sociais locais, por sua vez, fortalecem a economia local e promovem a autonomia das comunidades, como a iniciativa do Banco comunitário de Palmas, que gera impacto estrutural e não apenas com efeito compensatório (Brasil de Fato, 2020).

Os mutirões culturais exemplificam como a colaboração coletiva pode gerar benefícios mútuos desenvolvendo projetos integradores, como os desenvolvidos em cidades interioranas de Minas Gerais, como exemplo a cidade de Entre Rios de Minas em seu 8º Mutirão Cultural no ano de 2024 chamado “Como é que tá as moda? Saia do seu lugar”. A proposta da ação iniciada pelo projeto “Amigos da Cultura” e realizada pela Secult - Secretaria de Cultura de Entre Rios de Minas desde a segunda edição, foi desenvolvida de modo a criação de espaços de diversidade cultural e valorização das artes locais, promovendo um ambiente colaborativo, refletindo a riqueza cultural e o potencial criativo dos entreerrianos (Prefeitura Municipal de Entre Rios, 2024).

Demonstrando outra dimensão da economia criativa, a de conjugar turismo cultural, preservação histórica e geração de renda. As feiras de economia solidária e os centros culturais comunitários funcionam como pontos de convergência, onde todos estes elementos se encontram e se potencializam. Esses exemplos incorporam reflexões éticas e metodológicas, alinhando-se a dinâmicas de interseção entre renda, cultura e identidade. Para ilustrar a

utilização do método biográfico associado a economia criativa, seleciona-se um exemplo que destaca esta aplicação, em forma de um breve projeto de pesquisa:

Aplicação II: Traçando Identidades: Economia Criativa da Ancestralidade

As tranças, enraizadas na cultura africana, foram trazidas ao Brasil por pessoas escravizadas, que as utilizavam como ferramentas de resistência e organização. Atualmente, essa tradição transcende o aspecto estético, transformando-se em uma cadeia produtiva significativa (Nascimento, 2018). As tranças movimentam uma economia solidária e criativa, sustentando famílias, especialmente aquelas chefiadas por mulheres negras de baixa renda (Siqueira e Mattos, 2024). O Censo GIFE (2020) da Organização Mulheres do Brasil, revela que cerca de 14 milhões de brasileiros se declaram afroempreendedores, representando 56% da população.

Já o estudo da FGV Social e PNAD (2015) colocam a necessidade e desemprego como os principais impulsionadores do afroempreendedorismo, devido a população negra enfrentar maiores índices de pobreza, com renda média mensal inferior à de pessoas brancas, sendo as mulheres negras as mais afetadas pela desigualdade. De acordo com o Sebrae (2023) Cursos de capacitação, tanto pagos quanto gratuitos, têm sido oferecidos, inclusive por órgãos governamentais, evidenciando o reconhecimento dessa prática como uma profissão legítima e valorizada.

Com base nisto, a utilização do método biográfico permite analisar as histórias de vida das trançistas, revelando como o aprendizado do ofício ocorre desde a infância, passando de geração em geração. Nas comunidades periféricas, mulheres negras utilizam espaços improvisados, como varandas e salas, para atender clientes locais e turistas (Siqueira e Mattos, 2024). Essas narrativas individuais refletem uma coletividade marcada pela sobrevivência e pela busca de autonomia financeira, ao mesmo tempo em que perpetuam uma tradição cultural.

Além das trançistas, a economia das tranças envolve uma variedade de produtos, como fibras sintéticas, lãs e adereços, fortalecendo um mercado que beneficia diversos setores (Sebrae, 2023). No entanto, o uso das tranças por pessoas brancas tem gerado debates sobre apropriação cultural, levantando questões sobre o significado simbólico dessa prática para a comunidade negra. De acordo com Siqueira e Mattos (2024, p.25):

Os sentidos que tornaram esse conhecimento resistente por todos esses séculos têm sido esvaziados pela apropriação cultural, e as tranças reduzidas a um produto destituído de seu valor intrínseco. Assim sendo, quando as trancistas se autodefinem em sua singularidade, especificidade e multiplicidade de atuação, são recomendadas pelo etnocentrismo original, como explica Nascimento (2016), a se adequarem a classificações reconhecidas pelo grupo dominante ou, do contrário, serão tidas como exóticas, primitivas, não profissionais, ostensivamente silenciadas e invisibilizadas.

A abolição do modo de produção escravista no Brasil, embora represente um marco histórico fundamental, não proporcionou uma verdadeira integração social da população negra, transfigurando o processo abolicionista em um projeto implementado sem planejamento enraizando a situação de extrema vulnerabilidade destes indivíduos (Nascimento, 2018). Como resultado, esta negligência histórica estabeleceu as bases para desigualdades estruturais que persistem até hoje, evidenciando como a ausência de políticas de inclusão efetivas no período pós-abolição contribuiu para a manutenção das expressões da questão social profundas na sociedade brasileira. Conclui-se que a cultura das tranças vai além da estética, representando uma expressão de identidade e resistência afro-brasileira. Através do método biográfico, é possível compreender como as trajetórias individuais das trancistas se conectam a uma história coletiva de luta e sobrevivência. A economia criativa, nesse contexto, não apenas gera renda, mas também fortalece a preservação de uma cultura ancestral, reafirmando a importância das tranças como um legado afro diaspórico (Nascimento, 2018).

Este estudo utiliza o método biográfico para analisar a intersecção entre trancistas, identidade e economia criativa da ancestralidade, tendo como base a história de Elderlanne Tibiano, uma trancista profissional. Esta pesquisa visa compreender como práticas tradicionais de trançado associadas à economia criativa se transformam em preservação cultural e fonte principal de renda de uma categoria profissional, formada por mulheres negras periféricas. Deste modo o objetivo desta pesquisa, concentra-se em investigar como o ofício de trancista contribui para a preservação da identidade afro-brasileira e simultaneamente se estabelece como fonte de renda através da economia criativa. A pergunta central é: Como as práticas ancestrais de trançado se adaptam ao mercado contemporâneo capitalista mantendo sua significância cultural?

■ PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa baseou-se na análise documental do caso apresentado pelo Sebrae, complementada por revisão bibliográfica sobre a história das tranças no Brasil e seu significado cultural. O método biográfico foi aplicado para examinar a trajetória de Elderlanne Tibiano como representante de uma subjetividade social mais ampla. Associando a triangulação de diferentes técnicas de coleta de dados, com a revisão biográfica sobre o tema e o envolvimento de múltiplos pesquisadores na coleta e análise de dados, buscou-se coletar e analisar a totalidade dos objetivos desta pesquisa.

■ ANÁLISE DE DADOS

Dimensão Histórico-Cultural:

- As tranças representam mais que um elemento estético, sendo um símbolo de resistência e preservação cultural
- A transmissão do conhecimento entre gerações mantém viva a técnica e seus significados
- O processo de trançar estabelece conexões comunitárias e familiares

Dimensão Econômica:

- Transformação de conhecimento tradicional em fonte de renda
- Profissionalização do ofício através de capacitação formal
- Desenvolvimento de modelo de negócio sustentável

Dimensão Identitária:

- Fortalecimento da autoestima da comunidade negra
- Reconhecimento e valorização da estética afro
- Empoderamento através do empreendedorismo

■ RESULTADOS PRELIMINARES

A análise revela como o trabalho de trancista transcende o aspecto comercial, funcionando como:

- Instrumento de preservação cultural (Nascimento, 2018)
- Meio de empoderamento econômico (Nascimento, 2018)

- Ferramenta de afirmação identitária (Nascimento, 2018)
- Veículo de transmissão de conhecimentos ancestrais (Nascimento, 2018)

A presente pesquisa, fundamentada em uma análise aprofundada de dados públicos e contextualização histórico-cultural, demonstrou a significativa interseção entre práticas culturais tradicionais e desenvolvimento econômico no contexto contemporâneo. O estudo focou especificamente na arte das tranças afro como elemento de preservação cultural e fonte de empoderamento econômico, utilizando como caso exemplar a trajetória de Elderlanne Tibiano contada ao Sebrae (2023).

■ ELDERLANNE TIBIANO: A BELEZA DE RECONHECER A SI MESMO

O que são trançistas? De acordo com Santos (2021, p.76) “são trabalhadoras especializadas em arquitetar penteados afro que relembram aspectos dos processos de artesanato devido ao tempo de preparação que pode levar um penteado para ficar pronto”. Elderlanne Tibiano é uma destas artesãs e representa um exemplo significativo de economia cultural-criativa no Brasil. Sua trajetória ilustra como a descoberta da própria identidade pode se converter em um espaço de apropriação e identidade cultural relevante e socialmente impactante.

Nascida no Rio Grande do Norte, Elderlanne inicialmente seguiu caminhos que não esperava paralelamente à sua formação técnica, Elderlanne desenvolveu habilidades na arte de fazer dreads, inicialmente como um hobby pessoal. O que começou como uma prática casual, fazendo tranças em seu próprio cabelo e no de amigas próximas, gradualmente ganhou visibilidade através das redes sociais (Sebrae, 2023). Esta exposição orgânica revelou um mercado potencial que ela ainda não havia considerado como uma carreira viável. Um momento crucial em sua trajetória foi o encontro com Alexandra Nara, uma profissional de Guiné-Bissau, que se tornou sua mentora nas técnicas tradicionais de tranças afro. Este encontro não apenas aprimorou suas habilidades técnicas, mas também proporcionou uma compreensão mais profunda das raízes culturais de seu trabalho (Sebrae, 2023). A mentoria de Alexandra abriu portas para um entendimento mais amplo da cultura afro e seu significado histórico. Em 2017, Elderlanne iniciou sua própria jornada de transição capilar, um processo que coincidiu com um movimento crescente entre mulheres negras brasileiras.

Esta experiência pessoal foi fundamental para a criação do Espaço DreadLooks, que se tornou o primeiro estabelecimento especializado em cabelos afro em Natal (Sebrae, 2023). O espaço rapidamente se estabeleceu como

mais do que um simples salão de beleza, transformando-se em um centro de discussão sobre questões raciais e culturais. Comprometida com seu desenvolvimento profissional, Elderlanne buscou aperfeiçoamento em centros de referência no Rio de Janeiro, incluindo a Esponja Medic e o Ateliê Badu. Estes estudos não apenas expandiram seu conhecimento técnico, mas também aprofundaram sua compreensão sobre o significado cultural das tranças na história afro-brasileira (Sebrae, 2023).

O trabalho de Elderlanne compreende que as tranças carregam um significado histórico profundo, conectando-se às práticas de identificação tribal africanas e à resistência cultural durante o período da escravização no Brasil. Como trançista, ela assume um papel que transcende o aspecto técnico, envolvendo-se na preservação e valorização da cultura negra. Um aspecto fundamental de sua atuação é o entendimento de que ser trançista carrega uma responsabilidade social significativa.

Elderlanne trabalha ativamente no combate ao preconceito e na promoção da autoestima da comunidade negra. Seu estabelecimento tornou-se um espaço de acolhimento, onde clientes não apenas transformam sua aparência, mas também fortalecem sua identidade cultural. A história de Elderlanne Tibiano exemplifica como a economia criativa pode ser um instrumento de transformação social e cultural. Seu trabalho demonstra que é possível construir um espaço de acolhimento e reconhecimento, enquanto se preserva e promove a herança cultural afro-brasileira gerando renda. Através de sua atuação, ela não apenas contribui para a economia criativa, mas também para o fortalecimento da identidade negra no Brasil.

A investigação buscou aspectos fundamentais sobre a relação intrínseca entre o trabalho manual das tranças e a preservação da ancestralidade africana, evidenciando como esta prática ancestral mantém-se viva e relevante no contexto atual. Através de uma metodologia estruturada, que incluiu análise documental, contextualização histórica e estudo de dados mercadológicos, foi possível compreender as múltiplas dimensões deste fenômeno cultural e econômico. Os resultados obtidos, associando a história de vida, contexto histórico e econômico, demonstram que as tranças transcendem sua função estética, constituindo-se como importante elemento de resistência cultural e símbolo de identidade étnica. A análise da trajetória profissional de Elderlanne Tibiano exemplifica como conhecimentos ancestrais podem ser transformados em oportunidades de renda sem perder sua identidade. Este caso evidencia o potencial da economia criativa no contexto afro-brasileiro, destacando a geração de renda autônoma e o desenvolvimento de modelos de negócio escaláveis.

A dimensão econômica revelou-se particularmente significativa, demonstrando como o empreendedorismo ligado às tranças afro tem contribuído para o fortalecimento econômico da comunidade negra, porém demanda aprofundamento ao ponto que a saúde destes profissionais e precarização também são elementos de atenção. O estudo identificou a criação de oportunidades para outros profissionais e o desenvolvimento de um mercado próprio que valoriza tanto os aspectos culturais quanto os econômicos.

É importante ressaltar que todo o processo de pesquisa foi conduzido com rigoroso respeito às questões éticas, utilizando apenas informações públicas e mantendo a fidelidade à narrativa original. A contextualização adequada dos aspectos culturais e a precisão na representação da história pessoal foram prioridades constantes durante a investigação. As implicações deste estudo apontam para a necessidade de políticas públicas mais efetivas de apoio ao afroempreendedorismo, assim como para a importância da valorização e preservação dos saberes tradicionais. A formalização e profissionalização do setor mostram-se como caminhos promissores para o fortalecimento desta atividade econômica e cultural.

Esta pesquisa contribui significativamente para a compreensão do papel das tranças como elemento de resistência cultural para além do desenvolvimento econômico, demonstrando como práticas ancestrais podem ser atribuídas no contexto contemporâneo. O estudo evidencia que é possível construir uma conexão com a ancestralidade africana, servindo como referência para futuras investigações sobre a interseção entre práticas culturais tradicionais e desenvolvimento econômico. Por fim, conclui-se que a preservação da identidade cultural pode caminhar em harmonia com o fortalecimento comunitário. Esta pesquisa serve como referência para futuros estudos sobre empreendedorismo étnico e preservação cultural, demonstrando a viabilidade e importância da união entre tradição e inovação no contexto contemporâneo.

A estruturação histórica da desigualdade racial no mercado de trabalho brasileiro, com foco no período pós-abolição e seus desdobramentos sociais. A análise parte de elementos conceituais sobre como emoções, desejos e valores moldam as relações sociais, conforme destacado por Costa (2018), para então examinar como o sistema escravocrata brasileiro estabeleceu bases profundas de marginalização da população negra. Um ponto central da discussão é como a transição do trabalho escravo para o trabalho livre ocorreu de maneira excludente. A abolição do sistema escravocrata, embora representasse formalmente sua suspensão, não foi acompanhada por políticas de inclusão social e econômica da população recém-liberta. Pelo contrário, como apontado por Munanga e Gomes (2006), persistiram relações sociais pautadas

pela lógica escravista, com a nova condição de liberdade não se traduzindo em igualdade de direitos e oportunidades. Nascimento (2018) evidencia como a política de imigração europeia, baseada em ideais de branqueamento racial, agravou a marginalização da população negra do mercado de trabalho formal. Especialmente nas regiões Sul e Sudeste, onde se concentrava a próspera economia cafeeira, privilegiou-se a mão de obra imigrante europeia em detrimento dos trabalhadores negros. Como argumenta Siqueira e Mattos (2024), esse cenário contribuiu para cristalizar um mercado de trabalho com baixa mobilidade social para a população negra.

A Lei de Terras de 1850 é apresentada como um importante mecanismo legal que dificultou o acesso da população negra à propriedade rural, forçando sua sobrevivência através de pequenos serviços e agricultura de subsistência (Nascimento, 2018). Conforme destacado por Nascimento (2018), esse processo histórico forjou uma condição de força de trabalho excedente para a população negra. É particularmente relevante como o texto conecta o racismo estrutural com as origens do trabalho informal no Brasil. A marginalização sistemática da população negra do mercado de trabalho formal criou as condições para o desenvolvimento de atividades econômicas informais como estratégia de sobrevivência, padrão que persiste até os dias atuais (Siqueira e Mattos, 2024). A análise apresentada permite compreender como o racismo estrutural brasileiro tem raízes profundas na forma como se organizou o mercado de trabalho pós-abolição.

A ausência de políticas de inclusão, combinada com medidas ativamente excludentes, contribuiu para perpetuar desigualdades raciais que se manifestam até hoje em indicadores socioeconômicos. O texto demonstra assim como a compreensão da questão racial no Brasil demanda necessariamente uma análise histórica que considere as continuidades entre o período escravocrata e o desenvolvimento do capitalismo brasileiro (Nascimento, 2018). As desigualdades observadas atualmente não podem ser dissociadas desse processo histórico de exclusão sistemática da população negra dos setores mais dinâmicos da economia.

■ CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente análise em economia criativa como disciplina contemporânea revela uma complexa teia de relações, tensões e possibilidades que merecem profunda reflexão. O artigo neste capítulo de livro apresentado expõe de maneira precisa a encruzilhada em que se encontra este setor, oscilando entre seu potencial como instrumento de preservação e valorização cultural e o

risco de se tornar mais um mecanismo de exploração capitalista. A primeira conclusão fundamental que podemos extrair é que a economia criativa não pode ser analisada de forma maniqueísta, como intrinsecamente boa ou má. Sua natureza híbrida demanda uma compreensão mais sofisticada, que reconheça as estratégias de vida para além da sobrevivência e as possibilidades de dignidade humana. Por um lado, representa uma oportunidade de valorização dos saberes tradicionais, possibilitando que comunidades historicamente marginalizadas encontrem espaço no mercado contemporâneo, preservando e difundindo suas práticas culturais.

No entanto, é crucial manter um olhar crítico sobre como essa incorporação dos saberes tradicionais pelo mercado ocorre. A mercantilização da cultura pode, se não adequadamente conduzida, resultar em apropriação cultural, esvaziamento de significados e exploração econômica. O desafio reside em encontrar um equilíbrio que permita o desenvolvimento econômico sem comprometer a autenticidade e os valores intrínsecos das manifestações culturais. Para Bell Hooks (1992), as culturas marginalizadas são apropriadas sem reconhecimento histórico, esvaziando seu significado político. No contexto da economia criativa, essa dinâmica é evidente na moda, na música e nas artes visuais, onde estética afrodescendentes são exploradas comercialmente sem redistribuição dos lucros. Borsani (2020) analisou esse fenômeno no Brasil, abordando a “empatia midiaticizada”, que de acordo com a autora é um tipo de solidariedade superficial que reforça desigualdade ao invés de combatê-las. Seu estudo sobre a moda dos turbantes exemplifica como símbolos culturais podem ser esvaziados quando apropriados por grupos hegemônicos sem consideração pelo contexto de resistência ao qual pertencem.

Esse processo evidencia como a desvalorização estrutural impacta diretamente a economia criativa, reforçando desigualdades enquanto determinados setores lucram com expressões culturais periféricas. O método biográfico, conforme discutido no artigo, emerge como uma ferramenta valiosa para compreender estas dinâmicas, oferecendo uma perspectiva mais humana e contextualizada das transformações em curso. Sua aplicação permite captar as nuances e complexidades das experiências individuais e coletivas no âmbito da economia criativa.

Por fim, é fundamental ressaltar que o futuro da economia criativa dependerá largamente da capacidade de estabelecer marcos éticos e regulatórios que assegurem uma distribuição justa dos benefícios econômicos e a preservação da diversidade cultural. Isso implica em desenvolver modelos de negócio que respeitem as particularidades das comunidades tradicionais e

garantam sua autonomia no processo de inserção mercadológica. Sugestões para uma pesquisa em economia criativa nestes moldes:

- Estabelecer protocolos éticos rigorosos associados à triangulação de dados e o uso de outras técnicas em conjunto para o uso de narrativas biográficas na economia criativa;
- Ampliar a diversidade de vozes e experiências representadas considerando a formação social brasileira;
- Reconhecer e abordar as condições precárias de trabalho no setor criativo;
- Desenvolver mecanismos para preservar a autenticidade cultural em meio à comercialização;
- Criar oportunidades de ação estrutural, para a participação na economia criativa.

A economia criativa, portanto, não é inevitavelmente uma armadilha capitalista nem automaticamente um instrumento de resistência cultural - seu papel dependerá fundamentalmente das escolhas políticas, econômicas e sociais que fizermos enquanto sociedade. O desafio está em construir caminhos que permitam aproveitar seu potencial transformador sem sucumbir às armadilhas da mercantilização predatória da cultura.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Alzira Alves de. A renovação do método biográfico. In: **ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS**, 23., 1999, Caxambu. Grupo de Trabalho Biografia e Memória Social. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, 1999. Disponível em: <<https://edisciplinas.usp.br/mod/folder/view.php?id=4944542>>. Acesso em: 1 nov. 2024.
- BRASIL DE FATO. Bancos comunitários e desenvolvimento municipal. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/07/15/bancos-comunitarios-e-desenvolvimento-municipal/>
- BORSANI, Isabela Maria de Oliveira. *Apropriação cultural: da experiência de opressão à empatia midiaticizada*. 2020. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.
- BUENO, B. O. O método autobiográfico e os estudos com histórias de vida de professores: a questão da subjetividade. **Educação e Pesquisa**, v. 28, n. 1, p. 11–30, jan. 2002.
- CAPRIATI, Alejandro. *Tensiones y desafíos en el uso del método biográfico*. **Cinta Moebio**, n. 60, p. 316-327, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.4067/S0717-554X2017000300316>. Acesso em: 08 de março 2025.
- CORREIO BRASILIENSE. Projeto reúne mestres para celebrar culturas populares em Brasília. 2025. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/diversao-e-arte/2024/05/6849710-projeto-reune-mestres-para-celebrar-culturas-populares-em-brasilia.html>
- FANTASIA, Ana; LEITE, Pedro Pereira. As narrativas biográficas e as metodologias de investigação-ação sobre a memória e o esquecimento. In: **ECAS - EUROPEAN CONFERENCE ON AFRICAN STUDIES**, 5., 2013, Lisboa. African Dynamics in a Multipolar World. Lisboa: Centro de Estudos Internacionais do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), 2014. ISBN: 978-989-732-364-5. Disponível em: <https://ceam2018.org/wp-content/uploads/2018/07/ppl_as-narrativas-biogr3a1ficas-e-as-metodologias.pdf>. Acesso em: 1 nov. 2024.
- GÜELMAN, M. El método biográfico en las ciencias sociales. Acerca del carácter social y el estatuto de verdad de las experiencias de vida. **Empiria. Revista de metodología de ciencias sociales**, [S. l.], n. 60, p. 95–116, 2024. DOI: 10.5944/empiria.60.2024.39283. Disponível em: <https://revistas.uned.es/index.php/empiria/article/view/39283>. Acesso em: 01 Out. 2024.
- GONZÁLEZ RIO, María José; SAN MIGUEL DEL HOYO, Begoña. *El método biográfico en el estudio de las desigualdades sociales*. **Revista Internacional de Sociología**, v. 60, n. 33, p. 115-132, 2002. Disponível em: <http://revintsociologia.revistas.csic.es>. Acesso em: 08 de março de 2025.
- HOOKS, bell. *Olhares negros: raça e representação*. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Elefante, 2019.
- FONTES, B. C. A entrevista biográfica na sociologia. **Revista Sociais e Humanas**, [S. l.], v. 32, n. 3, 2020. DOI: 10.5902/2317175837238. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/social-sehumanas/article/view/37238>>. Acesso em: 1 nov. 2024.
- NASCIMENTO, Eliane Quintiliano. Afroempreendedorismo como estratégia de inclusão socioeconômica. In: SEMINÁRIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS - PGCS UFES, 3., 2018, Vitória. Anais [...]. Vitória: UFES, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/scs/article/view/21718/14416>
- NAÇÕES UNIDAS BRASIL. OIT: **relatório mostra que inflação provocou queda drástica nos salários**. 2022. Disponível em: OIT: relatório mostra que inflação provocou queda drástica nos salários | As Nações Unidas no Brasil.
- NYKO, Diego; ZENDRON, Patricia. **Economia criativa**. *Creative economy*. In: PUGA, Fernando Pimentel; CASTRO, Lavinia Barros de (Org.). *Visão 2035 : Brasil, país desenvolvido: agendas setoriais para alcance da meta*. 1. ed. Rio de Janeiro : Banco Nacional de Desenvolvimento

Econômico e Social, 2018. p. 259-288. Disponível em: <http://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/16280>

OLIVEIRA, J. M.; ARAÚJO, B. C. P. O.; SILVA, L. V. **Panorama da Economia Criativa no Brasil**. CEGOV - CENTRO DE ESTUDOS INTERNACIONAIS SOBRE GOVERNO (Brasil); FONSECA, P. C. D. (Dir.). Atlas Econômico da Cultura Brasileira. Porto Alegre, 2017. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2026/1/TD_1880.pdf

PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS. 8º Mutirão Cultural 2024 - “Como é que tá as moda? Saia do seu lugar”. Secult - Secretaria de Cultura de Entre Rios de Minas, 2024. Disponível em: <https://entrieriosdeminas.mg.gov.br/noticia/51931>

RODRIGUES, Heliana de Barros Conde. O zero e o infinito - Reflexões sobre o método biográfico em pesquisa histórica. **Mnemosine**, [S. l.], v. 9, n. 2, 2013.

SANTANA, Thayná. “Griôs da Pequena África” estreiam no pré-carnaval do Rio neste sábado. **Alma Preta Jornalismo**, 21 de fevereiro de 2025. Disponível em: https://cvc.cervantes.es/foros/leer_asunto1.asp?vCodigo=51180. Acesso em: Março de 2025.

SANTOS, F. P.; DAVEL, E. P. B. Métodos biográficos para a pesquisa em administração: princípios, potencialidades, práticas e desafios. **REAd. Revista Eletrônica de Administração** (Porto Alegre), v. 27, n. 2, p. 430–461, 2021.

SANTOS, Luane Bento dos. **“Trancista não é cabeleireira!”: identidade de trabalho, raça e gênero em salões de beleza afro no Rio de Janeiro**. 2022. 339f. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, do Departamento de Ciências Sociais da PUC-Rio. Rio de Janeiro - RJ

SEBRAE. A taxa de sobrevivência das empresas no Brasil. 2023. Disponível em: [https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/a-taxa-de-sobrevivencia-das-empresas-no-brasil,d5147a3a415f5810VgnVCM1000001b00320aRCRD#:~:text=Problemas%20no%20ambiente%20\(pandemia\)&text=Ao%20analisar%20a%20sobreviv%3%AAncia%20por,as%20portas%20em%20cinco%20anos](https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/a-taxa-de-sobrevivencia-das-empresas-no-brasil,d5147a3a415f5810VgnVCM1000001b00320aRCRD#:~:text=Problemas%20no%20ambiente%20(pandemia)&text=Ao%20analisar%20a%20sobreviv%3%AAncia%20por,as%20portas%20em%20cinco%20anos).

_____. **O que é empreendedorismo por necessidade?** Rio Grande do Sul. 2023. Disponível em: <https://digital.sebraers.com.br/blog/empreendedorismo/o-que-e-empreendedorismo-por-necessidade-mkt/#:~:text=O%20empreendedorismo%20por%20necessidade%20%C3%A9,arcar%20com%20os%20custos%20priorit%C3%A1rios>.

SIQUEIRA, Ana Carolina Areias Nicolau; MATTOS, Amana Rocha. **O impacto social do trabalho das trancistas brasileiras e o ativismo feminista negro interseccional**. In: Dossiê: Marcadores sociais da diferença, movimentos sociais e economia criativa, Rio de Janeiro, v. 9, p. 23-39, 2024. DOI: <https://doi.org/10.22398/2525-2828.092723-39>

WEBER, Vanessa. O método biográfico na investigação das identidades profissionais docentes. **Revista Pesquisa Qualitativa**, [S. l.], v. 7, n. 13, p. 43–56, 2019. DOI: 10.33361/RPQ.2019.v.7.n.13.231. Disponível em: <https://editora.sepq.org.br/rpq/article/view/231>. Acesso em: 1 nov. 2024.

CAPÍTULO 5

Metodologia em Foco: a Relevância da Observação Participante na Pesquisa Qualitativa

Letícia Gomes Almeida

Paulo Aguiar de Andrade Lima Neto

Nanci Fernandes de Paula

■ INTRODUÇÃO

A observação participante é uma das metodologias mais fundamentais e enriquecedoras dentro das ciências sociais, especialmente no campo da antropologia, sociologia e estudos culturais (Malinowski, 1976). Dentre as tipologias dos métodos qualitativos, é a que mais se propõe a entender o objeto de estudo a partir da perspectiva vivencial daqueles que observam o estudo. Esta abordagem permite que o pesquisador se insira diretamente no contexto e na vida do grupo ou comunidade estudada, criando uma conexão única entre o observador e os observados (Geertz, 1981). Ao adotar o papel de participante ativo, o pesquisador não apenas coleta dados, mas também se torna parte do cotidiano e das interações sociais, o que permite uma compreensão mais profunda e imersiva da realidade investigada (Becker, 1958).

Este capítulo de livro tem como **objetivo explorar a aplicação do método de observação participante no contexto das ciências sociais, destacando sua relevância, seus principais aspectos metodológicos e as contribuições que oferece para a compreensão de fenômenos sociais e culturais complexos**. A abordagem se concentra em apresentar as características únicas do método, suas possibilidades de articulação com outros procedimentos e os desafios éticos e práticos envolvidos em sua utilização.

A observação participante, amplamente utilizada em estudos qualitativos, distingue-se por permitir ao pesquisador uma imersão no cotidiano dos sujeitos estudados, captando nuances e dinâmicas que escapam a métodos mais distantes ou padronizados. Por meio de um envolvimento direto, o pes-

quisador tem a oportunidade de compreender os significados atribuídos pelos participantes às suas ações, inserindo-se nas interações sociais e contextos culturais que moldam esses fenômenos (Angrosino, 2009).

Além de expor os fundamentos e a aplicação prática da observação participante, este capítulo apresenta três exemplos de sua utilização no campo da economia criativa. Essas ilustrações visam demonstrar como o método pode revelar insights profundos e, ao mesmo tempo, reforçar a importância de um rigor metodológico e ético na condução das pesquisas.

Ao longo do capítulo, serão discutidos os princípios que sustentam a observação participante, suas indicações e limitações, bem como os cuidados necessários para minimizar os riscos éticos e preservar a objetividade do pesquisador. A estrutura proposta busca guiar o leitor por uma análise detalhada, evidenciando a versatilidade do método e sua capacidade de enriquecer estudos sobre as interações humanas e os processos culturais. Dessa forma, a obra contribui para o entendimento aprofundado do método e para sua aplicação em diferentes contextos, destacando-se como uma ferramenta indispensável para a produção de conhecimento nas ciências sociais.

■ TEORIAS, CONCEITOS E APORTES METODOLÓGICOS

PARA QUE ESTE MÉTODO É INDICADO?

Como metodologia qualitativa, a observação participante é amplamente utilizada em pesquisas exploratórias, descritivas, etnográficas e em estudos que visam compreender os significados atribuídos pelos sujeitos às suas ações e contextos (Mónico *et al.*, 2017; Minayo, 2002). Esse método permite ao pesquisador imergir no cotidiano dos sujeitos, captando nuances culturais, subjetividades e padrões comportamentais que seriam difíceis de apreender por outras abordagens.

A observação participante é particularmente indicada para estudos que buscam acompanhar situações e comportamentos em contextos específicos, indo além das interpretações feitas pelos próprios participantes (Jaccoud; Mayer, 2008). Ela possibilita uma visão profunda das interações sociais e culturais, sendo valiosa para captar aspectos da realidade que escapam às respostas diretas, revelando elementos sutis e intangíveis (Minayo, 2002). Além disso, a imersão prolongada no campo permite identificar transformações e tensões, enriquecendo a compreensão dinâmica do fenômeno estudado (Queiroz *et al.*, 2007).

Serva e Jaime Júnior (1995, p. 69) destacam que “a observação participante se refere a uma situação de pesquisa onde observador e observados encontram-se numa relação face a face”, no ambiente natural dos participantes, que passam a ser vistos como sujeitos ativos no processo investigativo. Assim, este método é especialmente eficaz para fenômenos pouco investigados, oferecendo ao pesquisador a flexibilidade para ajustar o foco de pesquisa conforme novos dados emergem. Por isso, a observação participante se destaca como uma ferramenta poderosa para explorar e compreender profundamente fenômenos sociais e culturais, facilitando a construção de teorias interpretativas e o entendimento das complexidades das interações humanas.

■ COMO ESTE MÉTODO FUNCIONA?

O método da observação participante opera por meio de ações interativas de caráter descritivo e interpretativo, nas quais o pesquisador estabelece uma relação com os indivíduos envolvidos, buscando, conforme Becker (1993), identificar suas reações e percepções diante dos eventos que constituem o foco da pesquisa. De acordo com Mónico *et al.* (2017), é fundamental que o pesquisador se adapte à situação investigada, não de maneira intrusiva, mas relatando qualitativamente as informações obtidas. Para isso, é necessário compreender as ações dos indivíduos, ajustando-se a seus comportamentos e sendo aceito como um agente externo que participa dos processos sociais característicos de um grupo específico.

Becker (1993) propõe uma abordagem detalhada para a realização da observação participante, dividindo o método em etapas que seguem uma sequência lógica, em que cada fase depende dos resultados da etapa anterior. A primeira fase envolve a formulação do problema de pesquisa, a definição dos conceitos e a criação de índices para a análise. Os dois primeiros itens são focados na organização do objeto de estudo, enquanto os índices servem como indicadores dos fenômenos observados.

Em uma segunda etapa, o pesquisador deve controlar a frequência e a distribuição dos fenômenos, verificando se determinada situação realmente ocorre, como ela se manifesta e qual a frequência de sua ocorrência. Por fim, a terceira etapa envolve a incorporação das descobertas individuais em um modelo que represente a organização estudada, ou seja, a conclusão do processo investigativo, com a integração das informações no contexto social em que estão inseridas, resultando em afirmações sobre os fatos observados.

A última fase, conforme Becker (1993), refere-se à apresentação dos resultados, na qual o pesquisador deve expor suas conclusões de maneira clara e acessível. No contexto de uma abordagem qualitativa, não existem métricas a serem alcançadas, sendo que o resultado deve ser avaliado em suas diversas dimensões e variantes.

QUAIS RECURSOS PODEM SER EMPREGADOS COM ESTE MÉTODO?

Para operacionalizar essa metodologia, é importante contar com diversos equipamentos, materiais e softwares que facilitem a coleta, o registro e a análise dos dados. Dentre os principais métodos, podemos destacar:

- a) Caderno de campo ou bloco de notas: Para anotações rápidas durante as observações e reflexões sobre as experiências vividas no campo;
- b) Gravador de áudio: Essencial para registrar entrevistas, conversas informais ou eventos importantes de forma precisa. Pode ser um gravador físico ou um aplicativo de gravação de áudio no celular;
- c) Câmera fotográfica ou câmera de vídeo: Para registrar momentos chave da observação (sempre respeitando a ética e o consentimento dos participantes);
- d) Celular ou tablet: Dispositivos multifuncionais para registrar anotações, gravar áudio, tirar fotos, entre outros;
- e) Caneta e papel: Para registros rápidos, anotações de campo ou esboço de situações observadas.

Atualmente, de forma diferente do passado, o pesquisador pode se utilizar da Tecnologia da Informação como principal ferramenta para impor o rigor e veracidade dos dados coletados e, posteriormente, analisados. Esta utilização da TI na observação participante está sendo tratada na literatura como Observação Não Participante (Non participant Observation) (LeBaron *et. al.*, 2018; Marietto; Maccari, 2015; Liu; Maitlis, 2014; Liu; Maitlis, 2010; LeBaron 2008; Caldwell; Atwal, 2005). O pesquisador deve se valer de ferramentas primárias de pesquisas como gravadores em áudio e/ou vídeo, além da utilização de outras formas eletrônicas para as notas como laptops, notebooks, celulares, entre outros. A análise de dados qualitativos é um aspecto crucial da observação participante, e diversos softwares podem ser úteis para organizar, codificar e analisar as informações coletadas. Alguns exemplos incluem:

- a) NVivo: Um dos softwares mais utilizados para análise qualitativa de dados. Ele permite organizar entrevistas, transcrições e outros dados textuais ou multimodais. Oferece ferramentas para codificação de dados e visualização de padrões.
- b) Atlas.ti: Outro software popular de análise qualitativa, que permite o trabalho com textos, imagens, áudio e vídeo, facilitando a codificação, organização e interpretação dos dados.
- c) MAXQDA: Também uma ferramenta para análise qualitativa e mista, ideal para lidar com grandes volumes de dados, permitindo a codificação e visualização de dados de forma eficiente.
- d) Dedoose: Uma plataforma para análise qualitativa e quantitativa, com uma interface intuitiva e focada na análise de dados mistos.
- e) QDA Miner: Uma ferramenta para análise de dados qualitativos que oferece recursos como codificação, busca de padrões, e visualização de dados.

■ QUANDO NÃO USAR O MÉTODO ESCOLHIDO POR VOCÊ?

Embora a observação participante seja uma ferramenta de pesquisa com um grande potencial para a obtenção de resultados qualitativos em diversas perspectivas, existem situações em que seu uso pode não ser adequado ou eficaz. Considerando algumas premissas fundamentais que sustentam a observação participante, é possível identificar contextos em que esse método não se revela recomendável. De acordo com Cruz Neto (1994), ao utilizar a observação participante como método de coleta de dados, o pesquisador se envolve diretamente com o objeto de estudo, buscando uma interação natural entre os atores e seu meio. No entanto, quando a presença do pesquisador interfere no comportamento do grupo, levando os indivíduos a adotarem comportamentos distintos, é indicado o uso de outra estratégia de pesquisa. Esse fenômeno também ocorre quando a observação precisa ser discreta ou até mesmo oculta, uma vez que a participação ativa do pesquisador é um elemento intrínseco à metodologia.

Outro aspecto relevante a ser considerado é a questão ética. Cabana *et al.* (2022) afirmam que o pesquisador deve constantemente refletir sobre suas práticas, levando em consideração os preceitos e códigos sociais aos quais está submetido, além de garantir a integridade, as permissões e os direitos dos indivíduos envolvidos na pesquisa. Além disso, em contextos nos quais a obtenção de dados quantitativos seja necessária, a observação participante

não se configura como uma estratégia adequada. Esse método é voltado para a análise das interações entre os membros de um grupo e suas implicações sociais, e não para a coleta de dados precisos e números representativos (Cruz Neto, 1994).

Portanto, a escolha do método de pesquisa deve levar em consideração o contexto específico em que o pesquisador e o objeto de estudo estão inseridos, alinhando-se aos objetivos da pesquisa e aos recursos disponíveis para a sua realização.

O QUE DEVE SER FEITO EM SITUAÇÕES DE IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DE ALGUMA FASE/PRINCÍPIO/PRESSUPOSTO DO MÉTODO?

Quando há impossibilidade de aplicar alguma fase, princípio ou pressuposto do método de observação participante, é fundamental que o pesquisador tome medidas éticas e metodológicas adequadas para lidar com a situação de forma transparente e rigorosa. A abordagem do método pode ser ajustada, mas isso precisa ser bem fundamentado, levando em consideração as implicações para a validade dos dados e a integridade da pesquisa. Abaixo estão algumas ações que podem ser tomadas:

Revisão e Ajustes no Plano de Pesquisa:

a) Reavaliar o planejamento metodológico: O pesquisador deve revisar o projeto da pesquisa, considerando se o método de observação participante é realmente o mais adequado para os objetivos do estudo. Se houver dificuldades significativas em aplicar o método, pode ser necessário ajustá-lo ou considerar outras alternativas metodológicas, como observação não participante, entrevistas ou grupos focais.

b) Refazer as perguntas de pesquisa: Se for impossível aplicar algum princípio ou fase do método, é importante revisar as perguntas de pesquisa para garantir que o estudo ainda seja viável e relevante. Isso pode envolver mudanças nas expectativas ou na forma como os dados serão coletados.

Justificação e Transparência:

a) Documentar as dificuldades: O pesquisador deve registrar e justificar as razões pelas quais não foi possível aplicar certos pressupostos ou fases do método. Isso inclui aspectos como o contexto do campo de pesquisa (ex:

restrições de acesso, condições inesperadas de interação com os participantes, questões éticas, etc.). Essa documentação ajuda a manter a transparência e a credibilidade da pesquisa.

b) Relatar as implicações: Além de explicar o que não foi possível fazer, o pesquisador também deve abordar as possíveis consequências dessa impossibilidade para a pesquisa, como possíveis limitações na análise dos dados e nos resultados.

Flexibilidade Metodológica:

a) Ajustar a intensidade da participação: Se a participação ativa do pesquisador (um dos principais pressupostos da observação participante) for difícil ou impraticável, pode-se optar por um grau menor de envolvimento, passando para uma observação mais distanciada ou mesmo uma observação não participante, em que o pesquisador apenas observa sem interagir diretamente.

b) Alterar os métodos de coleta de dados: Caso o processo de observação participante seja inviável em determinadas fases, pode-se complementar a pesquisa com outras técnicas, como entrevistas, questionários, ou análise de documentos, que permitam coletar informações sem a necessidade de uma presença direta ou contínua.

Malinowski (1976), salienta que a coleta de dados referente a um grande número de fatos é uma das fases principais da pesquisa de campo, em que a responsabilidade do pesquisador não se deve limitar à enumeração de alguns exemplos apenas, mas sim ao levantamento de todos os fatos ao alcance. Nesse sentido, cada fenômeno deve ser estudado a partir do maior número possível de suas manifestações concretas através de um levantamento exaustivo e detalhado.

QUAIS OS PRINCIPAIS MÉTODOS QUE SÃO ARTICULÁVEIS COM O MÉTODO ESCOLHIDO POR VOCÊ?

Diversos métodos podem ser articulados à observação participante, enriquecendo a coleta de dados e ampliando a compreensão do fenômeno estudado. Para Queiroz *et al.* (2007), a observação é tão abrangente que, de certa forma, utiliza todos os procedimentos de pesquisa. Entre os métodos mais comuns está a entrevista, que complementa a observação ao explorar percepções e motivações diretamente com os participantes. Enquanto a observação capta comportamentos e interações, a entrevista ajuda a compreender os significados atribuídos a essas ações (Cicourel, 1969). Becker (1993) afirma

que a entrevista é especialmente eficaz quando o pesquisador já construiu uma relação de confiança com os sujeitos.

A análise documental, como relatórios e registros históricos, também enriquece a pesquisa, fornecendo contexto e registrando eventos significativos que complementam os dados da observação (Becker, 1993). O autor destaca que esses documentos precisam ser interpretados com cautela, considerando sua autoria e propósito. Além disso, questionários estruturados ou semi-estruturados oferecem dados quantitativos que ampliam a análise qualitativa, permitindo triangulação e maior robustez na interpretação. Peruzzo (2009) ressalta que informações numéricas ajudam a revelar dimensões e proporções que não seriam acessíveis de outra forma.

Quando articulados à observação participante, esses métodos permitem uma triangulação de dados, fortalecendo a validade das conclusões e proporcionando uma visão mais rica e equilibrada da realidade social investigada.

QUAIS SÃO AS ADVERTÊNCIAS E RISCOS ÉTICOS DA UTILIZAÇÃO DESTE MÉTODO?

A observação participante, como método de pesquisa, envolve uma série de advertências e riscos éticos que devem ser cuidadosamente avaliados. A interação direta com os participantes pode gerar situações de vulnerabilidade, exigindo do pesquisador um equilíbrio entre o rigor ético e a coleta de dados relevantes (Angrosino, 2009). Questões como privacidade, transparência, objetividade e o impacto da presença do pesquisador no campo são centrais nesse processo.

A decisão de se camuflar ou não no ambiente de pesquisa carrega implicações éticas importantes. Não existe um consenso entre os teóricos quanto a essa decisão, uma vez que cada abordagem oferece vantagens e desvantagens. A transparência fortalece a relação de confiança com os participantes, mas pode alterar seus comportamentos, prejudicando a espontaneidade (Gil, 2008). Por outro lado, a camuflagem possibilita observar interações mais naturais, mas levanta dilemas éticos como a violação do consentimento informado. Em contextos sensíveis, é fundamental avaliar se os benefícios da abordagem justificam os possíveis prejuízos aos participantes, respeitando seus direitos e privacidade. Assim, cabe ao pesquisador escolher a melhor abordagem com base em seus objetivos. Uma abordagem mista, em que seja transparente sobre sua função, mas se insira no ambiente de forma integrada e com interferência mínima, pode auxiliar no equilíbrio do rigor ético e da profundidade dos dados coletados.

A privacidade dos sujeitos também é uma questão central na observação participante. É crucial que o pesquisador proteja informações pessoais e evite invadir esferas que não estejam diretamente relacionadas ao estudo. A negligência nesse aspecto pode gerar um sentimento de exploração, prejudicando a confiança e a qualidade da pesquisa (Angrosino, 2009). Dessa forma, é essencial tratar os sujeitos sociais com respeito, considerando-os como elementos fundamentais no processo investigativo.

Outro aspecto crucial a ser levado em consideração na observação participante, é a objetividade do pesquisador. A imersão no contexto estudado e a proximidade com os participantes podem tornar difícil manter essa objetividade, uma vez que o pesquisador pode ser influenciado pelas suas próprias crenças, experiências e emoções, distorcendo a análise dos dados. Cicourel (1969) enfatiza a importância de métodos sistemáticos para garantir a objetividade e a comparabilidade dos dados, minimizando distorções causadas pela subjetividade do pesquisador.

Para mitigar esses riscos, o pesquisador deve adotar práticas reflexivas, monitorando constantemente seus vieses e ajustando sua abordagem conforme necessário. O rigor metodológico, aliado à transparência e ao respeito ético, é essencial para garantir que os resultados sejam confiáveis e as interações no campo ocorram de forma ética e respeitosa.

■ APLICAÇÕES E ILUSTRAÇÕES

A observação participante tem sido amplamente utilizada para compreender dinâmicas sociais em diversos contextos, incluindo a economia criativa. Este método permite uma imersão profunda no ambiente estudado, proporcionando uma análise rica e detalhada das interações e práticas culturais. A seguir, serão apresentadas três aplicações desse método no contexto da economia criativa, destacando sua contribuição para os resultados obtidos.

Aplicação I

O artigo “Lazer e economia criativa em museus: o caso do Museu Câmara Cascudo, em Natal/RN (Brasil)” (Da Cruz, 2024) utiliza a observação participante como um dos métodos principais para compreender as dinâmicas de lazer e o papel do museu no contexto da economia criativa. A pesquisa foi conduzida entre 2014 e 2017 e combinou a observação participante com fotografia e entrevistas semiestruturadas, permitindo um entendimento aprofundado sobre

como o museu interage com o público, suas estratégias para captação de visitantes e sua inserção na dinâmica cultural e econômica da cidade.

Por meio da observação participante, os pesquisadores acompanharam as interações do público com os espaços expositivos, identificando fatores que influenciam a experiência de lazer, como a estrutura do museu, o tipo de exposições e os serviços oferecidos. Esse método foi essencial para captar as reações espontâneas dos visitantes, entender suas preferências e avaliar o impacto das iniciativas educacionais e culturais promovidas pelo museu. A abordagem qualitativa possibilitou analisar a vivência dos frequentadores, percebendo como o lazer no museu contribui para o desenvolvimento pessoal, cultural e social dos visitantes.

A contribuição metodológica da observação participante foi decisiva para relacionar as práticas do museu ao conceito de economia criativa. Por meio desse método, os pesquisadores puderam observar como o Museu Câmara Cascudo busca inovar e atrair públicos diversificados, inserindo-se em uma lógica de sustentabilidade cultural e econômica. A pesquisa evidenciou que, enquanto indústrias criativas, os museus precisam adotar uma dinâmica empreendedora, integrando ações como a oferta de serviços complementares (cafés, lojas de souvenirs) e estratégias de marketing para aumentar sua atratividade e relevância no cenário cultural local. A aplicação da observação participante destacou também desafios enfrentados pelo museu, como a necessidade de modernizar suas instalações, ampliar os horários de funcionamento e criar experiências mais interativas para competir com outras opções de lazer. Esses insights não seriam possíveis sem a proximidade que o método proporciona, permitindo uma análise rica e detalhada das relações entre o público e o museu.

Aplicação II

Considerando a imersão no ambiente a ser investigado, a observação participante, também se configura como uma ferramenta utilizada no desenvolvimento de projetos de extensão universitária, com o objetivo de compreender tanto o desenvolvimento de espaços quanto a dinâmica das relações entre os diversos atores envolvidos nesses processos.

Um exemplo desse uso é o estudo realizado sobre a Associação da Feira da Ponta Norte, localizada em Brasília (Souza, 2024), que demonstra como a observação participante possibilitou o diagnóstico das condições vivenciadas pelos agricultores que compõem essa associação, além de evidenciar como esse espaço se constitui como um ponto significativo para o desenvolvimento

da agroecologia na região. O trabalho de campo foi conduzido entre julho e outubro de 2022 por estudantes da Universidade de Brasília (UnB) e envolveu agricultores do Assentamento Roseli Nunes, em Planaltina-DF, que comercializam coletivamente seus produtos na Feira Agroecológica e de Artesanato da Ponta Norte, conhecida como “Feira da Ponta Norte”.

Na apresentação do trabalho, iniciou-se com a descrição do ambiente no qual o estudo foi realizado, bem como dos sujeitos inseridos nesse contexto social. A feira surgiu em 2019 como um espaço de resistência às políticas adotadas pelo governo da época, que impactavam negativamente a agricultura familiar, além de se tornar um local de convivência social e manifestações populares. Os discentes envolvidos na pesquisa acompanharam todas as etapas do processo de comercialização e produção dos itens negociados, a montagem e desmontagem das estruturas necessárias para a feira, além das relações sociais entre produtores, consumidores, associações e entidades de apoio, bem como os frequentadores do espaço.

Os resultados apontaram a carência de infraestrutura necessária para proporcionar um ambiente de trabalho adequado aos produtores, destacando a falta de banheiros, pontos de água e energia, além de espaços para descanso. Também foi evidenciada a dificuldade no transporte da produção até a feira. Contudo, as atividades realizadas pela UnB e pelas associações parceiras, que atuam juntamente aos produtores, propiciam a troca de conhecimentos relevantes entre os participantes.

Aplicação III

Por fim, outro exemplo interessante de aplicação do método de observação participante no contexto da economia criativa no Brasil pode ser encontrado no trabalho de Marina B. de Lima em seu estudo intitulado “A economia criativa no Brasil: o caso das indústrias criativas no Rio de Janeiro” (2013). Esse estudo utiliza a observação participante para explorar as práticas e dinâmicas das indústrias criativas no Rio de Janeiro, com foco em como elas contribuem para o desenvolvimento econômico e social na cidade.

O estudo de Marina Lima teve como objetivo analisar as dinâmicas das indústrias criativas no Rio de Janeiro, focando na interação entre os profissionais do setor (artistas, designers, publicitários, etc.) e as condições econômicas que envolvem a produção cultural na cidade. O estudo busca compreender como o setor criativo contribui para a economia local e como os profissionais enfrentam os desafios impostos pelo mercado.

A autora usou a observação participante como principal abordagem metodológica, inserindo-se no ambiente de trabalho de empresas e coletivos criativos no Rio de Janeiro. Durante a pesquisa, Lima acompanhou o dia a dia desses grupos, participando de reuniões, eventos culturais e processos de criação. Ela observou de perto as interações entre os profissionais e o impacto das condições de trabalho na produção criativa, além de documentar como o setor lida com a precariedade econômica, políticas públicas e as demandas do mercado.

O estudo revelou que, embora o setor das indústrias criativas tenha grande potencial para gerar emprego e inovação, os profissionais enfrentam uma constante insegurança econômica e dependência de recursos públicos e privados. A pesquisa também mostrou que as políticas públicas de incentivo à economia criativa no Brasil, especialmente no Rio de Janeiro, ainda são incipientes e não conseguem acompanhar a dinâmica informal e flexível desse setor.

Durante a pesquisa, Marina se inseriu em espaços como ateliês, estúdios de design e espaços colaborativos de artistas e produtores culturais. A participação ativa foi crucial para entender as relações sociais e os processos criativos dentro do ambiente de trabalho, muitas vezes informais e dinâmicos, típicos das indústrias criativas. A autora não apenas observou, mas também interagiu com os profissionais do setor, tomando notas e participando de discussões sobre como esses profissionais lidam com os desafios econômicos e as oportunidades de desenvolvimento que surgem no contexto da economia criativa. Além das observações, Lima analisou o contexto político e econômico da cidade, levando em consideração as políticas públicas voltadas para o setor criativo e como elas impactam as práticas e a sustentabilidade dos profissionais que atuam nesse campo.

Esse estudo mostra como a observação participante pode ser eficaz para explorar as complexidades da economia criativa no Brasil, onde o setor é caracterizado por um ambiente dinâmico e muitas vezes informal. A observação participante permitiu à pesquisadora um olhar mais profundo sobre as dificuldades e as estratégias dos profissionais da economia criativa, além de evidenciar a importância de políticas públicas de apoio à sustentabilidade desse setor.

A pesquisa ilustra como o método de observação participante é valioso para compreender não apenas os aspectos econômicos da economia criativa, mas também as interações sociais e culturais que moldam as práticas criativas no Brasil. Ao adotar uma postura imersiva no campo, a pesquisadora conseguiu capturar detalhes que uma abordagem puramente quantitativa ou distante não seria capaz de identificar, oferecendo um olhar mais holístico sobre o setor das indústrias criativas.

REFERÊNCIAS

- ANGROSINO, M.. **Etnografia e observação participante**. Porto Alegre: Artmed, 2009. (Coleção Pesquisa Qualitativa, coord. por Uwe Flick).
- BECKER, H. S. Problems of inference and proof in participant observation. **American Sociological Review**, v. 23, n. 6, p. 652-660, 1958.
- BECKER, H. S. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Editora Hucitec, 1993.
- CABANA, R. del P. L. *et. al.* Dilemas sobre ética na pesquisa qualitativa: discussões e implicações para a área da administração. **Revista Pesquisa Qualitativa**, São Paulo, SP, v.10, n.24, p. 233-252, abr./ago. 2022.
- CALDWELL, K., ATWAL, A.. Non-participant observation: using video tapes to collect data in nursing research. **Nurse Researcher**, v.13, n.2, p.42-54, 2005. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/16416979/>. Acesso em: 18 out. 2024.
- CICOUREL, A. V.. Theory and methos in field research. *In*: CICOUREL, A. V.. **Method and measurement in sociology**. 6. ed. New York, EUA: The Free Press, 1969. p. 39-72.
- DA CRUZ, F. M. R. Lazer e economia criativa em museus: o caso do Museu Câmara Cascudo, em Natal/RN (Brasil). **Contribuciones a Las Ciencias Sociales**, [S. l.], v. 17, n. 2, p. 1-14, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.55905/revconv.17n.2-264>. Acesso em: 18 out. 2024.
- GEERTZ, C. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- GIL, A. C.. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- JACCOUD, M.; MAYER, R. A observação direta e a pesquisa qualitativa. *In*: POUPART, J. *et. al.* **A Pesquisa Qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- LEBARON, C. Video-Based methods for research on strategy as practice: Looking at people, places and things. *In*: ANNUAL MEETING OF THE ACADEMY OF MANAGEMENT, 68., 2008, Anaheim, CA, EUA. **Key note presented at the professional development workshop: strategy as practice**. Anaheim, CA: Academy of Management, 2008. Disponível em: <https://citeseerx.ist.psu.edu/document?repid=rep1&type=pdf&doi=c50888459b1e7e04fbc81bcc4d0505a520a1005b>. Acesso em: 15 dez. 2024.
- LEBARON, C. *et. al.* An introduction to video methods in organizational research. **Organizational Research Methods**, v. 21, n. 2, p. 239-260, 2018. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1094428117745649>. Acesso em: 16 dez. 2024.
- LIMA, M. B. de.. A economia criativa no Brasil: o caso das indústrias criativas no Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 56, n. 1, p. 85-102, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-73292013000100005>. Acesso em: 15 dez. 2024.
- LIU, F.; MAITLIS, S.. Non-participant observation. *In*: MILLS, A., DUREPOS, G.; WIEBE, E. (eds.). **Sage Encyclopedia of case study research**. Los Angeles, EUA: Sage Publications, 2010. p. 609-611.
- LIU, F.; MAITLIS, S. Emotional Dynamics and Strategizing Processes: A Study of Strategic Conversations in Top Team Meetings. **Journal of Management Studies**, v. 51, n. 2, p. 202- 234, 2014.
- MALINOWSKI, B. C. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. Tradução Anton P. Carr. São Paulo: Abril Cultural, 1976.
- MARIETTO, M. L.; MACCARI, E.. Estudos da Estratégia como Prática na perspectiva estruturacionista: exemplo de contribuição metodológica. **Iberoamerican Journal of Strategic Management (IJSM)**, [S. l.], v.14, n.1, p.90-107, 2015.

MINAYO, C. de S. M. (org.) *et. al.*. 21. ed.. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MÓNICO, L. S. *et al.*. A observação participante enquanto metodologia de investigação qualitativa. *In: CONGRESSO IBERO-AMERICANO EM INVESTIGAÇÃO*, 6., 2017, Salamanca, Espanha. **Investigação Qualitativa em Ciências Sociais**, [S. l.], v. 3, jul. 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/318702823_A_Observacao_Participante_enquanto_metodologia_de_investigacao_qualitativa. Acesso em: 18 out. 2024.

CRUZ NETO, Otávio. O trabalho de campo como descoberta e criação. *In: MINAYO, M. C. de S. (org.)*. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Editora Vozes Limitada, 1994. p. 51-66.

PERUZZO, C. M. K.. Observação participante e pesquisa-ação. *In: DUARTE, J; BARROS, A. (orgs.)*. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2009. p. 125-145.

QUEIROZ, D. T. *et. al.*. Observação participante na pesquisa qualitativa: conceitos e aplicações na área da saúde. **Revista Enfermagem UERJ**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 276-283, abr./jun. 2007. Disponível em: https://disciplinas.usp.br/pluginfile.php/2020779/mod_resource/content/1/Observa%C3%A7%C3%A3o%20Participante.pdf. Acesso em: 18 out. 2024.

SERVA, M.; JAIME JÚNIOR, P.. Observação participante e pesquisa em administração: uma postura antropológica. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 1, p. 64-79, jun. 1995. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/SqcgJvLpdHDS5VHx3XNq9Sy/>. Acesso em: 18 out. 2024.

SOUZA, Y. *et. al.*. Extensão universitária com a Associação da “Feira da Ponta Norte”: relato de observação participante. *In: Congresso Brasileiro De Agroecologia*, 12., 2024, Rio de Janeiro, RJ. **Cadernos de Agroecologia**, Rio de Janeiro, RJ, v. 19, n. 1, 2024. Disponível em: <https://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos/article/view/9725/7275>. Acesso em: 18 out. 2024.

CAPÍTULO 6

Process Tracing e Economia Criativa

Ludmila Vieira Coelho Gomes

Ludimila Rayana Silva de Jesus

Alan Ferreira de Freitas

■ INTRODUÇÃO

A análise de rastreamento de processos (process tracing) é uma abordagem metodológica qualitativa utilizada para investigar correlações causais. Por meio do estudo dos fatos, das interações e das evidências, a metodologia permite análise de fenômenos complexos de cunho social, político, histórico, econômico e ambiental e como estes produzem resultados localizados. Sendo assim, uma ferramenta útil para pesquisas qualitativas e quantitativas, especialmente no campo das Ciências Humanas e Sociais, que lida com análises atreladas a diversos fatores contextuais e subjetivos (Cunha, 2018). Mahoney (2012), destaca a relevância desta metodologia para avaliar inferências causais que geram um desdobramento em particular. Segundo o autor, o uso do process tracing ampara o pesquisador nas análises qualitativas relativas a: 1) Compreender processos específicos, 2) Entender como este se conecta a eventos posteriores, 3) Analisar se o primeiro evento desencadeou o último. Dessa forma, a abordagem serve como ferramenta para análise rigorosa para cadeias de processos causais. Nessa perspectiva, Collier (2011) avalia a pertinência do *process tracing* para fomentar as análises de inferência causal, atuando como um instrumento capaz desvelar informações sobre as condutas subjacentes à ação humana.

No entanto, os mecanismos causais não se reduzem à observação da regularidade ou da não-linearidade nos processos comportamentais (Cunha, 2018). A autora diferencia mecanismos causais (a relação entre a causa e o resultado) dos efeitos causais (implicações observáveis de uma causa), destacando que o pesquisador precisa se atentar a veracidade das informações,

evitando análises deterministas das relações de causalidade e assimétricas, focadas na relação causal, na inobservância das ausências como elementos analíticos que podem contribuir para o resultado da pesquisa.

Bennett e Checkel (2015) salientam que o *process tracing* permite combinar rigor analítico e flexibilidade empírica, aspectos cruciais para investigações que demandam atenção às interações sociais localizadas que amparam determinados eventos. Falletti (2016), destaca esta metodologia como um diferencial para desenvolver estudos de processos históricos e mudanças institucionais, sobretudo para visualizar as nuances das interações sociais, estruturas e eventos ao longo do tempo.

Do ponto de vista teórico, a base epistemológica do *process tracing* alinha-se às discussões sobre causalção configuracional (Mahoney; Goertz, 2006), em que o foco recai sobre a combinação de condições que produzem determinados resultados. Gottems (2010) ressalta que a abordagem contribui para a análise do papel de variáveis intervenientes, possibilitando uma compreensão aprofundada da relação entre causa e efeito. Por sua vez, King, Keohane e Verba (1994) destacam a importância de integrar as vantagens do *process tracing* ao rigor científico, promovendo uma triangulação metodológica que fortaleça a validade dos achados.

Em consonância com Collier (2011), o *process tracing* permite aos pesquisadores ir além das correlações observadas, desvendando como e por que um evento desencadeia outro, fator indispensável para a construção de inferências causais robustas. Bennett e Checkel (2015) enfatizam que, ao integrar evidências qualitativas e quantitativas, o método proporciona uma abordagem analítica flexível e rigorosa, especialmente em contextos onde as teorias existentes precisam ser testadas ou refinadas com base em dados empíricos. Assim, o *process tracing* não apenas enriquece a compreensão dos processos sociais, políticos e históricos, mas também contribui para o fortalecimento da validade científica das pesquisas no campo das ciências sociais.

Diante do exposto, o objetivo deste capítulo **é apresentar a metodologia *process tracing*, destacando a relevância no campo das ciências sociais, assim como as potencialidades e limitações de sua aplicação.**

Em um primeiro momento, busca-se apresentar a metodologia *process tracing*, indicando como deve ser feita a condução dos estudos utilizando esta técnica. Em seguida, se expõe quais recursos podem auxiliar na operacionalização do uso do *process tracing* para orientar as investigações de inferências causais. Na sequência, também serão expostos às limitações do uso do *process tracing* nas pesquisas acadêmicas, assim como as técnicas para contornar

situações de impossibilidade da execução de alguma fase do estudo. Por fim, a aplicação empírica do process tracing como ferramenta para analítica visa aprofundar a compreensão e orientar os leitores, de modo a ampliar o entendimento sobre como a técnica pode ser utilizada em diferentes contextos.

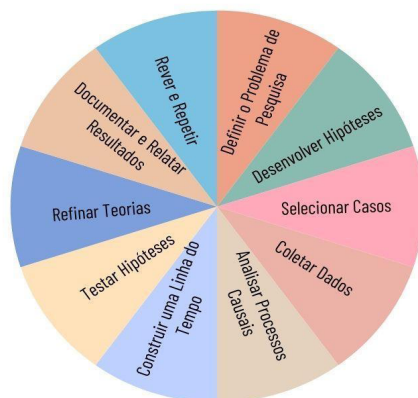
■ COMO O MÉTODO FUNCIONA?

O *process tracing* pode ser traduzido como mapeamento ou rastreamento de processos, que tem o objetivo de analisar cadeias causais que ligam um determinado fenômeno a um determinado resultado, sendo um “exame sistemático de evidência diagnóstica selecionada e analisada à luz de questões de pesquisa e hipóteses colocadas pelo investigador” (Collier, 2011, p. 823). Esse método é considerado um instrumento analítico para elaborar inferências causais a partir de evidências, em uma sequência temporal de eventos, ele permite procurar evidências em um caso para explicar determinado fenômeno. Bennett e Checkel (2015) definem rastreamento de processo como “a análise de evidências sobre processos, sequências e conjunções de eventos em um caso visando desenvolver ou testar hipóteses sobre mecanismos causais que possam explicar causalmente o caso. Os conceitos apresentados se convergem ao indicarem o desenvolvimento ou teste de hipóteses, como um guia para análise da sequência de eventos. Process Tracing também tem sido visto com um conceito guarda-chuva, que reúne diferentes formatos e propósitos de análise sequencial de eventos, podendo ser intensivo ou extensivo, baseando-se em narrativas históricas ou teste de hipóteses (Falleti, 2016).

Apesar de múltiplas as definições do método, elas convergem ao identificar o método como uma ferramenta analítica e descritiva, distinguindo-a da simples descrição por ter o foco nas análises relativas ao fenômeno e ao ser guiada com um enquadramento teórico (Lima, 2017). Entretanto, apesar de ser um método que é lembrado, ele não é muito bem entendido, aplicado com rigor e detalhado (Collier, 2011; Bennett e Checkel, 2015). Quanto às suas indicações para utilização, o método permite a Investigação de Mecanismos Causais, Teste de Teorias, Análise de Casos Específicos. Em suma, o Process Tracing é indicado para pesquisas que buscam uma compreensão aprofundada das relações causais em contextos complexos, e tem recebido importantes aportes em sua formalização, explicitação e sistematização, para que se reduza erros inferenciais (Amorim-Neto, César e Rodriguez, 2016; Bennett e Checkel, 2015). Para utilizar o método Process Tracing, é importante seguir alguns passos que permitem uma análise detalhada dos mecanismos causais. Entretanto,

não há uma definição exata de quais passos seguir, mas conforme estudos da literatura, resumidamente pode-se seguir 10 passos, conforme Figura 1:

Figura 1 - 10 passos Process Tracing



Fonte: elaborado pelos autores.

Um dos primeiros passos apontados, é que o pesquisador tenha conhecimento do caso, bem como das teorias explicativas, para assim conseguir identificar claramente a questão ou fenômeno que deseja investigar (Falletti, 2016). Entretanto, Gottens (2010) e Collier (2011) sugerem iniciar o método com uma linha do tempo ou uma boa narrativa dos fatos. Diante das diversas literaturas, e falta de consenso sobre o método, iremos os 10 passos no que mais vimos, conforme quadro 1.

Quadro 1 – Orientações para desenvolver Process Tracing

1. Definir o Problema de Pesquisa	Identifique claramente a questão ou fenômeno que deseja investigar. O foco deve ser em um resultado específico que você deseja explicar.
2. Desenvolver Hipóteses	Formule hipóteses sobre os mecanismos causais que podem levar ao resultado observado. Isso pode envolver tanto hipóteses dedutivas (baseadas em teorias existentes) quanto indutivas (baseadas em observações preliminares).
3. Selecionar Casos	Escolha um ou mais casos que sejam representativos do fenômeno em estudo. A seleção deve permitir uma análise aprofundada das dinâmicas causais envolvidas.
4. Coletar Dados	Realize uma coleta minuciosa de dados qualitativos, utilizando múltiplas fontes de informação (documentos, entrevistas, registros, etc.). A coleta deve focar em evidências que possam corroborar ou refutar suas hipóteses.

5. Analisar Processos Causais	Examine as sequências e interações dos eventos que levaram ao resultado. Isso envolve identificar os elos entre causas e efeitos, para entender a dinâmica.
6. Construir uma Linha do Tempo	Organize os eventos identificados em uma linha do tempo para visualizar as relações temporais e espaciais entre eles. Isso ajuda a entender como os processos se desenrolaram ao longo do tempo.
7. Testar Hipóteses	Avalie suas hipóteses à luz das evidências coletadas. Verifique se os mecanismos causais identificados estão presentes e se eles realmente contribuem para o resultado observado.
8. Refinar Teorias	Com base na análise, refine suas teorias ou hipóteses iniciais. O Process Tracing pode levar à construção de novas explicações ou à modificação das existentes, dependendo das evidências encontradas.
9. Documentar e Relatar Resultados	Escreva um relatório detalhado que descreve o processo de pesquisa, as evidências coletadas, a análise realizada e as conclusões obtidas. É crucial ser transparente sobre como as inferências foram feitas e quais limitações existem.
10. Rever e Repetir	O processo pode ser iterativo; revise suas conclusões à medida que novas evidências surgem ou novas perguntas são levantadas durante a pesquisa.

Fonte: elaborado pelos autores com base em Bennett e Checkel (2015) e Falleti (2016).

Esses passos são baseados em décadas de uso desse método, devendo funcionar como ponto de partida e checklist para o desenvolvimento do método em uma pesquisa, entretanto, não são os únicos caminhos a serem seguidos (Bennett e Checkel, 2015).

■ QUAIS RECURSOS PODEM SER UTILIZADOS?

Para operacionalizar o método Process Tracing, diversos equipamentos, materiais e softwares podem ser utilizados como Documentos oficiais (atas, relatórios, discursos), Entrevistas, Registros históricos relevantes. Artigos acadêmicos e livros que discutem teorias e contextos relacionados ao fenômeno estudado. Quanto aos softwares, pode-se utilizar o NVivo para codificação e análise de dados qualitativos. Atlas.ti para análise qualitativa, permitindo a organização de dados complexos. Zotero e o Mendeley para a organização de referências bibliográficas e a agilidade na citação durante a redação. Entretanto, a escolha dos equipamentos e softwares deve ser baseada nas necessidades específicas da pesquisa, bem como na familiaridade do pesquisador com as ferramentas disponíveis. O uso adequado destes recursos pode facilitar a coleta e análise de dados, contribuindo para análise das inferências causais obtidas por meio do Process Tracing

■ LIMITAÇÕES A APLICAÇÃO DO PROCESS TRACING

King, Keohane e Verba (1994) empreenderam críticas sobre o desenho da pesquisa qualitativa e sobre a ínfima abrangência destas em desenvolver estudos replicáveis, alertando para a necessidade de equilíbrio entre profundidade e abrangência. Segundo os autores, a percepção de nuances do objeto de pesquisa incita análises excessivamente descritivas, prejudicando a ampliação do escopo das teorias. As críticas dos autores retratam o estudo qualitativo atrelado a técnicas de regressão e análises estatísticas, baseadas em testes para obter relevância no campo científico (Cunha, 2018). Em consonância, Collier (2011) e Mahoney (2010) salientam que, O PT é método focado em casos específicos, e por isso, demonstra limitações em extrapolar os resultados para além do contexto estudado, o que permite ampliar a compreensão de episódios localizados, restringindo a possibilidade de generalização dos resultados

A metodologia *process tracing* apresenta limitações que devem ser explicitadas pelos pesquisadores na seção apropriada para este fim. Uma das principais críticas está relacionada ao intento de viés da pesquisa, referente a interferência da subjetividade do pesquisador na interpretação das evidências. Bennett e Checkel (2015), alertam que a escolha e análise das evidências podem ser orientadas, especialmente em estudos onde os dados são escassos ou de difícil verificação. Essa limitação destaca a emergência da análise criteriosa e fundamentada teoricamente para a validação das inferências causais. Nesse sentido, Gottens (2010) destaca que a necessidade de uma estrutura padronizada para conduzir o *process tracing*, em que o pesquisador deve se atentar para o desenho da pesquisa, buscando a familiarização com o contexto do estudo e os direcionamentos que podem comprometer a cumulatividade do conhecimento.

Além disso, o *process tracing* está atrelado a disponibilidade e a qualidade das evidências. Em contextos onde dados históricos ou testemunhais são parciais, ou contraditórios influem na aplicação do método (Mahoney; Goertz, 2006). Dessa forma, o desenvolvimento dos estudos com a metodologia *process tracing* exige o exercício de habilidades analíticas e acesso a fontes de dados confiáveis e variadas. Falleti (2016) ressalta que a complexidade inerente ao método pode tornar a pesquisa mais onerosa, exigindo um investimento significativo de tempo e recursos. Essa limitação é de extrema relevância em contextos acadêmicos ou institucionais que estão condicionadas ao tempo limitado de desenvolvimento da pesquisa e das problemáticas relacionadas a restrições orçamentárias.

O QUE DEVE SER FEITO EM SITUAÇÕES DE IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DE ALGUMA FASE/ PRINCÍPIO/PRESSUPOSTO DO MÉTODO?

Mahoney (2010) argumenta que o foco deve recair sobre as fases que têm maior relevância causal para o caso em estudo. Se não for possível rastrear todas as etapas de um mecanismo causal, o pesquisador pode concentrar-se nas mais bem documentadas ou nas mais críticas para a hipótese investigada. Tendo em vista que, todas as fases ou princípios do process tracing têm o mesmo peso analítico em todos os estudos que a mudança de direcionamento faz parte da condução das pesquisas acadêmicas, a fim de alinhar o desenho da pesquisa ao objetivo proposto.

King, Keohane e Verba (1994) salientam que a flexibilidade metodológica, atrelada em fundamentos teóricos sólidos, mantém a validade da pesquisa mesmo diante de limitações práticas sem interferir na credibilidade do estudo. Se um princípio ou pressuposto metodológico não puder ser aplicado, é necessário revisitar o referencial teórico para ajustar as perguntas de pesquisa ou redefinir os caminhos metodológicos a serem seguidos para a manutenção da qualidade do estudo. Gottems (2010) recomenda incluir uma seção específica para explanar as restrições metodológicas, e de que forma estas foram contornadas, vislumbrando a possibilidade de estudos futuros. Levando em conta que, a transparência é crucial na condução do processo, sendo atribuição do pesquisador documentar de forma explícita e dialógica as insuficiências da pesquisa e as estratégias adotadas para lidar com estas situações. Tal ato agrega para a compreensão das particularidades de seu desenho de pesquisa na totalidade.

Se as limitações forem muito complexas e significativas, pode ser necessário redefinir o escopo da pesquisa. Falleti (2016) destaca que, em vez de buscar um rastreamento completo do mecanismo causal, o pesquisador pode focar na exploração de partes específicas do processo, desde que isso esteja bem alinhado aos objetivos da pesquisa.

■ APLICAÇÕES E ILUSTRAÇÕES

Aplicação I

Uma possível aplicação seria uma Análise da Sustentabilidade na Economia Criativa no Rio de Janeiro, onde o Process Tracing é utilizado para examinar como a sustentabilidade atua como um pilar fundamental para o

desenvolvimento da economia criativa no Rio de Janeiro. A pesquisa identificou os mecanismos que conectam políticas públicas e iniciativas sociais à promoção da diversidade cultural e à inovação. O uso do Process Tracing permite uma análise detalhada das interações entre diferentes agentes sociais e as políticas implementadas, revelando como essas dinâmicas contribuem para a sustentabilidade econômica e cultural. A abordagem possibilita a identificação de elos causais específicos que sustentam a relação entre ações políticas e resultados sociais, oferecendo um entendimento mais profundo das condições necessárias para o desenvolvimento sustentável na economia criativa.

Aplicação II

Outra aplicação do método seria realizar um Estudo sobre Políticas Públicas para Indústrias Criativas, onde é possível investigar como as políticas públicas têm impactado o crescimento das indústrias criativas em uma determinada região, onde se rastreia as decisões políticas e suas consequências diretas sobre o ambiente criativo local. A aplicação do Process Tracing neste contexto permite aos pesquisadores mapear a sequência de eventos que levaram à implementação de políticas específicas e avaliar suas consequências ao longo do tempo. Essa abordagem ajuda a esclarecer quais fatores foram mais eficazes na promoção do crescimento econômico e na criação de um ambiente favorável para startups e empreendimentos criativos, destacando a importância de decisões políticas informadas.

Aplicação III

A terceira aplicação seria uma pesquisa para Investigação dos Efeitos da Tecnologia na Economia Criativa. Neste caso, o Process Tracing permite analisar como a adoção de novas tecnologias impactou o desempenho das empresas dentro da economia criativa. O estudo foca em identificar os mecanismos pelos quais a tecnologia influencia processos criativos e produtivos. O uso do Process Tracing possibilita uma análise minuciosa dos processos internos das empresas, revelando como as inovações tecnológicas afetaram não apenas a eficiência operacional, mas também a criatividade e a capacidade de inovação dos trabalhadores. Essa análise detalhada ajuda a estabelecer conexões claras entre a tecnologia e os resultados econômicos, fornecendo percepções valiosas para formuladores de políticas e empresários sobre como maximizar os benefícios da tecnologia na economia criativa.

REFERÊNCIAS

COLLIER, David. **Understanding Process-tracing**. PS: Political Science and Politics. Vol. 44, N. 4, p. 823-830, 2011.

CUNHA, E. S. M. **Process tracing nas ciências sociais: fundamentos e aplicabilidade**. [s.l.] Enap 2018. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/3328/1/Livro_Process%20tracing.pdf>. Acesso em: 2 dez. 2024.

KING, Gary; KEOHANE, Robert O.; VERBA, Sidney. 1994. *Designing Social Inquiry: Scientific Inference in Qualitative Research*. Princeton, NJ. Princeton University Press.

MAHONEY, J. The Logic of Process Tracing Tests in the Social Sciences. **Sociological Methods & Research**, v. 41, n. 4, p. 570–597, nov. 2012.

SCHOLZ, R. **Quantifying Approaches to Discourse for Social Scientists**. London: Palgrave Macmillan, 2019.

SCHOLZ, R. **Quantifying Approaches to Discourse for Social Scientists**. London: Palgrave Macmillan, 2019.

CAPÍTULO 7

Pesquisa-Ação: definições e possibilidades de aplicação

Liana do Vale Reis Lobato

■ INTRODUÇÃO

Compreender os conceitos que fundamentam os métodos qualitativos pode representar um desafio, especialmente no início da trajetória de exploração dessas abordagens de pesquisa. Da mesma forma, assimilar os princípios que definem a Pesquisa-Ação também se mostra uma tarefa complexa (Meyer, 2009). Essa modalidade de pesquisa qualitativa tem como foco principal a resolução de problemas práticos, os quais são identificados e definidos de forma colaborativa entre o pesquisador e os participantes. Nesse processo, as demandas emergem como ponto de partida, orientando a construção da investigação, na qual os pesquisadores atuam em parceria com os envolvidos, não sobre eles, promovendo ações voltadas diretamente às pessoas que vivenciam a situação estudada (Meyer, 2009). Ainda assim, os significados atribuídos à Pesquisa-Ação nem sempre são facilmente compreendidos (Meyer, 2009; Leite & Lemos, 2022). Trata-se de um modelo investigativo voltado para a ação, que demanda a participação ativa e colaborativa do pesquisador, que atua conjuntamente com os demais sujeitos envolvidos no processo (Meyer, 2009). Segundo Thiollent (2011)

“(...) a pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo” (Thiollent, 2011 p.20).

Com origem nos Estados Unidos da década de 1940, este método de pesquisa busca não só o conhecimento sobre comportamentos, mas também pode intervir nesse comportamento (Leite, & Lemos, 2022; Lodi, Thiollent &

Sauerbronn, 2018, De Freitas Silva, De Oliveira & Ataídes, 2021.). Também objetiva mostrar uma nova opção metodologia, de forma dinâmica, e aproximar o conteúdo científico e social, permitindo elaborar soluções planejadas aos problemas identificados, gerando mudança social (Leite, & Lemos, 2022).

No Brasil, esta forma de se fazer pesquisa ganhou destaque nas décadas de 80 e 90. Atualmente, apresenta-se como forma de se ressignificar teoria e prática, desmistificando as possíveis dualidades que poderiam estar envolvidas nessa associação (De Freitas Silva, De Oliveira e Ataídes, 2021). Uma das principais características da Pesquisa-Ação é a aproximação entre pesquisador e pessoas que compõem a população pesquisada (Leite, & Lemos, 2022; Toledo & Jacobi 2013; Thiollent, 2018). Neste método, o pesquisador precisa manter uma relação de proximidade com os pesquisados, por trabalhar não apenas com uma dada população, mas também para e por grupo ao qual se destina o estudo (Meyer, 2009).

Na prática, as intervenções da Pesquisa-Ação se propõem a resolver problemas a partir de procedimentos metodológicos variados, que se inter relacionam com a produção de conhecimentos para a definição de objetivos (De Freitas Silva, De Oliveira & Ataídes, 2021; Toledo & Jacobi, 2013). A influência do contexto é um fator que não se pode desconectar deste processo (De Freitas Silva, De Oliveira & Ataídes, 2021). Entretanto, os problemas analisados, e os quais a Pesquisa-Ação se propõe a resolver, não são triviais, mas se compreendem dentro de padrões de complexidades que precisam ser diagnosticada ou se enquadram em momentos de crise (Lodi, Thiollent & Sauerbronn, 2018).

Todo o processo metodológico se baseia na coleta e análise de dados de forma sistematizada, com o pesquisado diretamente no campo de observação. Esta proximidade com a prática permite que o pesquisador produza conhecimentos que possam ser reproduzidos, a partir da identificação, diagnóstico, definição de ações e acompanhamento. Este processo cíclico que envolve processo que devem de gerar conhecimentos que levam a benefícios a todos os envolvidos (Lodi, Thiollent & Sauerbronn, 2018). Nas palavras de Trip (2005):

É importante que se reconheça a pesquisa-ação como um dos inúmeros tipos de investigação-ação, que é um termo genérico para qualquer processo que siga um ciclo no qual se aprimora a prática pela oscilação sistemática entre agir no campo da prática e investigar a respeito dela. Planeja-se, implementa-se, descreve-se e avalia-se uma mudança para a melhora de sua prática, aprendendo

mais, no correr do processo, tanto a respeito da prática quanto da própria investigação” (Tripp, 2005, p 445- 446).

A partir dos pontos apresentados, este capítulo tem como **objetivo apresentar a Pesquisa-Ação enquanto método de pesquisa qualitativa, apresentando exemplos de sua aplicação em economia criativa nos contextos de turismo, cidadania e economia artesã**. Entretanto, os exemplos apresentados não devem ser tratados como formas únicas e/ou estanques ou como limitantes para a sua aplicação. Devem ser interpretados como ilustrações de utilização do método de pesquisa e como estímulo para novas investigações, independentemente da área escolhida para pesquisa.

■ TEORIAS, CONCEITOS E APORTES METODOLÓGICOS

PARA QUE ESTE MÉTODO É INDICADO?

A Pesquisa-Ação apresenta uma abordagem científica na busca por soluções para questões sociais ou organizacionais relevantes. Diferentemente da pesquisa tradicional, ela envolve ativamente os participantes inseridos nessas questões, desde a elaboração do problema até a fase final, com a entrega e efeito dos resultados (Tripp, 2005; DE Oliveira, 2024). A Pesquisa-Ação é movida pelo desejo de mudança não só do pesquisador, mas também dos atores envolvidos (Melo, Maia Filho e Chaves, 2016). Segundo Silva, Oliveira e Ataídes (2021) pesquisar é uma atividade de exploração detalhada sobre um tema específico, com intuito de solucionar um problema ou de esclarecer uma ideia, bem como ampliar as informações disponíveis. Dessa forma, a escolha pela utilização da Pesquisa-Ação parte da necessidade de se compreender e resolver um problema, levando em consideração o meio, as práticas e os sujeitos ao qual está inserida. O método pode ser utilizado em diversos contextos como educação, saúde, organização e sistemas, serviço social, práticas políticas, desenvolvimento rural, dentre outros (Thiollent, 2011). Vale ressaltar que a estruturação dos objetivos e metas traçadas dependerá de cada ambiente em que for desenvolvida.

Neste modelo de pesquisa, não apenas os objetivos são traçados e descritos, precisa também ocorrer o aprender e o conhecer. Ao provocar a troca de saberes entre pesquisadores e participantes, a ligação teoria e prática é alcançada e, desta forma, a Pesquisa-Ação busca as melhorias de práticas envolvendo as duas partes em conjunto. Esta característica de busca de transformação coletiva a faz poder ser utilizada em diversas áreas do conhecimento (Silva, Oliveira e Ataídes, 2021).

COMO ESTE MÉTODO FUNCIONA?

Antes de descrever um modelo de aplicação da Pesquisa-Ação, é importante destacar suas diferentes abordagens. Barbier (2007, apud Silva, Oliveira e Ataidés, 2021) identifica quatro formas principais: diagnóstica, voltada ao planejamento e diagnóstico para propor soluções; participativa, integrando os participantes no processo; empírica, baseada em dados das experiências para formular princípios; e experimental, avaliando a eficácia de técnicas em questões sociais. Toledo e Jacobi (2013) apontam outras configurações, como a Pesquisa-Ação integral e sistêmica, colaborativa e crítico-colaborativa. Apesar das variações, todas compartilham a mesma essência: estudar um problema em conjunto com os envolvidos para resolvê-lo coletivamente, promovendo a geração de novos conhecimentos (Silva, Oliveira e Ataidés, 2021).

Apesar da variabilidade, há semelhanças nas etapas. Independentemente da referência, destacam-se o planejamento, a escuta dos envolvidos e a possibilidade de ajustes, refletindo seu caráter cíclico. Toledo e Jacobi (2013) descrevem a metodologia como um sistema aberto, permitindo adaptações conforme as demandas surgem. Assim, as etapas não seguem uma sequência rígida, mas um movimento flexível de “vai e vem” para adequações (Thiollent, 2011; Tripp, 2005). A apresentação das etapas também varia conforme a interpretação da metodologia, influenciando a nomenclatura e a quantidade de fases. Lodi, Thiollent e Sauerbronn (2018) identificam quatro etapas principais:

1. Fase Exploratória - onde ocorre mapeamento inicial do contexto, elaboração da problematização, definição de técnicas e levantamento do referencial teórico que será a base da pesquisa. Nesta fase, usa-se dos seminários para promover as discussões e a tomada de decisão conjunta.
2. Fase Analítica - onde se apresenta os dados coletados até o momento, se analisa as questões levantadas. Nesta fase as interpretações são conjuntas entre pesquisador e participantes, promovendo o aprendizado de ambas as partes.
3. Fase Ativa - definição de um plano de ação, definindo objetivos e critérios de avaliação.
4. Fase Avaliativa - quando se realiza a avaliação das ações e dos conhecimentos adquiridos durante a pesquisa. Também se elabora o relatório ou material que será utilizado como forma de divulgação dos resultados.

Assim, pode-se delimitar que existirá sempre uma fase em que se organiza o levantamento das características e necessidades do contexto e a escuta dos participantes durante o processo. Também precisa-se entender que as etapas podem se interpor ou podem haver retomadas em qualquer momento antes da avaliação e elaboração do produto final a ser divulgado.

QUAIS RECURSOS PODEM SER EMPREGADOS COM ESTE MÉTODO?

A aplicação da Pesquisa-Ação pode ser feita através de uma série de recursos tecnológicos e metodológicos para garantir a coleta, análise e interpretação dos dados, além de possibilitar a participação ativa dos envolvidos no processo investigativo. Em termos de equipamentos, podem ser usados gravadores de áudio e vídeo, que facilitam o registro de interações, entrevistas e grupos focais, elementos essenciais para documentar o processo e permitir uma análise posterior (Thiollent, 2011). Computadores e dispositivos móveis também desempenham um papel importante, pois possibilitam o acesso e o uso de ferramentas, como o Google Forms, e aplicativos necessários para a análise e o compartilhamento de informações entre pesquisadores e participantes.

Além desses recursos, os softwares de análises de dados qualitativos (SADQ), podem ser essenciais na análise e interpretação dos dados coletados. Os SADQ são programas computacionais criados para auxiliar o gerenciamento dos dados de forma eficiente, sistemática e coerente (Souza Neto et al, 2019; Freitas, Santos e Prado, 2020) O uso de SADQ, como o Atlas.Ti e NVivo, permite calcular a frequência, realizar pesquisas e examinar os dados disponíveis de maneira eficaz, coerente e metódica. Isso facilita a gestão de dados e a recuperação das informações (Freitas, Santos e Prado, 2020).

Ferramentas de colaboração, como o Google Docs e o Miro, também podem ser úteis, pois permitem o trabalho colaborativo e integrado em tempo real, facilitando a comunicação e a revisão dos dados entre os envolvidos. Além disso, plataformas de gestão de projetos, como o Trello, podem ser agregadas ao processo para planejar e monitorar as etapas da pesquisa, aumentando a eficiência organizacional.

■ QUANDO NÃO USAR O MÉTODO PESQUISA-AÇÃO?

Como já dito anteriormente, a Pesquisa-Ação é amplamente utilizada em ciências sociais e na área educacional, pois promove o envolvimento ativo dos participantes e visa tanto à compreensão quanto à transformação da realidade estudada. Contudo, há situações em que seu uso pode ser inadequado. Segun-

do Thiollent (2011), a Pesquisa-Ação demanda um compromisso significativo entre pesquisadores e participantes, o que pode não ser viável em contextos onde há resistência dos envolvidos, falta de autonomia dos pesquisadores ou impossibilidade de uma participação ativa e colaborativa.

Em ambientes onde a intervenção direta pode comprometer a neutralidade da análise, como em estudos voltados à avaliação de políticas públicas ou em pesquisas que buscam entender fenômenos sem necessariamente alterá-los, ele não é o método mais apropriado. Além disso, para áreas que necessitam de uma generalização dos resultados, como estudos quantitativos com amostras grandes e representativas, este método pode não fornecer a objetividade e o distanciamento necessários (Tripp, 2005). A Pesquisa-Ação é inadequada quando o objetivo do estudo exige uma abordagem observacional e descritiva ou quando o contexto impede uma colaboração genuína entre pesquisador e participantes, pois o método exige um grau de comprometimento e envolvimento que não é aplicável em todas as situações.

O QUE DEVE SER FEITO EM SITUAÇÕES DE IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DE ALGUMA FASE/PRINCÍPIO/PRESSUPOSTO DO MÉTODO?

Na Pesquisa-Ação, cada fase do processo é importante para o alcance da transformação social e entendimento colaborativo. Entretanto, podem haver circunstâncias em que haja impossibilidade da aplicação de algumas fases, como a colaboração dos atores envolvidos, conflitos de interesse ou mesmo a continuação das ações ao longo prazo (Leite e Lemos, 2022). Em situações como essas, é preciso adotar estratégias alternativas para manter a validade e integridade da pesquisa. Quando o envolvimento dos atores for comprometido, seja por falta de tempo ou por condições de logística, por exemplo, os pesquisadores podem buscar estratégias flexíveis de participação, como a utilização de encontros virtuais ou a implementação de dinâmicas assíncronas de participação (Burle et al, 2024). Nessas adaptações, é importante manter a comunicação clara e oferecer meios para que os participantes contribuam de forma acessível, mesmo que não possam participar diretamente de todas as atividades propostas.

Em que acontecem conflitos de interesse, quando uma ou mais partes envolvidas tentam direcionar a determinação do problema, é necessário que o pesquisador faça a intermediação (Thiollent, 2011). Em situações como essa, é interessante que novos seminários sejam feitos, juntamente com aporte teórico reforçado, para que a determinação dos problemas seja feita confor-

me uma necessidade comum. Associado a essa estratégia, o uso da técnica de comparação, pode ser um importante aliado para solucionar o impasse entre os envolvidos. Ela consiste em confrontar as ponderações não só dos participantes, mas também a dos pesquisadores e a partir daí identificar as divergências e convergências de ideias, e chegar a um ponto comum (Thiolent, 2011; Corrêa, Campos e Almagro, 2018).

Por fim, na impossibilidade da realização completa do ciclo da Pesquisa-Ação, é válido que se faça um apanhado geral sobre todas as informações levantadas sobre o contexto em que a pesquisa estava se desenvolvendo. A partir daí, o pesquisador pode gerar uma revisão teórica reflexiva com intuito de gerar consciência da coletividade no plano político, social ou cultural acerca do problema, sugerindo direções futuras para intervenções práticas (Thiolent, 2011). As adaptações aqui propostas, garantem que a Pesquisa-Ação preserve seus objetivos de investigação colaborativa, mesmo diante de limitações práticas, respeitando, assim, o princípio de flexibilidade inerente ao método.

QUAIS OS PRINCIPAIS MÉTODOS QUE SÃO ARTICULÁVEIS COM O MÉTODO PESQUISA-AÇÃO?

A Pesquisa-Ação visa a melhoria contínua das práticas por meio da investigação e reflexão. Para alcançar seus objetivos, pode ser combinada com diversos métodos, como observação participante, grupo focal e análise de conteúdo, que aprofundam o entendimento das interações sociais e culturais (Corrêa, Campos e Almagro, 2018). Por exemplo, em uma pesquisa desenvolvida por Barbosa et al (2022), objetivou-se construir Práticas Colaborativas Interprofissionais e avaliá-las sob a perspectiva de docentes e discentes de cursos da área da saúde de uma Instituição de Ensino Superior Federal e de uma equipe de Saúde da Família. Os autores usaram a Pesquisa-Ação por favorecer a interação entre os sujeitos e maior proximidade com a complexidade e especificidades internas dos objetos avaliados. Dessa forma, junto a Pesquisa-Ação, foi utilizado o grupo focal, elencando representantes relevantes sobre o contexto e a temática, com os quais foram feitas as entrevistas e toda a dinâmica da Pesquisa-Ação. Ao final, foi feita uma análise de conteúdo temática para tratamento dos dados. Perceba que, em uma única pesquisa, foi possível a triangulação entre três diferentes métodos, no qual um foi o norteador da estrutura e característica da pesquisa (Pesquisa-Ação), outro organizou a coleta de dados (grupo focal) e um terceiro (análise de conteúdo), contribuiu para a análise das informações.

A partir dessa configuração, pode-se perceber que a articulação de diferentes métodos com a Pesquisa-Ação, além de ser possível, enriquece o processo investigativo e permite uma abordagem mais completa e integrada. Essa combinação de métodos facilita a identificação de problemas, a implementação de soluções e a avaliação das práticas, promovendo uma melhoria significativa do contexto pesquisado.

QUAIS SÃO AS ADVERTÊNCIAS E RISCOS ÉTICOS DA UTILIZAÇÃO DESTE MÉTODO?

Como em todas as formas de pesquisa, aspectos éticos devem ser considerados durante a formatação e condução de Pesquisa-Ação. Questões que envolvem a proximidade em que o pesquisador está do grupo e da realidade pesquisada precisam ser levadas em consideração ao propor este tipo de pesquisa. Para Leite & Lemos (2022), como este tipo de pesquisa envolve processos institucionais, muitas vezes pode ocorrer maior tempo de investigação e desconfiança dos colaboradores.

Além disso, a participação merece atenção durante o processo. Para Tripp (2005), dependendo do modo como as participações forem ajustadas, podem ocorrer momentos e situações em que alguns colaboradores sejam prejudicados. Para o autor, cada participação deve ser avaliada durante toda a execução do projeto, incluindo a fase de planejamento, verificando se as medidas para evitar os problemas foram devidamente tomadas pelo pesquisador.

Por outro lado, sem a participação não há como realizar a Pesquisa-Ação. Thiollent & Colete (2020) apontam que, para estimular a participação e promover as mudanças preconizadas pelos métodos, proporcionar meios para que a credibilidade dos projetos seja aumentada, exigem uma atenção do pesquisador nos meios pelos quais as ações serão tomadas. Em relação a confiabilidade e anonimato, Melo, Maia Filho & Chaves, (2016), alertam que nem sempre é possível controlar e garantir que estes aspectos serão mantidos. Para estes autores é necessário deixar isso claro durante o planejamento e execução da pesquisa, e é papel do pesquisador conduzir as negociações e discussões antes mesmo de iniciar os trabalhos.

A partir da fala dos autores citados, em relação aos aspectos éticos envolvidos na Pesquisa-Ação, fica evidente que o planejamento é uma etapa fundamental. Ela deve envolver não só os aspectos jurídicos de concessão para a realização da pesquisa, mas deve também envolver todo o planejamento de como o pesquisador vai estar dentro do contexto pesquisado, como vai ser a abordagem com os participantes e tomando sempre o cuidado para que

as ações sejam realmente realizáveis e atendam as demandas. Na seção seguinte, traremos exemplos da Pesquisa-Ação aplicada à economia criativa em diferentes contextos: turismo, cidadania e economia artesã. Nela será possível ter uma ideia mais concreta do desenvolvimento de uma Pesquisa-Ação, incluindo as ações do pesquisador e etapas da pesquisa.

■ APLICAÇÕES E ILUSTRAÇÕES

Aplicação I - Pesquisa-Ação, Economia Criativa e Turismo

Veremos agora um estudo realizado através da Pesquisa-Ação inserido no contexto da economia criativa. Sangchumnong (2018) utilizou-se da Pesquisa-Ação para auxiliar o desenvolvimento do turismo sustentável na comunidade de manguezais de Klong Kone, no centro da Tailândia. O objetivo principal da pesquisa foi investigar as atrações turísticas, identificar os problemas desse destino turístico e discutir possíveis soluções para tais. Seguindo os passos da Pesquisa-Ação, a primeira etapa consistiu na identificação dos problemas através de coleta de dados via questionários e grupos focais, englobando 357 moradores, 15 líderes comunitários e 400 turistas. Foi realizada uma amostragem estratificada proporcional que garantiu representatividade de toda a comunidade envolvida, dividindo os participantes por gênero e vilas. Vale ressaltar que, em paralelo a essa primeira etapa, Sangchumnong (2018) fez um levantamento com a comunidade para identificar os recursos turísticos dentro de cada vila que a compunha. A partir da identificação dos problemas, a pesquisa seguiu para a segunda etapa, na qual buscou-se soluções para os problemas identificados. Assim, as ações adotadas perpassam por um treinamento dos líderes comunitários em desenvolvimento comunitário usando a economia criativa, marca de destino turístico e desenvolvimento sustentável, associado com visitas a comunidades de referência na gestão de turismo sustentável. Em seguida, realizaram discussões para criar um plano adaptado à realidade local, assegurando que todos os dados fossem validados pelos participantes. A partir do consenso dos atores envolvidos as ações para o turismo sustentável dentro da economia criativa foram traçadas. Para deixar mais concreto sobre quais tipos de problemas identificados e ações traçadas para a melhoria do turismo sustentável, na tabela 1 foram elencados alguns dos problemas identificados, bem como algumas ações finais adotadas.

Principais problemas encontrados	Principais ações traçadas
Dificuldade na comunicação e falta de capacitados para apresentar o local	Treinamento de guias locais para melhor atendimento ao turista
Pouca divulgação sobre o local.	Treinamento de guias locais para adquirir habilidades proficientes na língua inglesa
Baixa exploração de outros potenciais recursos turísticos	Promover Festival anual de Pasta de Camarão e Frutos do Mar**
Degradação ambiental e alteração no estilo de vida da comunidade.	Estratégias para incentivo de viagens em grupo, concentrando-se em outros potenciais turísticos da comunidade como ecossistema de manguezais, atividades aquáticas e no estilo de vida único das aldeias.

Fonte: Sangchumngong (2018) . ** Especialidades da região.

Aplicação II - Pesquisa-Ação, Economia Criativa e Cidadania

O estudo de Charin Mangkhang et al. (2024) apresenta uma abordagem diferenciada sobre economia criativa através da Pesquisa-Ação. Ele explora a integração da economia criativa na educação para promover a cidadania sustentável entre estudantes do ensino secundário em zonas especiais de desenvolvimento econômico no norte da Tailândia. Diante dos desafios nacionais, como a transição digital e questões ambientais, o estudo utiliza a Pesquisa-Ação para propor estratégias de gestão de aprendizagem que conectem práticas educacionais aos valores culturais locais e às necessidades regionais. O objetivo central foi capacitar os jovens com habilidades criativas, incentivar a consciência cidadã sustentável e prepará-los para contribuir com o desenvolvimento socioeconômico sustentável de suas comunidades.

A pesquisa envolveu três grupos populacionais principais: especialistas em ensino de estudos sociais (professores e educadores), avaliadores de inovações educacionais (supervisores e especialistas em gestão de aprendizagem) e estudantes do ensino médio participantes do experimento. A amostra foi composta por 321 pessoas, distribuídas da seguinte forma: 15 especialistas em aprendizagem de economia criativa e 7 avaliadores de inovações, ambos selecionados intencionalmente, e 299 estudantes do ensino médio, escolhidos por amostragem aleatória simples. Para o desenvolvimento do estudo os autores se valeram das seguintes etapas:

1. Estudo Documental a partir de documentos, livros, periódicos e outras fontes secundárias que aparecem no banco de dados para coletar informações sobre a gestão da aprendizagem da economia criativa

(GAEC). Os dados obtidos foram usados para analisar melhor as questões educacionais.

2. Aplicação de entrevista semiestruturada e formulários específicos com os professores e especialistas em gerenciamento de estudos sociais, para obtenção de informações sobre diretrizes para a GAEC promover a cidadania sustentável. Nesta etapa, a partir das informações coletadas, criou-se melhorias nas diretrizes para a gestão da aprendizagem baseada na economia criativa, com o objetivo de promover a cidadania sustentável, utilizando abordagem interdisciplinar e integrada, com a participação ativa de professores, estudantes e membros da comunidade. Durante essa etapa, os professores especialistas avaliaram a eficiência dessas diretrizes e forneceram recomendações para aprimorá-las. Para realizar essa avaliação, foram utilizadas ferramentas específicas voltadas para medir a qualidade da gestão da aprendizagem da economia criativa, garantindo que as diretrizes fossem eficazes e alinhadas aos objetivos educacionais e sustentáveis propostos.
3. Implantação do modelo desenvolvido com os alunos. A intervenção foi feita durante 12 períodos de aula divididos em 4 etapas, através de um plano de aprendizagem que combinou métodos de economia criativa com Abordagem de Ensino cíclica baseada em áreas e atividades da comunidade. A cada etapa, a partir das orientações e discussões, os alunos visitavam as comunidades selecionadas para desenvolverem as atividades elaboradas. Após esse período os alunos responderam a um questionário de avaliação de cidadania sustentável para avaliar a aprendizagem dos alunos sobre cidadania sustentável baseada na economia criativa.

Os resultados do artigo indicaram que o modelo de gestão de aprendizagem baseado na economia criativa foi eficaz em promover a cidadania sustentável entre os estudantes. Os participantes desenvolveram habilidades criativas, consciência ambiental e maior engajamento com suas comunidades locais. O modelo também fortaleceu a integração entre educação e cultura local, conectando práticas de aprendizagem aos valores e necessidades regionais. Além disso, a abordagem colaborativa entre professores, estudantes e membros da comunidade resultou em experiências de aprendizado mais significativas, alinhadas aos princípios do desenvolvimento sustentável, contribuindo para o progresso socioeconômico das zonas de desenvolvimento especial no norte da Tailândia.

Aplicação III - Pesquisa-Ação, Economia Criativa e Economia Artesã

O artigo Hwang (2013) descreve o projeto “*Rethinking the Creative Economy*”, que utiliza a Pesquisa-Ação para desenvolver a economia comunitária de artistas e artesãos no condado de Franklin, Massachusetts. A pesquisa buscou transformar narrativas de carência, dificuldade e marginalização destacadas nesta região, em histórias de empoderamento, valorizando as economias diversas e práticas não capitalistas do local.

As etapas da pesquisa se deram da seguinte forma:

1. Em um primeiro momento os pesquisadores trabalharam com artistas e artesãos locais para redefinir conceitos econômicos tradicionais, usando ferramentas como o diagrama do “iceberg” da economia diversa, que destaca práticas econômicas visíveis e invisíveis. A partir daí, realizaram treinamentos colaborativos para capacitar os participantes a mapearem seus próprios ativos econômicos e sociais.
2. Nesta etapa foram conduzidas entrevistas com artistas e artesãos, abordando suas percepções de desafios, práticas econômicas e visão de sucesso. Também foram realizados grupos focais para discutir experiências, práticas comunitárias e ideias para o desenvolvimento da economia local.
3. Através de reuniões e workshops, foram realizadas práticas não capitalistas, como trocas, cooperação e redes comunitárias de apoio, buscando expandir a percepção de valor econômico para além do capital monetário. A partir desses encontros, foram criadas soluções baseadas nos conhecimentos e nas práticas dos participantes como: criação de parcerias locais entre artistas, empresas, organizações culturais e entidades públicas; apoio mútuo em redes de “*bartering*”, onde serviços e produtos são trocados sem depender de capital monetário direto e estratégias para aumentar a visibilidade e sustentabilidade dos artistas por meio de ações comunitárias e parcerias locais.
4. Nesta última etapa, através de reuniões comunitárias, os resultados da pesquisa, a partir de novas entrevistas realizadas com os artesãos sobre os impactos das ações desenvolvidas, foram apresentados com foco na criação de narrativas que reforçam os ativos locais. Para além da apresentação de resultados, os encontros finais tiveram como objetivo reforçar a importância da disseminação do conhecimento dentro e fora da comunidade em questão.

O artigo demonstra como a Pesquisa-Ação pode ser uma ferramenta poderosa para fortalecer economias criativas locais, promovendo autonomia e qualidade de vida. A valorização de práticas não capitalistas permitiu que os artistas e artesãos redefinissem seu papel econômico, transformando a narrativa de marginalização em agência e empoderamento.

REFERÊNCIAS

- BARBIER, R. **A pesquisa-ação**. Brasília, DF: Liber Livro Editora, 2007. Apud SILVA, A. A. de F.; OLIVEIRA, G. S. de; ATAÍDES, F. B. **Pesquisa-ação: princípios e fundamentos**. *Revista Prisma*, v. 2, n. 1, p. 2–15, 25 dez. 2021
- BARBOSA, A DE S. et al. **Interprofissionalidade, formação e trabalho colaborativo no contexto da saúde da família: pesquisa-ação**. *Saúde em Debate*, v. 46, n. spe5, p. 67–79, 1 dez. 2022.
- BURLE, C. et al. **“O povo cuidando do povo”: Agentes Populares na promoção de territórios mais sustentáveis e saudáveis**. *Saúde em Debate*, v. 48, n. spe1, 1 ago. 2024.
- CORRÊA, G. C G.; CAMPOS, I. C. P.; ALMAGRO, R. C. **Pesquisa-Ação: Uma Abordagem Prática de Pesquisa Qualitativa**. *Ensaios Pedagógicos*, v. 2, n. 1, p. 62–72, 12 jul. 2018.
- CHARIN MANGKHANG et al. **Creative Economy Learning Management to Promote Sustainable Citizenship for Secondary School Students in the Upper Northern Special Economic Development Zones, Thailand**. *Higher Education Studies*, v. 14, n. 2, p. 14–14, 24 fev. 2024
- DE FREITAS SILVA, Anair Araújo; DE OLIVEIRA, Guilherme Saramago; ATAÍDES, Fernanda Barros. **Pesquisa-ação: princípios e fundamentos**. *Revista Prisma*, v. 2, n. 1, p. 2-15, 2021.
- DE OLIVEIRA, R. **Diretrizes para a realização da pesquisa-ação: da estrutura às abordagens que impactam sua credibilidade**. *Revista de Administração, Sociedade e Inovação*, v. 10, n. 1, p. 1–13, 23 jan. 2024.
- FREITAS, C. A. M.; SANTOS, A. M. DOS; PRADO, N. M. DE B. L. **Gibbs G. Análise de dados qualitativos**. *Saúde em Debate*, v. 44, n. 125, p. 580–582, jun. 2020.
- HWANG, L. **Rethinking the Creative Economy: Utilizing Participatory Action Research to Develop the Community Economy of Artists and Artisans**. *Rethinking Marxism*, v. 25, n. 4, p. 501–517, out. 2013.
- LEITE, A. L.; LEMOS, D. DA C. **Utilização Da Pesquisa-Ação No Campo Das Ciências Sociais Aplicadas**. *REAd. Revista Eletrônica de Administração (Porto Alegre)*, v. 28, n. 1, p. 64–91, jan. 2022.
- LODI, Marluce Dantas de Freitas; THIOLENT, Michel Jean Marie; SAUERBRONN, João Felipe Rammelt. **Uma discussão acerca do uso da pesquisa-ação em administração e ciências contábeis**. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, v. 13, n. 1, 2017.
- MELO, A. S. E. DE; MAIA FILHO, O. N.; CHAVES, H. V. **Lewin e a pesquisa-ação: gênese, aplicação e finalidade / Lewin and action research: genesis, application and purpose**. *Fractal: Revista de Psicologia*, v. 28, n. 1, p. 153–159, 1 abr. 2016.
- MEYER, Julienne. **Pesquisa-ação**. In: MAYS, Nicholas; POPE, Catherine. **Pesquisa qualitativa na atenção à saúde**. (Tradução Ananyr Porto Fajardo). Porto Alegre: Artmed, 2009.p 135-145.
- SANGCHUMNONG, A. **Development of a sustainable tourist destination based on the creative economy: A case study of Klong Kone Mangrove Community, Thailand**. *Kasetsart Journal of Social Sciences*, fev. 2018
- SILVA, A. A. DE F.; OLIVEIRA, G. S. DE; ATAÍDES, F. B. **Pesquisa-Ação: Princípios e Fundamentos**. *Revista Prisma*, v. 2, n. 1, p. 2–15, 25 dez. 2021.
- SOUZA NETO, R. A. DE et al. **Efeitos dos Softwares de Análise de Dados Qualitativos na Qualidade de Pesquisas**. *Revista de Administração Contemporânea*, v. 23, n. 3, p. 373–394, jun. 2019.
- Thiolent, M. (2018). **Metodologia da pesquisa-ação**. Brasil: Cortez Editora. THIOLENT, M. **Metodologia da Pesquisa-Ação**. São Paulo: Cortez, 2011.

TOLEDO, Renata Ferraz de; JACOBI, Pedro Roberto. Pesquisa-ação e educação: compartilhando princípios na construção de conhecimentos e no fortalecimento comunitário para o enfrentamento de problemas. **Educação & Sociedade**, v. 34, p. 155-173, 2013.

TRIPP, David. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Educação e pesquisa**, v. 31, p. 443- 466, 2005.

THIOLLENT, Michel Jean Marie; COLETTE, Maria Madalena. Pesquisa-ação, universidade e sociedade. **Revista Mbote**, v. 1, n. 1, p. 042-066, 2020.

CAPÍTULO 8

Método Etnográfico: explorando conexões com a Economia Criativa

Adrielle Gonçalves Santos

Danielly Roberta Silva Sant’Ana

■ INTRODUÇÃO

Neste capítulo, será apresentada a etnografia como um método essencial para a compreensão aprofundada de fenômenos sociais, culturais e históricos em contextos naturalmente coletivos. Esses contextos naturalmente coletivos são espaços nos quais os atores sociais interagem de maneira dinâmica, estabelecendo padrões discerníveis de comportamento a partir de usos específicos do espaço, das instituições e das relações sociais. Esses ambientes não são meros cenários estáticos, mas contextos em que os indivíduos constroem arranjos coletivos para o trabalho, lazer, religiosidade, cultura e outras esferas da vida cotidiana. Neles, a coletividade não é imposta, mas emerge das práticas sociais, estruturando formas de pertencimento e organização (Magnani, 2009). Assim, a etnografia não se limita a um lugar fixo, mas investiga como os grupos dão significado aos espaços que habitam e frequentam, revelando os sentidos culturais e as estratégias que orientam sua experiência social (Oliveira; Figueiredo, 2021).

Nesse sentido, “não se pode fazer etnografia de um lugar, mas em um lugar que se torna importante porque recebe um grupo que elabora suas maneiras próprias de viver e lidar com o lugar” (Geertz, 1989 *apud* Oliveira; Figueiredo, 2021, p. 218). Corroborando com esse entendimento, para Clifford (2011), o etnógrafo possui uma relação especial com uma origem cultural ou um “sujeito absoluto”, pois, a tarefa do etnógrafo define-se pela organização de significados já existente e não organizados em um texto com uma única intenção coerente; transformando, assim, as ambiguidades e diversidades de significado da situação de pesquisa em um retrato integrado da realidade.

Dito isso, a economia criativa e a etnografia podem se relacionar de modo estreito, pois a economia criativa, ao girar em torno do capital cultural, simbólico e intelectual, encontra na etnografia uma ferramenta valiosa para compreender as dinâmicas sociais que envolvem a criação, circulação e consumo desses produtos. Tendo em vista que, a etnografia, ao investigar práticas culturais, valores e modos de vida, possibilita uma abordagem aprofundada sobre como comunidades e grupos constroem significados em torno da criatividade e da inovação. Isso permite não apenas identificar potencialidades econômicas em saberes e expressões culturais, mas também garantir que esses processos respeitem e valorizem as identidades e tradições locais, promovendo um desenvolvimento sustentável e socialmente engajado dentro da economia criativa.

Dessa forma, **o objetivo do capítulo é explorar as características fundamentais do método etnográfico e sua aplicabilidade na economia criativa.** A etnografia, como prática de imersão prolongada no campo, permite ao pesquisador desvendar os significados atribuídos pelos sujeitos às suas experiências e práticas sociais. Inicialmente restrito aos estudos antropológicos de populações isoladas e tradicionais, o método etnográfico expandiu seu alcance para diversas áreas, incluindo educação, saúde, comunicação e, aqui em destaque, a economia criativa.

Ao longo do capítulo, serão destacados os fundamentos epistemológicos que sustentam a abordagem etnográfica, considerando autores clássicos e contemporâneos como Angrosino (2009), Geertz (1989), Goldman (2003), Hammersley e Atkinson (2007), Lüdke e André (1986), Magnani (2002; 2009), Malinowski (1978), Mattos (2011) e Uriarte (2012). Também serão abordadas as etapas para a operacionalização do método, ressaltando sua singularidade em relação a outros métodos qualitativos, especialmente pela ênfase na interação direta e na convivência prolongada com os sujeitos investigados.

O capítulo incluirá discussões sobre os desafios éticos e metodológicos inerentes ao uso da etnografia, como as negociações de acesso ao campo, o impacto da presença do pesquisador sobre os sujeitos observados e as limitações decorrentes da subjetividade na interpretação dos dados. Adicionalmente, será dada ênfase especial à aplicabilidade da etnografia no campo da economia criativa, assim, três estudos de caso ilustram como a imersão e a observação etnográficas podem contribuir para a análise e o desenvolvimento de iniciativas nesse setor. O uso do método para desvendar as dinâmicas sociais, culturais e econômicas que caracterizam a economia criativa será apresentado como uma forma de construir um conhecimento mais imersivo e contextualizado sobre a realidade “do outro”.

Ao longo do capítulo, o leitor será conduzido a um entendimento abrangente do potencial analítico da etnografia enquanto método e das competências requeridas para sua aplicação eficaz. Por fim, espera-se que este capítulo contribua para fortalecer o debate sobre a importância da etnografia na construção de conhecimento científico, bem como na sua utilização como uma poderosa ferramenta para a economia criativa, uma vez que fornece um olhar aprofundado para as relações sociais e culturais que moldam o mercado criativo, especialmente em áreas que demandam uma compreensão detalhada das complexidades das interações humanas e das práticas culturais.

■ TEORIAS, CONCEITOS E APORTES METODOLÓGICOS

PARA QUE ESTE MÉTODO É INDICADO?

O método etnográfico envolve uma imersão profunda e prolongada na vida cotidiana daqueles que buscamos compreender, com o objetivo de apreender sua realidade a partir da vivência e da convivência direta de um local naturalmente coletivo (Magnani, 2009; Oliveira, Figueiredo, 2021). Dessa forma, a etnografia busca interpretar uma “leitura” de uma realidade complexa, sendo, na perspectiva de Geertz (1989), como decifrar um manuscrito estranho, desbotado, repleto de lacunas, incoerências, emendas duvidosas e comentários subjetivos.

Nesse ínterim, de acordo com Angrosino (2009), o método etnográfico é especialmente indicado para explorar questões sociais ou comportamentos que ainda não foram suficientemente compreendidos. Para o autor, em situações como essas, a utilização de ferramentas de pesquisa mais estruturadas ou com foco em quantificação pode ser inadequada no início da pesquisa, já que o contexto ainda exige maior familiarização, então é aí que entra a etnográfica. Pois, esse método é valioso quando o objetivo do pesquisador é entender diretamente o ponto de vista dos indivíduos estudados, evitando que suas percepções sejam moldadas por instrumentos e percepções externas.

A etnografia, portanto, permite ao pesquisador uma aproximação inicial que facilita compreender o ambiente de forma mais abrangente que irá permitir a fundamentação de estudos mais específicos posteriormente. Sendo um método multifatorial (conduzido pelo uso de duas ou mais técnicas de coleta de dados), indutivo (descrição acumulada de detalhes), holístico (retrato mais completo possível do grupo em estudo) e que necessita da pesquisa de campo em locais naturalmente coletivos (Goldman, 2003).

COMO ESTE MÉTODO FUNCIONA?

Os primeiros passos para a realização de uma etnografia, segundo Angrosino (2009), começam com um inventário pessoal. Isso inclui uma autoavaliação detalhada, considerando seu estado emocional, saúde física e mental, áreas de competência e limitações, além da capacidade de suspender preconceitos ou ideias pré-concebidas sobre a comunidade estudada, comportamentos ou contextos sociais e políticos. Após essa etapa, deve-se proceder à escolha do campo de pesquisa, evitando campos de pesquisa que possam tornar o pesquisador o centro de discussões e controvérsias. Para isso, é útil optar por um local onde a questão acadêmica em investigação possa ser observada de forma clara e acessível. O campo escolhido deve ser comparável a outros já estudados, mas ainda apresentar aspectos inéditos ou pouco explorados. Além disso, é essencial priorizar um ambiente que ofereça o mínimo de obstáculos de acesso e que não imponha dificuldades desnecessárias à comunidade estudada. Por fim, o pesquisador deve buscar estabelecer vínculos genuínos com os integrantes do grupo, de forma respeitosa e colaborativa.

Concomitantemente, de acordo com Lüdke e André (1986) pode-se pensar o fazer etnográfico a partir de três estágios. Primeiro, explorando para seleção e definição do problema, a escolha do local onde será realizada a pesquisa e o momento de contactar contatos para entrada no campo. Nesse estágio inicial, são realizadas observações preliminares com o objetivo de adquirir maior conhecimento sobre o fenômeno e selecionar os aspectos que serão investigados de forma mais sistemática, permitindo a formulação de hipóteses, que podem ser ajustadas à medida que novos dados são obtidos.

Já a inserção do etnógrafo em campo, segundo Mattos (2011), se caracteriza por uma abordagem flexível, moldada pelo caráter investigativo do pesquisador. Em vez de seguir procedimentos rígidos, os instrumentos de coleta e análise são ajustados ou criados com base nas particularidades do contexto social estudado. O trabalho etnográfico explora tanto as rotinas previsíveis dos indivíduos quanto situações inesperadas que surgem nas interações entre pessoas ou grupos. Assim, o processo de pesquisa se adapta às questões levantadas pelo pesquisador, permitindo uma compreensão mais ampla e detalhada da realidade social investigada.

Por conseguinte, o segundo estágio descrito por Lüdke e André (1986) é o da decisão, em que se busca de forma mais sistemática os dados previamente selecionados como mais relevantes para compreender o fenômeno. Os autores destacam como tipos de dados pertinentes a forma e o conteúdo da interação verbal e não verbal entre os participantes da pesquisa e com o

pesquisador. Além disso, durante a investigação, esses dados observados e coletados podem variar, já que as informações direcionam a coleta de dados.

Assim, o terceiro estágio é o da descoberta, que consiste na explicação da realidade e na busca pelos princípios que sustentam o fenômeno estudado, situando as descobertas em um contexto mais amplo vivenciado e observado pelo etnógrafo. Nesse processo, há uma interação contínua entre os dados empíricos e suas possíveis explicações teóricas, permitindo a construção de um quadro teórico que auxilie na interpretação e compreensão do fenômeno (Lüdke; André, 1986).

QUAIS RECURSOS PODEM SER EMPREGADOS COM ESTE MÉTODO?

Para Malinowski (1935) e Goldman (2003), o campo por muitas vezes permaneceu como uma incógnita, pois os “fatos” não existiam de forma evidente. Dessa forma, o trabalho de campo passa a ser uma atividade criativa e construtiva imersa na realidade estudada, uma vez que os fatos etnográficos não estão previamente dados, assim, eles precisam ser desvendados por meio de um método que permita a descoberta de aspectos invisíveis por meio da inferência construtiva.

De acordo com Angrosino (2009), a etnografia é o resultado de uma triangulação de dados, baseada em três principais habilidades: observação, entrevistas e análise de materiais de arquivo. A observação consiste em perceber atividades e interações das pessoas no campo de estudo por meio dos cinco sentidos do pesquisador, exigindo registros objetivos e uma busca sistemática por padrões. Essa técnica pode ser aplicada de forma discreta ou com participação ativa (observação participante). As entrevistas, por sua vez, envolvem a condução de conversas direcionadas para a coleta de informações. Na etnografia, diversos tipos de entrevistas podem ser utilizados, como as abertas em profundidade, as semiestruturadas e as específicas, como entrevistas genealógicas e histórias orais e bibliográficas. Por fim, a pesquisa em arquivo refere-se à análise de materiais previamente armazenados para fins de pesquisa, serviço ou outros propósitos, sejam eles oficiais ou não oficiais. Esses arquivos podem incluir tanto fontes primárias quanto secundárias.

Assim, como mostram Hammersley e Atkinson (2007), para operacionalizar o método etnográfico, é possível utilizar uma variedade de recursos que incluem ferramentas tradicionais e tecnologias contemporâneas, contribuindo para a coleta, organização e análise eficiente e sistemática dos dados qualitativos. Entre os principais recursos, destacam-se os blocos de notas e diários

de campo, equipamentos de gravação, câmeras fotográficas, computadores e dispositivos móveis que facilitem o registro, o armazenamento e a organização das informações coletadas. Também *software* de análise qualitativa, como o Iramuteq, que desempenham um papel central ao codificar e organizar grandes volumes de dados textuais, visuais e audiovisuais, permitindo a identificação de padrões e relações. Complementarmente, recursos para representação visual, como mapas, diagramas e esquemas, são úteis para ilustrar relações sociais e espaciais, especialmente em estudos envolvendo comunidades e territórios.

QUANDO NÃO USAR O MÉTODO ETNOGRÁFICO?

Segundo Geertz (1989), o método etnográfico exige uma descrição densa, na qual o pesquisador enfrenta estruturas conceituais complexas e muitas vezes desconhecidas. Esse método é mais apropriado para contextos pouco explorados ou onde o conhecimento ainda não está totalmente esclarecido. Assim, de acordo com Angrosino (2009) a etnografia não é indicada para pesquisas com problemas claramente delimitados ou previamente explicados na literatura, já que sua essência é a observação e o desenvolvimento de teorias ainda não documentadas.

Hammersley e Atkinson (2007) destacam que a etnografia busca estudar ações e relatos em contextos cotidianos, evitando ao máximo alterar a rotina dos participantes. Por isso, o método não se aplica a pesquisas que demandam entrevistas altamente estruturadas, situações experimentais ou coleta de dados quantitativos, que são incompatíveis com sua abordagem qualitativa e exploratória. Além disso, o método é mais adequado para grupos pequenos ou contextos específicos, como comunidades tradicionais, devido à necessidade de observação prolongada e envolvimento direto. Para estudos com grandes populações ou abrangência mais ampla, a etnografia pode ser inviável.

Por fim, conforme Angrosino (2009), a etnografia exige a triangulação de dados por meio de observação, entrevistas e análise de materiais de arquivo. Caso o pesquisador opte por não usar algum desses métodos, pode comprometer os resultados da pesquisa, tornando o método etnográfico contraindicado nesse contexto.

O QUE DEVE SER FEITO EM SITUAÇÕES DE IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DE ALGUMA FASE/PRINCÍPIO/PRESSUPOSTO DO MÉTODO?

De acordo com Mattos (2011), o método etnográfico é caracterizado pela flexibilidade e adaptabilidade, uma vez que é guiado pelo senso crítico do

pesquisador, sem seguir padrões rígidos. Os instrumentos de coleta e análise frequentemente precisam ser ajustados ou recriados para atender às condições específicas do campo de pesquisa. Assim, o etnógrafo deve estar preparado para lidar com imprevistos e adaptar sua abordagem às mudanças do contexto social, sem comprometer os objetivos centrais do estudo.

O processo de pesquisa etnográfica, na maioria das vezes, é guiado pelas questões levantadas pelo pesquisador, seja de forma explícita ou implícita. Diante da possibilidade de mudanças inesperadas no cenário de campo, mesmo que resultantes de pequenos acontecimentos, é essencial que o etnógrafo demonstre sensibilidade e esteja disposto a ajustar sua abordagem e métodos. Essa flexibilidade é crucial para garantir que o objetivo inicial da pesquisa possa ser alcançado, mesmo em condições adversas ou imprevistas.

Contudo, se algum princípio fundamental do método, como a imersão prolongada no campo ou a observação direta, não puder ser realizado, é recomendável que o pesquisador considere mudar o enfoque da pesquisa e adotar outro método mais compatível com as limitações enfrentadas. A ausência de elementos-chave da etnografia pode comprometer a qualidade e a validade do estudo, tornando necessária a reformulação da estratégia de pesquisa.

QUAIS OS PRINCIPAIS MÉTODOS QUE SÃO ARTICULÁVEIS COM O MÉTODO ETNOGRÁFICO?

Segundo López (1999), a etnografia como modalidade de investigação usa vários métodos e estratégias. A etnografia supõe uma ampla combinação de técnicas e recursos metodológicos, dando maior ênfase nas seguintes estratégias interativas: a observação participante, onde o pesquisador combina a observação com a participação; entrevistas semiestruturadas ou livres, onde obtém informações a partir da resposta fornecida a perguntas propostas; documentos, podendo esses serem materiais escritos ou impressos; documentos oficiais - incluem registros, horários, atos de reuniões, programações, planejamentos e anotações, relatórios, registros pessoais, manuais, jornais, revistas, levantamento fotográfico, gravações, arquivos, cartas oficiais, livros, promoções festivas, anúncios, roteiros, fichas, vídeo, documentais, folclore, acessório, música e seus instrumentos, indumentária, fatos de imprensa falada, escrita, televisiva; documentos pessoais - diário, escrita criativa, apontamentos, cadernos, cartas, notas pessoais, relato autobiográfico; registro de dados - contemplando categorias e critérios registrando os “*insights*” em relação ao observado; estudo de caso onde, por meio da análise de um caso específico se é observado algumas características que permeiam aquele contexto e

vivência; e histórias orais e bibliográficas onde as informações são obtidas privilegiam a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam acontecimentos, conjunturas, como forma de se aproximar do objeto de estudo.

Assim, “o método etnográfico não se confunde nem se reduz a uma técnica; pode usar ou servir-se de várias, conforme as circunstâncias de cada pesquisa; ele é antes um modo de acercamento e apreensão do que um conjunto de procedimentos” (Magnani, 2002, p. 17).

QUAIS SÃO AS ADVERTÊNCIAS E RISCOS ÉTICOS DA UTILIZAÇÃO DESTE MÉTODO?

Segundo Minayo e Guerriero (2014), normalmente as pesquisas antropológicas e qualitativas, por mais bem fundamentadas que sejam e mesmo atendendo a todas as demandas de um Comitê de Ética, não correspondem a todos os desafios éticos que um pesquisador encontra na sua abordagem empírica. A ética não é algo que se injeta em um projeto já escrito, tão pouco se reduz a procedimentos. Pelo contrário, segundos as autoras, deve estar contida na tessitura do texto desde a elaboração dos objetivos até a publicação dos resultados. Desse modo, o sentido ético das pesquisas que permeiam essas categorias, é caracterizado por seus sentidos humanísticos, inter-relacionais e empáticos.

Para Mattos (2011), um ponto importante a ser considerado quando se busca escrever sobre o outro, de uma maneira em que o ponto de vista dele seja considerado, toca-se num ponto frágil da utilização da abordagem etnográfica: a tentativa de fazer sentido, das maneiras de organização dos outros deve-se observar um modo que não seja comprometedor, não seja invasor, não seja discriminatório, não seja opressor e excludente. Dessa forma, Angrosino (2009) considera que mesmo que um etnógrafo siga cuidadosamente o roteiro institucional de conduta ética, há vários momentos em que pelas características da etnografia, o etnógrafo se depara com questões éticas.

Nesse sentido, Hammersley e Atkinson (2007) citam a necessidade de se observar o consentimento informado dos participantes, pois, segundo eles, é necessário que os participantes devem consentir em serem pesquisados e que eles devem ser livres para se retirar da pesquisa em qualquer momento. O desvio mais considerável desse princípio na pesquisa etnográfica é quando ocorre a observação participante secreta, onde um etnógrafo realiza uma pesquisa sem que a maioria, ou talvez todos, saibam que a pesquisa está ocorrendo. Angrosino (2009), cita que o consentimento informado dessas pes-

soas significa bem mais do que simplesmente entender o que o pesquisador quer “fazer” para elas; é preciso que os informantes compreendam como o seu próprio *feedback* se tornará parte do plano que o pesquisador pode “fazer em conjunto” deles.

Nesse sentido, conforme Minayo e Guerriero (2014) é necessário que o etnógrafo observe o seu comportamento no campo, visando uma postura de respeito para com seus interlocutores, movimento conhecido como “reflexividade”. Além disso, as autoras ressaltam que deve ser observado o cuidado com o envolvimento pessoal dos etnógrafos com os participantes. Segundo elas, há casos de relações de amizade e até mesmo amorosas que foram desenvolvidas durante o processo e isso traz desafios para a interpretação dos fatos e até mesmo um dilema em torno do critério de confidencialidade e confiabilidade na divulgação de informações que são divulgadas em contextos mais íntimos.

Ainda segundo Hammersley e Atkinson (2007), consequências psicológicas podem surgir tanto para os participantes quanto para os pesquisadores, seja durante o processo da pesquisa ou após a publicação dos resultados. A pesquisa pode, por exemplo, gerar ou intensificar a ansiedade dos envolvidos, o que pode ser considerado antiético. Os autores ainda citam que há um grande desafio enfrentado em pesquisas desse gênero, que é a exploração. Segundo eles, é comum que se afirme que a pesquisa costuma envolver a exploração dos participantes estudados, pois muitas vezes eles fornecem informações para embasar os estudos e recebem pouco ou nada em troca daquela contribuição.

Há inúmeros outros riscos e dilemas éticos em pesquisas envolvendo seres humanos, independente do foco. Entretanto, conforme citam Minayo e Guerriero (2014), o pesquisador deve entender a pesquisa como um conteúdo contextualizado e histórico e saber valorizar a hermenêutica do tema ou do fenômeno local, levando em consideração, claro, as vulnerabilidades daquele grupo específico. Angrosino (2009) ainda salienta que a etnografia envolve uma interação muito estreita entre pesquisador e participante. Os princípios éticos que orientam as relações interpessoais devem, portanto, ser uma parte integrante da pesquisa para todos que fazem pesquisa de campo, cuidando para tornar os participantes não mero objetos de estudo, mas parceiros ou colaboradores no processo de pesquisa.

■ APLICAÇÕES E ILUSTRAÇÕES

Aplicação I

Na pesquisa intitulada “Do Barro à Cerâmica: Da etnografia dos saberes à economia criativa”, Souza (2021) objetivou utilizar a etnografia para promover uma transformação social e econômica nas comunidades indígenas Pataxó, em Porto Seguro (BA), por meio do fortalecimento de saberes e práticas culturais locais. A pesquisa buscou não apenas documentar esses saberes, mas também estimular a geração de renda a partir da valorização da cerâmica tradicional como ferramenta emancipatória, utilizando a economia criativa como um canal para a inserção desses produtos no mercado cultural. A aplicação do método etnográfico, neste contexto, teve como foco a participação direta nas práticas culturais da comunidade, destacando a importância da observação participante e da investigação dialógica dentro desse processo, que respeitou as particularidades e a perspectiva cultural da comunidade.

Por meio da etnografia, foi possível compreender as dinâmicas locais, as formas de produção da cerâmica, as relações sociais que envolvem esse saber tradicional e como ele pode ser um ponto de partida para a construção de alternativas econômicas viáveis e sustentáveis. Ao longo da pesquisa, o autor esteve imerso no cotidiano da comunidade, observando as práticas, interagindo com os membros e promovendo a troca de conhecimentos, além da investigação dialógica, que permitiu a criação de um ambiente de aprendizado mútuo e coletivo. A interação constante entre o pesquisador e os membros da comunidade ajudou a fortalecer a reflexão crítica sobre as práticas culturais, transformando-as em instrumentos de resistência e inovação econômica. Além disso, a etnografia contribuiu significativamente para o desenvolvimento de uma análise profunda das questões educacionais, econômicas e culturais da comunidade, fornecendo insumos para uma discussão qualificada sobre políticas culturais e estratégias de inclusão das práticas tradicionais na economia criativa. Além da compreensão de que a cerâmica exerce função crucial enquanto um recurso cultural e econômico viável, inserindo essa prática dentro do contexto das indústrias criativas e estimulando a geração de renda de forma autossustentável. Em síntese, a etnografia aplicada nesse projeto não só possibilitou o mapeamento dos saberes tradicionais, mas também ofereceu uma base sólida para a criação de soluções práticas que contribuíram para a valorização e sustentabilidade econômica para essa comunidade Pataxó, em Porto Seguro.

Aplicação II

A pesquisa de Sousa e Saraiva (2022), intitulada “Economia Criativa, Simbolismo e Cultura Organizacional em uma Comunidade de Negócios: O Beco da Poeira em Fortaleza – Ceará” utilizou o método etnográfico para compreender a dinâmica do Novo Beco da Poeira, um centro comercial informal. Os autores relatam que o método etnográfico foi escolhido por sua capacidade de fornecer uma imersão profunda nas práticas sociais e culturais dos comerciantes e consumidores locais. Assim, a pesquisa envolveu observação participante, entrevistas informais com vendedores e clientes, além da análise do espaço físico, das interações sociais e das estratégias de venda utilizadas no Beco. Os pesquisadores adotaram uma postura de observador ativo, buscando compreender as práticas cotidianas, os simbolismos nas interações e a cultura organizacional que define a dinâmica de negócios nesse ambiente informal.

A aplicação do método etnográfico possibilitou uma análise rica e detalhada da economia criativa, do simbolismo e da cultura organizacional do Beco da Poeira. A imersão no cotidiano do local permitiu observar não apenas as estratégias de venda e os produtos oferecidos, mas também os comportamentos, as crenças e as relações sociais que definem o ambiente comercial. Ao adotar uma abordagem etnográfica, foi possível identificar como os vendedores criam estratégias criativas de exposição e interação, como o simbolismo nas palavras e gestos fortalece a relação com os clientes e como a cultura organizacional, baseada na colaboração e flexibilidade, contribui para o sucesso do Beco como um centro de negócios.

Os resultados demonstraram que a economia criativa no Beco não se restringe apenas à inovação no uso do espaço, mas também envolve a adaptação das práticas comerciais às condições informais do ambiente. O simbolismo, por meio de expressões afetivas e cordiais, estabelece uma identidade coletiva entre vendedores e consumidores. Já a cultura organizacional no Beco é marcada pela flexibilidade e pela adaptação a um mercado altamente competitivo, o que fortalece a sociabilidade local e contribui para a construção de um mercado vibrante e dinâmico. Em termos metodológicos, o uso da etnografia foi essencial para captar essas nuances, pois permitiu uma compreensão holística do Beco, levando em consideração tanto os aspectos visíveis das práticas comerciais quanto os elementos simbólicos e culturais que moldam as interações dentro deste espaço. A pesquisa, portanto, contribui para o entendimento das comunidades de negócios informais e suas dinâmicas criativas, oferecendo uma visão mais profunda sobre as formas de organização e consumo que desafiam as estruturas formais de mercado.

Aplicação III

Silva (2024), em sua tese de doutorado “Cultura Negra e Mercado – Uma Análise Etnográfica da Economia Criativa a partir do Instituto Feira Preta de São Paulo”, utilizou do método etnográfico de maneira imersiva, com a pesquisa sendo conduzida no Festival Feira Preta 2024, em São Paulo, vivenciando as práticas culturais e as interações do público e expositores, registrando as relações socioeconômicas e culturais dentro do evento. A abordagem qualitativa focou em entender como os afroempreendedores e consumidores negros interagem e como esses encontros influenciam a economia criativa voltada para a cultura negra. Além disso, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com expositores e participantes e a observação participante, permitiram uma compreensão mais aprofundada das experiências de afroempreendedores.

Os resultados mostraram que o mercado voltado para a cultura negra tem se expandido significativamente, refletindo uma crescente valorização e consumo de produtos culturais ligados à identidade negra. As práticas de consumo estão fortemente associadas a uma busca por representatividade e pertencimento. Além disso, identificou-se que, embora os afroempreendedores enfrentam desafios relacionados ao financiamento e ao acesso a mercados, há uma forte rede de apoio dentro da comunidade negra, que promove a cooperação e a resistência. O evento também evidenciou que o movimento afroempreendedor é um importante espaço para a construção e fortalecimento das identidades negras, ao mesmo tempo em que impulsiona a economia criativa, criando novas oportunidades de negócios e empoderamento social. Assim, a etnografia enquanto método proporcionou uma visão holística e contextualizada dos fenômenos observados, permitindo compreender de forma mais profunda a construção de identidades culturais negras no mercado e como as práticas de consumo contribuem para a coesão social e cultural dentro da comunidade negra.

REFERÊNCIAS

- ANGROSINO, M. **Etnografia e observação participante**: coleção pesquisa qualitativa. Porto Alegre: Bookman Editora, 2009.
- CLIFFORD, J. **A experiência etnográfica**: antropologia e literatura no século XX. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.
- GEERTZ, C. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989. p. 13-41.
- GOLDMAN, M. Os tambores dos mortos e os tambores dos vivos: etnografia, antropologia e política em Ilhéus, Bahia. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 46, n. 2, 2003.
- HAMMERSLEY, M.; ATKINSON, P. **Ethnography**: principles in practice. London: Routledge, 2007.
- LOPEZ, G. L. O método etnográfico como um paradigma científico e sua aplicação na pesquisa. **Textura**, Canoas, n. 1, p. 45-50, 1999. Disponível em: [online]. Acesso em: 10 jun. 2025.
- LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. **Em Aberto**, Brasília, v. 5, n. 31, 1986.
- MAGNANI, J. G. C. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 17, n. 49, jun. 2002.
- MAGNANI, J. G. C. Etnografia como prática e experiência. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 15, p. 129-156, 2009.
- MALINOWSKI, B. **Argonautas do Pacífico Ocidental**: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné, Melanésia. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- MATTOS, C. L. G. A abordagem etnográfica na investigação científica. In: MATTOS, C. L. G.; CASTRO, P. A. (orgs.). **Etnografia e educação**: conceitos e usos. Campina Grande: EDUEPB, 2011. p. 49-83. Disponível em: [online]. Acesso em: 10 jun. 2025.
- MINAYO, M. C. de S. Ética das pesquisas qualitativas segundo suas características. **Revista Pesquisa Qualitativa**, São Paulo, v. 9, n. 22, p. 521-539, 2021. Disponível em: [online]. Acesso em: 10 jun. 2025.
- MINAYO, M. C. de S.; GUERRIERO, I. C. Z. Reflexividade como *ethós* da pesquisa qualitativa. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, p. 1103-1112, 2014. Disponível em: [online]. Acesso em: 10 jun. 2025.
- OLIVEIRA, J. S. de; FIGUEIREDO, M. D. de. Os Espaços, as Práticas e as Etnografias nos Estudos Organizacionais Brasileiros. **Farol-Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 8, n. 21, 2021.
- SILVA, P. F. **Cultura negra e mercado**: uma análise etnográfica da economia criativa a partir do Instituto Feira Preta de São Paulo. 2024. 206 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista (Unesp), Marília, 2024.
- SOUSA, C. K. S.; SARAIVA, V. M. L. L. Economia criativa, simbolismo e cultura organizacional em uma comunidade de negócios: o Beco da Poeira em Fortaleza – Ceará. In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS DA ANPAD - EnEO, 11., 2022. [Título do Encontro], 2022.
- SOUZA, P. R. Do barro à cerâmica: da etnografia dos saberes à economia criativa. **Abatirá - Revista de Ciências Humanas e Linguagens**, Gurupi, v. 2, n. 3, p. 426-441, 2021.
- URIARTE, U. M. O que é fazer etnografia para os antropólogos. **Ponto Urbe - Revista do Núcleo de Antropologia Urbana da USP**, São Paulo, n. 11, 2012.

CAPÍTULO 9

Investigando memórias: o método da História Oral na autogestão, cultura e trabalho

Cainã Cindra Castro
Juliana Paula Gonçalves

■ INTRODUÇÃO

A História Oral surge como método de pesquisa por meio do reconhecimento da oralidade na construção do conhecimento histórico. Essa metodologia, que ganhou força na segunda metade do século XX, acompanhou o desenvolvimento de tecnologias de gravação e a crescente valorização da diversidade de experiências e perspectivas (Hodge; Costa, 2011). Por meio da contraposição e complementação à pesquisa tradicional do campo científico da História, que, principalmente, se baseia em documentos escritos e oficiais (Ferreira, 2002; Prost, 2012), a História Oral desafia a visão hegemônica, ampliando o escopo das fontes e dos sujeitos históricos. A oralidade como elemento central coloca em evidência as experiências, redobrando a importância da memória, de indivíduos e grupos sociais que foram silenciados e marginalizados pela história tradicional (Alberti, 2004), dando capacidade de dar voz aos grupos marginalizados, como minorias étnico-raciais, trabalhadores, mulheres e comunidades rurais. Assim, a História Oral contribui para a construção de uma história mais inclusiva e democrática, onde é possível acessar interpretações dos eventos históricos que não se encontram nos documentos escritos, enriquecendo, assim, a compreensão do passado (Ferreira, 2002).

Este capítulo tem como objetivo apresentar e discutir a metodologia da História Oral, explorando seus fundamentos, aplicações, desafios e conexões com outras áreas do conhecimento. Ao longo do texto serão apresentados ao leitor alguns dos primeiros direcionamentos em relação à História Oral, as etapas de pesquisa que envolvem o método — desde o planejamento até a divulgação dos resultados —, o uso de recursos tecnológicos, desafios metodológicos, articulações com métodos de pesquisa e questões éticas inerentes

à pesquisa em História Oral, e, finaliza com exemplos de aplicação do método como possibilidade à economia criativa. Assim, a obra busca contribuir para a compreensão da História Oral como um método de pesquisa fundamental para a valorização da diversidade de experiências humanas e para a construção de uma história mais plural e democrática.

■ TEORIAS, CONCEITOS E APORTES METODOLÓGICOS

PARA QUE ESTE MÉTODO É INDICADO?

Para Alberti (2004), a História Oral é indicada principalmente para dar voz a grupos marginalizados e silenciados pela história tradicional. Permite registrar e analisar as experiências de comunidades como minorias étnicas, trabalhadores, mulheres, populações rurais e imigrantes, cujas perspectivas frequentemente não são representadas nas narrativas históricas dominantes. Além disso, esse método contribui para a preservação da memória e da identidade desses grupos (Portelli, 1997; Thompson, 2002).

A História Oral também é indicada para abordar temas e eventos a partir de múltiplas perspectivas, oferecendo uma visão mais rica e plural da história (Portelli, 1997; Thompson, 2002; Meihy, 2005). Ademais, sua metodologia possibilita uma interação mais próxima entre pesquisador e sujeito da pesquisa, por meio de entrevistas que geram um diálogo produtivo. Isso importa porque a cooperação entre os participantes e organizadores possibilita a convergência do narrador e oralista para a problematização de temas necessários para a pesquisa, se tornando um meio de aprofundamento ao assunto (Gattaz; Meihy; Seawright, 2019). Por fim, o método complementa e questiona fontes tradicionais. Ao trazer memórias e experiências como contraponto aos documentos escritos, amplia as possibilidades de análise, especialmente em temas contemporâneos (Portelli, 1997; Thompson, 2002; Meihy, 2005).

COMO ESTE MÉTODO FUNCIONA?

Alberti (2004) e Meihy (2005) oferecem abordagens complementares à metodologia da história oral. Enquanto Alberti se aprofunda nos aspectos práticos da pesquisa, detalhando cada etapa, Meihy explora as dimensões conceituais e epistemológicas da história oral, discutindo seus desafios e potencialidades. A leitura conjunta das duas obras proporciona uma compreensão abrangente da história oral, contribuindo para a formação de pesquisadores e a realização de pesquisas de excelência. No entanto optamos por apresentar a construção

a partir do segundo autor que inclui resgatar vozes frequentemente excluídas das narrativas tradicionais.

O processo não se limita à coleta de depoimentos, ele inclui etapas fundamentais de transcrição, análise e contextualização das narrativas em diálogo com outras fontes e documentos, além da devolutiva final para os participantes e sociedade. Para isso, o primeiro passo para aplicar o método da História Oral é o planejamento detalhado da pesquisa. Nesta fase, define-se o tema, os objetivos e o escopo do estudo, além de identificar o público-alvo que será entrevistado. É essencial definir a forma da mediação metodológica, já que dependendo do tema e do público as formas metodológicas irão variar. Meihy (2005) caracteriza em sua obra três vias de mediação metodológica: História Oral de Vida, História Oral Temática e Tradição Oral. A História Oral de Vida destaca-se por explorar as trajetórias individuais, analisando escolhas e os significados atribuídos aos eventos pelos próprios narradores. Já a Tradição Oral busca apreender um conhecimento a partir da transmissão de saberes, valores e crenças que revelam a visão de mundo de comunidades através de manifestações como mitos, lendas e canções. Por último, a História Oral Temática busca definir um tópico a ser debatido, articulando com outros documentos e fontes, de maneira a esclarecer e aprofundar sobre o fenômeno de estudo. Definido, qual vertente seguir segue-se a elaboração de um roteiro, orientado por uma pesquisa preliminar sobre o tema e os entrevistados, e também a organização logística, cronograma, orçamento e recursos necessários, visando a execução dos aspectos operacionais da pesquisa.

Antes de iniciar as entrevistas, a equipe deve realizar um estudo aprofundado sobre o contexto histórico e o tema da pesquisa, pode-se optar em preparar um roteiro personalizado para cada entrevistado, considerando sua trajetória de vida e suas experiências. E por isso, é importante a formação e capacitação da equipe de trabalho, já que uma equipe bem estruturada geralmente inclui entrevistadores, transcritores e pesquisadores, que precisam ser treinados para garantir a qualidade e a padronização dos procedimentos. A realização das entrevistas é um momento central no método da História Oral. A interação entre entrevistador e entrevistado deve ser baseada na confiança mútua, permitindo que o entrevistado construa sua narrativa com liberdade. O roteiro serve como guia, mas deve ser flexível para explorar questões que surjam espontaneamente durante a conversa. Após a gravação, o material é transcrito, preservando as características da oralidade, como pausas e repetições, para garantir a autenticidade dos relatos. Em seguida, o material é tratado e organizado em acervos, com indexação e catalogação temáticas, o que facilita a análise e o acesso futuro. E, finalmente, a análise das entrevistas

busca identificar padrões, contradições e diferentes perspectivas, contextualizando as narrativas em seus aspectos históricos e sociais. Portanto, o método da História Oral, quando aplicado com rigor, se consolida como uma ferramenta poderosa para dar voz a diferentes sujeitos históricos, preservando suas memórias e construindo uma História que valoriza a diversidade das experiências humanas.

QUAIS RECURSOS PODEM SER EMPREGADOS COM ESTE MÉTODO?

Alberti (2004) indica e destaca a importância de diversos recursos para a prática da história oral, em conformidade com os objetivos e planejamentos. É conveniente que o pesquisador disponha de equipamentos de gravação que possam englobar a utilização de filmadoras, equipamentos de reprodução, materiais de escritório, softwares e recursos humanos. Nesse contexto de organização do pesquisador (Meihy; Holanda, 2015) as fichas de acompanhamento e controle do projeto auxiliam na organização dos dados, contatos com entrevistados, transcrições e o andamento das etapas do projeto, garantindo um controle sistemático da pesquisa

As ferramentas digitais e as novas tecnologias são novas possibilidades para o método da História Oral como os softwares de edição de áudio e vídeo, de transcrição, entre outros. Entre os softwares se destaca o [®]Nvivo, onde através das ferramentas de codificação o pesquisador pode classificar e agrupar informações, facilitando a identificação de padrões. E ainda oferece ferramentas de visualização, como nuvens de palavras e mapas de árvore, que auxiliam na compreensão dos resultados de pesquisa. Sendo assim é um dos mais utilizados pelos brasileiros, principalmente nas ciências da saúde e ciências sociais, sendo eficaz na organização, codificação e na visualização de dados (Victorasso; Oliveira 2024). É relevante ressaltar que a qualidade da pesquisa depende da metodologia e da interpretação do pesquisador, o software é somente um facilitador do processo de análise.

QUANDO NÃO USAR O MÉTODO ESCOLHIDO POR VOCÊ?

O método da História Oral apresenta a memória como elemento central da pesquisa. Contudo, a memória é seletiva, fragmentada e sujeita a diferentes interpretações ao longo do tempo, sendo influenciadas por emoções, contextos sociais ou mudanças na percepção dos entrevistados, dificultando a reconstrução precisa do passado (Halbwachs, 1990; Joutard, 2000). A narrativa

oral carrega em si uma subjetividade inerente. Essa subjetividade, embora inevitável, deve ser encarada como um ponto de análise, sem a pretensão de neutralidade absoluta por parte do pesquisador (Ricoeur, 2000). Portanto, deve-se definir qual o grau de subjetividade que a pesquisa pretende trabalhar e discutir para a compreensão do fenômeno estudado.

Deve-se observar, também, a influência que o entrevistador pode exercer no depoimento. Desde a formulação das perguntas até as interações no momento da entrevista, o pesquisador deve buscar minimizar interferências que possam alterar o conteúdo narrado (Joutard, 2000). Alberti (2004) também defende que, apesar de suas limitações, a História Oral é uma ferramenta poderosa, desde que utilizada com rigor metodológico, triangulação de fontes e uma abordagem ética que valorize as subjetividades envolvidas. Sendo assim, podemos observar que o método da História Oral pode não ser indicado quando outras fontes, como documentos escritos ou fotográficos, oferecem informações mais completas e precisas, ou quando a pesquisa exige um alto grau de objetividade e distanciamento crítico, algo dificultado pela subjetividade inerente às narrativas orais (Halbwachs, 1990). Há também restrições de tempo e recursos que podem inviabilizar a coleta e análise de dados, tornando a metodologia inviável em certos contextos (Perks; Thomson, 2016).

O QUE DEVE SER FEITO EM SITUAÇÕES DE IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DE ALGUMA FASE/PRINCÍPIO/PRESSUPOSTO DO MÉTODO?

A História Oral envolve fases específicas, sendo algumas mais difíceis de aplicar devido a limitações tecnológicas e sociais. Meihy (2005) divide o processo em cinco etapas: elaboração do projeto, gravação, confecção de documento escrito, análise e devolução. Dentre estas, este tópico foca nas fases de gravação e devolução, que são essenciais para o método.

A gravação é central para a história oral, já que se baseia em entrevistas realizadas ao longo de um período para capturar o fenômeno e contemplar os objetivos de pesquisa (Ritchie, 2014). A utilização de equipamentos tecnológicos para gravação evoluiu com o tempo, mas a ausência dessa tecnologia pode comprometer a captura precisa do conteúdo, o ritmo da fala e outros detalhes importantes. Nesse caso, outras alternativas, como anotações e memorização, podem ser usadas, embora apresentem riscos relevantes. A falta de recursos tecnológicos pode dificultar a aplicação do método, mas pode ser compensada por outras técnicas, como a observação participante, que permite ao pesquisador se envolver com a comunidade e obter uma

compreensão mais profunda das questões abordadas pelos entrevistados (Spradley, 1980). No entanto, essa abordagem exige tempo e recursos que são muitas vezes escassos.

A devolução é uma fase igualmente crucial, pois envolve a organização e o arquivamento público do material coletado (Ritchie, 2014). Embora não seja obrigatório, o compartilhamento do acervo pode ser feito por meio de repositórios simples, com transcrição e textualização dos relatos. A falta de um acervo acessível não invalida uma pesquisa de história oral (Shopes, 2014), desde que o engajamento com a comunidade e a pesquisa sejam mantidos. A impossibilidade da devolução e transformação social pode ocorrer pela escolha das vias da história oral, seja como método ou metodologia (Meihy, 2005) ou com base em diferentes princípios da história oral em seu desenvolvimento teórico (Hodge e Costa, 2021). Contudo, um efeito que pode acontecer é fetichizar o processo, e utilizar as histórias com fins restritos à academia ou a um fim mercadológico (artigos, eventos, status, carreira, etc.).

A memória, como princípio da história oral, é vista tanto como fonte de identidade quanto como um fenômeno dinâmico, sujeito a esquecimentos, distorções e transformações (Ricoeur, 2004; Portelli, 2006). A memória não é uma representação fiel da realidade, mas uma construção influenciada por experiências pessoais e sociais (Meihy, 2005). Muitas vezes existe o entendimento de que deve-se selecionar elementos que representem fielmente a realidade vivida, o que de fato a memória não irá corresponder, porque a perspectiva desde o início tem de ser compreendida fora da neutralidade (Thompson, 1992), que a escolha da memória enquanto um meio de apreensão da realidade é possível e que ela é construída a partir de elaborações, seleções e impressões.

QUAIS OS PRINCIPAIS MÉTODOS QUE SÃO ARTICULÁVEIS COM O MÉTODO ESCOLHIDO POR VOCÊ?

Dentre os métodos de pesquisa que se articulam com História Oral se destacam a Pesquisa Documental, a Análise do Discurso e de Conteúdo. A pesquisa documental consiste em revisar e avaliar documentos em diversos formatos, como textos, imagens e áudios, com objetivos específicos (Bowen, 2009; Silva, 2020). Meihy (2005) destaca três possibilidades de interação entre os métodos: quando não há documentação, quando existem versões alternativas da história oficial ou quando se deseja criar uma nova narrativa. A história oral pode preencher lacunas deixadas pela documentação histórica, podendo também ocorrer ao contrário, com a documentação complementando

a história oral, em um processo chamado triangulação (Brisola; Marcondes, 2011; Creswell, 2014). Essa combinação de fontes reforça os argumentos da pesquisa com evidências variadas, preenchendo lacunas ou apresentando novos temas.

A análise do discurso e de conteúdo são métodos importantes para interpretar as entrevistas orais, extraindo significados e categorizando informações (Gonçalves, 2016; Bardin, 2011). A análise de conteúdo possui como característica a extração de significados e significantes lexicais (Chizzotti, 2010), de maneira a produzir inferências a partir da codificação e categorização (Bardin, 2011). Já a análise do discurso propõe descobrir a relação entre estrutura social e o discurso de quem o profere, porque as condições que lhe são apresentadas modelam e orientam não somente a pessoa que discursa mais o receptor (Rocha; Deusdará, 2005). Portanto, a partir dos dois caminhos possíveis, pode-se tratar e analisar o resultado da transcrição a partir da discussão sobre a estrutura social e a ideologia que está presente e se transfere para o discurso na entrevista coletada.

QUAIS SÃO AS ADVERTÊNCIAS E RISCOS ÉTICOS DA UTILIZAÇÃO DESTE MÉTODO?

A História Oral envolve questões éticas essenciais para a promoção, registro e interpretação da memória (ABHO, 2020). A sua pesquisa exige cuidados especiais, já que podem existir temas sensíveis, tanto influenciados pelas emoções do pesquisador quanto do entrevistado, que afetam o controle do discurso e a qualidade do material obtido. Uma participação pode gerar tanto o orgulho de ver o resultado da sua colaboração, mas também os possíveis riscos de tópicos sensíveis e privados. O discurso não é totalmente controlado pelas pessoas, visto que envolve uma dinâmica errática no lidar com a memória e o passado, selecionando o que pensar e agir. Inversamente, o envolvimento que o pesquisador se dá com o entrevistado, pode gerar o seu engajamento com o ambiente e com as possíveis emoções evocadas. Esta relação pode até afetar a qualidade do material pesquisado, seja pela seleção de trechos que engaja, que simpatiza ao pesquisador, o que pode afetar as evidências argumentadas. Portanto, há a necessidade de uma relação pautada pela responsabilidade com o produto gerado durante este momento (Amado, 1997). O pesquisador deve ser fiel às palavras dos colaboradores, explicar claramente os objetivos da pesquisa, e garantir um ambiente onde os participantes possam impor limites e tomar decisões (Portelli, 1997). Por último, a devolução do trabalho é uma questão ética muito importante, seja

pela entrega da pesquisa à comunidade ou da participação da mesma nas etapas de planejamento e execução. Visto que, ao agregar a visão dos colaboradores, a mesma pode auxiliar no resguardo de um resultado final que seja a participação desinteressada e não engajadora com a promoção do conhecimento (Amado, 1997).

■ APLICAÇÕES E ILUSTRAÇÕES

Com objetivo de apresentar a História Oral a partir de uma aplicação, o recorte que será apresentado terá exemplos de estudos organizacionais que podem auxiliar na economia criativa. A economia criativa baseia-se nos aspectos culturais que emergem da sociedade. A cultura se tornou relevante no século XXI enquanto produtora de valor, e que se tornou alvo não somente da economia, mas dos mais variados campos do conhecimento e de *police makers*. Assim, a economia criativa lidará com bens e serviços baseados em textos, símbolos e imagens que assentam no talento ou na habilidade individual que abarcam desde o artesanato tradicional às indústrias culturais. Este setor é considerado um dos mais proeminentes do mundo em crescimento e produção de valor (Miguez, 2007; Dalla Costa; Souza-Santos, 2011; Castro; Figueiredo, 2016).

Serão apresentados três casos de aplicações da metodologia da História Oral que contribuem tanto para o enriquecimento metodológico, como a relação com a economia criativa, destacando a importância de ouvir e valorizar as experiências individuais e coletivas para compreender fenômenos econômicos e sociais. O primeiro trabalho, denominado *A racionalidade substantiva das práticas de autogestão: uma análise sobre as dinâmicas organizativas de mulheres na economia solidária sob a perspectiva da História Oral*, buscou utilizar o conceito racionalidade substantiva de Alberto Guerreiro Ramos para mostrar formas orgânicas de organização administrativa e social dentro de alguns grupos. A pesquisa teve caráter exploratório e interpretativo, onde aplicou a História Oral Temática como técnica para guiar as entrevistas semiestruturadas e realizar análise do discurso a partir delas. O contexto se passa sobre um conjunto de mulheres artesãs e agricultoras que veem as transformações do mundo social e do trabalho a partir dos novos cenários de crise. Dentro da administração, a racionalidade instrumental pode se tornar um meio de opressão para a produção de vida e emancipação a partir do trabalho. E é nesse contexto que mulheres se organizaram a partir do seu lugar, em uma avaliação de suas dinâmicas biológica e social na geração de valores não somente materiais, como também valores coletivos, com respeito

às diferenças, cultivando as relações interpessoais e de aprendizagem com a circulação de informações. O trabalho dessas mulheres teve como cerne a vida social entre todas elas, assim como suas famílias, não se tornando um simples ponto de encontro para a produção (Soares; Rebouças; Lázaro, 2020).

A utilização da História Oral como perspectiva metodológica teve como base o enfoque de vozes que muitas vezes são esquecidas e invisibilizadas, permitindo uma crítica aos estudos organizacionais e da própria prática administrativa das organizações. Portanto, por meio do relato de reivindicações, críticas, formas de organização que fogem do centro de discussão, abre possibilidades de se pensar novas formas de se gerir socialmente. Assim, os relatos obtidos por meio desta pesquisa que escolheu a História Oral como metodologia, viraram uma oportunidade de se apreender o empírico e o particular que rompe com princípios e parâmetros hegemônicos.

O segundo trabalho teve como plano de fundo as mobilidades que estão presentes no mundo atual, e como o turismo se entrelaça nesses fluxos, especificamente no turismo gastronômico. A pesquisa, denominada *Gastronomia da italianidade: diversidade, tradição e inovação em Antônio Prado, Brasil*, buscou apreender e discutir sobre as mudanças nos pratos tradicionais a partir das novas mobilidades presentes no espaço geográfico. Para isso, os autores escolheram o festival gastronômico Noite Italiana e os responsáveis pelos restaurantes integrados a este circuito. Utilizaram de entrevistas semiestruturadas com sete mulheres, que eram reconhecidas pela própria comunidade local. As entrevistas se deram tanto em grupo como individualmente, abordando aspectos das práticas alimentares cotidianas desde a infância, casa, festas familiares, religiosas e turísticas. O processo de análise avaliou as entrevistas a partir de dois princípios orientadores da economia criativa, que é a inovação e diversidade cultural (Gastal *et al*, 2017).

Como resultado verificou-se que o imaginário da comida tradicional, que traduz e leva à “italianidade” para os turistas, na verdade hibridizou-se no processo de trocas culturais. Assim, a inovação surgiu por meio da ressignificação dentro de um espaço social diferente do que era o usual anteriormente. Isso se deu na forma de plantar, falar, da característica produtos locais, a forma como a industrialização estava presente, e que nessa conjuntura a própria “italianidade” tem que se transformar de acordo com diferentes momentos e geografias. Contudo, a manteve a partir do imaginário do que seria oferecer uma comida italiana de fato (Gastal *et al*, 2017).

Por último, a pesquisa com os catadores da ASMARE (Associação dos Catadores de Papéis, Papelão e Material Reaproveitável), localizada em Belo Horizonte, Minas Gerais, buscou descrever o processo de luta e resistência

nos processos organizacionais, onde sujeitos sociais marginalizados estão envolvidos e vivem as consequências diferenciais de valorização e promoção do trabalho. Portanto, apreender o processo das trajetórias de vida, de pessoas “comuns” por meio da História Oral, realçaria o vivido e cotidiano, mostrando a complexidade e as diferenciações que aparecem na invisibilidade e exclusão social. Esta pesquisa possibilitou uma coleta rica em informações, complementando documentos oficiais da própria ASMARE e dos órgãos públicos, evidenciando necessidades organizacionais dentro do cotidiano dos catadores e preservando a sua memória. Para isso foram coletados nove relatos, e para seu tratamento utilizaram a análise do discurso, de maneira a compreender a origem e as construções ideológicas da produção social (Sousa *et al*, 2019).

Os relatos dos catadores puderam demonstrar os gargalos que atingiram seus processos de organização, pela falta de reconhecimento, hostilidade e perseguição vindas do Estado. Somente a parte da mediação da Pastoral da Rua entre catadores e Estado permitiu um maior desenvolvimento do trabalho. A partir disso, a formalização por meio de uma associação permitiu acesso a políticas públicas e recursos financeiros. Outro elemento importante foi a ressignificação da função de catadores como agentes ambientais, construído pelos discursos de sustentabilidade e proteção ao meio ambiente. Entretanto, esta mudança por meio do discurso sustentável não acompanhou uma valorização e proteção trabalhista e ambiental por falta de suporte e reconhecimento legal. E é neste íterim que as contradições aparecem já que existe a inclusão econômica e de elevação da autoestima dos catadores envolvidos, mas as condições que os apresentam ainda são precárias (Sousa *et al*, 2019).

A principal escolha dessas pesquisas foi mostrar formas de organização social, que muitas vezes são invisibilizadas ou preteridas, que pudessem contribuir com elementos necessários para a inovação de um circuito de produção. A metodologia da História Oral permitiu adentrar em questões do vivido, que muitas vezes ainda não estão materializadas ou estão em processos de serem materializadas dentro do campo da administração. Por exemplo, as questões de gênero, de inclusão social, em que a diversidade dos grupos mostra novas formas de organizar o trabalho a partir de assimetrias sociais.

A terceira pesquisa demonstrou aspectos relevantes sobre o trabalho de pessoas que estão em situação de marginalização social pelas necessidades políticas ou sociais (Silva, 2021). Pode-se ver o impacto que a sustentabilidade tem na contemporaneidade e como as relações de trabalho devem ser avaliadas para não se fetichizar trabalhadores em cadeias produtivas (Marques, 2020). A economia criativa tem grande impacto para pessoas que estão fora dos ramos tradicionais da indústria, onde são encontrados cenários de lutas e

resistências políticas (Costa, 2019). Particularmente, pode-se ver uma grande junção entre economia criativa e reciclagem, tanto como forma de gerar valor para os trabalhadores catadores, como também para pensar uma nova forma de fazer economia e tecnologia. Não focando somente no design e produção criativa na alta tecnologia, mas o que pode ser *circular* dentro de uma cadeia de produtos. O cenário da sustentabilidade pode ser um dos elementos importantes no cenário da inovação e contribui de maneira positiva à sociedade.

Já os dois primeiros trabalhos buscavam demonstrar as características que podem ser importantes para a inovação, tanto em aspectos individuais, como coletivos, estruturais e geográficos (Silva; Lima, 2020). As relações que acontecem entre indivíduo e sociedade são permeadas por diversas características, sejam econômicas, sociais, ambientais, biológicas e que, na prática, os processos de inovação estão intimamente entrelaçados com este processo (Fernandes, 2021). Neste sentido, as dificuldades encontradas e os caminhos feitos pela economia solidária de artesãs e agricultoras no primeiro caso podem ser elementos a serem considerados dentro de uma política pública, de maneira a fortalecer mecanismos que valorizam e promovem a emancipação do trabalho e da inovação social (Oliveira; Ribeiro, 2022). A segunda pesquisa, que buscou hibridizar a gastronomia, mostrou maneiras de inovação a partir de uma nova conjuntura da cadeia produtiva alimentícia local, presente na nova geografia que o imigrante encontrou (Gonçalves, 2021).

Portanto, essas pesquisas, ao recorrerem à metodologia de História Oral, destacaram a importância de ouvir e valorizar as experiências individuais e coletivas para compreender fenômenos econômicos e sociais de maneira mais profunda. Esse enfoque tem um impacto significativo na economia criativa, pois oferece subsídios para o desenvolvimento de estratégias que integram sustentabilidade, inclusão social e inovação cultural. A economia criativa, sendo uma das áreas de maior crescimento no mundo, encontra nesses estudos exemplos concretos de como práticas culturais e sociais podem gerar valor econômico. Ao dar visibilidade a narrativas de resistência, inovação e hibridização cultural, essas pesquisas ressaltam a relevância de conectar a história, a identidade e a criatividade com a produção de bens e serviços que valorizam tanto as tradições quanto às transformações sociais.

REFERÊNCIAS

- ABHO. Associação Brasileira de História Oral (Rio de Janeiro). **Subsídios sobre ética e história oral**. Rio de Janeiro: 2020. 21 p.
- ALMEIDA, João; Souza, Marina. **Economia circular e o papel da reciclagem**. São Paulo: Editora Sustentável, 2021.
- AMADO, Janaína. A culpa nossa de cada dia: ética e história oral. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 15, 1997.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Edições 70, 2011.
- BOWEN, Glenn A. Document analysis as a qualitative research method. **Qualitative research journal**, v. 9, n. 2, p. 27-40, 2009.
- BRISOLA, Elisa Maria Andrade; Marcondes, Nilsen Aparecida Vieira. A História oral enquanto metodologia dentro do universo da pesquisa qualitativa: um foco a partir da análise por triangulação de métodos. **Revista Ciências Humanas**, v. 4, n. 1, 2011.
- CASTRO, Francisco Gómez; Figueiredo, Luiz Fernando. A economia criativa como proposta de valor nos modelos de negócio. **Navus-Revista de Gestão e Tecnologia**, v. 6, n. 3, p. 111-122, 2016.
- CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.
- COSTA, Fernanda. **Economia criativa e a transformação social: novas perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora Criativa, 2019.
- CRESWELL, John W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens**. Sage publications, 2014.
- DALLA COSTA, Armando João; Souza-Santos, E. R. Economia criativa no Brasil: quadro atual, desafios e perspectivas. **Economia & Tecnologia (UFPR)**, v. 27, p. 151-159, 2011.
- DA SILVA, Jorge Leal; Emmendoerfer, Magnus Luiz; Da Silveira Cunha, Nina Rosa. Análise documental ilustrada em administração pública: uma Proposta operacional (re) aplicável. **Teoria e Prática em Administração**, v. 10, n. 2, p. 23-41, 2020.
- DE FREITAS, Rony Klay Viana; Teixeira, Rivanda Meira. Empreendedorismo sustentável e a identificação de oportunidades: história oral de empreendedores de negócios sustentáveis. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, v. 8, n. 1, p. 122-141, 2014.
- FERNANDES, Lucas. **Inovação e suas dinâmicas sociais: entre o indivíduo e a sociedade**. Porto Alegre: Editora Social, 2021.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. História, tempo presente e história oral. **Topoi**, v.3, n. 5, p.314-332, 2002.
- GASTAL, Susana; Beber, Ana Maria Costa; De Sá, Felipe Zaltron. Gastronomia da italianidade: diversidade, tradição e inovação em Antônio Prado, Brasil. **Revista de Turismo Contemporâneo**, v. 5, 2017.
- GATTAZ, André; Meihy, José Carlos Sebe Bom; Seawright, Leandro. A história oral nos vãos da democracia. In: GATTAZ, André; MEIHY, José Carlos Sebe Bom; SEAWRIGHT, Leandro (org.). **História oral: a democracia das vozes**. São Paulo: Editora Pontocom, 2019. p. 9-16.
- GOMES, Almiralva Ferraz; Santana, Wesley Gusmão Piau. A história oral na análise organizacional: a possível e promissora conversa entre a história e a administração. **Cadernos Ebape**. BR, v. 8, p. 1-18, 2010.
- GONÇALVES, Anderson Tiago Peixoto. Análise de conteúdo, análise do discurso e análise de conversação: estudo preliminar sobre diferenças conceituais e teórico-metodológicas. **Administração: ensino e pesquisa**, v. 17, n. 2, p. 275-300, 2016.
- GONÇALVES, Paula. **Gastronomia e inovação: a reinvenção da cadeia produtiva alimentícia**. Recife: Editora Gastronômica, 2021.
- ALBERTI, Verena. **História Oral: a experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

- JOUTARD, Philippe. **História Oral**: Lugares de Memória e Patrimônio Cultural. Lisboa: Celta Editora, 2000.
- HODGE, Patricia Ayumi; Costa, Alessandra de Sá Mello da. História Oral e Pesquisa Organizacional: desafios da construção de conhecimento sobre o passado. **Organizações & Sociedade**, [S.L.], v. 28, n. 99, p. 722-756, dez. 2021. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1984-92302021v28n9901pt>.
- HOWKINS, John. **The creative economy**: how people make money from ideas. London: 2007.
- MARQUES, Ricardo. **Fetichismo e trabalho nas cadeias produtivas**: desafios contemporâneos. Curitiba: Editora Trabalhista, 2020.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. São Paulo: Loyola, 2005.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom; Holanda, Fabíola. **História oral**: como fazer, como pensar. 2. ed., 4. reimpr. São Paulo: Contexto, 2015.
- MIGUEZ, Paulo. Economia criativa: uma discussão preliminar. Teorias e políticas da cultura: visões multidisciplinares. Salvador: EDUFBA, p. 95-113, 2007.
- OLIVEIRA, Ana; Ribeiro, Marcos. Empreendedorismo e políticas públicas: fortalecendo inovações sociais. Belo Horizonte: Editora Pública, 2022.
- PERKS, Robert; Thomson, Alistair. **The Oral History Reader**. 3rd ed. London: Routledge, 2016.
- PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral. **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, v. 15, 1997.
- _____. O massacre de Civitella Val di Chiana. In: Ferreira, Marieta Machado; Amado, Janaína (Orgs.), **Usos & abusos da história oral**, pp. 103-130. Rio de Janeiro, 2006.
- PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história**. Autêntica. Belo Horizonte, 2012.
- RICOEUR, Paul. **A Memória, a História, o Esquecimento**. Campinas: Unicamp, 2000.
- RITCHIE, Donald A. **Doing oral history**. Oxford: Oxford University Press. 2014.
- ROCHA, Décio; Deusdará, Bruno. Análise de Conteúdo e Análise do Discurso: aproximações e afastamentos na (re)construção de uma trajetória. **Alea**: Estudos Neolatinos, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 305-322, jul./dez. 2005.
- SHOPES, Linda. "Insights and Oversights": Reflections on the documentary tradition and the theoretical turn in oral history. **The Oral History Review**. 2014.
- SILVA, Renato. **Marginalização e trabalho**: reflexões sobre políticas sociais. Salvador: Editora Inclusiva, 2021.
- SILVA, Renato; Lima, Camila. **Geografias da inovação**: uma análise estrutural. São Paulo: Editora Inova, 2020.
- SOARES, Maria de Nazaré Moraes; Reboças, Sílvia Maria Dias Pedro; Lázaro, José Carlos. A racionalidade substantiva das práticas de autogestão: uma análise sobre as dinâmicas organizativas de mulheres na economia solidária sob a perspectiva da história oral. **Revista de Administração da UFSM**, v. 13, p. 1216-1234, 2020.
- SOUSA, Romário Rocha; Pereira, Rafael Diogo; Calbino, Daniel. Memórias do Lixo: luta e resistência nas trajetórias de catadores de materiais recicláveis da ASMARE. READ. **Revista Eletrônica de Administração** (Porto Alegre), v. 25, p. 223-246, 2019.
- SPRADLEY, James P. **Participant Observation**. Long Grove: Waveland Press, 1980.
- THOMPSON, Paul. **The Voice of the Past: Oral History**. Oxford: Oxford University Press, 2002.
- VICTORASSO, Pedro Henrique; Oliveira, Eduardo Romero de. História oral e ferramentas digitais: novas possibilidades no trabalho com a oralidade. **Esboços**, Florianópolis, v. 31, n. 56, p. 36-55, jan./abr. 2024.

CAPÍTULO 10

Grupos Focais e Economia Criativa: aplicações em pesquisas sobre Atividades Econômicas de base Religiosa, Indústria Audiovisual e Empreendedorismo Feminino

Carmen Lorena Marengo Luna

Davi Gomes Milagres

■ INTRODUÇÃO

Este capítulo busca descrever e discutir a utilização do método grupo focal. A condução de pesquisas exige do pesquisador diferentes estratégias para a coleta de dados, considerando os seus objetivos e recursos disponíveis como as capacidades e experiências do pesquisador, tempo disponível, recursos econômicos entre outros fatores práticos (Lakatos; Marconi, 2021). No campo das pesquisas com seres humanos, frequentemente, os dados necessários estão na memória dos participantes (crenças, atitudes, ideias e experiências vivenciadas). Para acessar essas informações, o pesquisador deve ser capaz de convencer os sujeitos de pesquisa a compartilhar o que sabe, o que crê e o que sente, a respeito de si ou do mundo. Diferentes estratégias metodológicas são utilizadas e combinadas, cada qual com limitações e potencialidades (Gil, 2019).

Nessa gama de opções metodológicas, há o método grupo focal. Esse método combina características de outros métodos como a entrevista e a observação participante. Ele vem sendo utilizado há décadas em diversos campos de pesquisa como educação, marketing, sistemas de informação, dentre outros (Stewart; Shandasani, 1990; Morgan, 1996; Freitas; Oliveira, 1998; Peru, 2020; Treloar, 2021). O pressuposto desse método é que as discussões e diálogos conduzidos em grupo são capazes de gerar informações sobre as crenças dos participantes em relação a um tópico de interesse e que responderá o problema de pesquisa.

Apesar da potencialidade do método, há diversas dificuldades que limitam o sucesso no uso dos grupos focais. As mais evidentes são as limitações do próprio moderador em criar um contexto em que os participantes se sintam livres, mas que não tangenciam os objetivos de coleta traçados para o grupo focal (Freitas; Oliveira, 1999). Além disso, nem sempre é verdadeiro que a interação em grupo estimula trocas de informações e defesa sincera de pontos de vista, fenômenos típicos dos grupos podem limitar esse potencial. O método envolve um grau maior de complexidade quando comparado com as entrevistas tradicionais. O pesquisador terá que coordenar um conjunto de participantes simultaneamente e garantir que não apenas falem isoladamente, mas também interajam uns com os outros, contradigam e confirmem crenças sobre o tópico especificado por um tempo considerável. Assim, o processo de aquisição de habilidade para moderação dos grupos é um desafio à parte.

A articulação do método de grupos focais com outras técnicas é uma estratégia para contornar as limitações que o método possui ou que decorreram das limitações ligadas à implementação. Assim, será visto que ele pode dar suporte ou prestar auxílio a outros métodos como entrevistas, observações, surveys, adicionalmente, pode ser parte de projetos com abordagens mistas quali-quantitativas (Freitas; Oliveira, 1998; Treloar, 2021).

Do mesmo modo que outros métodos de coletas, os riscos envolvendo a condução de grupos focais podem ser significativos. Por exemplo, há o risco de constrangimento em relação às perguntas, os participantes podem reagir de diferentes formas às declarações dos demais. Também, se a coleta de dados for bem sucedida, então há riscos de exposições e vazamentos de informação que, por sua vez, poderá desencadear consequências pessoais e profissionais.

Dessa forma, esse capítulo abordará os aspectos essenciais do método grupo focal. Diante dessas informações, o pesquisador poderá refletir sobre a adequação do método para responder o seu problema de pesquisa. Desse modo, será considerado: (I) indicação do método, (II) funcionamento dos grupos focais, (III) equipamentos auxiliares, (IV) quando o método não deve ser utilizado, (V) como lidar quando o método não pode ser desenvolvido integralmente (VI) quais os métodos que podem contribuir com os grupos focais e, por fim (VII) os riscos éticos gerais e específicos ligados aos grupos focais.

■ TEORIAS, CONCEITOS E APORTES METODOLÓGICOS

Lunt e Livingstone (1996) apontam Merton como um importante autor para as discussões sobre grupos focais. Ele desenvolveu reflexões sobre o

uso do método de grupos focais no contexto das pesquisas de marketing e considerava o grupo focal como uma fonte de novas ideias e hipóteses, mas não via grande potencial para demonstrar achados de pesquisas. Ou seja, não como um método com poder explicativo, mas como um instrumento que possui potencial para colaborar no processo de investigação científica.

Os autores também mencionam que Merton subordinava o grupo focal às pesquisas quantitativas. Eles apontam que o método possui grande potencial para ser aplicado como componente central da metodologia em pesquisas exploratórias, por exemplo. Ainda destacam a capacidade do método em permitir a coleta de informações ricas e complexas das interações sociais via simulação de diálogos típicos do contexto diário. Por outro lado, essa naturalidade das discussões gera dificuldades para o pesquisador. Nesse sentido, Flick (2004, p.133) afirma que o método de grupos focais dificulta “documentar os dados para permitir a identificação dos locutores individuais e a diferenciação entre enunciados de diversos locutores paralelos”.

Por sua vez, mudanças tecnológicas têm alterado o paradigma da construção de grupos focais (Oliveira *et al.*, 2022). Abreu, Baldanza e Gondin (2009) discute uma nova forma de organizar grupos focais com o uso de tecnologias da informação e comunicação em ambientes on-line. A nova forma de organizar e conduzir traz consigo oportunidades e desafios.

Uma das vantagens do método é a conveniência, pois o pesquisador e os participantes não precisam se deslocar para os laboratórios de pesquisa, além do custo reduzido e da rapidez para coletar e registrar informações a serem futuramente analisadas (Abreu; Baldanza; Gondin, 2009, p.10).

Das desvantagens apontadas pelos autores tem-se: perda de parte da comunicação não verbal, postura corporal, riso e choros e pode ocorrer redução da identidade de grupo. Além disso, participantes com maior familiaridade com os recursos tecnológicos podem ter suas visões e pensamentos representados mais fortemente (Abreu; Baldanza; Gondin, 2009).

PARA QUE ESTE MÉTODO É INDICADO?

De acordo com Dörnyei (2007), os grupos focais são ferramentas dinâmicas que podem ser utilizadas em uma ampla variedade de áreas do conhecimento, como as ciências sociais, a educação, a psicologia e as pesquisas comerciais, entre outras. Essa técnica apresenta a vantagem de que as pessoas participam geralmente com entusiasmo, pois acham as sessões

agradáveis e estimulantes, o que possibilita a obtenção de informações muito valiosas. Ademais, devido à sua adaptabilidade e capacidade de explorar os temas em profundidade, os grupos focais são frequentemente utilizados em pesquisas de caráter misto. Por sua vez, Stokes e Bergin (2006) destacam que o uso dessa técnica não exige investimento econômico significativo por parte dos pesquisadores. Além disso, consideram que é ideal para a elaboração de questionários e a realização de entrevistas aprofundadas, pois facilita a geração de ideias e a coleta de dados em diversas áreas do conhecimento.

COMO ESTE MÉTODO FUNCIONA?

O método baseia-se fundamentalmente na interação por meio do diálogo de um grupo de pessoas em torno de um tema ou conjunto de temas determinados por um moderador (Morgan, 1996). No entanto, todas as etapas, como a escolha dos temas e dos participantes, devem ser planejadas de forma a responder ao problema de pesquisa. Freitas e Oliveira (1998) segmentam o método em diferentes etapas para a escolha do grupo focal: Qual é o público-alvo cujas crenças, ideias, sentimentos e experiências podem contribuir para responder ao problema de pesquisa? Como posso contatar essas pessoas para compor uma amostra? Quantas pessoas são necessárias para formar o(s) grupo(s) focal(is)? Onde a reunião deve ser realizada e por quanto tempo os participantes devem interagir? Como o moderador deve se comportar diante do grupo?

As decisões tomadas nessas diferentes etapas podem ser aprimoradas se o pesquisador buscar se informar com antecedência, seja por meio de pesquisas anteriores que abordam o mesmo problema ou um semelhante, ou através do diálogo com outros pesquisadores, colegas e até mesmo pessoas da população-alvo. Por exemplo, na pesquisa de Treloar et al. (2021), que investigou as experiências de trabalhadoras sexuais no acesso a serviços de saúde mental, todas as etapas do estudo envolveram indivíduos pertencentes à comunidade de interesse. O desenho da pesquisa, o contato com os participantes, a formulação das perguntas e a moderação contaram com a participação direta de pessoas do grupo.

O pesquisador deve pensar em como encontrará os participantes e em como convencê-los a dedicar seu tempo e fornecer informações. Nesse caso, como o objetivo não é a generalização, as redes de contatos e referências podem contribuir significativamente. Uma pesquisa realizada com crianças e adolescentes em idade escolar deve considerar o contato inicial com a direção da escola e, posteriormente, com os pais e os próprios alunos. Por outro lado, uma pesquisa interessada na experiência de discriminação entre pessoas em

situação de rua pode ser facilitada pela mediação de assistentes sociais ou voluntários que trabalham diretamente com o público-alvo.

Quanto ao número de participantes em cada grupo focal, Freitas e Oliveira (1998) destacam que o pesquisador deve considerar que o grupo deve permitir que todos tenham tempo para se expressar, pois grupos grandes exigiriam muito tempo para que todos pudessem participar. Além disso, grupos grandes são mais difíceis de moderar e podem gerar conversas paralelas. Os autores apontam, no entanto, que grupos muito pequenos também podem enfrentar problemas, como a falta de um participante que abandona o estudo por precisar fazer outra coisa, e entre os poucos participantes, alguns podem se retrair e não compartilhar suas percepções. Portanto, os autores recomendam entre 6 e 12 pessoas para compor um bom grupo focal.

A duração também depende da sensibilidade do moderador; em alguns casos, em menos de uma hora já se obteve informações relevantes ou ocorreram poucas discussões; em outros casos, pode ser necessário estender o tempo para não interromper diálogos produtivos. Além dos objetivos do pesquisador, é fundamental respeitar a fadiga e os possíveis compromissos dos participantes.

A escolha do local deve considerar o conforto físico dos participantes, com cadeiras ou poltronas confortáveis, temperatura agradável, boa ventilação, silêncio e a prevenção de interrupções externas que podem ocorrer em espaços de uso coletivo (Freitas; Oliveira, 1998). No entanto, o contexto pode determinar locais não convencionais. Por exemplo, um grupo focal realizado em uma comunidade quilombola ou em uma tribo indígena pode ser conduzido com todos sentados sob uma árvore, ou seja, o contexto pode exigir adaptações.

Freitas e Oliveira (1998) apontam que o modo que as discussões em grupos focais são conduzidas pode variar desde um maior nível de intervenções até um contexto de maior liberdade para os participantes. O pesquisador deve ter em mente que a maior riqueza do método reside nas discussões coletivas e nos debates livres. No entanto, existe o risco de que as discussões se desviem dos temas de interesse, tornando as informações coletadas pouco relevantes para os objetivos iniciais da pesquisa.

As intervenções excessivas do moderador podem modificar, até certo ponto, o ponto de vista dos moderados no grupo focal. Por exemplo, quando o moderador interrompe ou demonstra aprovação/desaprovação das crenças e sentimentos de uma forma que pode inibir certos discursos e favorecer outros. Essa situação pode impactar na análise dos dados, gerando distorções em relação às crenças e valores presentes nos relatos transcritos, que podem

representar mais a visão do moderador sobre o tema do que a dos próprios participantes, comprometendo assim as conclusões da pesquisa.

QUAIS RECURSOS PODEM SER EMPREGADOS COM ESTE MÉTODO?

Equipamentos e materiais:

- Equipamento de gravação de áudio (mais um de reserva, conforme disponibilidade).
- Baterias para o equipamento de gravação ou acesso à energia no local da reunião.
- Etiquetas autoadesivas para os nomes, números ou pseudônimos dos participantes.
- Caderno de notas e canetas.
- Envelope de papel manilha e/ou pasta.
- Cópias do termo de consentimento livre e esclarecido.
- Cópia do roteiro para o grupo focal.
- Quando necessário, materiais adicionais (imagens, diagramas, tabelas, etc.). (Peru, 2020).

QUANDO NÃO USAR O MÉTODO DE GRUPO FOCAL?

O método de grupos focais não é adequado nas seguintes situações:

- Quando é necessário coletar informações confidenciais que não devem ser compartilhadas em grupo, especialmente se houver risco de causar danos a alguém ao fazê-lo.
- Quando os participantes não consentem em ser gravados em vídeo ou áudio, o que pode limitar a coleta de dados.
- Para gerar consenso com o objetivo de apoiar decisões relacionadas ao lançamento de um produto, campanha publicitária ou promoção de algo ou alguém em particular.
- Para ensinar às pessoas sobre um tema com o propósito de persuadi-las a adotar um curso de ação, como comprar um produto, contratar um serviço ou apoiar uma política.

O QUE DEVE SER FEITO EM SITUAÇÕES DE IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DE ALGUMA FASE/ PRINCÍPIO/PRESSUPOSTO DO MÉTODO?

Quando surgem situações limitantes que impeçam o uso de grupos focais, por exemplo, a falta de tempo para realizar a pesquisa, é essencial ter alternativas para a coleta de dados. Essas alternativas incluem técnicas que possam contribuir para o desenvolvimento da pesquisa, como entrevistas individuais, reuniões virtuais (onde os participantes possam se sentir mais à vontade para se expressar sem medo de serem identificados) ou a aplicação de questionários. É fundamental ter um plano alternativo e estratégias para lidar com qualquer problema que impeça a aplicação do grupo focal no todo ou em parcialmente. Do mesmo modo, na escrita do relatório o pesquisador deve ser transparente sobre alterações significativas que possam limitar a confiabilidade dos resultados de sua pesquisa.

QUAIS OS PRINCIPAIS MÉTODOS ARTICULÁVEIS COM O MÉTODO GRUPO FOCAL?

O método de grupo focal pode ser enquadrado na pesquisa como método único, mas ele também pode ser combinado com outros métodos em busca de maior robustez. Nesse último caso, ele pode ser associado a entrevistas, questionários ou observações. Adicionalmente, pode ter papel em pesquisas de abordagens mistas quali-quantitativas (Morgan, 1988; Freitas; Oliveira, 1998; Figueiredo; Colares; Freire, 2023).

A combinação com entrevistas pode responder às diferentes necessidades dos pesquisadores. Por exemplo, alguns temas podem ser considerados tabus e uma discussão em grupo pode não ser adequada, pois os participantes ficariam constrangidos. Nesses tópicos, as entrevistas individuais e em profundidade são uma boa alternativa, o grupo focal continuaria atendendo as necessidades de informação em outros pontos. Freitas e Oliveira (1998), apontam que um grupo focal pode anteceder ou suceder entrevistas. No primeiro caso, as discussões podem gerar informações e possíveis tópicos de interesse e trabalhados em entrevistas. No segundo caso, a partir da análise das entrevistas, o pesquisador pode detectar oportunidades de coleta de dados ou pontos de interesse específicos que não foram explorados em profundidade nos grupos focais, assim, os próprios participantes do grupo focal podem ser entrevistados individualmente. As discussões grupais podem gerar informações e problemas de pesquisa que inicialmente não foram considerados. Por exemplo, o pesquisador pode querer saber o quão frequente uma opinião que

se apresentou dominante num grupo focal é presente numa população maior. Nesse caso, apenas uma pesquisa de abordagem quantitativa com a devida amostragem forneceria a base para responder.

QUAIS SÃO AS ADVERTÊNCIAS E RISCOS ÉTICOS DA UTILIZAÇÃO DESTE MÉTODO?

Uma primeira dificuldade que pode ter implicações éticas é a dificuldade de garantir sigilo em relação às informações compartilhadas no grupo. Ainda que o pesquisador tome as devidas precauções com os arquivos de gravações, os participantes podem compartilhar informações com terceiros. A depender da natureza da informação, podem ocorrer implicações para os demais membros. Por exemplo, na pesquisa com profissionais do sexo, algumas das participantes podiam ser expostas pelos demais, dado que a informação sobre sua atividade profissional é sensível e poderia ter severas repercussões (Treloar *et al.*, 2021). Nesse caso, além de acordar sigilo com os demais participantes, ele deve ser transparente em relação ao fato de não ser possível garantir que toda a informação ficará em sigilo. Isso permitirá que os participantes de fato tomem a decisão de expressar crenças, atitudes e experiências conscientes dos riscos envolvidos. Essa atenção deve ser redobrada quando os participantes se conhecem ou pertencem a comunidades pequenas, ou ainda ao terem redes de contatos comuns.

O pesquisador deve ter atenção sobre possíveis perguntas constrangedoras. Há também o risco de que participantes partam para discussões agressivas, ainda que tenha sido solicitado cordialidade. Nesses casos o pesquisador deve comunicar aos participantes que há o risco de incivildades, olhares de repreensão e outras reações que causam desconforto, elas não podem ser desfeitas e o impacto emocional pode ocorrer (Lopes; Cordeiro, 2011). Além desses riscos, outros comuns a diversos métodos também demandam atenção do pesquisador. O pesquisador deve garantir e respeitar o direito de o participante não responder a determinadas perguntas e mesmo se retirar do grupo, sem que ele seja pressionado. De posse das gravações, o pesquisador deve certificar-se que as informações coletadas estão protegidas.

■ APLICAÇÕES E ILUSTRAÇÕES

Aplicação I

Artigo: *Public policies for the cultural and religious-based creative economy* (Políticas Públicas para a economia criativa de base religiosa)

Contexto: A cidade de Juazeiro do Norte, no estado do Ceará, é amplamente conhecida por ser um ponto de referência aos devotos de Padre Cícero. Peregrinos de várias regiões se direcionam para a cidade. Esse fluxo de pessoas impacta a economia local e estimula o empreendedorismo. Assim, o sentimento religioso se transforma na base para uma rica indústria criativa (Menezes e Batista, 2022). Nessa cidade, diversas atividades da indústria criativa estão diretamente relacionadas com a devoção religiosa dos moradores locais, peregrinos e turistas. Fomentando atividades de cordelistas, artesãos, pintores, fotógrafos e xilografistas e dramaturgos (Menezes; Batista, 2022).

Problema de pesquisa: Qual o conteúdo e adequação das políticas públicas para promoção da indústria criativa de base religiosa?

Objetivo: Identificar o conteúdo e adequação das políticas públicas para promoção da indústria criativa de base religiosa.

Método: Os pesquisadores utilizaram diversas técnicas para responder o problema de pesquisa. Dois grupos focais foram utilizados para coletar as opiniões dos empreendedores de atividades criativas a respeito da adequação da política pública. O primeiro grupo foi composto por 6 participantes (2 designers e 4 cordelistas). O segundo grupo composto de 7 participantes (1 coreógrafo, 1 fotógrafo, 2 atores, 1 artesão, 1 xilografista, 1 escultor). A moderação se baseou num roteiro semiestruturado para garantir que os participantes pudessem falar livremente sobre o assunto.

Além dos grupos focais, uma entrevista em profundidade foi conduzida com um especialista em políticas públicas para indústrias criativas (Gestor público, ex-representante da Secretaria de economia criativa do Brasil e Secretário da cultura do estado do Ceará).

Resultados: Houve reconhecimento da necessidade de maturação das políticas voltadas para a indústria criativa. Se reconheceu o processo de facilitação ao acesso ao financiamento público, mas alguns dos participantes afirmaram que artistas amplamente reconhecidos conseguem capturar a maioria dos recursos. O poder público confunde políticas culturais com políticas para indústrias criativas. Alguns participantes alegam que há concentração de recursos em um único evento e pensam que deveria haver exposições contínuas

e não apenas sazonais, dessa forma, poderiam aumentar as suas vendas. Além disso, a Igreja católica foi apontada como fator limitante, pois restringe a possibilidade de utilização de seus símbolos nos trabalhos artísticos.

Os participantes relataram que a temática religiosa é preponderante, reduzindo a possibilidade de expressar criatividade em outros contextos. Foi apontada a necessidade de integração das políticas da economia criativa com políticas educacionais e de acesso ao crédito.

O método grupo focal permitiu que pessoas diretamente afetadas pelas políticas públicas de fomento à indústria criativa e cultural dessem sua percepção sobre a adequação de tais políticas. As discussões possibilitaram que os participantes refinassem seus apontamentos a partir das falas dos seus pares, que poderiam concordar ou discordar. Entrevistas individuais apresentariam apenas a visão do participante enquanto indivíduo e não haveria as expressões resultantes da interação com os demais.

Aplicação II

Artigo: Media Work and the creative industries: identity, professionals and employability (Trabalho na mídia e indústria criativa: Identidade, profissionais e empregabilidade)

Contexto: A pesquisa conduzida por Ashton (2011) foi realizada num contexto onde as universidades britânicas assumem responsabilidade sobre a empregabilidade dos estudantes. O recorte da pesquisa focou o problema da empregabilidade nas indústrias criativas, mais especificamente a produção de conteúdo audiovisual. Tal indústria demanda talento e capital humano que as instituições de ensino deverão formar. Soma-se a isso contextos de recessão econômica, redução de salários e menores oportunidades de trabalho. Essa realidade exige dos graduados maior flexibilidade para conseguir oportunidades.

Problema: Qual o entendimento de estudantes do ensino superior sobre sua empregabilidade na indústria criativa?

Objetivo: Identificar o entendimento de estudantes do ensino superior sobre sua empregabilidade na indústria criativa.

Método: Combinação de grupos focais com sete entrevistas semiestruturadas. O pesquisador encontrou dificuldades para reunir todos os potenciais participantes de um único lugar para realizar apenas os grupos focais e, com isso, recorreu de forma complementar às entrevistas. Essas ocorreram em um estúdio que pertence a um centro de ensino de trabalhos artísticos com

foco em criatividade, tecnologia e empregabilidade. Os participantes foram estudantes que realizavam atividades práticas no local.

Resultados: Os estudantes expressaram ansiedade sobre o futuro profissional e apontaram estratégias para se empregarem, como a necessidade de compreender a demanda do mercado de trabalho e criação de *networking*. Os estudantes valorizaram aspectos práticos propiciados em estúdios de gravação, locais onde ocorre a aproximação com a realidade profissional (empresas reais, atividades práticas, reuniões reais) permitindo que ganhassem mais confiança sobre o seu desenvolvimento profissional. Os participantes enxergaram valor na aproximação com profissionais do setor.

Nessa pesquisa a combinação do grupo focal e das entrevistas permitiram que o pesquisador aprofundasse o entendimento sobre as percepções dos estudantes que serão os futuros profissionais no ramo da indústria criativa.

Aplicação III

Artigo: Empreendedorismo feminino e a economia criativa: motivações e desafios das empreendedoras de um município sergipano

Contexto: Esta pesquisa, realizada por Martins em 2023, está relacionada no contexto da Economia Criativa, especificamente em Sergipe, em um espaço chamado Sala dos Saberes e Fazeres, fundado em agosto de 2021. Este espaço está localizado na Praça São Francisco, na cidade de São Cristóvão, reconhecida como Patrimônio Histórico Cultural da Humanidade. A Sala dos Saberes e Fazeres reúne artesãos e membros da comunidade de São Cristóvão para preservar a cultura local por meio de diversas expressões, como o artesanato, a moda, a gastronomia, as artes plásticas e a decoração (Prefeitura Municipal De São Cristóvão, 2022).

Após contextualizar o cenário, é importante destacar que esta pesquisa focou no estudo do empreendedorismo feminino no âmbito da Economia Criativa, para compreender as motivações e as dificuldades enfrentadas pelas empreendedoras na gestão de seus negócios.

Problema: Quais as motivações e desafios vivenciados pelas empreendedoras no setor da economia criativa da Sala dos Saberes e Fazeres em São Cristóvão/SE?

Objetivo: Averiguar as motivações e desafios vivenciados pelas empreendedoras no setor da economia criativa da Sala dos Saberes e Fazeres em São Cristóvão/SE.

Método: Nesta pesquisa, foram realizadas observações presenciais e entrevistas semiestruturadas com as artesãs que desenvolvem trabalhos criativos na *Sala dos Saberes e Fazeres* (Gallas et al., 2019). Com um caráter exploratório, o estudo adotou a estratégia do Grupo Focal, permitindo a coleta de informações valiosas sobre as experiências criativas das empreendedoras.

Resultados: O resultado encontrado na pesquisa mostrou que as mulheres empreendedoras participantes, em sua maioria, começaram com seus empreendimentos desde cedo. O principal motivo é a tradição em suas famílias e por um costume herdado quase sempre pelos pais e avós. Outro grupo de mulheres participantes mencionou que iniciaram seus empreendimentos para poder ter uma fonte de renda para sustentar suas famílias, já que muitas delas são mães solteiras e não possuem um trabalho estável.

Esse resultado nos ajuda a entender a realidade de muitas mulheres empreendedoras e sobre sua principal motivação ao iniciar um empreendimento, com a finalidade de poder desenvolver planos de trabalho para a melhoria das condições de vida dessas mulheres e de suas famílias.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Nelsio Rodrigues de; BALDANZA, Renata Francisco; GONDIM, Sônia M. Guedes. Focal Groups On-Line: from the Conceptual Reflections to the Virtual Environment Application. **Journal of Information Systems and Technology Management**, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 05–24, 2009. Disponível em: <https://jistem.tecsi.org/index.php/jistem/article/view/10.4301%252FS1807-17752009000100001>. Acesso em: 9 mar. 2025.
- ASHTON, Daniel. Media work and the creative industries: Identity work, professionalism and employability. **Education+ Training**, v.53, n.6, p. 546-560, ago. 2011. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/00400911111159494/full/html>. Acesso em: 9 mar. 2025.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina. **Metodologia do trabalho científico**. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2021.
- DÖRNYE, Zoltán. **Research Methods in Applied Linguistics: quantitative, qualitative, and mixed methodologies**. Oxford University Press, 2007
- FIGUEIREDO, Vanuza da Silva; COLARES, Mirela Cavalcante; FREIRE, Fátima Souza. Técnica de Grupo Focal na Contabilidade. **REVISTA DE CONTABILIDADE DO MESTRADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA UERJ**, v. 27, n. 1, p. 42-64, 2023.
- GALLAS, Juliana Cristina; PIMENTA, Alcineide Aguiar; GONÇALO, Claudio Reis & RODRIGUES, Renato Buchele (2019). **Economia Criativa e Inovação Social: uma análise a partir de uma comunidade de artesãos cearenses**. Revista Desenvolvimento em Questão, 17(49), out./dez.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2019
- LOPES, Felipe Tavares Paes; CORDEIRO, Mariana Prioli. Entrevistas individuais e grupos focais: alguns cuidados ético-metodológicos. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 11, n. 123, p. 58-67, 8 maio 2011. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/12486>. Acesso em: 9 mar. 2025.
- LUNT, Peter; LIVINGSTONE, Sonia. Rethinking the focus group in media and communications research. **Journal of communication**, v. 46, n. 2, p. 79-98, jun. 1996. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1460-2466.1996.tb01475.x>. Acesso em: 9 mar. 2025.
- MARTIN, Kácia Vieira (2023) **Empreendedorismo Feminino E A Economia Criativa: Motivações E Desafios Das Empreendedoras De Um Município Sergipano**. TCC Universidade Federal de Sergipe (UFS).
- MENEZES, Rodrigo Ábner Gonçalves; BATISTA, Paulo César de Sousa. Public policies for the cultural and religious-based creative economy. **Creative Industries Journal**, v. 17, p.142-156. maio 2022. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/17510694.2022.2077518>. Acesso em: 9 mar. 2025.
- MORGAN, D.L. **Focus groups as qualitative research**. Beverly Hills: SAGE publications, 1988.
- OLIVEIRA, Julia Costa de et al. Especificidades do grupo focal on-line: uma revisão integrativa. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, p. 1813-1826, maio 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/nCZvvytkvGkW7grYkLRVxXL/?lang=pt>. Acesso em: 9 mar. 2025.
- OLIVEIRA, Mirian; DE FREITAS, Henrique MR. Focus Group–pesquisa qualitativa: resgatando a teoria, instrumentalizando o seu planejamento. **Revista de Administração da Universidade de São Paulo**, v. 33, n. 3, set. 1998. Disponível em: <http://rausp.usp.br/wp-content/uploads/files/3303083.pdf>. Acesso em: 9 mar. 2025.
- PERÚ, Ministerio de Educación - MINEDU **Guía Para La Elaboración Y Aplicación De Grupo Focal En El Sistema Nacional De Evaluación, Acreditación Y Certificación De La Calidad Educativa** – SINEACE. Versión 1 SINEACE - MINEDU Lima - Perú 2020

Prefeitura de São Cristóvão inaugura Centro de Artesanato e requalifica da Sala dos Saberes e Fazeres. Disponível em: <https://publicacao.saocristovao.se.gov.br/post/prefeitura-de-sao-cristovao-inaugura-centro-de-artesanato-e-requalifica-da-sala-dos-saberes-e-fazeres>. Acesso em: 14 ago 2024.

STEWART, D. W.; SHAMDASANI, P. **Focus group research: exploration and discovery**. Newbury Park: SAGE, 1990.

STOKES, David; BERGIN, Richard. Methodology or "methodolatry"? An evaluation of focus groups and depth interviews. **Qualitative market research: An international Journal**, v. 9, n. 1, p. 26-37, 2006. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/13522750610640530/full/html>. Acesso em: 9 mar. 2025.

TRELOAR, Carla *et al.* Rethinking the relationship between sex work, mental health and stigma: a qualitative study of sex workers in Australia. **Social Science & Medicine**, v. 268, p.2-8, jan. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2020.113468>. Acesso em: 9 mar. 2025.

UWE, Flick. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

CAPÍTULO 11

Análise de Conteúdo aplicada à Economia Criativa

Gianini Scarllat Coelho da Cruz

Karolina Correia de Oliveira

■ INTRODUÇÃO

O objetivo deste capítulo é explorar a utilização do método de análise de conteúdo no contexto da economia criativa, enfatizando sua abordagem qualitativa para compreender fenômenos simbólicos e discursivos.

Para isso, são apresentadas as principais características e aplicações desse método, permitindo uma compreensão aprofundada de seu potencial analítico. A escolha desse método justifica-se pela sua capacidade de interpretar materiais diversos, como entrevistas, documentos institucionais, políticas públicas e produções culturais, revelando significados subjacentes e padrões discursivos que permeiam esse setor.

A economia criativa, como campo de estudo e prática, situa-se em uma interseção estratégica entre cultura, inovação e desenvolvimento econômico. Nas últimas décadas, seu papel no fortalecimento da diversidade cultural e no estímulo à geração de emprego e renda tem sido amplamente reconhecido. A crescente valorização do capital simbólico e imaterial impulsiona novas formas de produção, distribuição e consumo de bens e serviços criativos, tornando esse setor uma peça-chave para o desenvolvimento sustentável e a transformação social em diversos contextos globais. Mais do que um setor econômico, a economia criativa configura-se como um motor de inovação e inclusão social, promovendo oportunidades para grupos historicamente marginalizados e ampliando o reconhecimento de expressões culturais diversas.

Nesse cenário, é preciso a articulação de teorias, conceitos e metodologias para explorar as especificidades desse setor e compreender as interações entre cultura, mercado e sociedade. O caráter multidimensional da economia

criativa exige abordagens metodológicas que contemplem tanto as dinâmicas produtivas quanto os significados simbólicos e os processos de construção de narrativas. Dentre as diversas metodologias disponíveis para a investigação qualitativa, a análise de conteúdo destaca-se por sua capacidade de sistematizar e interpretar discursos, permitindo a identificação de categorias temáticas, padrões e tendências na comunicação social.

A análise de conteúdo, reconhecida por sua amplitude metodológica e aplicabilidade interdisciplinar, revela-se uma importante ferramenta para a interpretação de materiais simbólicos e discursivos. Segundo Bardin (1977), trata-se de um método que permite organizar e categorizar informações, tornando possível identificar padrões, tendências e sentidos subjacentes em distintos tipos de documentos. Originalmente concebida para o estudo da comunicação de massa (Berelson e Lazarsfeld, 1948), essa metodologia evoluiu para abranger diversas áreas das ciências sociais, destacando-se como fundamental para a compreensão de fenômenos culturais, políticos e econômicos (Krippendorff, 21980). No campo da economia criativa, a análise de conteúdo possibilita desvendar narrativas, representações e relações de poder presentes nas produções culturais, bem como compreender a influência das políticas públicas na configuração do setor. A articulação desse método com fontes documentais, entrevistas e registros audiovisuais permite captar não apenas os discursos explícitos, mas também os sentidos implícitos e as disputas simbólicas que permeiam a construção e a circulação dos bens culturais.

Dessa forma, busca-se evidenciar como a combinação entre a riqueza teórica e o rigor metodológico da análise de conteúdo pode compreender os fenômenos inovadores no estudo da economia criativa. Especialmente em temáticas que envolvem gênero, representações culturais e políticas de inclusão, a análise de conteúdo permite uma investigação que extrapola a superfície das dinâmicas que permeiam as práticas criativas e seus impactos sociais. Ao analisar como os discursos e representações moldam a economia criativa e influenciam as políticas culturais, este capítulo contribui para o entendimento das transformações que ocorrem nesse setor e para o desenvolvimento de novas abordagens de pesquisa.

■ TEORIAS, CONCEITOS E APORTES METODOLÓGICOS

A economia criativa, no contexto global, tem se consolidado como um dos principais motores de desenvolvimento econômico. Esse setor abrange uma vasta gama de atividades, como artes, design, moda, audiovisual, mú-

sica, entre outras, que têm em comum o potencial de estimular a inovação e a produção de bens e serviços com alta carga simbólica (Miguez, 2007). O documento fruto da 33a reunião da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura, realizada em Paris (2005), aponta que a economia criativa é reconhecida não apenas por sua contribuição para o crescimento econômico, mas também por seu papel na promoção da diversidade cultural e na geração de novos postos de trabalho, especialmente em tempos de rápidas mudanças tecnológicas.

Nesse contexto, a análise de conteúdo emerge como uma metodologia para compreender as dinâmicas da economia criativa, permitindo a identificação de padrões e tendências em discursos e produções culturais. Autores clássicos, como Berelson e Lazarsfeld (1948), Bardin (1977) e Krippendorff (1980), oferecem alternativas metodológicas que viabilizam a compreensão sistemática de textos, imagens e outras formas de expressão, contribuindo para a compreensão dos significados associados às práticas criativas. A aplicação dessa metodologia ao campo da economia criativa possibilita um entendimento das relações entre cultura, mercado e inovação. A Tabela 1 reúne autores clássicos que fundamentaram a metodologia de análise de conteúdo, destacando suas contribuições teóricas e aplicabilidades práticas. Essa metodologia, que normalmente é utilizada em pesquisas qualitativas (Berelson e Lazarsfeld, 1948), permite a interpretação sistemática de textos, imagens e outros materiais simbólicos, sendo essencial para a identificação de padrões, categorias e significados subjacentes nos dados. Os autores selecionados fornecem bases metodológicas que auxiliam pesquisadores a explorar a relação entre linguagem, cultura e contexto social, tornando essa abordagem indispensável em estudos que buscam compreender fenômenos complexos.

Tabela 1- Sistematização dos clássicos da análise de conteúdo.

Autor	Obra	Local da publicação	Contribuições sobre Análise de Conteúdo
Bernard Berelson e Lazarsfeld	<i>Content Analysis in Communication Research</i> (1948)	Illinois (Estados Unidos)	<ul style="list-style-type: none"> - Considerados pioneiros da análise de conteúdo como método científico. - Definem a análise de conteúdo como uma técnica de pesquisa objetiva e sistemática. - Foco na quantificação e no rigor metodológico para analisar mensagens.
Laurence Bardin	<i>Análise de Conteúdo</i> (1977/2011)	Paris (França)	<ul style="list-style-type: none"> - Sistematiza a análise de conteúdo em três etapas: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados/interpretação. - Propõe que a análise pode ser quantitativa e qualitativa. - Enfatiza o caráter flexível e exploratório da análise de conteúdo, adaptando-se ao objeto estudado. - Introduz conceitos como categorias temáticas, unidades de registro e contexto.
Klaus Krippendorff	<i>Content Analysis: An Introduction to Its Methodology</i> (1980)	Califórnia (Estados Unidos)	<ul style="list-style-type: none"> - Expande a análise de conteúdo como uma técnica interpretativa além da simples contagem de elementos. - Define a análise de conteúdo como um método sistemático e reproduzível para inferir dados de textos em seus contextos. - Foca no desenvolvimento de modelos rigorosos e no papel das inferências como fundamento para a pesquisa.

Fonte: elaborado pelas autoras.

PARA QUE ESTE MÉTODO É INDICADO?

A análise de conteúdo é uma técnica metodológica amplamente utilizada em pesquisas qualitativas e quantitativas (Bardin, 1977) para sistematizar e interpretar dados provenientes de comunicações, como textos, documentos, entrevistas ou outros registros (Bardin, 1977). Trata-se de uma ferramenta que busca identificar padrões, temas e categorias presentes no material analisado, permitindo uma maior compreensão do objeto de estudo (Bardin, 1977; Berelson e Lazarsfeld, 1948; Krippendorff, 1980).

COMO ESTE MÉTODO FUNCIONA?

A análise de conteúdo constitui uma metodologia de investigação que se caracteriza por sua abordagem sistemática (Berelson e Lazarsfeld, 1948) aplicada à interpretação de dados provenientes de discursos, textos ou outras

formas de comunicação. Sua finalidade é compreender os padrões, significados implícitos e relações semânticas intrínsecas aos dados analisados, permitindo uma maior compreensão dos fenômenos em estudo.

O processo inicia-se pela delimitação do problema de pesquisa e pela seleção do *corpus*, assegurando sua relevância e representatividade. Subseqüentemente, realiza-se uma análise inicial para a identificação de unidades de registro – como palavras, frases ou ideias-chave – que, por sua vez, são organizadas em categorias (Bardin, 1977). A definição dessas categorias pode seguir um percurso indutivo, emergindo diretamente dos dados, ou dedutivo, guiado por constructos teóricos previamente estabelecidos, sendo ambas as abordagens complementares.

QUAIS RECURSOS PODEM SER EMPREGADOS COM ESTE MÉTODO?

A codificação dos dados converte os elementos discursivos em unidades analíticas passíveis de comparação e interpretação. Esse procedimento pode ser manual ou assistido por softwares especializados, como NVivo ou Atlas.ti, que não apenas otimizam a manipulação de grandes volumes de informação, mas também ampliam a rastreabilidade e a validade das inferências realizadas. Segundo Krippendorff (1980), a codificação deve ser sistemática e replicável, garantindo a confiabilidade e validade da análise. Ele destaca que o uso de softwares pode contribuir para a padronização do processo, reduzindo tendências subjetivas. Já Bardin (1977) enfatiza a importância da definição prévia das categorias de análise, que podem ser indutivas ou dedutivas, influenciando diretamente a forma como os dados são interpretados. O uso de ferramentas tecnológicas, nesse sentido, permite tanto a codificação manual quanto automática, a depender da complexidade e do volume dos dados.

Berelson e Lazarsfeld (1952) argumentam que a seleção de unidades de análise (palavras, temas, frases, personagens etc.) deve ser orientada pelos objetivos da pesquisa e pela clareza metodológica. Ele sugere que a combinação de análise manual com métodos estatísticos pode aumentar a precisão dos resultados. Nesse sentido, Lazarsfeld (1948) introduz a análise categorial e tipológica, que pode ser facilitada por técnicas computacionais, especialmente na identificação de padrões latentes em grandes volumes de dados textuais.

A análise culmina na articulação dos achados com o referencial teórico e o contexto empírico, expondo dinâmicas e significados que respondem às questões de pesquisa e dialogam com debates acadêmicos comumente

realizados na área. Para Krippendorff (1980), a interpretação dos resultados deve considerar a coerência interna das categorias, garantindo que os achados sejam reproduzíveis e fundamentados teoricamente. Bardin (1977) destaca que o cruzamento de categorias e a triangulação dos dados são essenciais para aprofundar a compreensão do fenômeno estudado, enquanto Berelson e Lazarsfeld (1948) e Lazarsfeld (1948) reforçam a importância da validação empírica para evitar vieses interpretativos. Tal processo exige do pesquisador não apenas habilidade técnica, mas também capacidade de integrar os dados ao seu contexto sociocultural. Como enfatiza Krippendorff (1980), a análise de conteúdo é uma técnica interpretativa que requer sensibilização para as nuances do discurso, permitindo que os significados encontrados sejam analisados criticamente à luz do contexto estudado.

QUANDO NÃO USAR O MÉTODO ESCOLHIDO POR VOCÊ?

A análise de conteúdo pode ser inadequada em contextos que exigem resultados quantitativos de grande escala ou modelagens estatísticas complexas. Krippendorff ressalta que, embora seja possível quantificar aspectos do discurso, como frequência de palavras ou categorias temáticas, a ênfase da análise de conteúdo está na interpretação dos dados em seu contexto sociocultural. Assim, quando o objetivo da pesquisa envolve correlações estatísticas robustas, testes de hipóteses rigorosos ou análises preditivas, métodos quantitativos como análise de regressão ou mineração de dados podem ser mais apropriados (Lazarsfeld, 1948).

Outro fator crítico a ser considerado é o tempo disponível para a pesquisa. Conforme Bardin (1977), a análise de conteúdo exige um processo rigoroso dividido em três etapas essenciais: (i) pré-análise, que envolve a escolha do corpus e a definição de categorias; (ii) exploração do material, onde os dados são codificados e organizados; e (iii) tratamento dos resultados, que demanda interpretação cuidadosa e triangulação com a teoria. A ausência de tempo suficiente pode levar à aplicação apressada e incompleta do método, resultando em interpretações frágeis ou enviesadas. Além disso, a análise de conteúdo pode não ser adequada para pesquisas que demandam replicabilidade em larga escala. Berelson e Lazarsfeld (1948) destacam que, embora a análise de conteúdo possa seguir critérios sistemáticos, a interpretação qualitativa dos dados pode variar conforme o pesquisador, tornando difícil garantir replicabilidade idêntica em estudos sucessivos. Isso pode ser um problema em áreas onde a precisão dos resultados e a padronização metodológica são essenciais.

Por fim, o método pode não ser adequado para investigações que exigem acesso direto às percepções individuais dos participantes em tempo real. Em tais casos, técnicas como entrevistas em profundidade ou grupos focais podem fornecer informações mais ricas e contextuais do que uma análise documental ou de textos previamente produzidos (BARDIN, 2011). Portanto, a escolha da análise de conteúdo deve considerar não apenas a adequação teórica, mas também as limitações práticas e epistemológicas do método.

O QUE DEVE SER FEITO EM SITUAÇÕES DE IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DE ALGUMA FASE/PRINCÍPIO/PRESSUPOSTO DO MÉTODO?

Em situações de impossibilidade de aplicação de alguma fase, princípio ou pressuposto do método de análise de conteúdo, é preciso adotar estratégias que preservem a validade e a confiabilidade da pesquisa. Segundo Bardin (1977), a análise de conteúdo é um processo sistemático que envolve três fases essenciais: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. Quando alguma dessas etapas não pode ser plenamente executada, o pesquisador deve identificar e justificar a limitação, evitando comprometer a coerência metodológica.

A primeira medida é diagnosticar e documentar as razões que levaram à impossibilidade de aplicação do método. Krippendorff (1980) destaca que a transparência na descrição do processo de pesquisa é essencial para garantir sua replicabilidade e credibilidade. Assim, se a restrição for decorrente de dificuldades na obtenção dos dados, limitações no acesso ao corpus documental ou restrições de tempo, essas informações devem ser explicitadas no relatório da pesquisa.

Uma alternativa viável é a adaptação da abordagem metodológica, preservando a lógica da análise de conteúdo, mas ajustando sua aplicação conforme as possibilidades do estudo. Por exemplo, se a fase de categorização detalhada não puder ser realizada devido à falta de dados suficientes, pode-se recorrer a uma análise exploratória, como sugerido por Berelson e Lazarsfeld (1948), concentrando-se nas unidades de significado mais evidentes. Da mesma forma, Lazarsfeld (1948) argumenta que, diante de limitações, técnicas mistas podem ser empregadas para compensar lacunas, como a triangulação de métodos qualitativos e quantitativos para reforçar a interpretação dos achados.

Outra estratégia é redefinir os limites da investigação. Isso pode envolver uma delimitação mais restrita do corpus analisado ou a priorização de certas categorias em detrimento de uma análise exaustiva de todo o material. Bardin

(1977) enfatiza que a adequação metodológica deve sempre estar alinhada com os objetivos da pesquisa, e ajustes pontuais são aceitáveis desde que justificados e devidamente contextualizados.

Por fim, o pesquisador deve avaliar e expor como a impossibilidade de aplicação de alguma fase ou princípio do método pode ter impactado os resultados, explicitando as limitações e sugerindo caminhos para estudos futuros. A transparência metodológica, conforme recomendado por Krippendorff (1980), fortalece a confiabilidade da pesquisa e permite que futuros pesquisadores considerem esses desafios ao replicar ou expandir o estudo.

QUAIS OS PRINCIPAIS MÉTODOS QUE SÃO ARTICULÁVEIS COM O MÉTODO ESCOLHIDO POR VOCÊ?

O método de análise de conteúdo é amplamente flexível e pode ser articulado com outras abordagens de pesquisa, enriquecendo a interpretação dos dados e permitindo maior profundidade analítica. De acordo com Bardin (1977), essa metodologia é aplicável tanto em estudos qualitativos quanto quantitativos, sendo especialmente eficaz nas ciências sociais quando combinada com técnicas como entrevistas, grupos focais e análise documental. Essa articulação possibilita uma investigação mais completa das estruturas discursivas, tornando a análise de conteúdo um instrumento valioso para a compreensão de significados subjacentes nos dados coletados.

No campo das pesquisas qualitativas, a análise de conteúdo é frequentemente utilizada para examinar transcrições de entrevistas e grupos focais, possibilitando a identificação de categorias temáticas, sentimentos e padrões recorrentes no discurso (Berelson e Lazarsfeld, 1952). Por meio dessa técnica, é possível interpretar a frequência de determinados temas e a forma como são expressos, revelando nuances nos discursos analisados. Além disso, a triangulação com outros métodos fortalece a validade dos achados, reduzindo vieses interpretativos (Krippendorff, 1980).

A análise de documentos, como políticas públicas, relatórios institucionais, mídias e materiais históricos, também pode ser enriquecida pela análise de conteúdo. Essa aplicação permite a identificação de discursos dominantes, lacunas e contradições em textos oficiais, contribuindo para investigações que examinam narrativas institucionais e representações sociais (Bardin, 1977). Por exemplo, em um estudo sobre políticas voltadas à economia criativa, a análise de conteúdo pode ser empregada para cruzar dados coletados em entrevistas com documentos governamentais, evidenciando se as políticas

realmente contemplam os desafios enfrentados por artesãs ou se há discrepâncias entre o discurso oficial e a realidade do setor.

A pesquisa etnográfica também pode ser complementada pela análise de conteúdo, especialmente quando o pesquisador coleta dados em diários de campo e observações participantes. Segundo Lazarsfeld (1948), a combinação entre métodos observacionais e técnicas de análise de conteúdo contribui para a sistematização das dinâmicas sociais observadas, transformando registros descritivos em categorias analíticas organizadas. Durante a imersão no campo, as anotações do pesquisador podem ser analisadas para identificar padrões culturais, relações de poder e expressões simbólicas que estruturam determinado grupo social.

No entanto, para garantir rigor metodológico, é essencial que o pesquisador explicithe os critérios utilizados na triangulação dos métodos e na codificação dos dados, assegurando a coerência entre os objetivos da pesquisa e as escolhas analíticas adotadas (Krippendorff, 1980).

QUAIS SÃO AS ADVERTÊNCIAS E RISCOS ÉTICOS DA UTILIZAÇÃO DESTE MÉTODO?

A utilização do método de análise de conteúdo envolve advertências e riscos éticos que precisam ser cuidadosamente considerados, especialmente em pesquisas que lidam com relatos pessoais ou materiais sensíveis. Segundo Bardin (1977), a análise de conteúdo, ao interpretar discursos e documentos, requer que o pesquisador adote critérios rigorosos para garantir a fidelidade das informações e a proteção dos participantes.

Um dos principais riscos está relacionado à confidencialidade e ao anonimato dos participantes. Quando os dados analisados contêm informações pessoais ou detalhes que possam identificar direta ou indiretamente os indivíduos envolvidos, há a possibilidade de violação da privacidade. Esse risco é ainda mais crítico em contextos de vulnerabilidade social ou econômica, como no caso de artesãs, que podem sofrer impactos negativos caso suas identidades sejam reveladas. Krippendorff (1980) enfatiza a necessidade de salvaguardar a identidade dos participantes, utilizando pseudônimos e removendo detalhes identificáveis para evitar possíveis danos.

Outro risco importante é a interpretação enviesada e a distorção dos resultados. Como a análise de conteúdo envolve categorização e interpretação de dados qualitativos, há um risco significativo de que a subjetividade do pesquisador influencie as conclusões, descontextualizando os relatos.

Berelson e Lazarsfeld (1952) destacam que a análise de conteúdo deve se basear em critérios claros e replicáveis, minimizando interferências pessoais na interpretação dos dados. Para mitigar esse problema, recomenda-se o uso de técnicas como a triangulação metodológica e a revisão interpares, garantindo maior objetividade na categorização dos conteúdos (Lazarsfeld, 1948).

Além disso, há o risco de exposição involuntária de situações sensíveis durante a coleta e análise dos dados. Em pesquisas com mulheres artesãs, por exemplo, relatos sobre discriminação de gênero, dificuldades econômicas e outras barreiras podem emergir de forma significativa. Essas informações, se não forem tratadas com o devido cuidado, podem gerar desconforto, reviver experiências traumáticas ou expor as participantes a julgamentos externos. Bardin (1977) sugere que, ao lidar com temas sensíveis, os pesquisadores devem seguir protocolos éticos rigorosos, como a obtenção de consentimento informado e a garantia de que os participantes tenham o direito de retirar seus depoimentos a qualquer momento.

■ APLICAÇÕES E ILUSTRAÇÕES

Aplicação I

Análise de discursos sobre a participação de mulheres artesãs em políticas públicas

Uso do método: a análise de conteúdo é aplicada em documentos de políticas públicas, programas governamentais, discursos políticos e relatórios voltados à economia criativa, com foco na inclusão das mulheres artesãs. O método permite investigar a forma como as políticas reconhecem o papel das artesãs, as dificuldades enfrentadas e as estratégias propostas para a valorização do trabalho feminino. As unidades de análise podem ser definidas por categorias como “empoderamento feminino”, “valorização do trabalho artesanal”, “acesso a mercados” e “capacitação profissional”. Além disso, podem ser analisados termos recorrentes, silêncios ou ausências no discurso, possibilitando uma avaliação crítica sobre as prioridades dadas ao setor e à participação das mulheres.

Contribuição metodológica: A aplicação da análise de conteúdo possibilita identificar o lugar ocupado pelas artesãs nas políticas públicas, verificando os desafios específicos enfrentados por elas, como a informalidade, a tripla jornada de trabalho, a desigualdade no acesso a crédito e a participação limitada em mercados formais, são reconhecidos e abordados. O método também ajuda a evidenciar lacunas, como a falta de programas de capacitação e incentivos específicos, ou, por outro lado, a identificar avanços e boas práticas, como iniciativas

de fomento ao empreendedorismo feminino e redes de cooperação. A partir dessa análise, é possível propor reflexões e subsídios concretos para a formulação de políticas públicas que considerem as dimensões de gênero e a valorização do trabalho artesanal como ferramenta de empoderamento econômico e cultural.

Aplicação II

Representações midiáticas das artesãs e a construção de gênero

Uso do método: A análise de conteúdo é aplicada em diversas fontes midiáticas, como reportagens, mídias sociais, campanhas publicitárias e documentários, que retratam o trabalho das mulheres artesãs. As unidades de análise incluem categorias como “trabalho feminino”, “empreendedorismo”, “empoderamento econômico”, “autonomia”, entre outras. A partir dessa abordagem, é possível examinar como o trabalho artesanal feminino é representado e qual imagem é construída em torno da figura da artesã nas diferentes plataformas midiáticas. Além disso, a análise pode identificar a presença de termos, narrativas e imagens que reforçam ou rompem estereótipos de gênero, como o posicionamento das mulheres como “artesãs tradicionais” ou como “empresárias inovadoras”. A análise das representações visuais, como fotografias, vídeos e ilustrações, também é essencial para entender as construções de gênero no contexto do trabalho artesanal feminino.

Contribuição metodológica: A análise de conteúdo nos oferece um melhor panorama de como as mulheres artesãs são representadas nas mídias, considerando tanto as representações simbólicas quanto as sociais e culturais. Ao examinar essas representações, o método possibilita identificar se há uma valorização genuína do trabalho feminino ou se, ao contrário, persistem narrativas limitadoras que reduzem as mulheres artesãs a papéis tradicionais e desvalorizados, muitas vezes associando-as exclusivamente ao trabalho doméstico ou ao artesanato de baixo valor econômico. A análise também pode revelar se a mídia contribui para a desconstrução de estereótipos de gênero, ao promover imagens de mulheres artesãs como empreendedoras, inovadoras e líderes de mercado.

Aplicação III

Análise de relatos de artesãs sobre barreiras e oportunidades no mercado criativo

Uso do método: A análise de conteúdo é aplicada em entrevistas, relatos e depoimentos de mulheres artesãs, com o objetivo de identificar as principais barreiras e oportunidades que essas mulheres enfrentam no mercado criativo.

O método permite a categorização das narrativas em temas como “autonomia financeira”, “falta de acesso a crédito”, “concorrência desigual”, “discriminação de gênero”, “acesso a redes de apoio”, “empoderamento econômico”, entre outros. A categorização pode ser tanto temática, ao identificar as principais barreiras e oportunidades enfrentadas pelas artesãs, quanto qualitativa, ao capturar as percepções e sentimentos dessas mulheres em relação às suas experiências no mercado. Além disso, é possível examinar a interseção entre gênero e outras variáveis, como classe social e etnia, para entender de forma mais abrangente as múltiplas dimensões das dificuldades e conquistas dessas artesãs.

Contribuição metodológica: A aplicação da análise de conteúdo oferece visão das experiências e desafios vividos pelas artesãs, permitindo compreender as barreiras que estas enfrentam para garantir a sustentabilidade de seus negócios e a valorização do seu trabalho. Entre as dificuldades mais recorrentes estão o desequilíbrio entre o trabalho artesanal e a vida doméstica, a falta de reconhecimento formal do trabalho, a dificuldade de acesso a crédito e a fragilidade das redes de apoio. Além disso, as mulheres artesãs muitas vezes enfrentam uma concorrência desigual, em que o mercado favorece produtos industrializados e desconsidera o valor cultural e artesanal do trabalho feminino. A análise também permite identificar estratégias de resistência e práticas bem-sucedidas adotadas pelas artesãs para superar essas barreiras, como o fortalecimento de redes colaborativas, a utilização de plataformas digitais para expandir mercados e a busca por formas alternativas de financiamento.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BERELSON, B.; LAZARUSFELD, P. F. **The Analysis of Communication Content**. Chicago and New York: University of Chicago and Columbia University, 1948.
- CARDOSO, M. R. G.; OLIVEIRA, G. S. de; GHELLI, K. G. M. Análise de conteúdo: uma metodologia de pesquisa qualitativa. **Cadernos da Fucamp**, Campinas, v. 20, n. 43, p. 1-14, 25 mar. 2021.
- GOUVEA, R. et al. The creative economy, innovation, and entrepreneurship: an empirical examination. **Creative Industries Journal**, v. 14, n. 1, p. 23-62, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/17510694.2020.1744215>. Acesso em: 10 jun. 2025.
- JESUS, D. S. V. de. Prometo Reinventar Você: Gênero e Poder na Economia Criativa. **Revista Gênero (UFF)**, Niterói, v. 18, n. 1, p. 142-162, 2017.
- KRIPPENDORFF, K. **Content Analysis: an Introduction to Its Methodology**. Thousand Oaks: Sage Publications, 1980.
- LAZARUSFELD, P. F. The Use of Panels in Social Research. **Proceedings of the American Philosophical Society**, Filadélfia, v. 92, n. 5, p. 405–410, 1948. Disponível em: [link suspeito removido]. Acesso em: 10 jun. 2025.
- MACHADO, R. M. Da indústria cultural à economia criativa. **Revista Alceu**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 18, p. 83-95, 2009.
- MIGUEZ, P. Economia criativa: uma discussão preliminar. In: TEIXEIRA, M. F. (Org.). **Teorias e políticas da cultura: visões multidisciplinares**. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 95-113.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Convenção sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais**. Paris: UNESCO, 2005.

CAPÍTULO 12

Análise do Discurso: conceitos, método e suas aplicações no âmbito da Economia Criativa

Fabio Jaderson Miguel Reis

Valkíria Müller Coelho

■ INTRODUÇÃO

Este capítulo examina a Análise do Discurso (AD), com ênfase em suas principais vertentes teóricas, fundamentos conceituais, abordagens metodológicas e aplicações. Busca-se evidenciar sua relevância como uma abordagem crítica e interdisciplinar, capaz de analisar as dinâmicas discursivas que configuram e são configuradas pelas práticas sociais, ressaltando sua importância como ferramenta de investigação no campo das ciências humanas e sociais e, em especial, suas aplicações na economia criativa.

Guiado pela ótica dos estudos realizados por Orlandi (2007) e Brandão (2005), este estudo se apoia no princípio de que os discursos são condicionados pelas condições materiais, políticas e sociais dos sujeitos, sendo situado em um contexto específico, em um tempo e espaço específicos, e sua materialidade se expressa por meio de complexas relações de poder e disputas ideológicas, econômicas e políticas da sociedade.

Inicialmente, o capítulo aborda os aspectos conceituais da AD, com ênfase em suas raízes filosóficas e nas contribuições teóricas de autores como Michel Pêcheux, Michel Foucault, Louis Althusser, dentre outros. Esses pensadores fornecem os alicerces teóricos para o desenvolvimento da AD moderna, permitindo que este método seja estruturado como uma abordagem interdisciplinar, capaz de articular conceitos da linguística, da filosofia e da psicanálise para compreender os efeitos e as relações de poder presentes nos discursos. No contexto brasileiro, as interpretações e adaptações realizadas por Helena Nagamine Brandão e Eni Puccinelli Orlandi, representam um marco importante para o desenvolvimento do método, ao trazer contribuições específicas para a análise dos discursos inseridos em realidades socioculturais brasileiras.

Na segunda seção, exploramos os aspectos metodológicos da Análise do Discurso, onde são apresentados os processos de seleção do corpus, a identificação das formações discursivas, a análise das condições de produção e o exame das relações interdiscursivas. Também são discutidas as ferramentas tecnológicas que podem auxiliar na operacionalização do método, bem como as limitações e as advertências éticas relacionadas ao uso da AD. Essa seção visa munir os leitores com os conhecimentos necessários para aplicar o método em contextos discursivos diversos, sempre respeitando os pressupostos teóricos e suas diretrizes metodológicas.

Por fim, apresentamos exemplos de aplicação da Análise do Discurso no contexto da Economia Criativa, ilustrando como a AD pode contribuir para os estudos de fenômenos relacionados a esse campo. Para tanto, são discutidos três casos específicos: O poder discursivo nas deliberações, de autoria de Tamara Metz; a política de economização da política cultural na Finlândia, com autorias de Olli Jakonen e Miikka Pyykkönen e; O discurso da política de Economia Criativa no Brasil, de Maximiliano Vila Seoane. Cada aplicação busca demonstrar como a AD pode desvelar as relações de poder e os conflitos ideológicos que permeiam os discursos, além de oferecer subsídios para a formulação de práticas mais éticas e transparentes nestes setores.

Ao longo deste capítulo, buscaremos evidenciar o potencial da Análise do Discurso como um método capaz de articular teoria e prática em investigações complexas. Acreditamos que essa abordagem pode contribuir significativamente para o avanço das ciências humanas e sociais ao oferecer subsídios para a interpretação das dinâmicas discursivas que configuram o mundo contemporâneo, permitindo o desenvolvimento de estratégias analíticas mais refinadas e socialmente transparentes, promovendo uma compreensão mais profunda e crítica das práticas sociais e culturais.

■ TEORIAS, CONCEITOS E APORTES METODOLÓGICOS

ANÁLISE DO DISCURSO

A Análise do Discurso é um campo interdisciplinar que a cada dia se consolida como uma ferramenta indispensável para compreender os fenômenos sociais, históricos e culturais por meio da linguagem. Fundamentada na ideia de que os discursos não são apenas meios de comunicação, mas também práticas que produzem e refletem relações de poder (Foucault, 1970; Pêcheux, 2006), a AD se desdobra em diferentes vertentes teóricas e metodológicas, destacando-se pela sua complexidade e abrangência.

De acordo com Orlandi (2007), a Análise de Discurso, como seu próprio nome indica, não trata da língua, não trata da gramática, embora façam parte do seu corpus, ela trata do discurso. E a palavra discurso, tem sua origem na ideia de curso, de percurso, de movimento. Para a autora, o discurso é a palavra em movimento. Pelo estudo do discurso observa-se o sujeito expressando a sua essência. Nogueira (2008, p. 236) complementa argumentando que a AD “[...] não se aplica unicamente à linguagem escrita, mas a qualquer padrão de significado, seja ele visual ou espacial e, portanto, pode referir-se a textos visuais, tais como a televisão, o cinema, a banda desenhada etc.”

O surgimento dessa vertente da Análise do Discurso está intimamente ligado às correntes linguísticas e filosóficas do século XX. Destacam-se teóricos como Michel Pêcheux, Michel Foucault, Louis Althusser, Jacques Lacan e Ferdinand de Saussure, todos grandes nomes da corrente francesa dos estudos da Análise do Discurso, que usaremos como base neste trabalho.

Segundo Orlandi (2007) “Nos anos 60, a Análise de Discurso se constitui no espaço de questões criadas pela relação entre três domínios disciplinares que são ao mesmo tempo uma ruptura com o século XIX: a Linguística, o Marxismo e a Psicanálise.” Para a autora, a Linguística se fundamenta na afirmação da opacidade da linguagem: seu objeto, a língua, possui uma ordem própria. Essa ideia é essencial para a Análise de Discurso, que evidencia que a relação entre linguagem, pensamento e mundo não é simples ou direta, nem ocorre de maneira imediata entre seus elementos, cada componente possui sua especificidade. A Análise do Discurso também incorpora o materialismo histórico, reconhecendo que a história, embora construída pelo homem, não é plenamente transparente. Ao integrar língua e história na produção de sentidos, os estudos discursivos adquirem uma dimensão material que se diferencia da abstração linguística. Essa abordagem enraíza-se na história para criar significados, resultando em uma forma linguístico-histórica distinta. Assim, a Análise do Discurso não apenas interpreta a linguagem, mas também revela as relações complexas entre discurso, poder e contexto histórico (Orlandi, 2007; Brandão, 2005).

Neste sentido, Pêcheux (2006), foi um dos pioneiros ao propor uma articulação entre a linguística, o marxismo e as ciências sociais, criando um modelo que deslocava o foco da análise do texto para o discurso como prática social. Para Pêcheux, o discurso é atravessado pela ideologia e pelas condições históricas de sua produção, sendo, portanto, inseparável do contexto que o molda. Seu conceito de formação discursiva tornou-se uma das bases fundamentais para o campo da AD. Nele, o conjunto das condições históricas e ideológicas determinam o que pode ser dito em determinado contexto, o

que conforma as possibilidades de sentido. Seguindo esse entendimento, Brandão (2005) assevera que o discurso não pode ser compreendido apenas como texto, mas como um fenômeno profundamente enraizado nas dinâmicas sociais e ideológicas:

“analisar o discurso é fazer desaparecer e reaparecer as contradições: é mostrar o jogo que jogam entre si; é manifestar como pode exprimi-las, dar-lhes corpo, ou emprestar-lhe uma fugidia aparência(...). Analisar o discurso é descrever os “sistemas de dispersão” dos enunciados que o compõem através das suas “regras de formação”. Se eles apresentam um sistema de dispersão semelhante, podendo definir uma regularidade nas suas “formas de repartição”, pode-se dizer que eles pertencem a uma mesma Formação Discursiva.” (Brandão, 2005, p.51)

Nesta linha, Foucault (2002), evidencia que os discursos não apenas refletem a realidade, mas também a constituem, desempenhando um papel ativo na construção de subjetividades e na manutenção de estruturas de poder. Seu conceito de arquivo e sua abordagem arqueológica e genealógica influenciaram profundamente os estudos discursivos. Suas análises evidenciam que os discursos não apenas delimitam o que pode ser dito ou pensado em determinados contextos, mas também configuram práticas que moldam e legitimam os saberes, instituições e poderes vigentes. Assim, Foucault amplia a compreensão dos mecanismos discursivos ao problematizar as verdades estabelecidas e propor uma abordagem crítica sobre as interações entre linguagem, poder e sociedade.

Nesta perspectiva, Althusser (1992) oferece uma contribuição significativa com a noção de interpelação ideológica, elucidando como os sujeitos são “convocados” a ocupar determinadas posições dentro do discurso. Este processo ocorre de maneira inconsciente e involuntária (Guimarães, 2016), sendo mediado por práticas sociais que naturalizam essas posições e fazem com que os sujeitos reconheçam e aceitem como “evidente” o lugar que lhes é atribuído. Segundo Althusser, a ideologia funciona como um sistema de representações que mascara as relações de poder subjacentes, apresentando-as como naturais ou inevitáveis. Assim, sua teoria reforça a compreensão de que os discursos não apenas refletem, mas também estruturam as dinâmicas sociais, atuando como instrumentos essenciais na reprodução das condições materiais e simbólicas da sociedade.

Outro teórico importante da AD, Lacan (1978), traz a ideia de que o inconsciente é estruturado como linguagem, ressaltando o papel da psicanálise na análise discursiva. Ao destacar que o sujeito é constituído no e pelo discurso,

Lacan sugere que a linguagem não é apenas um meio de expressão, mas também o espaço onde os desejos, as faltas e os significados se articulam. Sua teoria do simbólico, do imaginário e do real, oferece ferramentas para compreender como os sentidos emergem e se deslocam, revelando as fissuras e os não-ditos que permeiam os discursos. Assim, a psicanálise lacaniana contribui para a análise discursiva ao explorar as camadas de significação que escapam à consciência, ampliando a compreensão das relações entre sujeito, linguagem e cultura.

Já Saussure (2006), embora focado na linguística estrutural, forneceu uma base importante ao estabelecer as relações entre significante e significado, elemento essencial para entender como os sentidos são produzidos no discurso. O significante refere-se à forma concreta do signo linguístico, ou seja, a sequência de sons (na fala) ou de letras (na escrita) que compõem uma palavra, como “árvore”, por exemplo. O significado, por outro lado, é o conceito ou a ideia mental que o significante evoca, como a imagem de uma planta com tronco, galhos e folhas. Saussure (2006) propõe que a relação entre significante e significado é arbitrária e convencional, o que significa que não há uma ligação intrínseca ou natural entre a forma de uma palavra e o conceito que ela representa; essa associação é estabelecida por convenções sociais dentro de uma comunidade linguística. Além disso, Saussure vê a língua como um sistema de signos em que cada signo é definido não apenas pela relação entre significante e significado, mas também por suas diferenças em relação a outros signos dentro do sistema linguístico. O autor também introduziu a ideia de que a língua é um sistema de diferenças, no qual os signos adquirem sentido não de forma isolada, mas em relação a outros signos dentro do sistema. Essa concepção abriu caminho para análises que vão além da palavra ou sentença individual, permitindo compreender o funcionamento das estruturas que sustentam os discursos. Sua teoria do signo linguístico, apesar de criticada por sua aparente abstração, revelou-se fundamental para investigações sobre como os sentidos são articulados e naturalizados em diferentes contextos discursivos.

Não obstante, constata-se que a Análise do Discurso se configura como um campo multifacetado, que transita entre a linguística, a filosofia e as ciências sociais. Este campo oferece um aparato teórico e metodológico sofisticado para investigar não apenas o que é enunciado, mas também o que é silenciado, bem como a forma e a razão pela qual algo é dito em um dado contexto histórico. Assim, a AD possibilita uma compreensão aprofundada das relações de poder, das ideologias e das estruturas sociais que permeiam e são reproduzidas através dos discursos.

PARA QUE ESTE MÉTODO É INDICADO?

A Análise do Discurso constitui uma abordagem metodológica essencial para compreender a construção, a circulação e a transformação dos sentidos em contextos sociais, históricos e ideológicos (Pêcheux, 2006; Orlandi, 2007; Brandão, 2005; Nogueira, 2008). Essa perspectiva permite investigar fenômenos em que a linguagem desempenha um papel central, como a produção de subjetividades, a legitimação de ideologias e a organização das relações de poder. Na visão de Nogueira (2008, p. 236), a Análise do Discurso “oferece rotas para o estudo dos significados, uma forma de investigar o que está implícito e explícito nos diálogos que constituem a ação social, os padrões de significação e representação que constituem a cultura”. Para a autora, a AD é mais bem compreendida como um campo de pesquisa do que como uma simples prática, sendo possível identificar diferentes abordagens e concepções.

Sua aplicabilidade abrange diversas áreas do conhecimento, como a educação, a política, a comunicação, as ciências sociais e culturais, bem como os estudos de gênero. Para Fischer (1995, p. 23): “De dentro mesmo dos textos, a análise deverá fazer emergirem os imbricados enunciados de outras formações - como a da medicina, da psicanálise, da pedagogia, da teoria da comunicação, da publicidade -, permitindo que se tenha um quadro descritivo dessas práticas [...]”.

No campo educacional, por exemplo, a AD pode ser utilizada para examinar como os discursos sobre inclusão escolar refletem e reproduzem ideologias relacionadas à igualdade e ao mérito. Na esfera política, permite a análise das narrativas empregadas por líderes para construir representações de unidade ou exclusão, legitimando determinadas decisões. Já no contexto midiático, a AD possibilita identificar de que modo os discursos veiculados reforçam ou contestam estereótipos sociais, assim como sugere Fischer:

No caso dos textos da mídia sobre a adolescência, será necessário fazer a pergunta: quem é o enunciador? De onde ele fala? Tudo indica que há, permanentemente, um jogo entre os que chamarei “enunciadores-autoridades” (a “voz da experiência” dos mais velhos, dos peritos ou mesmo dos astros da mídia), os quais avalizam os enunciados constitutivos de um “ser jovem”, e aqueles “enunciadores-adolescentes”, inseridos na trama discursiva de autoridade (Fischer, 1995, p. 23).

Assim, a Análise do Discurso se apresenta como um método imprescindível para a investigação dos efeitos de sentido em práticas discursivas situadas historicamente e socialmente, nos mais variados campos sociais.

COMO ESTE MÉTODO FUNCIONA?

Conforme entende Orlandi (2007), a prática da Análise do Discurso é composta por um conjunto sistemático de etapas que tem como objetivo garantir uma abordagem completa. Essas etapas vão além da simples análise do conteúdo do discurso; elas também levam em consideração as condições de produção e as relações interdiscursivas que o discurso cria com outros textos e práticas discursivas. Para a autora, a AD não se limita à superfície textual, mas busca desvendar os processos de significação que estão imbricados nas estruturas linguísticas e nas dinâmicas sociais. Dessa forma, a AD propõe que a produção dos sentidos se dá em um espaço de tensão entre diferentes formações discursivas, sendo o sujeito um efeito dessas relações. Isso significa que o discurso não é simplesmente uma expressão individual, mas resulta de um jogo entre o que já foi dito (interdiscurso) e o que pode ser enunciado em determinado contexto (intradiscurso).

Com essa perspectiva, passamos agora a elencar algumas das principais etapas que compõem esse método:

- **Coleta do Corpus:** consiste na delimitação do corpus de análise, que pode incluir textos, discursos, representações visuais, audiovisuais ou documentos históricos. A escolha do material deve estar alinhada aos objetivos da pesquisa, assegurando sua relevância e representatividade em relação ao fenômeno estudado.
- **Identificação das Formações Discursivas:** nesta etapa, identifica-se o conjunto de regularidades que organiza os sentidos no corpus, considerando as formações ideológicas envolvidas. A análise revela as condições do dizer e os limites que geram silenciamentos e exclusões no contexto discursivo.
- **Análise das Condições de Produção:** envolve examinar os contextos históricos, sociais, políticos e ideológicos envolvidos na produção do discurso, considerando os oradores, as instituições e as relações de poder para compreender como o significado é condicionado pelas estruturas sociais.
- **Mapeamento Interdiscursivo:** nesta fase, identifica-se as relações entre o discurso analisado e outros, contemporâneos ou históricos,

destacando continuidades, rupturas e contradições nas redes interdiscursivas que sustentam a produção dos sentidos.

- **Interpretação dos Efeitos de Sentido:** por fim, interpreta-se os efeitos de sentido do discurso, analisando ambiguidades, silenciamentos, estratégias e disputas hegemônicas que revelam as dinâmicas ideológicas subjacentes.

O processo analítico da Análise do Discurso é de caráter dinâmico e interativo, permitindo revisões e aprofundamentos em etapas anteriores à medida que novos elementos emergem no curso da investigação. Essa flexibilidade é crucial para assegurar a rigorosidade metodológica e a complexidade interpretativa características da abordagem discursiva.

QUAIS RECURSOS PODEM SER EMPREGADOS COM ESTE MÉTODO?

A Análise do Discurso pode utilizar uma variedade de recursos metodológicos e tecnológicos que auxiliem na coleta, organização e interpretação do corpus, à escolha. Sua teoria do signo linguístico, apesar de criticada por sua aparente abstração, revelou-se fundamental para investigações desses recursos, depende dos objetivos da pesquisa e das características do material discursivo. Entre os principais, destacam-se:

- **Equipamentos e Tecnologias:**
 - Computadores e softwares especializados são amplamente utilizados para organização, codificação e análise de dados textuais, permitindo identificar padrões discursivos e recorrências no corpus.
 - Softwares como o Transcriber ou o Express Scribe facilitam a transcrição de discursos orais em formato textual, garantindo precisão e agilidade no tratamento de áudio e vídeo. Essas ferramentas são essenciais em estudos que envolvem entrevistas, debates ou registros audiovisuais.
- **Materiais bibliográficos e documentais:**
 - **Referências Teóricas:** livros, artigos acadêmicos e outras fontes teóricas são fundamentais para embasar a análise, fornecendo categorias conceituais e metodológicas alinhadas aos pressupostos da AD.
 - **Documentos Históricos e Práticas Discursivas:** fontes como arquivos históricos, jornais, revistas, publicações digitais e audiovisuais permitem investigar como os discursos se situam e

interagem em contextos sociais e temporais específicos. Esses materiais possibilitam a análise das condições de produção e das relações interdiscursivas.

- **Dados Complementares:**
 - **Informações Contextuais:** estatísticas, dados socioeconômicos, legislações, relatórios institucionais ou outros registros que contextualizam o corpus são frequentemente utilizados para enriquecer a análise. Esses dados ajudam a sustentar interpretações sobre as condições de produção e as relações de poder que atravessam os discursos.
 - **Dados Empíricos Adicionais:** quando relevantes, entrevistas, questionários ou observações podem ser incorporados para complementar a análise e aprofundar a compreensão das práticas discursivas.

QUANDO NÃO USAR O MÉTODO?

Segundo Orlandi (2007), embora amplamente utilizada em estudos qualitativos voltados à interpretação de sentidos em práticas discursivas, a Análise do Discurso não é adequada para contextos que exigem abordagens predominantemente quantitativas ou avaliações empíricas de fenômenos naturais ou exatos. Assim, a AD não deve ser empregada em casos como:

- **Ausência de Práticas Discursivas no Objeto de Estudo:** quando o fenômeno investigado não envolve a linguagem ou práticas discursivas, como experimentos laboratoriais em ciências naturais que não dependem de processos de significação ou enunciação.
- **Objetivos Restritos à Identificação de Relações Puramente Causais:** a AD não é adequada para análises que busquem estabelecer relações de causa e efeito de maneira isolada, sem considerar as dimensões sociais, culturais e históricas que moldam a produção dos sentidos.
- **Corpus Insuficiente ou Inadequado:** a eficácia da AD depende de um corpus que permita a análise detalhada das condições de produção, do interdiscurso e das formações ideológicas. Um corpus limitado, inconsistente ou descontextualizado compromete a profundidade e a validade da interpretação discursiva.
- **Impossibilidade de Recuperar o Contexto Social e Histórico:** como a AD pressupõe a análise das condições de produção do discurso, sua aplicação se torna inviável quando o contexto sociocultural e histórico

do corpus não pode ser adequadamente acessado ou analisado. Sem essa dimensão, as interpretações podem ser frágeis ou enviesadas.

Essas limitações ressaltam a necessidade de alinhar rigorosamente o objeto de estudo, os objetivos e os pressupostos metodológicos. A escolha da AD deve ser baseada na adequação de seus princípios e ferramentas ao fenômeno investigado, evitando aplicações que comprometam a validade dos resultados.

O QUE DEVE SER FEITO EM SITUAÇÕES DE IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DE ALGUMA FASE/PRINCÍPIO/PRESSUPOSTO DO MÉTODO?

Em situações em que uma etapa, princípio ou pressuposto da AD não possa ser plenamente aplicado, é crucial justificar detalhadamente as razões dessa impossibilidade e propor adaptações que mantenham a consistência do processo analítico. De acordo com Brandão e Orlandi (2005; 2007) alguns procedimentos recomendados incluem:

- Ausência de contexto histórico: caso o contexto histórico seja insuficiente, é necessário recorrer a outras fontes, como entrevistas, registros institucionais ou publicações contemporâneas, para uma reconstrução parcial, atenuando a lacuna contextual de maneira restrita.
- Dificuldade em identificar o interdiscurso: quando a identificação do interdiscurso for inviável devido à falta de dados ou relações discursivas claras, a análise deve focar no corpus disponível, reconhecendo a ausência dessas relações como uma limitação metodológica a ser explicitada na pesquisa.
- Triangulação Metodológica: para mitigar as limitações da ausência de dados ou da aplicação de pressupostos da AD, pode-se recorrer à triangulação metodológica, combinando-a com abordagens complementares, como entrevistas, observações, análises estatísticas ou estudos de caso, ampliando a compreensão do fenômeno.
- Transparência e Reflexividade: Todas as adaptações devem ser explicitadas no texto, com justificativas e reflexões sobre seus impactos na análise, garantindo a validade científica e a compreensão dos limites e possibilidades do estudo.

Esses procedimentos buscam assegurar que, mesmo diante de limitações, a análise mantenha rigor metodológico e coerência interpretativa, preservando a relevância dos resultados para a compreensão das práticas discursivas em questão.

QUAIS OS PRINCIPAIS MÉTODOS QUE SÃO ARTICULÁVEIS COM O MÉTODO?

A Análise do Discurso é versátil e pode ser combinada com outros métodos para enriquecer a análise do objeto estudado, porém, como analisa Nogueira:

A AD hoje é multi e interdisciplinar. Esta situação pode muitas vezes induzir em confusão, principalmente para quem começa a dar os primeiros passos nestas abordagens, já que estas diferentes abordagens diferem em muitas dimensões, dimensões essas que são fundacionais logo fundamentais, e também metodológicas (Nogueira, 2008, p. 241).

Abaixo, listamos algumas delas:

- Análise de Conteúdo: complementa a AD ao identificar frequências ou padrões em grandes corpora textuais.
- Etnografia: oferece dados contextuais detalhados sobre as práticas discursivas em ambientes específicos.
- Observação Participante: permite explorar dimensões subjetivas e inconscientes nos discursos.
- História Oral: ajuda a recuperar memórias e narrativas que dialogam com os discursos analisados.

Essas articulações ampliam o alcance e a profundidade da análise, permitindo abordar questões em que a AD isolada poderia não ser suficiente para esgotar as possibilidades de interpretação do objeto de estudo.

QUAIS SÃO AS ADVERTÊNCIAS E RISCOS ÉTICOS DA UTILIZAÇÃO DESTE MÉTODO?

Para mitigar esses riscos, o analista do discurso deve garantir a contextualização completa do material analisado, fundamentar interpretações em bases teóricas sólidas e respeitar os direitos dos participantes envolvidos direta ou indiretamente no corpus. A reflexão ética deve ser contínua ao longo de todo o processo analítico. Neste sentido, a AD não realiza uma leitura subjetiva, ou seja, aquela na qual o leitor busca conteúdos e projeta no texto categorias de análise que não passam por nenhum tipo de filtro crítico. Da mesma maneira, o analista não deve praticar leituras des-historicizadas, nas quais reduz-se o

texto a uma rede de nexos coesivos e argumentativos (Mariani 2004; Brandão 2005; Orlandi, 2007). Na visão de Mariani,

Discutir a questão da ética em pesquisa linguística supõe construir um recorte desse tema de modo a permitir, por um lado, discorrer sobre o que se entende por ética e seus sentidos, em termos específicos, para, por outro, formular questões pertinentes à pesquisa no campo das ciências da linguagem (Mariani, 2004, p.10).

Não obstante, outros riscos éticos associados à AD incluem:

- Interpretação enviesada: é essencial que o analista se mantenha crítico e transparente, evitando projeções pessoais nos dados.
- Descontextualização: a retirada de enunciados de seu contexto pode levar a conclusões inadequadas ou mesmo preconceituosas.
- Exposição indevida: o uso de materiais sensíveis ou protegidos por confidencialidade exige consentimento e rigor ético.

■ APLICAÇÕES E ILUSTRAÇÕES

A Economia Criativa (EC) constitui um modelo econômico fundamentado na geração de valor por meio da criatividade e da inovação. Na visão de Pacheco, Benini e Mariani (2018) a EC “[...] desponta no cenário das conhecidas economias de transição por ser intensiva em um recurso intangível e abundante: a criatividade”. Ela abrange setores associados à cultura, tecnologia e empreendedorismo, incluindo áreas como artes, design, moda, audiovisual, tecnologia da informação, publicidade, arquitetura, turismo cultural, entre outros. Para De Marchi:

A ideia de economia criativa tem sido adotada por diversos governos e organizações internacionais como diretriz de políticas públicas para os setores de Comunicação e cultura. Implícita em seu conceito está uma perspectiva que rearticula a relação entre cultura, economia e sociedade (De Marchi, 2014, p. 193).

Nesta perspectiva, a AD emerge como uma ferramenta essencial para compreender os sentidos que orientam as interações entre atores, produtos e narrativas, possibilitando reflexões mais aprofundadas sobre os desafios e as oportunidades que esse campo apresenta. A seguir, iremos abordar alguns exemplos da aplicação do método Análise do Discurso no âmbito da Economia Criativa.

APLICAÇÃO I

O estudo *Discursive Power in Deliberations: A Case of Redevelopment for the Creative Economy in the Netherlands*, de Tamara Metzke (2009), investiga o papel do poder discursivo em experimentos de governança deliberativa, com foco na reestruturação de antigas instalações industriais para a economia criativa na Holanda. A autora utiliza a Análise do Discurso como estrutura metodológica para examinar dinâmicas de poder e significado, com ênfase no conceito foucaultiano de poder discursivo, que considera o discurso não apenas um meio de comunicação, mas também um mecanismo que molda práticas sociais e normas institucionais. Com base nas experiências de uma Comunidade de Prática (CoP), o estudo analisa como os discursos dominantes, como o de “empreendedorismo”, são reproduzidos ou contestados por meio do conceito de “trabalho de fronteira”, caracterizado pela delimitação discursiva para reforçar argumentos e reproduzir poder. A autora explora como atores navegam e negociam essas fronteiras discursivas, desestabilizando narrativas dominantes e introduzindo alternativas, como o discurso de “empreendedorismo cultural”. O estudo destaca ainda a importância da aprendizagem coletiva e das dinâmicas deliberativas na formação de novas coalizões discursivas, revelando como práticas discursivas influenciam os resultados das políticas e permitem transformações nos contextos de governança. No aspecto metodológico, a autora utilizou uma abordagem qualitativa por meio do método Análise de Discurso e da Etnografia, incluindo observações, gravações, atas de reuniões e entrevistas.

RESULTADOS

O estudo permitiu identificar e interpretar o papel do poder discursivo no processo de requalificação de áreas industriais para a economia criativa, assim como:

- Compreender a dinâmica entre discursos dominantes e subordinados: o discurso dominante de “empreendedorismo” favorecia demolições e novos empreendimentos voltados ao lucro econômico imediato. Já o discurso subordinado de “empreendedorismo cultural” enfatizava a preservação do valor cultural e histórico dos locais, aliada à sustentabilidade econômica de longo prazo;
- Revelar as limitações e sucessos da governança deliberativa: apesar de esforços para reduzir desigualdades de poder, o discurso dominante frequentemente prevalecia devido a vieses implícitos e pressões institucionais. Ainda assim, intervenções deliberativas permitiram a criação de espaços discursivos onde novas interpretações e coalizões emergiram.

Este estudo demonstrou, a partir dos métodos empregados, sua capacidade de mapear como as ideias e práticas são articuladas, contestadas e transformadas, especialmente em contextos complexos como o da economia criativa, bem como destacam a complexidade das interações discursivas em processos de governança e a importância de considerar as dimensões de poder e significado nas deliberações políticas.

APLICAÇÃO II

O artigo *The Politics of Economization of Cultural Policy*, de Olli Jakonen e Miikka Pyykkönen (2023), examina as transformações institucionais e discursivas na política cultural finlandesa, com foco na economização e empreendedorização do trabalho cultural. A partir de uma abordagem que integra análise crítica do discurso e institucionalismo discursivo, os autores investigam a justificativa dessas mudanças em documentos oficiais, seus impactos nas práticas institucionais e a reconfiguração das políticas culturais, incluindo os desafios advindos da pandemia de COVID-19.

METODOLOGIA

Os autores adotam uma abordagem combinada de Análise Crítica do Discurso (ACD) e institucionalismo discursivo para examinar documentos políticos finlandeses de 1999 a 2023. A análise abrange práticas socioculturais, institucionais, discursivas e textuais, com base em 18 documentos selecionados por sua pertinência à economização da política cultural, além de observações de projetos e estratégias associadas.

RESULTADOS

O estudo de Jakonen e Pyykkönen (2023) analisa a economização da política cultural na Finlândia, destacando a integração da cultura à lógica econômica e o surgimento do “artrepreneur”. Embora a ênfase esteja na competitividade e no mercado, há tensões discursivas, especialmente entre os Ministérios da Educação e Cultura e do Emprego e Economia. A resistência à “marketização” da arte persiste, e a pandemia de COVID-19 intensificou debates sobre a segurança social dos trabalhadores criativos. O estudo sugere investigações futuras sobre os impactos das novas políticas na estabilidade e sustentabilidade financeira do setor.

APLICAÇÃO III

O artigo “Cultura Viva, a Challenge to the Creative Economy Policy Discourse in Brazil”, de Maximiliano Vila Seoane (2017), explora dois discursos de políticas culturais no Brasil: a economia criativa e o programa Cultura Viva. O objetivo geral foi analisar como essas políticas conectam a cultura ao conceito de “desenvolvimento”, destacando seus impactos sociais e econômicos. Enquanto a economia criativa prioriza a comercialização da cultura, o Cultura Viva promove o acesso e a inclusão social, especialmente de grupos marginalizados.

METODOLOGIA

O autor adotou a abordagem Análise do Discurso da Sociologia do Conhecimento (ADSC), que combina elementos da sociologia do conhecimento com a teoria discursiva de Foucault. A pesquisa analisou documentos oficiais, artigos de imprensa e entrevistas com formuladores e implementadores de políticas públicas. A análise baseou-se em: declarações e práticas discursivas; estruturas de significado e efeitos de poder. O método incluiu codificação dos materiais segundo técnicas da Teoria Fundamentada para identificar as diferenças discursivas, com foco em objetivos, conceitos chave e público-alvo.

RESULTADOS

Este estudo identificou que a cultura é tratada como recurso econômico, com ênfase na geração de empregos e comércio. O “empreendedor criativo” é central no discurso, reforçando uma perspectiva comercial. Enfatizou-se as dimensões simbólicas e cidadãs da cultura antes da econômica. Priorizou-se a inclusão social e direitos culturais, especialmente de comunidades marginalizadas (indígenas, quilombolas e periféricas). Os autores perceberam que a economia criativa segue uma abordagem top-down, com foco em lacunas a serem preenchidas, como financiamento e treinamento para empreendedores criativos. E adota uma abordagem bottom-up, financiando projetos existentes de organizações sem fins lucrativos, promovendo autonomia e participação comunitária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como discorreremos ao longo deste capítulo, Análise do Discurso se configura como um campo multifacetado que alia rigor teórico e flexibilidade metodológica, essencial para a investigação das dinâmicas sociais, históricas e

culturais mediadas pela linguagem. Este buscou sintetizar de forma didática os principais fundamentos teóricos e operacionais da AD, destacando sua capacidade de integrar saberes de diversas disciplinas, como linguística, filosofia, psicanálise e ciências sociais. Essa interdisciplinaridade fortalece a aplicação da AD em contextos variados, consolidando-a como uma abordagem fundamental para a compreensão crítica de fenômenos contemporâneos.

Ao revelar que os discursos não apenas refletem, mas também constituem práticas sociais e relações de poder, a AD permite desvelar os mecanismos pelos quais as ideologias se naturalizam e as subjetividades são formadas. Por meio da análise de formações discursivas, interdiscursos e condições de produção, esse método possibilita mapear como os sentidos são construídos, disputados e transformados em contextos históricos específicos. Nesse sentido, a AD se reafirma como uma ferramenta analítica crucial para interpretar os desafios e complexidades do mundo contemporâneo, especialmente em um cenário caracterizado pela intensificação dos fluxos discursivos e pela intensificação das disputas simbólicas nos mais diversos campos.

Os exemplos apresentados ao longo do capítulo, como as análises no campo da economia criativa e das políticas culturais, demonstram a aplicabilidade da AD em cenários dinâmicos e complexos. A análise dos discursos dominantes e subordinados, assim como as tensões entre ideologias hegemônicas e alternativas, ilustra como os sentidos circulam e se cristalizam nas práticas institucionais e sociais. Esses estudos evidenciam a relevância da AD para compreender fenômenos globais, como as reconfigurações econômicas, e locais, como as políticas de inclusão cultural, além de ressaltar sua eficácia na interpretação das relações entre linguagem, poder e sociedade.

Ademais, a necessidade de contextualização dos discursos, o respeito aos princípios éticos e a transparência nas limitações analíticas reforçam o compromisso da AD com uma prática de pesquisa responsável e reflexiva. Essa postura ética não apenas protege os sujeitos envolvidos nas análises, mas também legitima os resultados e fortalece a confiança na robustez metodológica do campo. Dessa forma, a AD contribui significativamente para o avanço das ciências humanas e sociais, oferecendo ferramentas que permitem questionar e resignificar os discursos que moldam as práticas e representações da sociedade. Sua capacidade de integrar teoria e prática, em diálogo com outros métodos e perspectivas, a torna uma abordagem singular e essencial para a investigação dos fenômenos discursivos no mundo contemporâneo. A AD, portanto, se consolida como um caminho não apenas para a análise, mas também para a transformação crítica das realidades que permeiam as relações humanas e sociais.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de estado. 6. ed. Rio de Janeiro: Graael, 1992.
- BRANDÃO, H. H. N. **Introdução à análise do discurso**. 2. ed. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 2005.
- DE MARCHI, L. Análise do Plano da Secretaria da Economia Criativa e as transformações na relação entre Estado e cultura no Brasil. **Intercom – RBCC** São Paulo, v.37, n. 1, p. 193-215, jan./jun., 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/intercom/a/6KpyxCsZjRDtFM39FDP3L9P/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 mar., 2025.
- EMMENDOERFER, M. L.; GOMES, B. M. A. (org). **Métodos qualitativos para análise de políticas públicas**. Salvador, BA: Editora Motres, 2023.
- FISCHER, R. M. B. A análise do discurso: para além de palavras e coisas. **Educação & Realidade**, v. 20, n. 2, p. 18-37, jul./dez. 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoe realidade/article/view/71741>. Acesso em: 11 mar. 2025.
- FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. 6.ed., 1. reimpr. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 9. ed. São Paulo, SP: Loyola, 2003.
- JAKONEN, O; PYYKKÖNEN, M. The Politics of Economization of Cultural Policy: the institutional changes in the creative economy discourse and entrepreneurial artists in Finnish cultural policy. **Nordisk kulturpolitisk tidsskrift**, v. 26, n. 2, p. 126-145, 2023. Available at: <https://doi.org/10.18261/nkt.26.2.3>. Accessed on: 14 Dec. 2024.
- LACAN, J. **Escritos**. São Paulo, SP: Perspectiva, 1978.
- MARIANI, B. Ética, pesquisa e análise do discurso. **Rua**, Campinas, v. 10, n. 01, p. 9-22, 2004. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8640761>. Acesso em: 11 mar. 2025.
- METZE, T. A. P. Discursive power in deliberations: a case of redevelopment for the creative economy in the Netherlands. **Policy and Society**, v. 28 p. 241–251, 2009. Available at: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S1449403509000721#!>. Accessed on: 14 Dec. 2024.
- NOGUEIRA, C. Análise(s) do Discurso: diferentes concepções na prática de pesquisa em psicologia social. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 24 n. 2, p. 235-242, Jun., 2008, Disponível em: <https://www.scielo.br/j/jptp/a/JL4Cq5QbhzqQzjc3B7Ygh6g/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 11 mar. 2025.
- ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. 7. ed. Campinas, SP: Pontes, 2007.
- ORLANDI, E. P. **Discurso e leitura**. 2. ed. São Paulo, SP: Cortez, Campinas: Ed. da UNICAMP, 1993.
- ORLANDI, E. R. **Língua e conhecimento linguístico**. São Paulo: Cortez Editora, 2002.
- PACHECO, A. P. C.; BENINI, E. G.; MARIANI, M. A. P. O discurso global da economia criativa: frameworks: para o desenvolvimento econômico. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, [S. l.], v. 14, n. 5, 2018. Disponível em: <https://www.rbgrd.net/revista/index.php/rbgrd/article/view/4095>. Acesso em: 11 mar. 2025.
- PÊCHEUX, M. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. 4. ed. Campinas: Pontes, 2006.
- SAUSSURE, F. **Curso de linguística geral**. 27. ed. São Paulo, SP: Cultrix, 2006.
- SEOANE, M. V. Cultura Viva, a Challenge to the Creative Economy Policy Discourse in Brazil. **Bulletin of Latin American Research**, v. 36, n.4, p. 424-439, 2017. Available at: <https://online-library.wiley.com/doi/full/10.1111/blr.12637>. Accessed on: 14 Dec. 2024.

CAPÍTULO 13

Estudos Críticos Discursivos em Economia Criativa*

Jorge Leal da Silva

Anthony Alves da Rocha Thuner

■ INTRODUÇÃO

Neste capítulo do livro propomos uma visão aplicada dos estudos críticos discursivos em Economia Criativa. Embora o instituto da *Critical Discourse Analysis* (CDA) tenha sido alçado enquanto arcabouço teórico-metodológico nas ciências sociais aplicadas, sua operacionalização tem se dado um tanto quanto confusa (Dunn e Neumann, 2016). A aversão aos manuais positivistas reforçada por Fairclough (2001, 2016), é sem embargo, fonte da ausência de sistematização dos processos metodológicos quando transplantada da linguística para a administração pública. A CDA se vale da compreensão de como as ideologias se constituem e operam nos e pelos discursos produzidos em espaços específicos e para além deles, funcionando por meio da conexão de estruturas macro (poder, dominação e desigualdades) e micro (linguagem, discurso, interação verbal e comunicacional) analíticas (Van Dijk, 2015). Sua mister explicativa apresenta aderência em debates sobre diversas questões da vida social, dentre elas, o controle e a manipulação institucional (Van Dijk, 2015; Magalhães, 2003).

Utilizar o arcabouço teórico-metodológico da CDA em associado ao que ocorre no campo da percepção dos atores da vida social significa compreen-

* Este capítulo é decorrente do projeto de pesquisa institucionalizado na Universidade Estadual do Tocantins – UNITINS (processo 2025/20320/000070). E também fruto das discussões do Grupo de Pesquisa CNPq “Ideas, Discourses and Management” liderado por Jorge Leal da Silva. Registra-se aqui agradecimentos especiais à professora Marina Parreira Barros Bitar e ao professor Magnus Luiz Emmendoerfer. Agradeço a UNITINS na qualidade de Bolsista de Produtividade da UNITINS (edital Unitins/Proesp/DPI N° 005/2025). Parte do texto foi publicada nos Anais do X Encontro Brasileiro de Administração Pública ISSN: 2594-5688 em 2021, e posteriormente e no mesmo ano, nos anais do XLV Encontro da ANPAD - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração. Esses espaços reuniram importantes contribuições ao presente capítulo de livro. Agradecemos também aos revisores anônimos.

der que, ao ser emanado, os discursos humanos são fortemente carregados de sentidos “[...]que os molda e (re)instrumentaliza-os, para ajustá-los a suas necessidades” (Fairclough, 2001, p.75) materiais e sociais (Hanai, 2021). Se há particularizações deste mundo das percepções próprias, localmente articuladas, expressas em sua importância auto atribuída e operadas sob a circunstancialidade tal qual a história de vida do sujeito experiencial, questiono: o que é óbvio? Proponho-me a reunir bases teórico metodológicas para pensarmos possíveis respostas a essa necessária questão na administração pública. Suponho dizer que análises óbvias são aquelas reduzidas ao (i) identificar padrões de uso da língua capturando as plurais leituras do mundo (contendo ideias); e (ii) aquelas circunscritas exclusivamente nos três processos de commodificação discursiva (produção, distribuição e consumo).

Em avanço, argumento que é na apreensão de múltiplos sentidos produzidos, reproduzidos e consumidos socialmente que o analista do discurso deve incorporar a presunção de possibilidade afastando-se do determinismo rígido dos seus apontamentos. A CDA está longe de determinismos e fixa suas bases em condições explicativas em como a língua está em (dis)curso (Fairclough, 2001). Isso não significa que as análises se fundam pelo relativismo exacerbado do mundo das possibilidades, cuja imprecisão abalaria a objetividade e utilidade dos seus achados. De modo mais concreto, se o postulado da governança democrática tem sido ou não descaracterizado por lógicas fisiológicas e anômalas ao funcionamento do Estado republicano, a sua confirmação resulta, na verdade, em constatações triviais assentadas sobremaneira em agendas de pesquisa entre a Ciência Política e a Administração Pública (Graham, 2018). Afinal, os modos de vida da política e da administração não raramente encontram-se sobrepostos (Fillipin, 2017). A invasão de interesses privados na esfera pública (Habermas, 1989), o balizar discursivo (e por ora, personalizado) de reformas institucionais (Winther; Lindegaard, 2020; Graham, 2018), o agir dos congressistas e burocratas em favor próprio, o negligenciamento das demandas da população, decisões polêmicas ou até mesmo em contrário ao julgamento popular (Hanai, 2021), são alguns dos exemplos cabais de aplicação da CDA. Fluxos agindo na formação da *agenda-setting* são teorizados e suas negociações são analisadas à luz dos discursos firmados como auto interessados, invertidos e alheios a um conjunto de prioridades governamentais definidas em planos de governo. A atuação das burocracias ora é lida como tortuosa ou virtuosa, ora marcada pelo embate ou até mesmo por alianças e apoios ideológicos específicos, havendo em sua explanatória, o antagonismo já superado entre Administração e Política (Fillipin, 2017). Se por um lado, todas essas constatações nos informam problematizações não

datadas tampouco dissolvidas com os mais modernos avanços das ciências administrativas, jurídicas e econômicas, por outro, questiona-se, na presença delas, até que ponto reafirmá-las – ainda que em contextos e manifestações distintas – engendra ou não análises “*more of same*” ou inéditas na pesquisa aplicada da CDA em administração pública. Como podemos explicitar a sua emergencialidade e relevância para o campo por meio da CDA? Nesse sentido, em que os discursos importam para a área?

Desvelar os abusos de poder, as diferentes formas de dominação e as desigualdades sociais são seguramente as preocupações centrais de analistas do discurso movidos pelo fazer da crítica a despeito das práticas organizacionais e institucionais subjacentes. Afinal, como poderia o Estado funcionar e se organizar em torno de práticas (assumindo-as como dadas e certas) que fomentam as desigualdades? Seria no mínimo um contrassenso, haja visto que o papel do Estado no combate às desigualdades é central e formal.

No entanto, esses são esforços analíticos situados no nível macro da CDA, havendo por outro, no nível micro, a importância de apontar para o uso da linguagem, dos discursos e dos processos interacionais verbais e comunicativos na conformação dessas práticas (Van Dijk, 2015), que conforme argumento aqui, têm sido incipientemente explorados. Ou até mesmo direcionados por avaliações moralistas de como o mundo deveria ser (deôntico) a partir de perspectivas em sentido estrito. Não casualmente os críticos da CDA apontam que o termo “crítica” que carrega em sua denominação informa *per se* os perigos do julgamento moral por parte do analista que a empreende (Graham, 2018). Por outro lado, distante da afirmativa de que a escolha por níveis analíticos macro e micro da CDA se anulam, argumento o contrário, de que ambos se complementam e subsidiam em conjunto uma genuína explanatória crítica dos discursos de modo a afastar possíveis julgamentos morais perniciosos. São muitos os estudos em administração pública que se apropriam dos moldes analíticos-discursivos de Fairclough (2001) e Van Dijk (2015) e seus seguidores – ambos autores expoentes do arcabouço teórico-metodológico da CDA– (Filho, 2011; Souza, Alcântara e Pereira, 2018; Jane Mulderrig, 2017; Jensen, Hazelton e Wellman, 2020; Tracy Smith-Carrier, 2021) e que são impelidos por práticas de pesquisa que se assentam inevitavelmente no campo multidisciplinar. Embora não exclusivo, o confronto teórico com teorias de médio alcance da Ciência Política e a explanatória sobre mudanças institucionais sob a perspectiva discursiva (vide o Institucionalismo Discursivo de Vivien Schmidt, por exemplo) apresentam-se como exemplos clássicos dessa multidisciplinaridade que deposita nos discursos, centralidade analítica. Logo,

é real a profusa formação de agendas de pesquisa entre essas duas áreas (Amorim-Neto e Rodriguez, 2016).

No entanto, para além do carácter multidisciplinar, há aperfeiçoamentos de ordem metodológica que, se observados, fortaleceriam a aplicação da CDA em públicas de modo a afastar também a afirmação do óbvio. Bennett e Checkel se preocupam com a redução de potenciais erros inferenciais quando da aplicação do *process tracing* em administração pública (Bennett e Checkel, 2015; Venesson, 2008) e sua decorrente análise qualitativa dos dados, com a aplicação da análise discursiva, não é diferente quando se constata arbitrariedade na escolha de textos (Scholz, 2019). Isso porque argumento que a “CDA bem feita” não está isenta dos preceitos do *process tracing* de recorrer a: i) pesquisa documental; ii) da formação do Banco de Discursos *ad hoc*; iii) da coleta e análise simultânea dos dados; iv) da leitura densa de teorias e; v) especialmente da análise qualitativa *line by line* dos enunciados dos discursos como forma de verificação e falsificação hermenêutica. Como fazer tudo isso? Aqui está uma discussão a qual organizo com este artigo.

Ao longo do capítulo espero que fique claro que o papel dos discursos na explanatória macro e micro da CDA não estão reduzidos a meros atos radicais de linguagem, mas apresentados como chaves poderosas que descrevem e explicam práticas institucionais não necessariamente aceitas socialmente. Aqui está uma das utilidades da CDA para a administração pública: apontar para pautas reformistas que não surpreendentemente podem estar obscurecidas por estratégias discursivas. Estar ciente das limitações e críticas metodológicas vinculadas a *práxis* da CDA e saber as responder são princípios que trago nos próximos parágrafos.

■ GIRO DISCURSIVO EM ADMINISTRAÇÃO

O contributo da Critical Discourse Analysis (CDA) inglesa para os Estudos Organizacionais reverbera, de acordo com Salles e Dellagnelo (2019), em análises gerais sob o tom da crítica, sobre as relações de trabalho, as organizações internacionais e, inclusive, sobre questões específicas da Administração Pública brasileira. Neste sentido, foram 5 os estudos identificados por Salles e Dellagnelo (2019) nos quais aplicam a CDA para em temáticas específicas da Administração Pública, a saber: orçamento participativo (Cunha, Coelho e Pozzebon, 2014), participação popular (Bretas e Saraiva, 2014), discurso de vereadores (Lacerda e Brulon, 2013), reajuste tarifário de passagens de ônibus (Rosa Filho, 2011) e o significado representacional da função de governador e sua decorrente atividade de governar o Estado (Misoczky e Ferreira, 2005).

Em complemento aos estudos identificados por Salles e Dellagnelo (2019), há estudos como o de Aquino (2019), que comprovam a aderência do pensamento de Michel Foucault na área de gestão de pessoas em termos da análise das relações entre os sujeitos e o poder nas organizações. Aquino (2019) afirma que o estudo do discurso se situa na primeira fase do pensamento foucaultiano (a arqueológica), servindo de fundamento para o conceito de auto constituição dos sujeitos em espaços empresariais, sendo a CDA, método congruente com esse objetivo de pesquisa. A CDA tem sido aplicada em discursos de deputados votando em processos de *impeachment* (Marcolin et al., 2019), do discurso midiático (Oliveira, Fragozo-Sobrinho e Guarido-Filho, 2015), da análise da identidade organizacional (Cardoso, 2016) e até mesmo a concepção de *frameworks* aplicáveis à Administração (Abdalla E Altaf, 2018; Cardoso, Hanashiro E Barros, 2016). Entretanto, análises que se valem da variável “discurso” enquanto recursividades conceituais explicativas da realidade em diferentes tópicos das ciências sociais aplicadas têm sido conformadas de modo heterogêneo e confuso (Dunn e Neumann, 2016).

A CDA se vale da compreensão de como as ideologias se constituem e operam nos e pelos discursos produzidos em espaços específicos, mas para além deles, funcionando por meio da conexão de estruturas analíticas macro e micro. A CDA apresenta aderência em debates sobre diversas questões da vida social, dentre elas, o controle e a manipulação institucional (Van Dijk, 2015; Magalhães, 2003). Utilizar o arcabouço teórico metodológico da CDA associado ao que ocorre no campo da percepção dos atores da vida social significa compreender que, ao ser emanado, o discurso humano é fortemente carregado de sentidos “[...] que os molda e (re)instrumentalizados, para ajustá-los a suas necessidades” (Fairclough, 2001, p.75). A diferença entre o *process tracing* e a CDA é que esta última é marcada por uma análise confirmatória. Isso não significa que as análises devem apenas confirmar que há relações de poder, disputas discursivas entre desiguais, dominações que violentam (ainda que simbolicamente) especialmente as minorias ou até mesmo que há rearranjos discursivos de novas formas de dominar e formatar opiniões, assuntos e políticas a determinado estado de coisas previamente delineado.

Considerações como essas, não informam *per se*, o ineditismo da aplicação da CDA, pois estão “presas” em análises macro dos discursos. Em avanço, concordo com Bennett e Checkel (2015, p.7) de que tais fatores devem ser lidos como evidências diagnósticas e não como variáveis independentes. Porque isolados elas são independentes porque conseguimos explicar. Afinal, “*in social and political life, the ways in which actors privately frame or explain their*

actions may provide diagnostic evidence on their motives without independently affecting the outcomes of interest”.

- Discurso como momento das práticas sociais. Envolve, portanto, a captura desses momentos, chamados aqui de episódios comunicativos;
- Discurso como nuvem de fumaça que ofusca a verdade;
- A CDA tem propósitos emancipatórios uma vez que eleger a consciência (de como a linguagem opera nas relações de poder até então obscurecidas) como primeiro passo para uma ontologia do ser afetado pela linguagem em (dis)curso mas ativo para a contrapor.

PARA QUE ESTE MÉTODO É INDICADO?

No rol de preocupações da CDA consta o modo pelo qual operam as relações de poder, as disputas discursivas entre desiguais e as dominações que violentam – ainda que simbolicamente (Bourdieu, 1989) – grupos sociais minoritários (Fairclough, 2016; Van Dijk, 2014; 2015; 2020). É para evidenciar essas operações que o método é indicado. A CDA preocupa-se ainda com os rearranjos discursivos traduzidos por novas formas de dominação e formatação de opiniões, assuntos e políticas que se engajam no delinear determinado estado de coisas. Afinal, não há discurso desprezioso e inocente (Van Dijk, 2014; 2015; 2020). No entanto, achados como esses não informam *per se* uma robusta aplicação da CDA, pois estariam esses resultados “presos” em análises macro dos discursos e na orientação textual quando da análise qualitativa dos dados. Os signos sociais, as vestimentas (moda), a colorimetria dos objetos, os gestos, as dimensões e formas, as entonações e os comportamentos são alguns dos elementos semióticos (não-verbais) que também atuam nas representações das práticas discursivas a incidir na construção do tecido social (Clark, 1996; Van Dijk, 2014).

COMO ESTE MÉTODO FUNCIONA?

Portanto, a aplicação da CDA pode ser dividida em duas fases, sendo a primeira, a explanação dos elementos macro (poder, dominação e desigualdade) onde se situa o problema social; e a segunda, a explanatória crítica dos discursos contextualmente situados a partir da riqueza dos elementos micro (linguagem, discurso e interação verbal e comunicacional) em complemento às semioses.

Primeira fase: situando o problema social no nível macro analítico

i) Da Pesquisa documental e ii) da coleta e análise simultânea dos dados. Pensando na CDA aplicada, argumento que alguns esforços específicos (elencados abaixo) dão cabo do nível macro postulado por Van Dijk (2014; 2015; 2020) pela pesquisa documental associado à coleta e análise simultânea dos dados. Tais esforços são:

- Eleger as instituições situando as estruturas e relações hierárquicas;
- Eleger os atores buscando responder, ainda que inicialmente, se “discursivamente, quem domina quem e o que é tornado doméstico?”;
- Explorar a relação de desigualdades entre grupos podendo ser organizada por instituições e categorias profissionais;
- Estabelecer amarrações do problema social com o problema de pesquisa.
- Estabelecer a periodicidade da persistência do problema social (no sentido de historicizá-lo).

Isto posto, cumpre conceituar o que se entende por pesquisa documental. É cediço na literatura o conceito de que “[...]pesquisa documental é um procedimento que se utiliza de métodos e técnicas para a apreensão, compreensão e análise de documentos dos mais variados tipos” (Sá-Silva, Almeida e Guindani, 2009, p.4-5) havendo no conceito de documento que a compõe, a ampliação para materiais além do texto como vídeos e fotografias, por exemplo (Cellard, 2008). A pesquisa documental apresenta-se útil para a reconstrução do passado (Cellard, 2008) suportado, mais recentemente, na crescente “[...] produção de dados, a diversificação de suportes de registro [e] a velocidade da circulação dos dados [...]” (Beltrão et al., 2011, p.2). É importante lembrar que ao eleger o método documental, que o mesmo não se restringe ao campo da história (Cellard, 2008), se aplicam por exemplo às áreas da Administração Pública e da Ciência Política (Costa e Silva, 2019). Sua adoção suporta a construção de unidades, conjuntos, séries e relações entre os discursos a se analisar, reforçando a importância de ir às fontes de pesquisa com a formulação clara das questões e pressupostos analíticos de pesquisa (Cellard, 2008; May, 2004). A busca por fontes potenciais de informação deve atentar-se aos locais de armazenamento de arquivos públicos arquivados (Cellard, 2008) os quais se referem aos “[...] arquivos governamentais (federalis, regionais, escolares ou municipais), os arquivos do Estado civil, bem como arquivos de natureza notarial ou jurídica” (Cellard, 2008, p.297). Tornando, portanto, possível, a tipologia de conteúdos discursivos, fontes e

bancos de dados, *strings* de busca e temporalidades envolvidas na captura de documentos e discursos a se incorporar no “Banco de Discursos”.

Em termos de recortes e estratégias de investigação, para se historicizar a análise qualitativa dos dados, sugere-se a utilização da pesquisa seccional com perspectiva longitudinal, que é quando a “[...] coleta de dados é feita em um determinado momento, mas resgata dados e informações de outros períodos passados, [...] utilizados para explicar a configuração atual do fenômeno” a se estudar (Vieira e Zouain, 2005, p. 21). Scholz (2019) sugere determinar o recorte temporal em função da intensidade da cobertura midiática do fenômeno, no caso de tópicos popularizados por diferentes veículos de comunicação. Em que pese a periodicidade de investigação ter que considerar, por óbvio, a relevância de ocorrência do assunto estudado e a disponibilidade de dados, sugere-se, quando necessário e justificável, incorporar documentos e discursos de outros períodos. Essa exceção se faz fundamental, haja visto que não raras vezes, os discursos de congressistas, por exemplo, resgatam retóricas de outras sustentações orais realizadas em plenário. Uma vez coletados os dados iniciais para o corpus documental, a sua análise preliminar é de fundamental importância, pois é quando serão eliminados conteúdos discursivos que não se alinham com os objetivos e questões de pesquisa. Sendo assim, no que concerne à dimensão do contexto do documento, sua análise possibilita compreender não só o contexto em que foi produzido, mas também investiga sua relação com aspectos relacionados a qualquer modificação em seu conteúdo ao longo do tempo. Como resultado deste esforço, têm-se respostas elaboradas e coerentes de fatos e acontecimentos que circundam sua elaboração (Beltrão e Nogueira, 2011; Cellard, 2008; Sá-Silva, Almeida e Guindani, 2009; Spink, 2004).

Já em relação à autoria do documento a ser pré-analisado, será possível “[...] apreender esquemas conceituais de seu ou de seus autores, compreender sua reação, identificar as pessoas, grupos sociais, locais, fatos aos quais se faz alusão, etc” (Cellard, 2008, p.299). O fator garantidor da autenticidade e da confiabilidade de conteúdos discursivos constantes em documentos consiste, por sugestão, na conferência de seu registro em publicações oficiais do governo, como o Diário Oficial do Senado Federal (DOSF), da Câmara dos Deputados (DOCD). De forma adicional, sugere-se verificar se o documento possui assinatura, autorização e/ou revisão do sujeito orador(a) para publicação.

Segunda fase: explorando o nível micro analítico

Nesta fase, os discursos são assumidos em momentos de uso e desuso manifesto nas práticas sociais, sendo a coleta de dados requerida para a captura desses episódios comunicativos de ordem utilitarista. Na inexistência ou impossibilidade de acesso a um banco de discursos, a sua construção *ad hoc* apresenta-se como alternativa viável para a coleta. Na abertura dos dados, explicitar o passo a passo para o seu acesso na base utilizada é fundamental para a transparência da pesquisa, se dados públicos, ou se contrário, recomenda-se indicar seu processo de construção (King, 1995; Lupia E Elman, 2014). No caso da CDA em gêneros do discurso político, comumente as análises ancoram-se a partir de dados públicos suportados em notas taquigráficas, documentos oficiais, transcrições intituladas como “discursos” publicados em diários oficiais do parlamento do país estudado e até mesmo sessões plenárias gravadas em formato audiovisual. Nesse sentido, para além dos critérios de autenticidade, credibilidade e representatividade documental, a construção e organização desse banco de discursos deve observar:

Primeiro, a identificação deíctico (Searle, 1969) da posição e da modalidade enunciativa dos atores (Keating, 2015) e autores do documento (textual e semiótico) manipulado, especialmente em atenção à configuração dos discursos comunicativos e coordenativos (Schmidt, 2008). Isso porque as posições e as modalidades enunciativas são determinantes das práticas discursivas, essas performadas de maneiras e estilos diferentes (Fairclough, 2001; Schmidt, 2008; Van Dijk, 2014; 2015). Sugiro ainda que, se incorporado às discussões em plenário, “[...] órgão máximo de deliberação da instituição” (Brasil, 2020, s.p) Congresso Nacional, se faça a distinção das diferentes modalidades enunciativas emergidas nos dados. Seguramente serão:

- *Institucional*: Discursos proferidos de instituição para outra instituição. Emerge de ator posicionado em cargo de poder e direciona-se para atores(es) posicionado(s) em cargo de poder;
- *Em plenário*: Discursos proferidos dentro de espaços institucionais. Emerge de ator posicionado em cargo de poder e direciona-se para atores(es) posicionado(s) em cargo de poder da mesma instituição de origem. Sua distribuição é massiva, chegando ao público em geral;
- *Em coletiva de imprensa*: Discursos proferidos de ator posicionado em cargo de poder e direcionados para atores(es) não posicionado(s) em cargo de poder da mesma instituição de origem;

- *Em entrevista individual*: Discursos proferidos de ator posicionado(a) em cargo de poder e direcionados para não posicionado em cargo de poder;

Se assim o for distinguido, sugiro considerar como sujeito em “posição de poder”, a necessária condição de haver o exercício de mandato de Senador, Deputado e de qualquer outro (ministros de Estado, por exemplo) cargo da Administração Política e Pública. A depender da especificidade do estudo, como por exemplo etnografias com públicos alvo das políticas públicas, tal recomendação pode ser afastada. O que se quer dizer é que se tratar das burocracias estatais, quer de alto escalão ou não, tais distinções são fundamentais.

QUAIS RECURSOS PODEM SER EMPREGADOS COM ESTE MÉTODO?

Para além da pesquisa documental, recomendo a leitura densa de teorias: o Institucionalismo Discursivo (ID) é um recurso poderoso para ajudar na elaboração de novas ideias de como a economia criativa funciona em espaços altamente institucionalizados. Aqui trago o quão relevante é a leitura de diferentes teorias para a explanatória crítica dos discursos. A utilização de teoria de médio alcance é decerto o caminho mais interessante porque abarca os fenômenos em sua especificidade regionalmente situada sem a pretensão explicativa do mundo como um todo. Para os efeitos das recomendações sucedâneas, trata-se de detalhar os fenômenos a se estudar em complemento à Teoria Social do Discurso, cuja gênese e *locus* de incubação e gestação encontram-se na linguística. Isto posto, em complemento, os próximos parágrafos dedicam-se ao detalhamento da Teoria do Institucionalismo Discursivo (ID), advinda da Ciência Política e aqui enquadrada em aplicação para a Administração Pública. Começando com a noção de discurso, este conceito é evocado por versões pós-modernistas e pós-estruturalistas que o assumem para interpretar textos desprendidos de seus respectivos contextos, bem como entender a realidade a partir das palavras. Todavia, no ID, o conceito de discurso se distancia dessas visões contextuais e textuais e, “[...] abrange não apenas o conteúdo substantivo das ideias, mas também dos processos interativos pelos quais as ideias são transmitidas” (Schmidt, 2008, p. 304-5, traduzido pelo autor). Nesse processo interativo, há a distinção entre dois tipos de discurso: o coordenativo e o comunicativo. O coordenativo é o discurso que ocorre de ator para ator político. Já o comunicativo, refere-se ao discurso emanado de ator político para o público alvo a que a instituição se porta – geralmente a sociedade civil (Schmidt, 2008).

Nessa versão neoinstitucionalista, “compreende-se que as instituições são formadas por sujeitos que produzem discursos, constituídos por crenças, ideologias, experiências e vivências que agregam nos discursos” (Hanai, 2020, p.1). Os discursos não são emanados sem a existência de direcionamentos, sobretudo por repercutir de modos distintos no âmbito institucional, cujos filtros culturais, políticos são aplicados por indivíduos que o processam. Trata-se, pois, do caráter relacional-dialético manifesto na abordagem de Norman Fairclough em sua abordagem de Análise do Discurso Crítica (Wodak e Meyer, 2009).

Na abordagem da CDA, ao instrumentalizar instituições para a consecução de objetivos que visam o auto interesse, os indivíduos abandonam dada postura passiva de sujeitos e passam a se portar como sujeitos ativos e situados em posições de poder no interior das instituições. A partir dessas posições, os discursos são gerenciados em função das relações de poder construídas no interior das instituições (Fairclough, 2016). A formação de modalidades enunciativas configura automaticamente o posicionamento de atores e seus respectivos discursos. A centralidade da análise do discurso não consiste em apenas verificar que ator emana determinado discurso, mas, sobretudo, trazer reflexões de como se tornar sujeito de posições específicas de poder (Foucault, 2014[1972]).

Por essa razão, quando as ideias são transpostas em discursos, caminhos objetivos de análises são criados para que a compreensão de contradições e a interação entre os indivíduos componentes das instituições possam ser operacionalizadas (Fairclough, 2016). Portanto, gera-se alternativa de análise para além do cálculo do custo de transação. Deste modo, a utilidade do conceito de *path-shaping* consiste na relação direta entre as ideias e o processo de modelagem de instituições (Blyth, 2002). Essa relação direta refere-se ao questionamento feito pelo professor Colin Hay do Departamento de Ciência Política e Estudos Internacionais da *University of Birmingham* ao professor Blyth (2002), colocando em xeque a validade de suas cinco hipóteses, a saber:

- Ideias reduzem incertezas em momentos de crise;
- Ideias possibilitam a ação coletiva;
- Ideias são armas na luta pela mudança institucional (de modo a reconfigurar as instituições a novos padrões exigidos por momentos de crise);
- Novas ideias podem servir como projetos institucionais;
- Ideias podem estabilizar instituições.

Blyth (2002) posiciona-se, pois, em um novo institucionalismo construtivista do qual, embora Hay (2004) reconheça a importância e legitimidade dessa abordagem, pondera que não se pode permitir que avanços científicos, nessa

abordagem, prosperem às custas de variáveis estruturais mais tradicionais – como a de causa e efeito, por exemplo. Embora Hay (1999; 2004) tenha acusado o estudo de Blyth (2002) de duvidoso por não haver validação, a relação direta das ideias com o processo de modelagem de instituições é um objetivo em construção dado pelos pressupostos/hipóteses de Blyth (2002). Este estudo é importante por considerar as ideias enquanto variáveis para se compreender como as instituições se comportam ao pensar alternativas de saída para a crise econômica, por exemplo. Isto posto, a representatividade do *corpus* da pesquisa pode ser determinada não pela sua exaustividade em se comprovar a relação de causa e efeito dos discursos, mas pelo critério de intersubjetividade do contexto, elegendo discursos distintos em seu conteúdo e em suas estratégias de legitimação e formação das ideias postas ao debate parlamentar. A adoção desta organização da análise deve se justificar em decorrência de haver em Van Dijk (2020) uma crítica ao modo como a dimensão do contexto é incorporada na CDA:

Com frequência, a noção de contexto quase não tem sentido nenhum e apenas indica de maneira vaga alguma relação entre um fenômeno que está sendo estudado ou é objeto de atenção e algo mais, como um “contexto de mudança” ou “contexto da crise”, ou ainda, menciona-se a influência do contexto, mas não se diz de que tipo de contexto se trata (Van Dijk, 2020, P.33).

Portanto deve-se definir, como tipo de contexto a ser examinado, o contexto subjetivo pautado na abordagem sociocognitiva. Justifica-se que, embora o contexto do problema social tratado na pesquisa seja objetivo a partir do exame dos indicadores de desempenho e resultados econômicos, da observância da taxa de desemprego, das oscilações inflacionárias, dos resultados superavitários e deficitários da balança comercial e, dentre outros, estes submetem-se a uma leitura subjetiva da gravidade situacional do contexto, própria ao indivíduo que a faz. Embora o problema social pesquisado seja comum a todos, esta os atinge desproporcionalmente em função dos distintos posicionamentos dos indivíduos na realidade social e material. Nesse sentido, a interpretação dessa realidade é intersubjetiva e por natureza não homogênea (Van Dijk, 2020). Por haver esse recorte analítico, com vistas a amarrar a teoria com o problema social investigado, pode-se, por exemplo, considerar-se que no Institucionalismo Discursivo (ID), “[...] discurso não é apenas ideias ou “texto” (o que é dito), mas também contexto (onde, quando, como e por que foi dito). O termo se refere não apenas a estrutura (o que é dito, ou onde e como),

mas também à agência (quem disse o que a quem)” (Schmidt, 2008, p. 305, traduzido pelo autor).

v) análise qualitativa *line by line* dos enunciados dos discursos

Para empreender a análise qualitativa *line by line* dos enunciados dos discursos do corpus da pesquisa sugerem-se aqui duas observações iniciais:

a) Ter ciência do gênero discursivo do material ao qual o dado é suportado, de modo a apreender as maneiras de representar partículas da vida social semioticamente. Classificam-se em primário e secundário. São primários os dados não tratados produzidos e reportados diretamente pelos atores (textos, imagens e conteúdo audiovisual de ordem oficial). Secundários são os manuais de instrução (textos jornalísticos e publicitários elaborados por aquele que não seja o ator sob investigação) e os materiais livremente elaborados extra institucionalmente (*charges*, posts em redes sociais e assemelhados) (Sperber E Wilson, 1995; Van Dijk, 2014).

b) Empregar a organização dos dados de modo a suportar o teste de validade lógica dos argumentos que formam os discursos. Nesse sentido, Winther e Lindegaard (2021) sugerem *identificar* as justificativas, premissas e conclusões que são suportadas nos dados indicando os seus significados interpretados pelo analista do discurso.

QUOTED WORDING INTERPRETED MEANING WARRANT - - PREMISE - - CONCLUSION - -

Cumprir analisar o emprego de recursos linguístico-discursivos em proposições lógicas a exemplo de “se, então” com vistas a identificar a validade ou falsidade dos argumentos (Hanai, 2021). Sugere-se ainda o armazenamento em repositório de dados a partir do escopo de organização geral do Quadro 1, pois considerando as atuais práticas na pesquisa de tornar os dados abertos (Lupia E Elman, 2014), a sua organização antes de os publicar facilitará a sua consulta e interpretação por outrem.

c) os direcionamentos discursivos de oposição, analogia, complementaridade e delimitação mútua (Foucault, [1971]2014). As ordens dos discursos são direções de raciocínios que impõem uma ordem social ou uma partícula dela. Para a sua captura, sugere-se aqui a análise qualitativa *line by line* (*enumerando o texto por linhas*) dos enunciados dos discursos a partir de dois esforços. São eles:

Esforço 1: identificar ambiguidades lexicais, como, por exemplo, aquelas em torno do emprego do verbo “dever”, que faz acepção a probabilidade ou obrigação. Indicando assim se a modalização lexical é deôntica ou epistêmica.

A modalização deôntica “envolve obrigação ou compulsão. Tipicamente tem sua origem em normas morais ou sociais, numa pessoa com autoridade, ou em alguma ‘compulsão interna’”(Costa, 2009, p.4). Já a modalização epistêmica “expressa uma avaliação sobre o valor de verdade e as condições de verdade da proposição” (Castilho E Castilho, 1993, p.222).

Esforço 2: codificar os dados a partir da similaridade da ordem do discurso assumida nas conclusões. Para determinar se a ordem do discurso é de oposição, analogia, complementaridade e delimitação mútua, o *software* AntConc 3.5.8 desenvolvido por Laurence Anthony apresenta-se útil para essa categorização bem como para a captura da frequência lexical e dos seus concordanciantes.

QUANDO NÃO USAR O MÉTODO?

Considerando que a “[...]orientação à denúncia é uma das maiores forças da AD [Análise do Discurso] enquanto metodologia na Ciência da Administração”, especialmente pelo seu “[...] constante esforço para desmascarar a palavra, a verdade que ela obscurece, o não dito sobre ela e as práticas que ela sustenta” (Rodrigues e Dellagnelo, 2013, p.632) é preciso tomar cuidado para que a explanatória discursiva não deságue na crítica infundada e distorcida da análise qualitativa dos dados. Afinal, como é possível analisar o que não foi dito? Quais evidências se pode recorrer para acessar as reais intenções de determinado agente em sombrear certas questões nos discursos? Em Van Dijk (2015) essa questão é reconhecida como elemento analítico recuperado nas e pelas “intencionalidades” daqueles que discursam, estas atuantes como mecanismos de controle discursivo indireto nas relações de poder e manutenção da ordem social. Isso por que em se tratando da natureza dos dados, os discursos não devem ser reduzidos a elementos textuais-materiais, mas incorporados como sendo estrategicamente produzidos e situados sociognitivamente no poder da agência individual a formar a agência coletiva. Consta aqui a abordagem “discurso e cognição” de Van Dijk (2015). Mas ainda assim, há outros mecanismos de controles discursivos indiretos, são eles: o controle da própria mente, dos planos, dos conhecimentos, das opiniões, das atitudes e das ideologias. Isto posto, como saber então se os atores tiveram ou não a intenção de dizer algo, mas por alguma razão não disseram? Como eles podem controlar todos esses mecanismos se as suas ações discursivas constam socialmente atravessadas? Parece-me que estamos aqui diante de uma limitação da CDA e das abordagens institucionalistas discursivas (Schmidt, 2008), ainda que essas pretendam a uma análise verticalizada e qualitativa dos dados, rompendo sem embargo, com o exame *ipsis li tereis* dos atos de fala.

O QUE DEVE SER FEITO EM SITUAÇÕES DE IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DE ALGUMA FASE/PRINCÍPIO/PRESSUPOSTO DO MÉTODO?

As principais questões sobre validade da pesquisa qualitativa em CDA repousam na confiabilidade dos dados e das interpretações que deles decorrem de modo a refletir o quão comunicável são seus achados (Jaipal-Jamani, 2014). Conectar a(s) questão(tões) de pesquisa com o problema social e de pesquisa, situá-las em dado paradigma científico, orientar-se à teoria crítica, prover transparência metodológica e triangular os dados (buscando-os em diferentes fontes) e métodos, são os principais esforços que um analista deve percorrer para validar interna e externamente sua pesquisa (Jaipal-Jamani, 2014; Ollaik e Ziller, 2012). Especificamente, explorar os elementos semióticos apresentam-se como estratégias de análise para além do texto que também conferem validade para a pesquisa (Givón, 2005; Jaipal, 2014). No que tange a triangulação metodológica, a pesquisa documental se apresenta como complemento viável para a CDA (Hanai, 2021), haja visto que em sua origem, na linguística, não se concebeu *frameworks* a serem perseguidos (Fairclough, 2001).

QUAIS OS PRINCIPAIS MÉTODOS QUE SÃO ARTICULÁVEIS COM O MÉTODO?

Pesquisa documental: nos recortes já indicados neste capítulo. E a etnografia: porque a observação participante e as entrevistas etnográficas fornecem um entendimento profundo do contexto em que o discurso é produzido e interpretado, enriquecendo a análise crítica ao revelar as perspectivas e práticas dos participantes.

QUAIS SÃO AS ADVERTÊNCIAS E RISCOS ÉTICOS DA UTILIZAÇÃO DESTE MÉTODO?

Exageros interpretativos, distorção dos fatos, leituras arbitrárias das subjetividades, ausência de filtros críticos e especialmente avaliações morais são alguns dos atributos desqualificadores que remontam a questionamentos éticos do fazer-pesquisa com a Análise do Discurso (Mariani, 2004) e com a CDA (Graham, 2018). É preciso ponderação nas análises e compromisso ético com o discurso do outro, sob o risco de se recair em afirmações não apenas genéricas, mas ofensivas e injustas com quem discursa, havendo, portanto, a entrega de críticas parciais e eticamente irresponsáveis (Clark, 1995; Van Dijk, 2014). Para Mariani (2004, p. 19) os sujeitos são atravessados por formações

discursivas pregressas a eles, devendo assim, as análises discursivas serem parcimoniosas de modo a se evitar o acusar atos de fala e o atribuir culpa aos indivíduos que a portam. Isto é, deve-se afastar a culpa dos agentes que discursam sem isentá-los da responsabilidade pelo que se diz (sobretudo quando se tratam de conteúdos racistas, machistas, homofóbicos, gordofóbicos e aporofóbicos que representam o histórico de lutas de grupos organizados).

Portanto, tomar consciência de que não há um culpado específico, mas uma estrutura maior (e que deve ser desconstruída e reconstruída a partir da reordenação da ordem social possibilitada pela crítica, por exemplo) aos atores, conduz o analista do discurso a explanatórias explicativas e não determinantes de verdades e análises únicas presas à agência individual idiossincrática. A CDA trabalha, portanto, com o compromisso político de afirmar as produções de sentidos (Fairclough, 2001; Souza e Carvalho, 2016) sem deixar de apontar os equívocos dos discursos (Mariani, 2004) e os seus efeitos em dado contexto. Isso porque os analistas dos discursos precisam de “[...] níveis crescentes de autoconsciência crítica” (Graham, 2018, p.17). De modo adicional, deve-se centrar-se em discursos socialmente representativos e prejudiciais à ordem social ao invés de enveredar-se para o pantanoso campo da avaliação do certo e do errado, conforme já havia pontuado Wodak (2001) e mais tarde reforçado por Graham (2018).

Contudo, análises éticas fundamentam-se em padrões éticos sedimentados enquanto demarcadores das intenções da crítica (Graham, 2018). Logo, tornar nítida a perpetuação de privilégios (Lemke, 2006; Hanai, 2021), criticar discursos homofóbicos e misóginos (Pompeo e Souza, 2019), expor atos racistas, classistas e sexistas e xenófobos (Van Dijk, 2015), são exemplos de análises discursivas ancoradas em padrões críticos dos quais gozam de relevância acadêmico-social. A questão que se impõe aos analistas dos discursos em administração pública, é, portanto, atribuir utilidade e relevância para as questões do campo, a exemplo da rachadura discursiva em torno da governança deliberativa (Hendriks, 2021; Papenfuß e Schmidt, 2021) na União Europeia (Parker, 2019). Logo, explicar como as situações (de preocupação da CDA) ocorrem e como as relações conceituais e empíricas se entrelaçam para lançar luz ao “*puzzle*” de pesquisa, é sem embargo, dever inafastável do fazer da crítica via análise discursiva.

APLICAÇÕES E ILUSTRAÇÕES

Os Estudos Críticos do Discurso (ECD) – frequentemente usados de forma intercambiável, embora ECD possa denotar um campo mais amplo – são

abordagens poderosas para investigar a economia criativa. Essas abordagens não veem a linguagem como neutra, mas como uma forma de prática social que constrói, mantém e desafia relações de poder, ideologias e identidades. Aplicar os ECD à economia criativa significa examinar como a linguagem e outras práticas semióticas (imagens, layout, etc.) em textos e interações moldam nossa compreensão e a própria realidade desse setor. O objetivo é desvendar como certos discursos se tornam dominantes, quais interesses eles servem e quais consequências sociais, econômicas e políticas acarretam. A própria definição de “economia criativa” é um constructo discursivo. Analisar como ela é definida em diferentes contextos (políticas públicas, mídia, academia) revela quais atividades são valorizadas, quem é considerado “criativo” e quais ideologias (ex: neoliberalismo, empreendedorismo) estão em jogo. Portanto, esta parte do último capítulo do livro dedica-se a exemplos de aplicação não de todos, mas partes de conceitos atrelados aos Estudos Críticos dos Discursos.

O setor criativo é marcado por hierarquias (grandes corporações vs. freelancers, “gênios” criativos vs. trabalhadores de apoio) e desigualdades (gênero, raça, classe). Os ECD podem mostrar como a linguagem naturaliza essas hierarquias e legitima certas formas de exploração ou precarização. Discursos sobre a economia criativa frequentemente promovem valores como inovação, flexibilidade, paixão e mérito individual. A análise crítica pode questionar esses valores, mostrando como podem mascarar a instabilidade do trabalho, a pressão por autoexploração ou a falta de estruturas de apoio. Neste sentido, recomendo ler:

- *Creativity and the Contemporary Economy*. Copenhagen publicado pela Copenhagen Business School Press DK. E de autoria de Niina Koivunen e Rehn Alf, 2009. Embora “mais antigas”, as discussões são úteis para pensar a criatividade como centro de investigação em uma escola de negócios. E que revela a variável dos discursos como responsável por guiar as ideias “contaminadas” pelo jogo social.
- *The hidden roots of the creative economy: a critical history of the concept along the twentieth century* publicado no *International Journal of Cultural Policy*. A autoria é de Alessandro Gerosa. É um artigo de prestígio. Mais recente, 2021. Serve para olharmos para os benefícios de uma análise crítica evidenciados aqui no capítulo em torno do conceito de economia criativa. É um resgate não apenas etimológico do termo, mas dos processos sociais subjacentes das raízes do conceito e discurso próprio da economia, como nós conhecemos hoje.

Chamo atenção para outras formas de aplicação dos estudos críticos discursivos, nomeadamente na formulação de Políticas. Documentos de políticas públicas, relatórios e discursos de políticos sobre a economia criativa são locais chave para análise. Como esses textos enquadram os problemas e soluções? Que tipo de trabalhador ou empresa eles privilegiam? Quais vozes são incluídas ou excluídas? Identidades Profissionais: a ACD/ECD pode investigar como os trabalhadores criativos constroem e negociam suas identidades através da linguagem, como falam sobre seu trabalho (“paixão”, “vocação”, “bico”), suas condições e suas aspirações. Neste sentido, listo áreas de foco potenciais na Economia Criativa:

- Discurso Político e de Políticas Públicas: Analisar termos como “indústrias criativas”, “capital humano”, “inovação”, “cidades criativas”, “clusters”. Investigar como as políticas justificam investimentos, medem sucesso e definem quem pertence a esse setor.
- Discurso da Mídia: Como jornais, TV e mídias online retratam o trabalho criativo? Há uma romantização do “gênio” ou do empreendedor? Como a precariedade é abordada (ou ignorada)?
- Discurso Corporativo: Como empresas (agências, estúdios, plataformas digitais) se apresentam? Como descrevem sua cultura de trabalho e sua relação com os criativos?
- Discurso dos Trabalhadores: Analisar entrevistas, fóruns online, blogs de trabalhadores criativos para entender como eles narram suas experiências, desafios (precariedade, saúde mental), sucessos e identidades.
- Discurso Acadêmico: Criticar como a própria academia define e estuda a economia criativa, quais teorias são dominantes e quais são marginalizadas.
- Discurso sobre Propriedade Intelectual: como a linguagem em torno de direitos autorais e patentes molda as relações econômicas e o acesso à cultura?

Em face do exposto, espera-se que levantamentos como *“E daí que fulano disse algo?”*; *Se disse, não foi bem isso o que se quis dizer*; *Mas é só no plano das ideias, do calor do momento, do giro rápido dos corredores da imprensa que se disse aquilo*; *“Isto em nada tem a ver com as práticas institucionais”* e *“Não há relação causal entre o que se diz e o que se faz”* encontrem-se por diluídos frente ao rigor teórico-metodológico a ser adotado a diferentes recortes de pesquisa por analistas dos discurso. Dito de outra maneira, es-

pero que comentários como estes em itálico sejam de fácil resposta para analistas dos discursos em Administração Pública a partir dos cinco pontos aqui invocados: i) da pesquisa documental; ii) da coleta e análise simultânea dos dados; iii) da formação do Banco de Discursos *ad hoc*; e iv) da leitura densa de teorias e; v) da análise qualitativa *line by line* dos enunciados dos discursos. É importante pontuar ainda, que embora os intentos deste ensaio tenham se dado pelo caráter instrutivo do seu conteúdo, aproximando-se mais do mundo das recomendações, cuidados e atenções necessárias ao fazer pesquisa em CDA, ressalto que ao assim o fazer, espero mais contribuir com a clareza do “como fazer” do que desestimular novos analistas dos discursos em administração pública. Contudo, aponta-se como limitação deste ensaio a adoção de apenas uma perspectiva teórica (o ID) nas exemplificações e a ausência do exercício aplicado das recomendações. Na oportunidade, estudos futuros poderiam se utilizar do *illustrative case studies* (Hanai, Emmendoerfer e Cunha, 2020) enquanto ferramenta pedagógica a evidenciar a aplicação das recomendações aqui apontadas.

REFERÊNCIAS

- ABDALLA, M. M.; ALTAF, J. G. Análise Crítica do Discurso em Administração e em Gestão: Sistematização de um 'Framework' Metodológico. **Revista ADM.MADE**, v. 22, n. 2, p. 0-0, 2018.
- AMORIM NETO, O.; RODRIGUEZ, J. C. C. O novo método histórico-comparativo e seus aportes à ciência política e à administração pública. **Revista De Administração Pública**, v. 50, n. 6, p. 1003-1027, 2016.
- AQUINO, M. G. Noções de sujeito e poder em leituras foucaultianas e sua influência nos estudos de organizações e gestão de pessoas. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 17, n. 3, p. 448-459, 2019.
- BELTRÃO, R. E. V.; NOGUEIRA, F. A. **A Pesquisa Documental nos Estudos Recentes em Administração Pública e Gestão Social no Brasil**. Rio de Janeiro: [s.n.], 2011.
- BENNETT, A.; CHECKEL, J. T. Process tracing: from philosophical roots to best practices. In: BENNETT, A.; CHECKEL, J. T. (Eds.). **Process tracing: From Metaphor to Analytic Tool**. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.
- BRETAS, P. F. F.; SARAIVA, L. A. S. Discourses and senses of popular participation in a health center from Belo Horizonte. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, v. 13, n. 2, p. 203-218, 2014.
- BLYTH, M. **Great Transformations: Economic Ideas and Institutional Change in the Twentieth Century**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- CARDOSO, M. A. F.; HANASHIRO, D. M. M.; BARROS, D. L. P. Um caminho metodológico pela análise semiótica de discurso para pesquisas em identidade organizacional. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 14, n. 2, p. 351-376, 2016.
- CASTILHO, A. T.; CASTILHO, C. M. M. Advérbios modalizadores. In: ILARI, R. (Org.). **Gramática do português falado**: 2(1). Campinas: Editora Unicamp, 1993.
- CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
- CLARK, H. H. **Using Language**. Cambridge, England: Cambridge University Press, 1996.
- COSTA, S. Entre o deôntico e o epistêmico: o caráter camaleônico do verbo modal "poder". **Revista Eletrônica de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Linguística e Literatura**, v. 5, n. 11, p. 1-22, 2009.
- CUNHA, M. A.; COELHO, T. R.; POZZEBON, M. Internet e participação: o caso do orçamento participativo digital de Belo Horizonte. **Revista de Administração de Empresas**, v. 54, n. 3, p. 296-308, 2014.
- DUNN, K.; NEUMANN, I. **Undertaking Discourse Analysis for Social Research**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2016.
- FAIRCLOUGH, N. Critical Discourse Analysis as a Method in Social Scientific Research. In: WODAK, R.; MEYER, M. (Eds.). **Methods of Critical Discourse Analysis**. London: Sage, 2001. p. 121-138.
- FAIRCLOUGH, N. **Discurso e Mudança Social**. 2. ed. Brasília, DF: Editora UnB, 2016.
- FILLIPIN, M. **Administração e política: que relação é esta?** 2017. 156 f. Tese (Doutorado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

- FILHO, D. Poder simbólico no reajuste tarifário do transporte metropolitano de passageiros de Porto Alegre na crise de 2004. **Revista de Administração Pública**, v. 45, n. 3, p. 643-668, 2011.
- FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. Tradução: Rodolfo Ilari. São Paulo: Loyola: Leituras filosóficas, 2014. p. 5-74. (Original: L'Ordre du discours, Leçon inaugurale ao Collège de France prononcée le 2 décembre 1970. Paris: Éditions Gallimard, 1971).
- GEROSA, A. The hidden roots of the creative economy: a critical history of the concept along the twentieth century. **International Journal of Cultural Policy**, v. 28, n. 2, p. 131-144, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/10286632.2021.1933460>. Acesso em: [data de acesso].
- GIVÓN, T. **Context as Other Minds**. The pragmatics of Sociality, Cognition and Communication. Amsterdam: Benjamins, 2005.
- GRAHAM, P. Ethics in critical discourse analysis. **Critical Discourse Studies**, v. 15, n. 2, p. 186-203, 2018.
- HENDRIKS, F. Key values for democratic governance innovation: Two traditions and a synthesis. **Public Administration**, v. 99, n. 1, p. 1-18, 2021.
- JAIPAL-JAMANI, K. Assessing the Validity of Discourse Analysis: Transdisciplinary Convergence. **Cultural Studies of Science Education**, v. 9, n. 4, p. 801-807, 2014.
- JENSEN, C.; HAZELTON, J. K.; WELLMAN, G. Finding "Improvement" in the Language Transportation Planners Use: A Critical Discourse Analysis to Illustrate an Automobile-Centric Bias in Transportation Policymaking. **Public Works Management & Policy**, v. 25, n. 2, p. 167-188, 2020.
- KEATING, E. Discourse, space, and Place. In: TANNEN, D.; HAMILTON, H. E.; SCHIFFRIN, D. (Eds.). **Handbook of Discourse Analysis**. 2. ed. Chichester: John Wiley & Sons, 2015. cap. 11, p. 244-261.
- KING, G. Replication, Replication. **Political Science & Politics**, v. 28, n. 3, p. 9-42, 1995.
- KOIVUNEN, N.; REHN, A. **Creativity and the Contemporary Economy**. Copenhagen: Copenhagen Business School Press DK, 2009.
- LACERDA, D. S.; BRULON, V. Política das UPPs e espaços organizacionais precários: uma análise de discurso. **Revista de Administração de Empresas**, v. 53, n. 2, p. 130-141, 2013.
- LEAL-SILVA, J. Controle externo do Poder Legislativo sobre o Judiciário: um estudo crítico-discursivo dos salários dos juizes-ministros do STF. 2021. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2021.
- LEAL-SILVA, J. Compreender a gestão de pessoas em instituições da justiça a partir do insitucionalismo discursivo: uma abordagem possível em ciências sociais? **Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales**, v. 1, n. 3, p. 1-11, 2020.
- LEAL-SILVA, J.; EMMENDOERFER, M. L.; CUNHA, N. R. S. Análise Documental Ilustrada em Administração Pública: uma Proposta Operacional (Re)Aplicável. **Teoria e Prática em Administração**, v. 10, n. 2, p. 23-41, 2020.
- LEMKE, J. Towards critical multimedia literacy: Technology, research and politics. In: MCKENNA, D.; KIEFFER, R.; LABBO, L.; REINKING, M. (Eds.). **International handbook of literacy and technology**. 2. ed. Mahwah, NJ: Erlbaum, 2006. p. 3-14.
- LUPIA, A.; ELMAN, C. Openness in Political Science: Data Access and Research Transparency: Introduction. **Political Science & Politics**, v. 47, n. 1, p. 19-42, 2014.
- MARCOLIN, C. B.; MOMO, F. S.; BECKER, J. L.; BEHR, A. Argumentos da decisão de voto de deputados durante a votação do impeachment. **Revista Alcance**, v. 26, n. 1, p. 1-18, 2019.
- MARIANI, B. Ética, pesquisa e análise do discurso. **Rua**, v. 10, n. 1, p. 9-22, 2015.

- MAY, T. **Pesquisa social**: questões, métodos e processos. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- MISOCZY, M. C.; FERREIRA, C. S. A construção simbólica da definição de governar e governador realizada pelo Jornal Zero Hora nas três últimas eleições gaúchas. **Cadernos EBAPE**. BR, v. 3, n. 2, p. 1-17, 2005.
- MULDERING, J. Reframing obesity: a critical discourse analysis of the UK's first social marketing campaign. **Critical Policy Studies**, v. 11, n. 4, p. 455-476, 2017.
- OLLAIK, L. G.; ZILLER, H. M. Concepções de validade em pesquisas qualitativas. **Educação e Pesquisa**, v. 38, n. 1, p. 229-241, 2012.
- OLIVEIRA, S. A.; FRAGOSO SOBRINHO, R.; GUARIDO FILHO, E. Análise do discurso no institucionalismo organizacional: possibilidades a partir do discurso midiático. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, v. 14, n. 1, p. 45-58, 2015.
- PAPENFUSS, U.; SCHMIDT, C. A. Personnel Governance of Corporatized Public Services: Effects of Executive Resources and Corporation Forms on Turnover. **Public Administration**, v. 99, n. 4, p. 892-908, 2021.
- PARKER, O. A genealogy of EU discourses and practices of deliberative governance: Beyond states and markets? **Public Administration**, v. 97, n. 1, p. 741-753, 2019.
- POMPEU, S. L. E.; SOUZA, E. M. A discriminação homofóbica por meio do humor: naturalização e manutenção da heteronormatividade no contexto organizacional. **Organizações & Sociedade**, v. 26, n. 91, p. 645-664, 2019.
- RODRIGUES, M. S.; DELLAGNELO, E. H. L. Do discurso e de sua análise: reflexões sobre limites e possibilidades na Ciência da Administração. **Cadernos EBAPE**. BR, v. 11, n. 4, p. 621-635, 2013.
- SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 1, n. 1, p. 1-15, 2009.
- SALLES, H. K.; DELLAGNELO, E. H. L. A Análise Crítica do Discurso como alternativa teórico-metodológica para os Estudos Organizacionais: um exemplo da análise do significado representacional. **Organizações & Sociedade**, v. 29, n. 90, p. 1-21, 2019.
- SCHMIDT, V. Discursive Institutionalism: The Explanatory Power of Ideas and Discourse. **Annual Review of Political Science**, v. 11, n. 1, p. 303-326, 2008.
- SEARLE, J. **Speech Acts**: An Essay in the Philosophy of Language. Cambridge: Cambridge University Press, 1969.
- SOUZA, R. B. de; ALCÂNTARA, V. de C.; PEREIRA, J. R. Pesquisando esferas públicas (seletiva e subalternas): contribuições da análise crítica de gêneros. **Revista de Administração Pública**, v. 52, n. 3, p. 435-450, 2018.
- SOUZA, S. J.; CARVALHO, C. S. Ética e pesquisa: o compromisso com o discurso do outro. **Revista Polis e Psique**, v. 6, n. 1, p. 98-112, 2016.
- SPERBER, D.; WILSON, D. **Relevance**: Communication and cognition. Cambridge, MA: Blackwell, 1995.
- SPINK, P. Análise de documentos de domínio público. In: SPINK, M. J. P. (Org.). **Práticas discursivas e produção dos sentidos no cotidiano**: aproximações teóricas e metodológicas. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004. p. 123-152.
- TRACY SMITH-CARRIER. 'The (charitable) pantry is bare': a critical discourse analysis of Christmas food hamper programs in Canada. **Critical Policy Studies**, v. 15, n. 1, p. 90-106, 2021.
- VAN DIJK, T. A. Discourse-Cognition-Society: Current State and Prospects of the Socio-Cognitive Approach to Discourse. In: HART, C.; CAP, P. (Eds.). **Contemporary Critical Discourse Studies**. London: Bloomsbury Academic, 2014. p. 121-146.

VAN DIJK, T. Critical Discourse Analysis. In: TANNEN, D.; HAMILTON, H. E.; SCHIFFRIN, D. (Eds.). **Handbook of Discourse Analysis**. 2. ed. Chichester: John Wiley & Sons, 2015. cap. 22, p. 466-485.

VAN DIJK, T. **Discurso e Contexto**: Uma abordagem sociocognitiva. Tradução: Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2020. v. 2, n. 1, p. 1-330.

VENESSON, P. Case studies and process tracing: theories and practices. In: DELLA PORTA, D.; KEATING, M. (Eds.). **Approaches and Methodologies in the Social Sciences**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

VIEIRA, M. M. F.; ZOUAIN, D. M. **Pesquisa qualitativa em administração**: teoria e prática. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

WINTHER, B. Z.; LINDEGAARD, L. B. In the name of democracy: UNSC reform at the intersection of discourse and governmentality. **Discourse & Society**, v. 32, n. 2, p. 231-253, 2021.

WODAK, R. The discourse-historical method. In: WODAK, R.; MEYER, M. (Eds.). **Methods of critical discourse analysis**. London: Sage, 2001. p. 63-94.

WODAK, R.; MEYER, M. Critical Discourse Analysis: history, agenda, theory and methodology. In: WODAK, R.; MEYER, M. (Org.). **Methods of Critical Discourse Analysis**. 2. ed. Londres: Sage, 2009. p. 1-33.

POSFÁCIO

Luciana Lima Guilherme

Como um campo interdisciplinar, a economia criativa no Brasil tem sido objeto de múltiplos olhares, críticas e estudos acadêmicos no decorrer das últimas décadas, mais especificamente, nos últimos 15 anos. Num país com dimensões continentais, são múltiplos, também, os desafios enfrentados por uma economia criativa que se configura e se desenvolve sob o impacto de uma história única constituída por aspectos políticos, sociais, culturais, ambientais e econômicos extremamente complexos. A economia criativa brasileira convive com a tradição e a inovação, com estruturas e dinâmicas competitivas e colaborativas, com as indústrias e as artesanias, com assimetrias sociais e econômicas estruturais e por uma disputa de narrativas de desenvolvimento e práticas hegemônicas e contra-hegemônicas.

Nesse sentido, a pesquisa e a investigação acadêmicas assumem um papel fundamental para a geração de conhecimentos sobre o campo e para a promoção de reflexões críticas sobre políticas públicas e estratégias de desenvolvimento; fragilidades e desafios para o fortalecimento de setores criativos e de suas relações com os demais setores da economia; saberes e fazeres tradicionais e sua incidência na preservação e constituição de identidades e na construção de novos modelos geradores de inovação social; sobre questões étnico-raciais e de gênero e seus impactos em processos de inclusão social e produtiva de comunidades minorizadas; sobre as relações entre cultura, tecnologia e inovação e seus impactos no desenvolvimento de territórios criativos sustentáveis; entre tantas outras possibilidades de investigação.

Desse modo, o livro “Métodos Qualitativos Aplicados em Economia Criativa” traz uma contribuição relevante para pesquisadores e estudiosos do campo, apresentando um amplo painel de métodos e técnicas de pesquisa, como uma verdadeira “caixa de ferramentas” de teorias, conceitos e aportes metodológicos com reflexões crítica sobre características, limitações, riscos éticos, desafios e dificuldades de aplicação. Cada capítulo apresenta um método, sempre acompanhado de exemplos ilustrativos de aplicações práticas

de pesquisa. Essas aplicações demonstram casos concretos de pesquisas realizadas no campo da economia criativa, estudos e artigos produzidos com diferentes abordagens e recortes metodológicos. O livro contempla descrições e reflexões sobre o uso da pesquisa documental; do método da investigação de dados visuais; sobre a realização de estudos de caso; a revisão e a análise bibliográfica; o uso do método biográfico, demonstrando a relevância de uma análise profunda de trajetórias individuais e coletivas; o método da história de vida; o uso da história oral para a investigação da memória e como processo de ampliação da voz de grupos marginalizados; a observação participante de fenômenos sociais; a análise de rastreamento de processos, analisando processos de causa e efeito (process tracing); o uso da etnografia como recurso de investigação de práticas e dinâmicas da economia criativa; a apresentação de técnicas para a realização de grupos focais; o uso de métodos de tratamento de informações e dados via análise de conteúdo, análise de discurso e de estudos críticos discursivos.

A combinação de metodologias para a investigação e compreensão de fenômenos sociais complexos, atravessados por dimensões históricas, econômicas e culturais múltiplas, é, portanto, apresentada como possibilidade real e efetiva, integrando métodos de pesquisa qualitativa. O livro também alerta para a necessária maturidade acadêmica do pesquisador na interpretação e análise de informações e dados, além do cuidado meticuloso na definição de estratégias e métodos científicos de pesquisa que garantam uma reflexão sem maniqueísmos. Os autores também destacam a complementaridade das metodologias qualitativas em relação às quantitativas. O ofício da pesquisa acadêmica se configura dentro de um esforço contínuo de adoção e do cumprimento de práticas metodológicas com etapas e protocolos muito bem definidos, garantindo a qualidade na coleta de informações e dados, seu tratamento e interpretação.

Por fim, o livro “Métodos Qualitativos Aplicados em Economia Criativa” é resultado do esforço e do empenho de um conjunto de pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento que tem se dedicado ao estudo do campo da economia criativa sob diferentes abordagens, sintetizando nessa publicação uma espécie de guia metodológico que servirá como recurso e suporte para a formação de novos pesquisadores e o desenvolvimento de novas pesquisas no Brasil.

DAS PESSOAS ORGANIZADORAS (E TAMBÉM AUTORAS)

Alessandro Carlos da Silva Junior

<http://lattes.cnpq.br/6287212703285021>

alessandro.silvajr@uffs.edu.br

Professor do curso de Administração Pública da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS, campus Realeza-PR). Doutor em Administração, com foco em Administração Pública, pelo Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Federal de Viçosa - PPGADM/UFV. Membro pesquisador ativo na Rede UNESCO Chair of Creative Economy Public Policy e no Grupo de Pesquisa Gestão e Desenvolvimento de Territórios Criativos (GDTec) do Núcleo de Pesquisa em Administração e Políticas Públicas (NAP2).

Jorge Leal da Silva

<http://lattes.cnpq.br/0754355558717523>

jorge.ls@unitins.br

Professor Adjunto I da Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS), Departamento de Administração, área de Administração Pública. Concluiu estágio pós-doutoral em Administração Pública pelo Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Federal de Viçosa (UFV). É bolsista produtividade pela Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS). É Doutor em Administração Pública e Governo pela tradicional Escola de Administração de Empresas de São Paulo (FGV, 2021/2024). É mestre em Administração (área de concentração em Administração Pública) pela Universidade Federal de Viçosa (UFV, 2019/2021) e bacharel em Administração pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM, Alphaville, São Paulo, 2012/2017). Vencedor do Prêmio SBAP 2021 Teses e Dissertações, na categoria de melhor dissertação do país defendida na área de Administração Pública, que tratou sobre os altos salários dos ministros do STF. É líder do Grupo de Pesquisa CNPq "Ideas, Discourses and Management" e membro-pesquisador do grupo Ideas, Discurso y Política da Asociación Latinoamericana de Ciencia Política registrado na ALACIP, da qual também é membro associado.

Magnus Luiz Emmendoerfer

<http://lattes.cnpq.br/0919407313173824>

magnus@ufv.br

Doutor em Ciências Humanas: Sociologia e Políticas pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) Brasil, com pós-doutorado em universidades na Europa e nos Estados Unidos. Professor no Programa de Pós-Graduação em Administração Pública (PPGAdm) e Diretor do Instituto de Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável (IPPDS), Universidade Federal de Viçosa (UFV). Coordenador Geral da Cátedra UNESCO em Economia Criativa e Políticas Públicas. Membro do Comitê da Associação Internacional de Políticas Públicas (IPPA).

DAS PESSOAS AUTORAS

Adrielle Gonçalves Santos

<https://lattes.cnpq.br/3820734976674657>

adrielle.goncalves@ufv.br

Assistente Social graduada pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), mestranda em Política Social pelo Programa de Pós-Graduação em Política Social da UFV, com especialização em Docência em Serviço Social (Unopar). Integra o Grupo de Pesquisa e Extensão MINAS – Mineração e Alternativas e o Grupo de Pesquisa “Questão Agrária, Capitalismo Dependente e Questão Social” da UFV. Atualmente, desenvolve pesquisa vinculada à linha “Trabalho, Questão Social e Política Social”, com interesse em temas como questão agrária, questão racial, relações étnico-raciais, formação sócio-histórica brasileira e as contradições do capitalismo dependente no Brasil.

Alan Ferreira de Freitas

<http://lattes.cnpq.br/2230622615262524>

alanf.freitas@ufv.br

Professor e pesquisador do Departamento de Administração e Contabilidade da Universidade Federal de Viçosa (UFV) e membro do Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGAdm/UFV), na linha de Inovação, Desenvolvimento e Indústria. É presidente da comissão de extensão, da comissão de treinamento, membro efetivo da comissão de ensino e da comissão coordenadora do Bacharelado em Cooperativismo; Coordena o grupo de pesquisa Centro de Referência em Empreendedorismo e Cooperativismo (CREC/CNPq), o Programa Cooperar - convergências para o desenvolvimento rural sustentável, o Programa Enactus UFV Viçosa e a Liga de Empreendedorismo da UFV.

Alice Albano Coelho Marques Silva

<http://lattes.cnpq.br/9478883872749082>

alice.albano@ufv.com

Assistente Social. Interessa-se pelas linhas de pesquisa: Fundamentos do Serviço Social, Política Social, Administração Pública e Tecnologia da Comunicação e Informação (TIC's). Mestrado em andamento em Política Social (UFV). MBA em Gestão Pública (UNIBF). Especialista em Gestão de Políticas e Projetos Sociais (UNIBF). Especialista em Docência no Ensino de Serviço Social (UNIBF). Graduação em Serviço Social (UFOP).

Anthony Alves da Rocha Thuner

<http://lattes.cnpq.br/9276094878857815>

aarthuner@gmail.com

Mestre em Turismo e Patrimônio (PPGTURPATRI) pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), bolsista CAPES. Possui especialização em Finanças, Investimentos e Banking pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) (2023). Possui especialização em Economia Circular e Desenvolvimento Sustentável pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) (2025). É bacharel em Turismo pela Universidade

Federal de Minas Gerais (UFMG) (2022). Possui licenciatura em Letras - Inglês pela Faculdade Estácio de Sá (2021). É tecnólogo em Gastronomia pelo Centro Universitário UNA (2018). É pesquisador de equipes multidisciplinares de projetos financiados pela FAPEMIG e CNPq do Grupo de Pesquisa em Gestão e Desenvolvimento de Territórios Criativos (GDTec) do Núcleo de Administração e Políticas Públicas (NAP2), e na rede da Cátedra Unesco em Economia Criativa e Políticas Públicas (CEPP), ambos sediados na UFV, Brasil.

Cainã Cindra Castro

<https://lattes.cnpq.br/1499275887098250>

caina.castro@ufv.br

Geógrafo pela Universidade Federal de Viçosa, com formação em licenciatura e acompanhado pela formação em geotecnologias e espaço rural. Atualmente é mestrando na linha de pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, dentro do PPG.au, da Universidade Federal de Viçosa, fazendo parte do PUPA - Laboratório de Pesquisas em Planejamento Urbano e Patrimônio. Sua pesquisa tem como foco avaliação de políticas públicas em habitação, com base na análise da produção espacial e circuito produtivo.

Carmen Lorena Marengo Luna

<http://lattes.cnpq.br/1510599273570666>

carmen.luna@ufv.br

Mestranda em Administração na Universidade Federal de Viçosa. Linha de Pesquisa: Governo, Organizações e Sociedade Civil. Graduada em Contabilidade e Gestão Tributária pela Universidad Peruana Unión (2022), com formação adicional em Educação e Secretariado. Possui experiência em Administração, Faturamento, Auditoria e Declaração de Impostos, assim como na área educacional, atuando como docente de crianças e adolescentes.

Daniela Lacerda da Silva

<https://lattes.cnpq.br/3522530679697303>

daniela.lacerda@ufv.br

Zootecnista com foco em extensão rural e agroecologia na produção animal. Atualmente, é mestranda na Universidade Federal de Viçosa (UFV), onde desenvolve pesquisas sobre sustentabilidade na produção animal e transição agroecológica.

Danielly Roberta Silva Sant'Ana

<http://lattes.cnpq.br/5052303336419583>

danielly.ana@ufv.br

Graduada em Direito pela Univiçosa. Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal de Viçosa (UFV). Linha de Pesquisa: Política Social.

Davi Gomes Milagres

<http://lattes.cnpq.br/3772240446675832>

davi.milagres@ufv.br

Mestrando em Administração pela Universidade Federal de Viçosa. Bacharel em Administração pela Universidade Federal de Viçosa (2022). Linha de Pesquisa: Políticas Públicas.

Débora Fernandes Pessoa Madeira

<http://lattes.cnpq.br/3621505062633503>

deboramadeira@ufv.br

Possui graduação em Direito pela Universidade Federal de Viçosa (2004), especialização em Direito Civil e Processual Civil pela Universidade Presidente Antônio Carlos (Unipac-Ubá) e mestrado em Direito Privado pela PUC-Minas. Atualmente é professora assistente, na área de Direito Civil, lecionando disciplinas relacionadas ao Direito das Coisas - propriedade, posse e regularização fundiária -, ao Direito das Famílias e das Sucessões, na Universidade Federal de Viçosa, advogada nas áreas de Direito das Sucessões e regularização de imóveis. Além disso, no campo da pesquisa acadêmica, possui interesse nos estudos de gênero, especialmente no campo da violência contra as mulheres e na relação entre cuidado e deficiência.

Eduardo Paes Barreto Davel

<http://lattes.cnpq.br/9830334448927756>

davel.eduardo@gmail.com

Professor na Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia. Pesquisador no NPGA - Núcleo de Pós-graduação em Administração (UFBA). Pós-doutorado em Administração pela Nova School of Business and Economics da Universidade Nova de Lisboa (Portugal). Ph.D. em Administração pela École des Hautes Études commerciales de Montreal (Canadá). Pesquisador visitante na Graduate Faculty of Political and Social Science da New School for Social Research (New York, EUA). Coordenador do coletivo de pesquisa OCA - Organizações, Cultura e Arte (CNPq). Editor da OS - Revista Organizações Sociedade. Pesquisa e publica sobre empreendedorismo cultural, educação em Administração, métodos qualitativos de pesquisa, aprendizagem, criatividade, cultura, arte e estética nas organizações.

Fabio Jaderson Miguel Reis

<http://lattes.cnpq.br/9830334448927756>

fabiojreis@ufv.br

Mestrando em Educação pela Universidade Federal de Viçosa. Especialista em Gestão de Bibliotecas Públicas. Bacharel em Biblioteconomia e Gestão da Informação pela UFMG. Atualmente exerce a função de Diretor da Biblioteca Central da Universidade Federal de Viçosa. Atua nas seguintes linhas de pesquisa: Educação Pública: Sujeitos e Práticas; Patrimônio e Memória Digital e; Acervos Documentais, Memória e Cidadania.

Gianini Scarllat Coelho da Cruz

<http://lattes.cnpq.br/5809631790212243>

gianini.cruz@ufv.br

Bacharela e licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Viçosa (UFV) e pós-graduada em Planejamento e Gestão de Políticas Públicas pela pelo Instituto Facuminas. Atualmente, mestranda em Administração na Universidade Federal de Viçosa na linha de pesquisa: Governo, Organizações e Sociedade Civil. Sua agenda de pesquisa organiza-se a partir de temáticas como gênero e sistema carcerário, políticas públicas e metodologias de pesquisa

Guilherme Pinto Ferreira

<http://lattes.cnpq.br/9091316494620231>

guilherme.p.ferreira@ufv.br

Mestrando em Administração pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), com ênfase em sustentabilidade e governança no setor público. Advogado com atuação nas áreas de Direito Público e Direito Ambiental. Desenvolve pesquisas sobre critérios ESG e sustentabilidade em contratações públicas, com foco nas instituições de ensino superior. Integra a linha de pesquisa em Contabilidade e Finanças Públicas.

Juliana Paula Gonçalves

<https://lattes.cnpq.br/7246504071998123>

juliana.p.goncalves@ufv.br

Advogada e professora, com ampla experiência em educação pública. Foi Diretora Escolar na Rede Estadual Pública de MG em Muriaé (2016-2022) e atualmente é professora dos anos iniciais na rede municipal de Muriaé, MG e Rosário da Limeira MG. Graduada em Licenciatura Plena em Matemática pela Faculdade Santa Marcelina (2004), Direito pela UniFaminas (2013), Pedagogia pela Universidade de Franca (2018) e Educação Especial pelo Centro Universitário Faveni (2021). Pós-graduada em diversas áreas, incluindo Direito Processual Penal pela Universidade Anhanguera - UNIDERP (2017) e Direitos Humanos na América Latina (2022). Mestranda em Políticas Sociais pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), focando em políticas sociais e direito à cidade para mulheres negras e pobres em cidades de médio porte.

Karolina Correia de Oliveira

<http://lattes.cnpq.br/1565941886579930>

karolina.oliveira@ufv.br

Graduada em Administração pelo Centro Universitário Governador Ozanam Coelho (UNIFAGOC) e pós-graduada em Finanças Aplicadas pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MINAS). Mestranda na Universidade Federal de Viçosa (UFV) na linha de pesquisa: Governo, Organizações e Sociedade Civil.

Letícia Gomes Almeida

<http://lattes.cnpq.br/3831517284633495>

leticia.almeida@ufv.br

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da Universidade Federal de Viçosa, na linha de pesquisa “Trabalho, Questão Social e Política Social”. Especialista em Tradução de Inglês pela Faculdade Estácio de Sá. Bacharel em Secretariado Executivo Trilíngue pela Universidade Federal de Viçosa. Secretária Executiva da Universidade Federal de Ouro Preto, atuando no regime de requisição junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica.

Leonôr de Carvalho Soares

<https://lattes.cnpq.br/7785472855684859>

leonor.soares@ufv.br

Leonôr de Carvalho Soares é mestranda em Linguística Aplicada no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Viçosa (UFV), possui especialização em Educação Especial com Ênfase em Deficiência Intelectual pela Faculdade Internacional Signorelli (2013-2014) e graduação em Pedagogia pela Universidade Luterana do Brasil (2008-2011). Atua na educação básica desde 2011 e, atualmente, faz parte do quadro efetivo da Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais e da Prefeitura Municipal de Patrocínio do Muriaé-MG, onde exerce a função de professora de educação básica nos anos iniciais do ensino fundamental na Escola Estadual Silveira Brum e na Escola Municipal Carmen Campos Cardilo.

Liana do Vale Reis Lobato

<http://lattes.cnpq.br/4115759427157796>

liana.reis@ufv.br

Formada em Educação Física pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), onde obteve seu bacharelado e licenciatura em 2012. Ela possui Pós-Graduação em Exercício Físico e Reabilitação Cardíaca aplicada a grupos especiais pela Universidade Gama Filho. Entre 2012 e 2013, foi concursada da rede municipal de Santa Bárbara do Tugúrio, MG. Após esse período, Liana retornou a Viçosa para coordenar o programa Segundo Tempo - Esportes Adaptados, ao mesmo tempo em que cursava o Mestrado em Educação Física pela UFV. Além disso, atuou por um ano no ensino superior na instituição UNIFAGOC. Posteriormente, Liana fez uma pausa em sua carreira para se dedicar à família. Retomando ao mercado de trabalho, Liana se dedicou ao funcional para crianças e adolescentes, além de ministrar aulas de natação. Recentemente, ingressou no Doutorado em Educação Física pela UFV, seguindo a linha de pesquisa em Atividade Física e transtornos do neurodesenvolvimento. Seu comprometimento com a promoção de uma vida saudável e ativa é evidenciado tanto em sua trajetória acadêmica quanto em suas atividades profissionais, sempre buscando contribuir para a qualidade de vida de seus alunos e da comunidade.

Lucas Olivera Fontes

<http://lattes.cnpq.br/6045584642475297>

lucas.olivera@ufv.br

Mestrando em Administração pela Universidade Federal de Viçosa. Possui graduação em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, com Monografia em Direito Penal, experiência em Direito Civil, e conhecimento acumulado em Direito do Trabalho.

Luciana Lima Guilherme

<http://lattes.cnpq.br/6045584642475297>

lucas.olivera@ufv.br

Doutora em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento (PPED/UFRJ), mestre em Administração (UECE) e bacharel em Administração de Empresas (UFC). Professora e pesquisadora do Programa de Pós-graduação em Economia Criativa, Estratégia e Inovação (PPGECEI) e coordenadora do Laboratório de Economia Criativa, Desenvolvimento e Território (LEC), atuando também em cursos de graduação da ESPM. Áreas de interesse: políticas públicas de cultura e economia criativa, territórios criativos e ecossistemas de inovação, empreendedorismo e gestão de negócios criativos, economia criativa e desenvolvimento sustentável.

Luciene Rinaldi Colli

<http://lattes.cnpq.br/9467274858559902>

lcolli@ufv.br

Professora Adjunta do Departamento de Direito da Universidade Federal de Viçosa. Mestre em Extensão Rural pela Universidade Federal de Viçosa (2000); Especialista em Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes pelo Laboratório de Estudos da Criança do Instituto de Psicologia/USP (2005). Coordenadora do Projeto de Extensão "Tutelando Conselhos" com atuação específica junto a Conselhos Tutelares. Membro da Comissão de Extensão do DPD/UFV e extensionista com atuação nas áreas de direito prisional, criança e adolescente, violência doméstica, com ênfase em direitos humanos. Advogada. Professora das disciplinas de Processo Penal, Execução Penal e Direito da Criança e do Adolescente. Doutoranda em Política Social pelo Programa de Pós Graduação do Departamento de Serviço Social (PPGPS/UFV).

Ludmila Vieira Coelho Gomes

<http://lattes.cnpq.br/2462732579073252>

ludmilacoelho@ufv.br

Mestranda em Administração na Universidade Federal de Viçosa - UFV, Administradora na Universidade Federal de Viçosa, sendo parte do quadro de servidores da instituição. Especialista em Gestão Pública pela Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF. Bacharel em Administração pela UNIFAGOC (2015). Especialista em Gestão Pública pela Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF. Linhas de pesquisa: Pessoa com deficiência; accountability social; políticas públicas.

Ludimila Rayana Silva de Jesus

<http://lattes.cnpq.br/1637251638207483>

ludimila.jesus@ufv.br

Mestranda em Administração Pública pela Universidade Federal de Viçosa - UFMG. Licenciada em Ciências Sociais - UFMG (2024). A pesquisa da autora é relativa à atuação das organizações cooperativas de agricultores (as) familiares, povos e comunidades tradicionais no fomento da sociobioeconomia no território da Amazônia Legal.

Nanci Fernandes de Paula

<http://lattes.cnpq.br/3509361293898611>

nanci.fernandes@ufv.br

Mestre em Patrimônio Cultural, Paisagem e Cidadania, pela Universidade Federal de Viçosa, Especialista em Assessoria Executiva e Graduada em Secretariado Executivo Trilíngue pela Universidade Federal de Viçosa. Tem interesses nas áreas de Secretariado, Comunicação, Ciência da Informação, Arquivologia, Gestão Documental e Patrimônio Cultural. Atualmente trabalha como Secretária Executiva na Universidade Federal de Viçosa.

Paulo Aguiar de Andrade Lima Neto

<http://lattes.cnpq.br/5971920448447776>

paulo.aguiar@ufv.br

Doutorado em andamento pelo Programa de Pós-Graduação em Administração Pública na Universidade Federal de Viçosa (2024). Mestre em Gestão Pública pelo Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará/NAEA/UFPA (2023). Especialização em Gestão de Cidades pelo Núcleo de Meio Ambiente da Universidade Federal do Pará/NUMA/UFPA (2019). Graduação em Direito pelo Centro Universitário do Estado do Pará/CESUPA (2013 a 2017). Membro do Grupo de Pesquisa em Gestão e Desenvolvimento de Territórios Criativos (GDTec) do Núcleo de Administração e Políticas Públicas (NAP2).

Thaisy Alves Amorim

<http://lattes.cnpq.br/7969466588141536>

thaisy.alves@ufv.br

Assistente Social na Universidade Federal de Viçosa. Interessa-se pelas linhas de pesquisa: Trabalho e sociabilidade, Políticas Públicas e Gênero. Mestrado em andamento em Política Social (UFV). Especialista em Atendimento Integral à Família (UVA). Graduação em Serviço Social (UFJF).

Valkíria Müller Coelho

<http://lattes.cnpq.br/7774251649413783>

valkíria.coelho@ufv.br

Mestranda em Linguística Aplicada pela Universidade Federal de Viçosa e Graduada em Letras – Português/Inglês pela mesma universidade. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Língua Inglesa. Atua na seguinte linha de pesquisa: Linguística Aplicada.

Este livro sobre **Métodos Qualitativos Aplicados em Economia Criativa** é o segundo da Série da Cátedra UNESCO Economia Criativa e Políticas Públicas (*UNESCO Chair in Creative Economy & Public Policies*). É uma coletânea de trabalhos desenvolvidos no âmbito do Programa de Pós-graduação em Administração – Pública (PPGAdm) na Universidade Federal de Viçosa (UFV). Esses trabalhos fazem parte de uma agenda de pesquisa que norteia os objetivos de geração, sensibilização e difusão de conhecimento da rede global dessa Cátedra Unesco, sediada no Grupo de Pesquisas em Gestão e Desenvolvimento de Territórios Criativos (GDTeC) do Núcleo de Administração e Políticas Públicas (NAP2) na UFV. Os capítulos foram escritos de forma coletiva, com coautoria de dezenas de membros, egressos e colaboradores dos cursos de mestrado e de doutorado, bem como do pós-doutorado em Administração Pública, do PPGAdm.

Métodos Qualitativos Aplicados em Economia Criativa apresenta uma série de estudos sobre métodos científicos que utilizam a abordagem qualitativa aplicados (e aplicáveis) aos diferentes campos e setores produtivos da Economia Criativa (EC). Sua análise fornece ao leitor um conjunto amplo de como são e de como podem ser utilizados determinados métodos, técnicas e instrumentos sob essa abordagem a partir do entendimento do que tem sido feito (ou não) ao se pesquisar e analisar questões relacionadas a EC.

De forma didática buscou-se tratar temas como pesquisa documental, dados visuais, estudo de caso, método biográfico, observação participante, pesquisa-ação, etnografia, história oral, grupos focais, análise de conteúdo e análise do discurso.

Nesse sentido é um livro indicado, tanto para aquelas pessoas que estão lançando seus primeiros olhares e movimentos sobre a EC, mas também para aquelas mais experientes que buscam aprimorar suas habilidades e aprender a lidar com as limitações que todos os métodos científicos possuem no desafio de se fazer ciência, compreender a realidade e contribuir com possíveis soluções.

